



Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Psicologia

**XIII SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO
CIENTÍFICO EM PSICOLOGIA**

Pesquisa em Psicologia: formação,
produção e intervenção

ANAIS

ISSN: 2178-0161
(versão impressa)

06 a 09 de junho de 2010
Fortaleza – CE

Comissão Organizadora Central Diretoria da ANPEPP

Presidente: Neuza Maria de Fátima
Guareschi (PUCRS)

Vice-Presidente: Jorge Castellá Sarriera
(UFRGS)

Secretária: Maria Cristina Ferreira
(UNIVERSO-RJ)

Secretário Executivo: Henrique Figueiredo
Carneiro (UNIFOR)

Tesoureira: Adriana Wagner (PUCRS)

Coordenador do Evento

Henrique Figueiredo Carneiro (UNIFOR)

Comissão Científica

Maria Emília Yamamoto (UFRN)

Mary Jane Spink (PUC-SP)

Terezinha Féres Carneiro (PUC-RJ)

Organizador

Henrique Figueiredo Carneiro (UNIFOR)

Comissão Organizadora Local

José Clerton de Oliveira Martins (UNIFOR)

Tereza Glauca Rocha Matos (UNIFOR)

Comissão de Assessoramento

Organizativo

Cassio Adriano Braz de Aquino (UFC)

Clara Virgínia de Queiroz Pinheiro
(UNIFOR)

Georges Daniel Janja Bloc Boris (UNIFOR)

Idilva Maria Pires Germano (UFC)

Leonardo José Barreira Danziato (UNIFOR)

Luciana Lobo Miranda (UFC)

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel
(UNIFOR)

Sylvia Cavalcante (UNIFOR)

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (UFC)

Verônica Moraes Ximenes (UFC)

Virginia Moreira (UNIFOR)

Zulmira Aurea Cruz Bomfim (UFC)

Comissão de Assistência Estudantil

Adriano Beiras (UAB-Espanha)

James Ferreira Moura Junior (UFC)

Thiago Costa Matos C. da Cunha (UNIFOR)

Comissão Editorial

Henrique Figueiredo Carneiro

Rafael Sampaio Rocha

Thiago Costa Matos C. da Cunha

Revisão

Andrea Queiroz

Comissão de Recepção

Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke
(UNIFOR)

Patricia Passos Sampaio (UNIFOR)

Rosita de Lina Paraguassu Assumpção
(UNIFOR)

Comissão Sócio-cultural

Leônia Cavalcante Teixeira (UNIFOR)

Karla Patrícia Holanda Martins (UNIFOR)

Maria Celina Peixoto Lima (UNIFOR)

Conferencista

Affonso Romano de Sant'Anna

Corpo Técnico convidado do CNPq

Carlos Alberto Botelho Xavier (CNPq-Brasil)

Maria Aparecida Pereira da Silva (CNPq-
Brasil)

Palestrantes

Antonio Roazzi (UFPE)

Francisco Morales Calatayud (Cuba)

Glaucius Oliva (CNPq-Brasil)

Henrique Figueiredo Carneiro (UNIFOR)

Hugo Sirkin (UBA – Argentina)

Jorge Castellá Sarriera (UFRGS)

Jorge Vala (UCS/UL)

Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke
(UNIFOR)

Livia Borges de Oliveira (UFMG)

Lucia Rabello de Castro (UFRJ)

Luis Victor Leopold (UdeLaR – Uruguai)

Maria Cristina Ferreira (UNIVERSO-RJ)

Neuza Maria de Fátima Guareschi (PUCRS)

Norma Coppari (Paraguai)

Oswaldo Yamamoto (UFRN)

Raquel Guzzo (PUC-CAMPINAS)

Selma Leitão (UFPE)

Silvia Koller (UFRGS)

Teresa Cristina Carreteiro (UFF)

Virginia Kastrup (UFRJ)

Wilson López López (Colombia)

Yves de La Taille (USP)

Secretária do XIII Simpósio da ANPEPP

Taciana Cavalcanti Batista

SUMÁRIO

Apresentação	05
---------------------------	----

Grupos de Trabalho

GT 1 – A psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social	07
GT 2 – Análise comportamental de processos simbólicos	08
GT 4 – Argumentação e explicação: modos de construção/constituição do conhecimento	11
GT 5 – As pessoas, o trabalho e as organizações: intervenções a partir da Psicologia	14
GT 6 – O atendimento psicológico nas clínicas-escola: convergências atuais	21
GT 7 – Avaliação de programas	23
GT 8 – Métodos projetivos nos contextos da avaliação psicológica	24
GT 9 – Avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentes	25
GT 10 – Brinquedo, aprendizagem e saúde.....	27
GT 11 – Casal e família: estudos psicossociais e psicoterapia	30
GT 13 – Comportamento verbal e produção de tecnologias de intervenção e de prevenção em Psicologia e Educação	31
GT 14 – Contextos sociais de desenvolvimento: aspectos evolutivos e culturais.....	32
GT 15 – Cotidiano e práticas sociais	37
GT 16 – Cultura organizacional e saúde no trabalho	40
GT 17 – Desenvolvimento familiar	42
GT 18 – Desenvolvimento sociocognitivo e da linguagem	46
GT 19 – Dispositivos clínicos em saúde mental	48
GT 20 – Família, processos de desenvolvimento e promoção da saúde	52
GT 21 – Formação e rompimento de vínculos	55
GT 22 – História da psicologia.....	56
GT 24 – Interação Pais-Bebê/Criança	57
GT 25 – Investigações conceituais e aplicadas em análise do comportamento	59
GT 26 – Juventude, resiliência e vulnerabilidade	63
GT 27 – Memória: modelos, pesquisa básica e aplicações.....	64
GT 28 – Memória, identidade e representações sociais.....	68
GT 29 – Modos de vida e trabalho: dispositivos para formação e produção de conhecimento na sinergia entre saberes.....	70
GT 30 – Ôcio, tempo e trabalho	72
GT 31 – Os jogos e sua importância para a psicologia e a educação	77
GT 32 – Pesquisa em avaliação psicológica.....	78
GT 33 – Políticas de subjetivação, invenção do cotidiano e clínica da resistência.....	80
GT 34 – Práticas psicológicas em instituição: atenção, desconstrução e invenção.....	83
GT 35 – Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico	85
GT 36 – Psicanálise: política e cultura	89
GT 37 – Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a [des]inserção ...	92
GT 38 – Psicanálise, infância e educação.....	99

GT 39 – Psicobiologia, neurociências e comportamento	103
GT 40 – Psicologia ambiental.....	105
GT 41 – Psicologia comunitária	109
GT 42 – Psicologia da educação matemática.....	111
GT 43 – Psicologia da saúde em instituições e na comunidade.....	115
GT 44 – Psicologia dialógica.....	119
GT 45 – Psicologia e estudos de gênero	122
GT 46 – Psicologia e moralidade.....	123
GT 47 – Psicologia escolar/educacional	127
GT 48 – Psicologia evolucionista.....	129
GT 49 – Psicologia pediátrica	132
GT 50 – Psicologia política	135
GT 51 – A Psicologia Social e sua complexidade teórica e metodológica: abordagens integrativas	138
GT 52 – Psicopatologia e psicanálise.....	144
GT 53 – Relações interpessoais e competência social	149
GT 54 – Representações sociais.....	152
GT 55 – Saúde comunitária	157
GT 56 – Subjetividade contemporânea.....	158
GT 57 – Subjetividade, conhecimento e práticas sociais	160
GT 58 – Subjetividade, ensino e aprendizagem	163
GT 59 – Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade	165
GT 60 – Trabalho e saúde	168
GT 61 – Família e comunidade	170

Mesa Redonda

Pesquisa e intervenção em Psicologia Social: a procura da articulação possível entre desenvolvimento teórico e relevância social – (Jorge Vala).....	171
Pesquisar, formar, intervir – (Virginia Kastrup).....	172
Pesquisa na Psicologia: reflexões sobre a formação – (Oswaldo H. Yamamoto)	186

Fórum de Ética

Ética em pesquisa com seres humanos: dignidade e liberdade – (Yves de La Taille)	198
Marcos na reflexão da ANPEPP sobre a ética em pesquisa com seres humanos – (Selma Leitão).....	205
Ética na pesquisa em Psicologia: princípios de valor, aplicações e contradições normativas – (Lívia de Oliveira Borges)	209

Apresentação

O XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP apresenta o tema *Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção*. A finalidade é destacar a importância e o alcance das atividades de pós-graduação por intermédio da pesquisa e sua extensão à sociedade, no atual contexto sociopolítico brasileiro. O Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP é um dos eventos mais importantes e tradicionais do campo da Psicologia no Brasil e reúne, em Fortaleza, cerca de 1000 pesquisadores do sistema de Pós-Graduação da área, contando com o apoio de importantes agências de fomento como CNPq, CAPES, FUNCAP, além do apoio institucional da Universidade de Fortaleza – UNIFOR e a participação da Universidade Federal do Ceará – UFC, instituições que mantêm PPG em Psicologia no Estado do Ceará.

A estrutura do XIII Simpósio privilegia especificamente o debate sobre a produção do conhecimento e a organização da produção científica dos programas de pós-graduação em redes de pesquisa, possibilitando aos pesquisadores o debate sobre variados objetos de pesquisa que contribuem para o avanço da Psicologia no Brasil. Como foco de interesse comum, apresenta Fóruns de discussão em torno dos temas cruciais para o posicionamento da área, como Políticas Científicas, Ética na Pesquisa em Psicologia, Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e o debate permanente dos estudantes de pós-graduação em psicologia. Por fim, a estrutura do XIII Simpósio acolhe o III Encontro Latino-Americano de Intercâmbio Universitário em Psicologia, com a presença de colegas da América Latina envolvidos com o mesmo afã de fazer crescer a Psicologia como ciência. Por essas razões, o Simpósio se caracteriza como um pólo catalisador das atenções dos pesquisadores e motivo de dedicação majoritária dos trabalhos da Diretoria e dos membros das comissões de preparação do evento.

Desta feita, o XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP tem por objetivo: 1. Acompanhar o crescimento e a diversificação da produção científica em Psicologia e seus desdobramentos na pós-graduação; 2. Fortalecer as redes de intercâmbios entre pesquisadores dos programas de pós-graduação nacionais e internacionais; 3. Refletir sobre as implicações éticas da pesquisa e intervenção em Psicologia e suas relações com áreas afins; 4. Propor políticas de pós-graduação que incentivem o desenvolvimento científico e social da área; 5. Promover a discussão crítica sobre os processos de avaliação da área.

Para destacar a importância da extensão dos trabalhos de pesquisa e o caráter dialogal com a sociedade e com a cultura, o evento homenageia o Teatro José de Alencar, em Fortaleza, que completa, em 2010, cem anos de existência, marcando a passagem do Simpósio por terras alencarinas. Outro reconhecimento é o trabalho social e educacional realizado em concomitância com a arte. Arte como ferramenta de intervenção, que possibilita a formação e a produção do conhecimento. Destaca-se o trabalho realizado pela EDISCA, envolvendo crianças e adolescentes em que se enfatiza a arte como fonte inesgotável de formação da cidadania e facilitação de

laços em sociedade. Enfim, o XIII Simpósio inaugura a noção de um conceito que identifica a proposta do encontro e que se reflete na Conferência de Abertura, com o tema: Arte, Alucinação e Pós-Modernidade.

Auguramos que os Grupos de Trabalho reunidos no simpósio possam continuar com o avanço das temáticas de pesquisa, a interação entre diferentes pesquisadores e, estabelecer, mais fortemente, um diálogo com a sociedade, motivo maior do fazer científico. Os trabalhos reunidos neste simpósio representam um esforço da comunidade da área nesse sentido.

As propostas dos grupos de trabalhos estão disponíveis, com seus objetivos e históricos, nestes anais. Finalmente, disponibilizamos também os textos geradores de discussões que foram enviados previamente para os debates de fóruns e mesa-redonda.

Que possamos avançar e contribuir para o engrandecimento da Psicologia.

A Comissão Organizadora

XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia

ANAIS

Grupos de Trabalho

GT 1 – A psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social

1. Histórico

O presente grupo de trabalho foi criado no IX Simpósio da ANPEPP, em 2002. Antes disso, muitos de seus participantes já realizavam atividades conjuntas, motivadas pela participação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUCSP, quando se engajaram no seu objetivo de construir uma Psicologia Social Crítica, centrada na realidade brasileira e voltada à justiça social. Para tanto, optaram pelo referencial da Psicologia Sócio-Histórica e direcionaram suas pesquisas para aperfeiçoar a práxis psicossocial e subsidiar políticas públicas de inclusão social emancipadora. A criação do GT vem favorecendo a ação conjunta de seus membros assim como o desdobramento de seus objetivos na produção e núcleos de pesquisa de cada um deles. Uma vez consolidado, os esforços se voltam ao objetivo de torná-lo referência na sua área de investigação. Como estratégia de funcionamento, paralelamente às atividades tradicionais, a cada Simpósio é eleita uma comissão específica com potencial de divulgar, sistematizar conhecimentos e fortalecer parcerias externas. No XI Simpósio a escolha recaiu na organização de ativida-

des para homenagear e divulgar a obra de Sílvia Lane, percussora da Psicologia Sócio-Histórica, que culminou com a organização de número especial da Revista Psicologia & Sociedade. No XII Simpósio refletiu-se que a Psicologia Sócio-Histórica vem se construindo como referencial que se expressa institucionalmente por meio de pesquisas, disciplinas na graduação e pós-graduação e produção acadêmica. Tal constatação apontou a necessidade do GT mapear essa produção e promover uma reflexão crítica de forma a qualificar o seu posicionamento frente à multiplicidade de concepções. Assim, planejou-se um projeto integrado de pesquisa sobre o significado do termo “sócio-histórica” em teses, dissertações e em artigos publicados em periódicos no Brasil. A composição do GT tem sido estável, com renovação apenas de quatro de seus membros, desde a sua criação, em 2002, sendo dois por aposentadoria, o que tem favorecido a colaboração entre seus membros. O GT procura estimular a participação de doutorandos para melhor preparar futuros pesquisadores na sua linha de pesquisas, e já colhe frutos desse incentivo. Dois de seus membros atuais iniciaram a participação como aluno, depois como convidado e, atualmente, como membro. Para o próximo Encontro, o GT alterará três de seus membros, os quais, em razão do vínculo com Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Educação estão priorizando a participação

na ANPED, são elas: Prof^á. Dra. Wanda Junqueira Aguiar (PUCSP), Profa. Dr^a Ana Bock (PUCSP) e Prof^á. Dr^a Deise Mancebo (UFRJ). Vale registrar o excelente trabalho que elas realizaram durante os sete anos de atuação no GT. Para substituí-las foram convidados professores de regiões e instituições ainda não representadas no GT e que adotam o referencial sócio-histórico em suas pesquisas, visando diversificar a representatividade regional e institucional de seus membros.

2. Objetivos e propostas de trabalho

A idéia que está na gênese da proposta do GT/PSOH é a de que a teoria sócio-histórica representa uma possibilidade de a Psicologia analisar a desigualdade social como fenômeno material e social e também subjetivo e singular. Considerando que esse referencial tem produção significativa e diversificada no Brasil, o GT elege o **objetivo** de unir esforços para ampliar a competência da Psicologia no trato das questões sociais, com destaque à atuação em políticas públicas, realizando pesquisas sobre pobreza, exclusão, mudança social e sobre as principais categorias da teoria sócio-histórica. Objetivos específicos: 1- debater os resultados obtidos pela **pesquisa** sobre o **Impacto do Referencial Teórico-Metodológico da Psicologia Sócio-Histórica na Formação Pós-Graduada em Psicologia Social**, cuja base de dados é constituída pelo banco de teses e dissertações CAPES, Scielo, BVS, no período de 1999 a 2008; detalhar a próxima etapa que tem o objetivo de analisar o conteúdo da produção sócio-histórica sobre desigualdade social e práticas psicossociais e discutir a incorporação de um novo tema - políticas públicas, em razão das demandas rece-

bidas pelo GT; 2- apresentar as **pesquisas** dos membros do GT, buscando suas diferenças e complementariedades, suas interfaces com outros referenciais teóricos e o quanto contribuem para o conhecimento e à prática voltados à superação da desigualdade. 3- a) Definir estratégia para **publicação** do material produzido coletivamente; b) rever a **coletânea** já preparada com a produção do GT. Como não foi possível publicá-la em 2007, conforme previsto, por questões editoriais, optou-se por reavaliá-la à luz dos avanços teóricos alcançados, entendendo que o objetivo da coletânea não consiste apenas em publicar uma produção datada, mas oferecer conhecimento de referência em uma linha de pesquisa; c) planejar a criação de uma Revista Virtual.

3. Participantes

1. Bader Burihan Sawaia – PUCSP (Coordenadora)
2. Adélia Augusto S. de Oliveira – UFAL
3. Edna Maria Peters Kahhale – PUCSP
4. Inara Leão – UFMS
5. Katia Maherie – UFSC
6. Maria de Fátima F. M. Catão – UFPB
7. Maria Ignez Costa Moreira – PUC-MG
8. Maria Regina Namura – UNITAU
9. Sônia Margarida G. Sousa – UCGO
10. Sueli Terezinha F. Martins – UNESP
11. Flávia Gonçalves da Silva – UFVJM
12. Maria Dionísia do A. Dias – UNESP
13. Luciane Pinho de Almeida – UCDB
14. Luiz do Nascimento Carvalho – PUCSP

GT 2 – Análise comportamental de processos simbólicos

1. Histórico

Este grupo que se apresenta para um GT no XIII Simpósio da ANPEPP tem

uma história consolidada de pesquisa em parcerias, que vem sendo desenvolvida nos últimos 15 anos. Seus componentes são docentes/pesquisadores de oito instituições (UFSCar, USP, UNESP, UnB, UFPA, UFMG, UNCISAL e University of Massachusetts Medical School, EUA) e seus alunos e bolsistas, interessados na investigação e na aplicação de conhecimentos sobre comportamento, cognição e ensino. Trata-se de um amplo programa de pesquisas sobre análise comportamental de processos simbólicos. O programa de pesquisa em rede vem sendo sistematicamente apoiado nesta modalidade: pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) do MCT/CNPq, de 1998 a 2004; pelo PRONEX em parceria entre o CNPq e a FAPESP, de 2004 a 2007; e pelo MCT/CNPq/FAPESP, como Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (2008-2013). As atividades de pesquisa vêm sendo articuladas em torno de dois eixos: por um lado, a investigação do comportamento simbólico e seus precursores e, por outro lado, o desenvolvimento de aplicações ao ensino de comportamento simbólico (leitura, escrita, matemática, música, compreensão auditiva, compreensão e produção de fala). O grupo proposto à ANPEPP para o XIII Simpósio inclui participantes deste programa de pesquisa e alguns pesquisadores adicionais convidados para ampliar a discussão e a avaliação dos trabalhos. O grupo vem se reunindo na ANPEPP desde 1994, inicialmente sob a coordenação de Maria Amélia Matos e posteriormente com a coordenação compartilhada entre Maria Amélia Matos, Júlio de Rose e Deisy de Souza. Com exceção do IX Simpósio, do qual ficou impedido de participar por várias razões, nos demais Simpósios da ANPEPP o grupo encon-

trou oportunidades de discussão e organização que favoreceram a manutenção e o fortalecimento de uma rede articulada de pesquisadores, com resultados importantes para a pesquisa e a divulgação científica sobre a temática de trabalho de grupo e, também, para o ensino na graduação e na pós-graduação: os ambientes de pesquisa construídos pelo grupo, de interesse da área de Psicologia (sobre política científica, ética, formação de recursos humanos, publicações, fontes de financiamento), têm sido um elemento claramente facilitador para o grupo. Nos últimos encontros o GT desenvolveu uma estratégia particularmente útil e produtiva de compartilhar a produção e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos; durante a reunião, artigos previamente redigidos eram apresentados brevemente pelos autores e, em seguida, lidos e comentados por dois colegas. Os comentários escritos, formulados independentemente por cada um dos revisores, eram compartilhados com o grupo. As discussões finais forneciam importantes contribuições para os autores e oportunidade de aprendizagem para todos os participantes. A estratégia empregada no XII Simpósio foi particularmente efetiva: o GT estabeleceu como objetivos: 1) Avaliar os resultados do projeto de graduação nos programas e instituições em que atuam os membros do grupo. O desenvolvimento dos Objetivos 1 e 2 teve importantes consequências: as decisões tomadas pelo grupo nortearam a elaboração do projeto submetido ao CNPq, que resultou na aprovação do INCT. O sucesso desta proposta foi importante não apenas para o grupo de pesquisa, mas para as áreas de Psicologia e Educação e a possibilidade de concorrer ao edital, aberto meses depois do Simpósio (agosto de 2008), e com prazo muito exíguo (cinco

semanas), dependeu do trabalho prévio de preparação de um programa de pesquisas, para o qual a participação no GT teve papel crucial.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O XIII Simpósio poderá ser, novamente, uma importante oportunidade para o grupo avaliar as metas alcançadas com o trabalho realizado no primeiro ano do INCT. Especificamente, propomos: 1) Avaliar os avanços científicos dos diferentes subprojetos que integram a proposta do INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino; 2) Planejar os desdobramentos das investigações e sua divulgação para os próximos anos, incluindo correções que se mostrarem necessárias; e 3) Discutir implicações do trabalho de pesquisa na formação de alunos de graduação e pós-graduação nos programas e instituições em que atuam os membros do grupo, derivando propostas concretas de articulação ensino-pesquisa, bem como de intercâmbio entre alunos nos diferentes programas. Em relação ao primeiro objetivo, as discussões deverão destacar a contribuição científica dos resultados obtidos, os desafios metodológicos e teóricos apresentados pelas questões de investigação, perspectivas de integração entre membros do grupo e o diálogo com outros grupos e outras perspectivas teóricas e disciplinares. O grupo proposto à ANPEPP deverá também fazer uma análise da maneira como vem divulgando seus trabalhos e apontar formas de divulgar os conhecimentos produzidos em publicações acadêmicas destinadas a pesquisadores e em publicações didáticas e de divulgação destinadas a estudantes de graduação ou a um público mais amplo. Também deverá ser analisada a produção do grupo face ao conjunto da pro-

dução brasileira e internacional na área, incluindo a produção em outras vertentes teóricas, de modo a explorar maiores possibilidades de intercâmbio. A discussão será consolidada com o debate sobre o livro *Função Simbólica: Implicações para o comportamento, o conhecimento e o ensino*, organizado por membros do grupo, com a participação de autores de todos os laboratórios vinculados ao INCT, que se encontra em fase de revisão final. Os capítulos descrevem as principais contribuições empíricas e conceituais derivadas dos estudos do grupo para a compreensão do comportamento simbólico. Para o segundo objetivo, o grupo deverá confrontar os resultados alcançados com as metas de longo prazo, discutir o plano geral de investigação para os próximos anos, identificar as possíveis colaborações intra e entre laboratórios e estabelecer metas de divulgação. A análise e discussão sobre ensino de graduação e pós-graduação e suas articulações deve resultar em subsídios para o planejamento de ensino nos diferentes cursos, em uma proposta de livro didático a ser elaborado e em um levantamento de possibilidades de intercâmbio nos programas (identificação de alunos, formas de financiar o intercâmbio e metas gerais a serem alcançadas).

3. Participantes

1. Deisy das Graças de Souza – UFSCar – SP (coordenadora)
2. Ana Cláudia M. Almeida Verdu – UMESP / Bauru - SP
3. Elenice Seixas Hanna – UnB – DF
4. Gerson Aparecido Yukio Tomanari – USP-SP
5. Heloisa Helena Motta Bandini – UNICISAL-AL
6. Júlio César C. de Rose – UFSCar-SP (coordenador)

7. Maria Martha da Costa Hübner – USP-SP
8. Maria Stella C. de Alcântara Gil – UFSCar-SP
9. Olavo de Faria Galvão – UFPA-PA
10. Paula Debert – USP-SP
11. Raquel Maria de Melo – UnB-DF
12. Romariz da Silva Barros – UFPA-PA
13. Thais Porlan de Oliveira – UFMG-MG
14. William J. McIlvane – University of Massachusetts Medical School (EUA)
15. Aline Roberta Aceituno da Costa – UFSCar-SP
16. Eliana I. de Moraes Hamasaki – USP-SP
17. Saulo Velasco – USP-SP
18. Renato Bortoloti – UFSCar-SP
19. Arturo Clavijo Alvarez – USP-SP
20. Camila Graciela Santos Gomes – UFSCar-SP
21. Heloisa Cursi Campos – USP-SP
22. Lídia Maria Marson Postalli – UFSCar-SP
23. Lucas Tadeu Garcia – UFSCar-SP
24. Márcio Borges Moreira – UnB-DF
25. Maria Clara de Freitas – UFSCar-SP
26. Mariele C. Diniz Cortes – UFSCar-SP
27. Naiara Minto de Souza – UFSCar-SP
28. Peter Endeman – USP-SP
29. Priscila Crespilho Grisante – UFSCar-SP
30. Priscila Gualberto – UFSCar-SP
31. Thaise Lhor – UFSCar-SP
32. Thaize de Souza Reis – UFSCar-SP
33. William Ferreira Perez – USP-SP

GT 4 – Argumentação e explicação: modos de construção/constituição do conhecimento

1. Histórico

Como relatado em propostas anteriores, o ponto de partida para a formação do presente grupo remonta ao primeiro encontro das coordenadoras-

-proponentes do GT durante a participação de ambas na VIII Reunião da ANPEPP, em maio de 2000, como integrante do GT “Crianças e contextos de desenvolvimento”. Aquele encontro deu início a um intercâmbio regular de cooperação e participação conjunta em congressos e diferentes atividades acadêmicas. Do intercâmbio iniciado na VIII Reunião, surgiu o interesse de dar continuidade e aprofundar o diálogo acadêmico iniciado bem como de congregar pesquisadores dispersos em diferentes instituições e estados do Brasil (que investigavam a argumentação e a explicação sob diferentes perspectivas) e membros atuais do GT que, já àquela época, mantinham relações de trabalho e/ou intercâmbios acadêmicos de naturezas diversas. Desse esforço de articulação, surgiram os nomes que integraram a proposta de formação inicial do GT, reunido pela primeira vez durante a IX Reunião da ANPEPP (agosto, 2002) e que desenvolve, desde então, intenso programa de cooperação acadêmica. Integram o GT atualmente: Coordenadoras - Selma Leitão (UFPE/PE) e Luci-Banks-Leite (UNICAMP/SP); pesquisadoras - Alessandra Del Ré (UNESP/SP), Angela Santa-Clara (UFRPE/PE), Cecília Goulart (UFF/RJ), Clara Santos (UFRN/RN), Dominique Colinvaux (UFF/RJ - ausente no XIII Simpósio), Karin Quast (UNITAU/SP), Maria Helena Pistori (USP/SP), Sabrina Oliveira (Univ. Católica de Goiás/GO) Sylvia de Chiaro (FBV-IMIP/PE), Tícia Cavalcante (UFPE/PE): doutorandos - Ana Paula Ferreira (UFPE/PE), Eduardo Marchesan (UNICAMP/SP), Regina Pinheiro (UNICAMP/SP). As atividades mais expressivas até então realizadas pelo GT se materializam na forma de: [1] projeto coletivo de pesquisa voltado para a análise da mediação da argumentação em processos de construção do conheci-

mento em sala de aula (realizado entre 2004-2007, aproximadamente); [2] organização de dossiê temático intitulado Argumentação e construção de conhecimento: estudos em sala de aula, publicado, em 2007, na revista Pro-posições (Faculdade de Educação/UNICAMP) e no qual foram divulgados resultados da pesquisa referida no item 1 acima; [3] co-autorias em publicações nacionais; [4] participação conjunta em, aproximadamente, duas dezenas de simpósios, mesas-redondas, seminários, conferências e atividades de natureza similar; [5] co-orientação de dissertação/tese; [6] participação em bancas examinadoras de naturezas diversas (defesa de teses e dissertações, qualificações de doutorado e mestrado, concursos públicos para provimento de cargo de professor de instituições federais); [7] visitas acadêmicas de membros do GT a instituições às quais outros membros são afiliados; [8] realização de reuniões de intercâmbio científico do GT, extra-Simpósios da Anpepp, nos anos 2003 (dois); 2005, 2007 e 2009 (prevista). Com o intuito de consolidar e expandir essas atividades propomos aqui a continuidade do grupo de trabalho em torno da temática em pauta considerando que a reunião da ANPEPP é, sem dúvida, um lócus privilegiado para a reunião de pesquisadores de diferentes formações e horizontes.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Enquanto grupo de pesquisa de vocação necessariamente interdisciplinar, mas que afirma sua inserção primeira na Psicologia, o objetivo central do GT proposto é ampliar a compreensão da natureza e condições de funcionamento da argumentação e da explicação enquanto atividades discursivas e explorar seu papel em processos que possibilite

a constituição do conhecimento. Note-se que ao termo conhecimento, é dado aqui um sentido abrangente que inclui quaisquer tipos de sentidos, prévia ou correntemente, construídos por indivíduos histórica e socialmente situados para interpretar e dar forma à realidade circundante (Jäger, S. (2001). 'Discourse and knowledge: Theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis'. Em R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 32-62). London: Sage). De modo específico, tem-se como meta central investigar o potencial epistêmico da argumentação e da explicação, ou seja, seus papéis enquanto recursos de natureza semiótico-discursivos que servem de mediadores em processos de construção do conhecimento. As ações específicas por meio das quais se busca alcançar a meta proposta incluem: [1] articulação dos diferentes quadros de referência teórico-metodológicos adotados pelos membros do GT, respeitadas as suas especificidades epistemológicas. [2] Reflexão metodológica que leve ao desenvolvimento de procedimentos analíticos teoricamente fundamentados e especificamente voltados para a análise de processos de constituição do conhecimento. [3] Criação de um banco de dados referente ao estudo dos temas alvo de estudo do GT e que sirvam de material de pesquisa para os membros do GT bem como para pesquisadores outros que venham a se interessar pelo tema. [4] Produção de trabalhos conjuntos na forma de pesquisa, organização e participação conjunta em eventos acadêmicos e produção de publicações que sirvam de referência para a pesquisa psicológica da argumentação e da explicação no Brasil. Tomar a argumentação e a explicação como objetos de estudo é situar-se em um domínio de investi-

gação que remete, necessariamente, a quadros teóricos variados e oriundos de diferentes campos disciplinares. Em vista disso, nos parece relevante reiterar, em cada momento de renovação da proposta de trabalho do GT, os referenciais teóricos básicos que ancoram os trabalhos do grupo. Tais recursos são encontrados, particularmente, nos campos da Psicologia, da Lingüística/Estudos do discurso e das Teorias da Argumentação desenvolvidas no âmbito da Filosofia. Na Psicologia, interessam-nos, particularmente [1] os estudos de Piaget sobre as explicações, sobretudo as causais; [2] a proposta de Grize para o estudo da Lógica Natural, em contraposição aos trabalhos clássicos de Piaget sobre o pensamento lógico-matemático; [3] idéias de Vygotsky sobre formação de conceitos e o papel do signo (mediação semiótica) na constituição dos processos psicológicos estritamente humanos e [4] concepções sobre a natureza discursiva de fenômenos psicológicos desenvolvidas no quadro do chamado turno discursivo na Psicologia (por ex.: Billig, Bruner, Harré & Gillet, Edwards, Mercer, Potter, etc.). No âmbito da Lingüística e dos Estudos do Discurso, interessam-nos [5] concepções elaboradas pelo Círculo de Bakhtin sobre a natureza dialógica da linguagem, da ação e do psiquismo humanos; [6] trabalhos de Ducrot sobre a Argumentação na Língua (ADL), que auxiliam a pensar questões relacionadas a sentido/significado, bem como trabalhos sobre a polifonia enunciativa; [7] abordagens desenvolvidas no âmbito da psicologia da linguagem e da didática das línguas (ex.: Bronckart, Dolz & Schneuwly, etc.) e [8] trabalhos do LEAPLE (“Laboratoire d’études sur l’acquisition et pathologie du Langage chez l’enfant”, criado por Frédéric François na Universidade René Descartes-Paris 5) que

focalizam o estudo da explicação. Nas Teorias da Argumentação, finalmente, interessam-nos [9] estudos contemporâneos que retomam e renovam a reflexão sobre as dimensões retórica e dialética da argumentação e o impacto que estas exercem sobre a organização do raciocínio humano cotidiano. Estudos da lógica informal realizados por Johnson & Blair no CRRAR/Centre for Research in Reasoning, Argumentation & Rhetoric (University of Windsor, Canadá) e a pragma-dialética proposta por Van Eemeren e colaboradores (University of Amsterdam) são algumas das referências relevantes na área. Dando seqüência ao percurso do GT até então, planeja-se durante a reunião no XIII Simpósio organizar dois tipos de cooperação a serem executados nos anos subseqüentes: [1] Estruturar projeto de uma segunda publicação coletiva do GT na forma de livro e/ou número especial de revista. Duas razões principais nos levam, enquanto grupo de trabalho, a priorizar este tipo de ação. Primeiramente, o fato da produção nacional referente à argumentação/explicação, nos campos da psicologia e educação, ser ainda bastante escassa. Na psicologia, apenas na última década se assiste ao surgimento de um programa de estudos mais sistemático e continuado do tema – um estado de coisas que oferece vívido contraste com a crescente relevância e aumento de investimento no estudo da argumentação (em suas relações com a linguagem e a cognição humanas) no âmbito internacional. A segunda razão que nos impulsiona a investir em uma segunda publicação conjunta é a boa recepção que teve o dossiê Linguagem e construção do conhecimento: a argumentação em sala de aula, publicado pelo GT na Revista Pro-Posições da Faculdade de Educação/UNICAMP (v. 18, n. 3, set/dez

de 2007). [2] Retomar, em reunião presencial, idéia surgida no final do encontro do GT no XII Simpósio, em Natal, de proposta de um projeto interinstitucional de pesquisa (nos moldes do Procad/Capes) envolvendo as diferentes instituições representadas no GT. A publicação anterior do GT, o dossiê acima referido, antes de ser apenas uma coletânea de textos produzidos por membros do grupo, resultou de um trabalho de pesquisa, coletivamente executado, no qual todos os autores que contribuíram para o dossiê se debruçaram sobre um mesmo corpus de dados aplicando à análise deste diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. (O corpus em questão pertence ao banco de dados do NupArg/Núcleo de Pesquisa da Argumentação/PPG Psicologia Cognitiva/UFPE/Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, liderado por uma das coordenadoras do GT, S. Leitão). O trabalho sobre um mesmo material empírico foi visto como oportunidade, por excelência, para que os membros do GT explicitassem diferentes concepções teóricas sobre argumentação e processo de aprendizagem em sala de aula e propusessem procedimentos analíticos adequados à abordagem do tema. Acreditamos, portanto, que articular, uma vez mais, um programa de pesquisa conjunta a um projeto de publicação, (item 1 acima) seja meta em direção à qual valha a pena investir. A reunião do GT durante o Congresso da CBPD, no Rio de Janeiro, de 25 a 27 de novembro próximo (ver item 3.8), será um primeiro e importante passo na organização do trabalho que se fará em Fortaleza durante o XIII Simpósio.

3. Participantes

1. Selma Leitão – UFPE-PE (Coordenadora)

2. Luci-Banks-Leite – UNICAMP-SP (Coordenadora)
3. Alessandra Del Ré – UNESP-SP
4. Angela Santa-Clara – UFRPE-PE
5. Cecília Goulart – UFF-RJ
6. Dominique Colinvaux – UFF-RJ
7. Karin Quast – UNITAU-SP
8. Maria Helena Pistori – USP-SP
9. Sabrina Oliveira – UCG-GO
10. Sylvia de Chiaro – FBV-IMIP-PE
11. Tícia Cavalcante – UFPE-PE
12. Ana Paula Ferreira – UFPE-PE
13. Eduardo Marchesan – UNICAMP-SP

GT 5 - As pessoas, o trabalho e as organizações: intervenções a partir da Psicologia

1. Histórico

O GT (GT-POT) aqui proposto participa dos Simpósios promovidos pela ANPEPP desde 1990, uma trajetória relativamente extensa de atuação e produção que o posiciona entre os GTs mais antigos. Um detalhado histórico do GT-POT foi apresentado na proposta para o X Simpósio. Desde o XI Simpósio tem-se apresentado um quadro sintético na forma de Tabela, no qual se recuperam os elementos principais da trajetória do GT. Na presente proposta, o formulário eletrônico de submissão impede o uso do recurso da tabela. Por isso, o quadro foi atualizado considerando apenas a atual década. - **Ano 2000 (VIII Simpósio)**. O GT atuou sob o tema Desafios Metodológicos da Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Os participantes tinham vínculo com a UnB, UFBA, UFPB, UFSC, UFMG, UFRN, Universidade de Mogi das Cruzes e FGV-SP/USP. Produziram-se artigos científicos que foram publicados na forma de número especial da revista Estudos de Psicologia

gia (Natal), submetidos a todos os procedimentos de apreciação adotados por aquela revista. Ocorreu ainda ativa participação do GT na criação da POT (2001) e da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT). - **Ano 2002 (IX Simpósio)**. Atuou sob o título de “Pós-graduação e pesquisa em psicologia organizacional e do trabalho: estreitando laços com a graduação brasileira”. Participaram professores-pesquisadores da UnB, UFBA, UFSC, FGV-SP, USP, UFU, UFPB, UFRN, Metodista SP. O GT desenvolveu um trabalho de construção coletiva, teste piloto em cursos de graduação e publicação do livro texto: *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (2004). - **Ano 2004 (X Simpósio)**. Focalizou-se o tema “A ocupação do psicólogo brasileiro: uma análise a luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho”. Os membros participantes vinculavam-se a UnB, UFBA, UFSC, FGV-SP/USP, UFU, UFPB, UFRN, Metodista SP. Desenvolveu-se o planejamento de amplo programa de pesquisa sobre o psicólogo brasileiro e iniciou-se um processo de construção coletiva das pesquisas (definição do escopo geral e construção dos instrumentos para coleta de dados). - **Ano 2006 (XI Simpósio)**. Seguiu-se focalizando o mesmo tema. O grupo foi ampliado com participantes daquelas mesmas universidades e da UFSCar, UCG, UFRGS, UNICAMP e Universidade Salgado de Oliveira. Desenvolveu-se o teste do sistema informatizado de coleta de dados com questionários estruturados. Planejou-se o detalhamento de campanha de divulgação da pesquisa tendo em vista o sucesso do processo de coleta de dados. - **Ano 2008 (XII Simpósio)**. Seguiu-se com o mesmo tema. Ampliou-se o grupo, recebendo estudantes de pós-graduação (nível doutorado), orien-

tando de membros do grupo, tendo em vista incentivar a renovação do grupo. Discutiram-se aprofundadamente os resultados da pesquisa e a redação dos diversos capítulos do livro. Tal trabalho resultou em livro aceito (*O psicólogo e seu trabalho*) para publicação pela Artmed, cujo lançamento está previsto para o presente ano (2009). Sobre essa história recente do grupo (desde o VIII Simpósio) é importante assinalar que o livro *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (2004) teve um impacto acima do esperado pelo próprio GT, influenciando o ensino da graduação e da pós-graduação no Brasil no tocante à fundamentação teórica do campo do conhecimento, bem como incentivando e fundamentando a pesquisa na área. O livro foi ainda adotado como texto básico de referência em vários concursos realizados por órgãos públicos nas áreas de gestão de pessoas, comportamento organizacional e recursos humanos. O mesmo sucesso ocorreu com outras produções coordenadas por membros do GT-POT, entre 2006 e 2008, como se identifica na seção sobre Produção adiante. Entre o X e o XII Simpósios, o GT trabalhou como uma rede de pesquisa, consolidando uma experiência que poderá ser utilizada nos próximos Simpósios, relativa ao planejamento de instrumentos de coleta de dados por Internet (2004), aperfeiçoamento dos mesmos e acompanhamento da coleta de dados (2006), análise dos dados e redação de um livro (2008). Durante o mesmo período, em duas ocasiões, o GT-POT reuniu-se (com um número expressivo dos seus integrantes): (1) durante o II Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho (II CBPOT), em Brasília, julho/2006, para testar o instrumento e o sistema informatizado de coleta de dados; (2) no V Congresso Norte-Nordeste de Psico-

logia, em Maceió, maio/2007, quando a coleta de dados já estava encerrada e foi possível avaliar os problemas ocorridos bem como suas implicações. Além das reuniões presenciais, ao longo desse período o GT-POT interagiu intensamente por meio de grupo de discussão Yahoo na Internet (2.130 mensagens trocadas entre 18 de outubro de 2005 e 20 de setembro de 2009), viabilizando a conclusão do trabalho de elaboração e revisão do livro “O psicólogo e seu trabalho no Brasil”, composto por 20 capítulos, envolvendo 29 autores e colaboradores, sob a organização de dois participantes do GT-POT: Antônio Virgílio B. Bastos e Sônia M. Guedes Gondim. Espera-se que o referido livro tenha impacto no desenvolvimento e aprofundamento da reflexão sobre a atuação e formação do psicólogo no Brasil. Em síntese, enfatiza-se que os resultados das atividades do GT-POT têm articulado aspectos de dois pilares importantes: a formação e a atuação em pesquisa. Os resultados do último Simpósio fortaleceram tal articulação com a consolidação deste grupo como uma rede de pesquisa e ampliou a abrangência da sua atenção a um terceiro pilar: a intervenção ou atuação do psicólogo. Na reunião do XII Simpósio (2008), o novo projeto do grupo aqui apresentado foi delineado, tendo em vista tais pilares. O GT julga que o livro *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (2004) segue tendo impacto e sendo usado como livro didático porque abrange parte significativa do referencial teórico do campo do saber da POT. No entanto, principalmente na graduação, em que se prioriza o uso de livros em português, as disciplinas mais voltadas para a intervenção do psicólogo têm usado predominantemente livros advindos de áreas circunvizinhas, como a da Administração. Tal fato enfraquece a reflexão

sobre essa intervenção, por não oferecer subsídios que permitam desenvolver um olhar para a gestão do trabalho e das organizações contemporâneas a partir da Psicologia. Tal empobrecimento torna mais lenta a introdução de inovações nas práticas do psicólogo do trabalho e das organizações. A SBPOT e Segmentos do Sistema Conselhos de Psicologia apontam que o psicólogo tem perdido espaço de atuação e relatado problemas com a competição com profissionais das áreas de interface com POT.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O desenvolvimento das atividades do GT-POT para este período se orientará por dois objetivos principais, a saber: - Trabalhar no desenvolvimento e revisão do livro, provisoriamente intitulado “As pessoas, o trabalho e as organizações: intervenções a partir da Psicologia”; - Discutir projetos de pesquisa articulados pelo tema gerador “Afetos e cognições no trabalho e nas organizações”, planejando a execução dos mesmos na rede de pesquisa. Esses objetivos foram elaborados para responder lacuna de bibliografia para a graduação identificada na seção anterior e valorizar a experiência de desenvolver pesquisa em rede. Para a consecução do primeiro objetivo, o grupo trabalhará até final de março na produção dos capítulos. Os capítulos planejados têm como primeiro autor, membros do presente grupo de trabalho. Estamos prevendo, entretanto, co-autorias que envolvem pessoas que não participarão efetivamente do grupo no simpósio, nem estarão envolvidos com a consecução do segundo objetivo anunciado anteriormente. Esses co-autores serão convidados externos. Alguns deles são professores do exterior (é o caso de Vicente Gonzalez-Romá, da Universidade

de Valencia e editor do *European Journal of Work and Organizational Psychology*, José Luis Alvaro da Universidade Complutense de Madri, António Caetano do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Núria Tordera da Universidade de Valencia e Dominique Lhuillier, do Conservatoire National des Arts et Métiers - Paris) que mantêm parceria com alguns membros do nosso grupo de trabalho, outros são pesquisadores brasileiros que não estão implicados com a proposta como um todo (é o caso de Oswaldo Yamamoto, Tânia Fischer, Lilliana Guimarães, Sinésio Gomide Júnior e Áurea de Fátima Oliveira) e outros, ainda, são alunos de pós-graduação envolvidos com seus orientadores como co-autores (é o caso de Fabiana Queiroga, Magno Macambira, Ana Carolina Aguiar, Daniela Moscon, Eliana Edington). Exceção a tal tipo de composição das autorias e co-autorias é o capítulo 5.1, intitulado “Ergonomia da atividade: uma alternativa teórico-metodológica no campo da psicologia nos contextos de trabalho” para cuja autoria foi convidado o colega Prof. Dr. Mário César Ferreira (da UnB) porque o tema é importante para a proposta geral do livro, mas foge às competências dos membros do presente grupo de trabalho. O desenvolvimento dos capítulos deverá ter em conta escrever um livro que possa ser usado na graduação em Psicologia, enfocando a reflexão sobre o “fazer” do psicólogo do trabalho e das organizações. A atividade de elaboração dos capítulos consistirá no levantamento bibliográfico e desenvolvimento do texto em perspectiva reflexiva, sem caráter prescritivo. Os autores deverão explicitar os princípios teóricos e epistemológicos que podem nortear a prática e sintetizar o que as pesquisas empíricas têm revelado sobre a efetividade dos caminhos adotados na

atuação dos psicólogos no meio organizacional, ocupacional e do trabalho. O livro como um todo se desenvolverá sob três eixos, a saber: o compromisso social e ético do psicólogo do trabalho e das organizações, a formulação e avaliação de programa e o desempenho profissional e ocupacional dos trabalhadores. Por isso, na sua primeira parte tais eixos correspondem a capítulos propostos. A estrutura do livro prevê 28 capítulos organizados em cinco partes, como especificado a seguir. **Parte 1 – Contextualização introdutória** (Expõe os eixos norteadores do livro. Descreve aspectos importantes do contexto de atuação do psicólogo do trabalho e das organizações). **Capítulo 1.1 – Apresentação** (Livia Borges e Luciana Mourão). Descreve o livro, partindo dos seus objetivos e do processo de elaboração em rede. Situa as diferentes partes e capítulos em relação aos objetivos gerais. **Capítulo 1.2 – Compromisso Social e Ética: desafios para a atuação em POT** (Antonio Virgilio Bastos e Oswaldo H. Yamamoto). As questões éticas e do compromisso social que cercam a atuação do psicólogo nas organizações e/ou no contexto do trabalho. **Capítulo 1.3 – Formulação e avaliação de programas** (Luciana Mourão e Jairo Borges-Andrade). Conceitos básicos e importância dos programas. A relação entre avaliação de programas e pesquisa-ação. A avaliação de programas organizacionais e de políticas públicas. **Capítulo 1.4 – Desempenho profissional e ocupacional** (Sigmar Malvezzi e Pedro Bendassolli). Conceitos de desempenho profissional e ocupacional, a importância do tema para a conjuntura (socioeconômica) atual e seu papel norteador para a atuação do psicólogo. A relação entre a promoção do desempenho e a qualidade de vida das pessoas na contemporaneidade. -

Parte 2 – Estilos organizacionais e relações inter-organizacionais (Aborda diagnósticos, intervenções e/ou práticas do psicólogo que visam fundamentar decisões organizacionais no nível macro e de suas relações externas, bem como a elaboração de políticas públicas no campo do trabalho). **Capítulo 2.1 – Diagnóstico e estratégia organizacional** (José Carlos Zanelli, Narbal Silva e Sigmar Malvezzi). Conceito de diagnóstico organizacional e suas perspectivas de análises. A mudança organizacional, as relações da organização e seu contexto. A eficácia dos modos de fazer. **Capítulo 2.2 – Novos estilos gerenciais e gerenciamento de mudanças** (Janice Janissek de Souza e Adriano Peixoto). Os novos estilos gerenciais no nível macro-organizacional: seu surgimento, contextos históricos e aplicações. As implicações para as práticas do psicólogo do trabalho e das organizações. **Capítulo 2.3 – Desenvolvimento de redes de trabalho, de parcerias intra e inter organizacionais** (Elizabeth Loiola, Antonio Virgilio, Elaine Neiva e Magno Macambira). Conceito de rede de trabalho e as formas como se articulam com as estruturas organizacionais. O gerenciamento de redes de trabalho que ultrapassam os limites organizacionais e intra-organizacionais, como ferramentas de intervenção na dinâmica organizacional. **Capítulo 2.4 – O psicólogo e as políticas trabalhistas** (Livia de Oliveira Borges e José Luis Alvaro). As relações de trabalho e de mercado de trabalho. A gestão das condições de trabalho, a organização trabalhista, as políticas organizacionais e a negociação coletiva e o espaço de assessoramento às organizações sindicais. **Capítulo 2.5 – Programas de preservação ambiental nas organizações** (Kátia Macedo, José R. Heloani e Rosângela Cassiolato). A na-

tureza e a importância de programas de preservação ambiental. A relação entre tópicos como preservação ambiental, estratégia como organizacional, desempenho profissional e ocupacional e bem-estar psicossocial. - **Parte 3 – Intervenções na cultura, nos processos grupais e interpessoais** (Dirige a atenção para dentro das organizações, com foco nos processos psicossociais amplos que abrangem a organização como um todo). **Capítulo 3.1 – Gestão de cultura organizacional** (Narbal Silva e José Carlos Zanelli). A natureza e a importância do que seja diagnosticar cultura organizacional. As perspectivas de análise e possibilidades de gerenciar a cultura. **Capítulo 3.2 – Gestão de clima organizacional** (Maria do Carmo Martins e Katia Puente-Palacios). Conceito e descrição de clima organizacional. As possibilidades de intervenção tendo em vista o bem-estar das pessoas no ambiente de trabalho e o desempenho organizacional. **Capítulo 3.4 – Gestão dos vínculos com o trabalho e a organização** (Antonio Virgilio Bastos, Ana Carolina Aguiar, Daniela Moscon e Eliana Edington). Conceitos básicos e determinantes de diferentes vínculos. Os impactos dos vínculos no trabalho e nas equipes. As alternativas de diagnóstico e de estratégias de gestão, abrangendo a relação com as políticas de recompensas e benefícios. **Capítulo 3.5 – Desenvolvimento de grupos e equipes** (Katia Puente-Palacios e Vicente Gonzalez-Romá). As equipes de trabalho na contemporaneidade. O papel das equipes no desenvolvimento de competências e desempenho profissional e ocupacional. Os processos interpessoais e grupais nas organizações. - **Parte 4 – Gestão de pessoas, inserção, educação e acompanhamento** (Focaliza programas de gestão de pessoas nas organizações e

programas específicos voltados para a gestão de inserção, educação e desenvolvimento de pessoas). **Capítulo 4.1 – Gestão de pessoas** (Sônia Gondim e Janice Janissek de Souza). O papel do psicólogo no planejamento dos programas e na definição de políticas de gestão de pessoas. A articulação com diversas ações. A flexibilidade e interdependência dos programas. **Capítulo 4.2 – Recrutamento e Seleção** (Sônia Gondim e Fabiana Queiroga). Os conceitos sobre recrutar e selecionar como ações estratégicas. As funções desse subsistema na manutenção do status quo e cristalização de preconceitos ou nas ações legítimas, transformadoras e éticas. **Capítulo 4.3 – Programas de integração de novos servidores e tutorização organizacional** (Livia de Oliveira Borges e Virginia de Carvalho). Conceitos básicos e das diferentes perspectivas de análises. Os modos de execução, as dificuldades de implantação e as aplicações na contemporaneidade. **Capítulo 4.4 – Avaliação, orientação e desenvolvimento de carreiras nas organizações** (Mauro de Oliveira Magalhães, Pedro Bendassolli e Sigmar Malvezzi). O dinamismo organizacional e do mercado de trabalho e o conceito de carreira profissional. Planejamento e desenvolvimento de carreiras. **Capítulo 4.5 – Treinamento, Desenvolvimento e Educação** (Jairo Borges-Andrade, Gardênia Abbad, Thaís Zerbini e Luciana Mourão). Avaliações, planejamento, política e gestão em TD&E, nos níveis micro e macro organizacionais. Competências e novas tecnologias. **Capítulo 4.6 – Aprender nas organizações** (Gardênia Abbad, Thaís Zerbini, Elizabeth Loiola e Jairo Borges-Andrade). Conceito, identificação das estratégias empregadas informalmente pelas pessoas e as possibilidades de gerenciar a aprendizagem nas

organizações. Formulação de políticas com essa finalidade. **Capítulo 4.7 – Formação e desenvolvimento de gestores** (Sônia Gondim e Tânia Fischer). Conceito de gestão. A gestão social, a gestão intercultural e a gestão de equipes de alto desempenho. **Capítulo 4.8 – Gestão e avaliação do desempenho profissional/ocupacional** (Adriano Peixoto, Antônio Caetano e Fabiana Queiroga). Conceitos básicos e a importância de avaliar desempenho. Os modos de aperfeiçoamento dos programas a partir dos diferentes diagnósticos organizacionais e ocupacionais. A relação entre avaliar desempenho e propor políticas organizacionais e públicas. **Parte 5 – Condições de trabalho, saúde e qualidade de vida** (Focaliza a relação entre os processos de trabalho e a saúde psíquica e a qualidade de vida das pessoas. Tem na categoria trabalho seu foco de análise, mas aborda também programas organizacionais que visam gerir ou contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida). **Capítulo 5.1 – Ergonomia da atividade: uma alternativa teórico-metodológica no campo da psicologia nos contextos de trabalho** (Mário César Ferreira, Cleverson Pereira de Almeida e Magali Costa Guimarães). Conceitos básicos e seus fundamentos. Aspectos metodológicos e de execução. Implicações para a promoção do desempenho e para o bem-estar psíquico e social. **Capítulo 5.2 – Diagnóstico e promoção da saúde psíquica no trabalho** (Livia Borges, Liliana Guimarães e Sandra Souza da Silva Chaves). Discussão conceitual sobre diagnóstico e promoção de saúde psíquica no trabalho segundo as diversas perspectivas de análise. Os modos de fazer diagnósticos e agir na prevenção, assistência e re-habilitação. **Capítulo 5.3 – Promoção do bem-estar em organizações** (Mirlene Si-

queira, Maria do Carmo Fernandes Martins, Sinésio Gomide Júnior e Áurea de Fátima Oliveira). Conceitos básicos e identificação dos indicadores psicossociais do bem-estar de trabalhadores. As ações de promoção do bem-estar nas organizações. **Capítulo 5.4 – Gestão e orientação para a aposentadoria nas organizações** (Narbal Silva, J. C. Zannelli e Nuria Tordera). O papel do trabalho e das organizações no processo de aposentadoria. O possível impacto dos programas de aposentadoria na melhoria da qualidade de vida. As organizações e valorização da experiência profissional. **Capítulo 5.5 – Assédio moral no trabalho** (José R. Heloani, Liliana Guimarães, Kátia Macedo e Rosângela Cassiolato). Conceito do fenômeno na contemporaneidade. Os caminhos de previsão, identificação e desconstrução das situações de assédio moral. Tipo de assistência e suporte às vítimas de assédio moral. **Capítulo 5.6 – A exclusão social, marginalidade e re-inserção pelo trabalho** (Vanessa Andrade Barros e Dominique Lhuilier). Conceito de exclusão social. Processos como tais exclusões se relacionam e se reproduzem no e/ou pelo trabalho. As trajetórias marginais de trabalhadores estigmatizados. Até o XIII Simpósio, será importante a comunicação entre os membros do GT-POT, por meio de grupo virtual na Internet. A programação prevê que os capítulos serão escritos até 30 de março/2010. Na sequência as coordenadoras do GT enviarão cada capítulo para dois membros (diferentes dos próprios autores) do GT que funcionarão como consultores/avaliadores. Estes, por sua vez, nas sessões do XIII Simpósio apresentarão suas apreciações que podem ser complementadas por outros membros do grupo que voluntariamente tenham lido. A interação

entre autores e avaliadores, em papéis intercambiantes, é importante para a garantia da qualidade do material produzido. No período subsequente ao XIII Simpósio, os autores reformularão os seus capítulos e enviarão para os colegas/consultores. Uma segunda rodada de discussão sobre a produção dos capítulos, em reunião a ser marcada aproveitando a oportunidade de outro congresso, poderá ser planejada no XIII Simpósio. Em seguida, passa-se para uma fase de ajustes finais, revisão de linguagem e normalização até o encaminhamento a uma editora de reconhecida qualidade. Assinala-se que o GT tem experiência acumulada na adoção dessa sistemática, o que facilita fazer valer o cumprimento dos prazos, bem como a abertura à crítica e a mobilização para aperfeiçoar a produção. Estima-se que até o final de 2010 o livro seja encaminhado à editora escolhida. A consecução do segundo objetivo será garantida pela realização das seguintes atividades: os participantes do GT-POT, organizados em subgrupos ou individualmente, desenvolverão projetos de pesquisa sobre o eixo temático “Afetos e Cognições”. A funcionalidade do grupo virtual será importante para compartilhar referências e situar as perspectivas de compreensão do tema. Os projetos serão encaminhados à Coordenação do GT até 30 de abril/2010, sendo adotados os mesmos procedimentos relativos à produção do livro. Durante a sessão do Simpósio dedicada ao exame dos projetos, além da discussão específica sobre cada um, será planejado o funcionamento em rede que garantirá o processo de coleta de dados compartilhada e com amostras de diferentes regiões geográficas do país, conforme composição do grupo detalhada na seção subsequente.

3. Participantes

1. Livia de Oliveira Borges – UFMG (Coordenadora)
2. Luciana Mourão Cerqueira e Silva – UNIVERSO (Vice-Coordenadora)
3. Antônio Virgílio B. Bastos – UFBA
4. Elizabeth Regina Loiola da Cruz Souza – UFBA
5. Gardênia da Silva Abbad – UnB
6. Katia Elizabeth Puente-Palacios – UnB
7. Kátia Barbosa Macedo – UCG
8. Jairo Eduardo Borges-Andrade – UnB
9. Janice Aparecida Janissek de Souza – UFMT
10. José Carlos Zanelli – UFSC
11. José Roberto Heloani – UNICAMP / FGVSP
12. Maria do Carmo Martins – UFU
13. Mauro de Oliveira Magalhães – UFBA
14. Mirlene M. Matias Siqueira – UMESP
15. Narbal Silva – UFSC
16. Pedro F. Bendassolli – UFRN
17. Sigmar Malvezzi – USP / FGV-SP
18. Sônia Maria Guedes Gondim – UFBA
19. Thaís Zerbini – USP-Ribeirão Preto
20. Vanessa Andrade Barros – UFMG
21. Adriano de Lemos Alves Peixoto – UFBA
22. Rosângela Aparecida Cassiolato – UNICAMP
23. Sandra Souza da Silva Chaves – UFPB
24. Virginia Donizete de Carvalho – UNIFAL

GT 6 - O atendimento psicológico nas clínicas-escola: convergências atuais

1. Histórico

O Grupo de Trabalho “O atendimento psicológico nas clínicas-escola: convergências atuais” foi constituído em 1996, com o propósito de reunir pesqui-

sadores que se dedicam à investigação de problemas relacionados ao trabalho das clínicas-escola de Psicologia, em seu triplice objetivo de pesquisa, ensino e extensão. Nos anos recentes, suas atividades se orientam para a realização de um projeto de pesquisa de âmbito nacional e a divulgação dos trabalhos do grupo junto à comunidade científica. Desde o XI Simpósio, em 2006, o grupo desenvolve intensa atividade em torno do projeto integrado Serviços-Escola de Psicologia no Brasil. A pesquisa tem por objetivo caracterizar os serviços-escola brasileiros de Psicologia, em termos de serviço prestado à sua clientela, perfil sócio-demográfico e clínico da clientela atendida e supervisão oferecida aos estagiários. Os participantes são recrutados pelo correio eletrônico entre estagiários, supervisores e coordenadores de serviços-escola de Psicologia em 23 unidades da Federação. A coordenadora do grupo obteve o apoio financeiro do CNPq para o projeto em 2008 e no mesmo ano foi estabelecida parceria com a ABEP. Por meio de compartilhamento e divisão de tarefas, o grupo trabalhou ativamente na elaboração do instrumento de coleta de dados e na adequação do mesmo ao formato online, disponível para os participantes desde outubro de 2008 no site <http://www.servicoescolapesquisa.com.br>. No último biênio, periodicamente, foram realizadas reuniões gerais ou setoriais em São Paulo, Salvador, Maceió, Rio de Janeiro, Uberlândia e foi feita uma ampla divulgação do projeto de pesquisa, em sites de centros universitários e de organizações ligadas à Psicologia (como por exemplo, BVS-PSI- USP, UNIFESP, ANPEPP). A divulgação da pesquisa se deu também em congressos desde outubro de 2008, quando a coleta de dados teve início, e a sua pedra fundamental foi lançada no 16º Encontro de Clínicas-Escola, realiza-

do na cidade de São Paulo. Uma estratégia procedimental foi criada e tem sido utilizada pelos componentes do grupo para divulgar suas pesquisas com alunos e a pesquisa em andamento on-line. Folders de divulgação da pesquisa on-line são colocados nas pastas de congressos científicos e também afixados nos corredores do local em que acontecem os eventos científicos. Previamente, componentes do grupo organizam e apresentam simpósios e/ou mesas redondas, ou pôsters nesses eventos. Nessa medida, os componentes tanto divulgam a pesquisa em andamento como intercambiam idéias com outros pesquisadores sobre outros trabalhos científicos. Essa estratégia mostrou-se produtiva e por isso mesmo o grupo não a deixou restrita a congressos científicos nacionais; permitiu que fosse para além do Brasil e alcançasse nível internacional, em abril de 2009, na cidade de Braga, Portugal, ocasião em que a coordenadora do grupo e do projeto, atendendo a convite da organização, fez a palestra da abertura, voltada para o tema da pesquisa, no II Congresso de Comportamento e Saúde de países de língua portuguesa. A utilização de tal estratégia se repetiu em 2009, com representantes do grupo, em pelo menos 10 eventos científicos nacionais, a saber: a) no VII Congresso de Terapias Cognitivas, realizado em março, em Macaíó; b) no 6º. Congresso Norte Nordeste de Psicologia CONPSI, realizado em maio, no Pará; c) no XVII Encontro da ABPMC, em agosto em Campinas, SP; d) no 7º. encontro da ABEP, em agosto, na cidade de São Paulo, SP; e) no 170. Encontro de Clínicas-escola/Serviços-Escola, realizado em setembro, em Assis, SP. Houve, além disso, a possibilidade de que dois dos componentes do grupo pudessem visitar um serviço-escola no exterior (do Bryn Mawr College, na Filadé-

fia, Pensilvânia (USA), a convite da Profa Leslie Rescorla, coordenadora do Instituto da Criança daquela Universidade. Essa visita ocorreu principalmente em decorrência de uma reunião científica internacional na qual quatro componentes do grupo estiveram apresentando trabalhos. A reunião ocorreu em Burlington, Vermont (USA) por ocasião do I ASEBA International Conference, na Universidade de Vermont, onde as pesquisadoras foram a convite do Prof. Thomas Achenbach, professor emérito daquela universidade. Além da participação do grupo nesses eventos para divulgação dupla das pesquisas que realizam, resultados parciais da pesquisa foram apresentados pela coordenadora do grupo e seus doutorandos em dois encontros do grupo, no Brasil. No primeiro os resultados foram discutidos pelos membros do GT e representantes da ABEP, no encontro em que se contou com o recurso de videoconferência para que os participantes do grupo que não podiam comparecer ao encontro também pudessem participar das discussões. O encontro foi realizado em 05/02/09 em São Paulo. O segundo encontro do grupo, por ocasião do II Congresso Internacional de Habilidades Sociais, no Rio de Janeiro, teve a mesma estrutura do primeiro, mas não pode contar com o recurso da videoconferência. Nesses encontros freqüentados pela maioria dos participantes do grupo, o eixo central é a discussão da evolução do trabalho de pesquisa e decisão de novos encaminhamentos para o trabalho do grupo. Está prevista mais uma reunião do grupo, antes do simpósio da ANPEPP, para o dia 27 de novembro, do presente ano, na cidade de São Paulo.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Diante do exposto, pode-se perceber

o grande envolvimento do grupo com o trabalho de pesquisa nacional, o qual será objeto central da mais atenta discussão no próximo simpósio da ANPEPP. Especificamente, são objetivos do encontro do GT durante o XIII Simpósio: (a) Discutir e avaliar os desdobramentos e a repercussão da participação do GT (representado por alguns de seus membros) em eventos nacionais e internacionais; (b) Projetar as próximas etapas de trabalho vinculado ao projeto de pesquisa em curso; (c) Discutir os resultados parciais já obtidos no projeto, bem como suas formas possíveis de análise. Como já h informações suficientes, em termos de número de questionários preenchidos por coordenadores, supervisores e estagiários, podem ser previstos “produtos” como, por exemplo, um documento de devolução às instituições de ensino superior, ou à ABEP.

3. Participantes

1. Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras – USP-SP (Coordenadora)
2. Ana Claudia de Azevedo Peixoto – UES-RJ
3. Ana Lucia Ulian – UFBA
4. Bernard Pimentel Range – UFRJ
5. Edna Maria Marturano – USP-RP
6. Eliana Herzberg – USP-SP
7. Maria Luiza Marinho – UEL
8. Ivonise Fernandes da Mota – USP-SP
9. Jose Tolentino Rosa – Universidade Metodista-SP
10. Jocelaine Silveira- Curitiba – UFPR
11. Márcia Helena da Silva Melo – USP
12. Margareth da Silva Oliveira – PUC-RS
13. Monica Medeiros Kother Macedo – PUC-RS
14. Nancy R. Oliveira-Monteiro – UNIFESP
15. Suzane S. Lohr – Curitiba – UFPR

16. Teresa Schoen Ferreira – UNIFESP
17. Marina Monzani da Rocha – USP-SP
18. Rodrigo Fernando Pereira – USP-SP
19. Patrícia Hobold Meurer – UFPA

GT 7 – Avaliação de programas

1. Histórico

O grupo de trabalho (GT) sobre Avaliação de Programas é composto por docentes pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em Psicologia de seis instituições situadas em três estados brasileiros distintos: Distrito Federal, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo quatro bolsistas de produtividade do CNPq. O grupo de trabalho (GT) sobre Avaliação de Programas é composto por docentes pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em Psicologia de seis instituições situadas em três estados brasileiros distintos: Distrito Federal, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo quatro bolsistas de produtividade do CNPq. Avaliação de Programas constituiu-se uma área que ao longo da história da construção iências, o CNPq considerou, em sua proposta inicial, a área de Avaliação de Programas como uma das subáreas da Psicologia Social. Isto constituiu uma iniciativa animadora, pois o reconhecimento, do maior órgão de financiamento de pesquisas para a psicologia como um todo, da Avaliação de Programas como uma subárea com características próprias, possibilita o início da construção de uma identidade ainda não estabelecida no Brasil. Motivados por nossas atividades individuais, e pelo reconhecimento do CNPq, resolvemos unir esforços para o desenvolvimento de atividades de pesquisas, ensino e extensão no âmbito da Avaliação de Programas. Acreditamos que a formação de um grupo de trabalho na ANPEPP em 2006 represen-

tou um dos caminhos imprescindíveis para alcançarmos os objetivos propostos de integração e desenvolvimento da área em distintos setores da psicologia.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Pretende-se, ao longo da presente reunião: (1) envidar mais esforços na formalização de novos convênios; (2) fomentar o desenvolvimento de atividades conjuntas de ensino e de experiências acadêmicas nas distintas subáreas da avaliação de programas; (3) manter o seguimento e colaboração entre empresas públicas e as universidades nas pesquisas empíricas conjuntas iniciadas e planejadas; (4) ampliar o grupo e capacitar os colaboradores enquanto consultores atuando nos diversos estados brasileiros; (5) realizar a revisão final do primeiro livro do GT; (6) delinear os tópicos e estrutura da home page de divulgação do grupo junto as IES. O GT considera e pretende estudar alternativas quanto à situação das unidades de ensino dos seus representantes.

3. Participantes:

1. João Carlos Alchieri – UFRN (Coordenador)
2. Bartholomeu Tórres Tróccoli – UnB
3. Eduardo São Paulo – UNESCO
4. Francisco José Batista de Albuquerque – UnB
5. Francisco Eduardo de Castro Rocha – EMBRAPA
6. Frederico Neves Conde – UnB
7. Jacob Arie Laros – UnB
8. Joselí Bastos da Costa – UFPB
9. Raul Damasio Perillo – União Educacional de Brasília
10. Ronaldo Pilati – UnB
11. Wagner Bandeira Andriola – UFC
12. Francisco José Batista de Albuquerque – UnB

13. Jacob Arie Laros – UnB
14. João Carlos Alchieri – UFRN
15. Joselí Bastos da Costa – UFPB
16. Ronaldo Pilati – UnB
17. Wagner Bandeira Andriola – UFC

GT 8 – Métodos projetivos nos contextos da avaliação psicológica

1. Histórico

O Grupo de Trabalho sobre “Métodos Projetivos nos contextos da Avaliação Psicológica” foi formalizado no ano de 2007, quando sua inscrição foi proposta para o Simpósio XI ocorrido em Natal em 2008. Sua formação vinha sendo postulada por alguns membros que já faziam parte do GT “Pesquisa em Avaliação Psicológica”. Este último vinha ficando bastante numeroso, sendo em diversos momentos necessário sub-grupos, evidenciando cada vez mais a diversidade de problemas a serem tratados. Uma das especificidades que envolveram as discussões deste GT foi a cientificidade e a credibilidade dos Métodos Projetivos, assunto para o qual havia ainda carência de publicações nacionais. A partir de então, os participantes do GT Pesquisa em Avaliação Psicológica, voltados especificamente para Métodos Projetivos, propuseram-se a organizar uma obra que compilasse os avanços mais recentes das pesquisas nessa área, além da proposição de um novo GT. Os trabalhos resultantes desse encontro culminaram com a publicação do livro “Atualizações em Métodos Projetivos para Avaliação Psicológica”, lançado durante o XII Simpósio em Natal, primeira edição em que o novo GT participou como grupo independente. Após o encontro de 2008 e a publicação dessa obra, o vínculo entre os participantes se estreitou ainda mais e diversas atividades aconteceram nesse

intercurso, como reuniões nos Congressos da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) em Ribeirão Preto em 2008, no CONPSI de Belém do Pará em maio de 2009 no Congresso do IBAP e ASBRo ocorrido em julho de 2009 em Campinas e no Congresso da Associação Latino-Americana de Rorschach (ALAR), ocorrido em Goiás em setembro de 2009. Nessas reuniões formalizaram-se novos projetos de intercâmbio e trabalhos e reuniu-se outro conjunto de trabalhos que resultaram na organização de mais três obras que se encontram em preparação para lançamento no próximo evento: “Psicopatologia Fenômeno – Estrutural”; “Métodos Projetivos com Crianças”; “Atualizações sobre o Rorschach”.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo geral do GT “Métodos Projetivos nos contextos da Avaliação Psicológica” é trabalhar para o desenvolvimento das propriedades psicométricas dos Métodos Projetivos, buscando evidências de fidedignidade e validade, assim como definindo a utilidade dos mesmos nos diversos contextos de aplicação. Especificamente para o evento de 2010, tem-se como proposta a discussão dos seguintes aspectos: (a) novas contribuições para os estudos de fidedignidade e validade de métodos Projetivos e as respectivas áreas de aplicação (b) Técnicas Projetivas com crianças, (c) o uso de métodos projetivos no contexto clínico, forense, organizacional entre outros, (d) acompanhamento e continuidade de pesquisas interinstitucionais.

3. Participantes

1. Anna Elisa de Villemor- Amaral – USF (Coordenadora)

2. Andrés E. Aguirre. Antunez – USP
3. Blanca Susana Guevara Werlang – PUC-RS
4. Deise Matos do Amparo – UNB
5. Eda Marconi Custódio – USP
6. Érika Tiemi Okino – USP-RP
7. Latife Yazigi – UNIFESP
8. Leila Tardivo – USP
9. Liza Fensterseifer – PUC-MG
10. Marcelo Tavares – UNB
11. Maria Lucia Tiellet Nunes – PUC-RS
12. Norma Lottemberg Semer – UNIFESP
13. Regina Sônia Gattas F. do Nascimento – PUCSP
14. Renata Rocha Campos Franco – USF
15. Rosangela Ribeiro – UNIFESP
16. Samantha Dubugras Sá – PUC-RS
17. Sônia Grubits – Universidade Católica Dom Bosco
18. Sônia Regina Pasian – USP-RP
19. Vivian Roxo Borges – PUC-RS

GT 9 - Avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentes

1. Histórico

No terceiro simpósio da ANPEPP teve início um GT voltado para a pesquisa em Avaliação Psicológica. O crescimento dessa área no país foi considerável na última década. Novas linhas de pesquisa se desenvolveram em vários programas de pós-graduação e surgiu um novo programa na área, na USF, que oferece atualmente mestrado e doutorado em Avaliação Psicológica, avaliado com conceito 5 pela CAPES. Houve, conseqüentemente, um grande crescimento no número de doutores e estudantes de PG pesquisando na área. Já no XI, esse GT contava com mais de 30 participantes e deixou de aceitar um grande número de interessados. A área é ampla e diversifi-

cada e seu crescimento acelerado tornou inviável a manutenção de um único GT. O desdobramento do GT original em diferentes GTs com focos em áreas específicas começou a ser discutido no XI Simpósio e ocorreu efetivamente no último Simpósio. Nosso GT “Avaliação Psicológica e Neuropsicológica de Crianças e Adolescentes” se reuniu pela primeira vez no XII Simpósio. Na sua versão inicial, quando proposto, este novo GT era composto por 13 participantes de oito instituições localizadas em cinco estados. Todos os participantes eram doutores, 11 estavam vinculados a programas de pós-graduação. Seis membros eram bolsistas do CNPq, quatro dos quais de nível I. Na época foram também propostos outros GTs na área da Avaliação Psicológica que, na primeira avaliação, não foram aceitos. Houve recursos e pelo menos dois outros GTs foram aceitos para a programação final. Essa situação levou a uma demanda grande de pesquisadores (alguns dos quais altamente qualificados, inclusive bolsistas I do CNPq) para participar no nosso GT. Nos casos em que seus projetos e linhas de pesquisa eram compatíveis com os objetivos do nosso GT, aceitamos essas novas solicitações e, o GT original, foi composto por 18 pesquisadores. Muitos destes pesquisadores eram colegas no GT original de Avaliação Psicológica e vários já colaboravam de alguma forma em projetos de pesquisa ou em bancas de avaliação de teses e dissertações. Tínhamos então, ao iniciar, alguma história conjunta, o que facilitou muito a organização do grupo. Nossos objetivos iniciais, que foram em grande parte atingidos, mas continuam atuais e válidos, envolviam a formação de redes de pesquisa, desenvolvimento de instrumentos, produção bibliográfica voltada para a formação profissional, Esses objetivos refletem necessidades re-

levantantes da comunidade científica e dos profissionais que atuam na área da avaliação psicológica e neuropsicológica. O GT evoluiu significativamente desde o último simpósio. Temos novos membros e os objetivos e metas ganharam um foco mais preciso.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Os membros do GT em Avaliação de Crianças e Adolescentes trabalham sistematicamente com vários métodos, técnicas e instrumentos para a avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentes. A experiência tem mostrado que tanto a pesquisa na área como o trabalho prático, de avaliação e diagnóstico enfrentam várias dificuldades. Em grande parte, as origens dessas dificuldades decorrem da falta de pesquisa sistemática, especialmente pesquisa capaz de produzir indicadores de validade e normas nacionais, e de inadequações na formação profissional, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Os objetivos do nosso GT estão direcionados para reduzir essas carências e produzir resultados que contribuam para o trabalho de pesquisa e de diagnóstico no país. Nossos objetivos para o próximo biênio são os seguintes: 1 – aprimorar o desenvolvimento e ampliação de redes de pesquisadores trabalhando em projetos comuns com o objetivo de produzir pesquisas com dados nacionais, melhorando assim a normatização de instrumentos e também permitindo a obtenção de amostras mais adequadas e representativas de casos clínicos; 2 – produzir publicações conjuntas (especialmente livros) que possam auxiliar na formação e atualização de psicólogos e outros profissionais que atuam na área; 3 – organizar mesas e simpósios nos principais eventos nacio-

nais da psicologia (congressos como os do IBAP, CONPSI, entre outros) procurando levar informação atualizada para os participantes e oportunizando novas possibilidades de intercâmbio e colaboração; 4 – desenvolver parcerias e intercâmbios entre os programas dos membros do GT com o objetivo de facilitar a circulação de alunos e professores; 5 – internacionalização da área: desenvolver estratégias para facilitar e incentivar o envolvimento do GT (ou de subgrupos) com grupos e centros de pesquisa internacionais. Os produtos esperados para o próximo biênio são o desenvolvimento de projetos conjuntos e a produção de algumas publicações, além de organização de mesas ou simpósios nos principais congressos nacionais no próximo biênio (no mínimo, IBAP e CONPSI). Além disso, espera-se que continue crescendo o intercâmbio entre as instituições dos participantes. Com relação a internacionalização, a expectativa é começar a desenvolver contatos, organizar possíveis intercâmbios e, sobretudo, iniciar pelo menos um projeto envolvendo membros do GT e pesquisadores da Europa e USA.

3. Participantes

1. Claudio Simon Hutz – UFRGS (Coordenador)
2. Adriana de Andrade Gaião e Barbosa – UFPb
3. Alessandra Gotuzo Seabra – Mackenzie
4. Ana Paula P. Noronha – USF
5. Carla M. Minervino – UFPb
6. Carlos Henrique S. S. Nunes – UFSC
7. Caroline T. Reppold – FFFCMPA
8. Clarissa M. Trentini – UFRGS
9. Claudette M M Vendramini – USF
10. Cristiane Faiad de Moura – Univer-

so

11. Daniela S. Zanini – UCG
12. Denise R. Bandeira – UFRGS
13. Elizeu Macedo – Mackenzie
14. Fernando C. Capovilla – USP
15. Janaina Pacheco – ULBRA-RS
16. Luciana K. Souza – UFMG
17. Maiana F. Oliveira Nunes – USF
18. Maria Cristina R. Azevedo Joly – USF
19. Maycoln L. Martins Teodoro – Unisinos
20. Monalisa Muniz Nascimento – FIEL-SP
21. Ricardop Primi – USF
22. Rodolfo Ribas – UFRJ
23. Solange M. Wechsler – PUC-CAMP
24. Tatiana C. Nakano – PUC-CAMP

GT 10 – Brinquedo, aprendizagem e saúde

1. Histórico

A idéia da formação deste GT nasceu da integração de membros da Academia Paulista de Psicologia em torno de pesquisas e publicações em conjunto sobre o brinquedo e sua importância, tanto em contextos de ensino/aprendizagem, como em ambientes vinculados à saúde. A regularidade dos encontros e apresentações em congressos do grupo inicial possibilitou sua divulgação e a inserção gradual e progressiva de novos membros. A maioria dos pesquisadores/professores que operacionalizam este GT têm já um histórico em comum. Têm orientado dissertações e teses que enfocam o lúdico, assim como participado das respectivas Bancas Examinadoras uns dos outros, o que tem contribuído para uma aproximação efetiva,

possibilitando inclusive publicações em conjunto. Essa aproximação tem gerado a formação de Mesas Redondas sobre Brinquedo, apresentadas em congressos de nível nacional e internacional, contribuindo com diferentes abordagens teóricas e linhas de pesquisa, em caráter complementar. Esse GT realiza estudos enfocando diferentes faixas etárias. Desenvolve também pesquisas sobre a importância do brincar na manutenção e reabilitação das funções cognitivas e do bem-estar, Brincar tem, junto ao Estatuto da Criança e do Adolescente, um status de importância semelhante ao que é dado à Saúde e à Educação. Pesquisas na área de Psicologia do Brinquedo tiveram seu início nos anos 20 e 30, coincidindo com o movimento da educação progressiva e o início das creches, porém sua plena recuperação deu-se a partir da década de 70, com o aumento de interesse pela área, o qual, entre nós é percebido pela multiplicação de dissertações, teses e outras publicações nos últimos anos. O crescimento da área se destaca pela procura de cursos de extensão e especialização, pela expansão de brinquedotecas que atendem a vários segmentos da população, pelo surgimento de Associações de âmbito nacional e internacional, como a Toy Library Association, que se preocupam com o brincar como um dos direitos fundamentais da criança. Periódicos científicos dedicam números inteiros ao tema como é o caso do Child Development. Pesquisas atuais têm demonstrado que brincar facilita a aprendizagem, pois brincando a criança e, principalmente, a criança pequena, aprende mais facilmente do que com muitas lições estruturadas. O jogo simbólico ou faz-de-conta favorece a criatividade e vários tipos de jogos e brincadeiras promovem a socialização da criança. O conhecimento da impor-

tância de brinquedos e brincadeiras leva pais e educadores a terem maior compreensão das reais necessidades infantis. A brincadeira facilita a aprendizagem da leitura e escrita e o desenvolvimento do vocabulário, pois ambos, implicam na assimilação da realidade através de processos simbólicos. Com o surgimento de novas tecnologias, aparecem os jogos de computador que podem contribuir para o desenvolvimento de processos cognitivos e de várias habilidades, inclusive sociais. O brincar tem se revelado também como fonte de pesquisa junto às áreas da saúde. Mais do que uma linha de pesquisa, o brincar se delinea como uma área do conhecimento em termos multidisciplinares, pois surgem estudos não só em Psicologia como em Educação, Neurologia, Antropologia, Sociologia etc. Revisões de literatura mostram preocupação com assuntos específicos e aprofundamento nos diversos tipos de jogos e sua relação com a linguagem, a memória, a sociabilidade, a criatividade e etc. A contribuição da Psicologia do Brinquedo apresenta-se de maneira imperiosa.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Este GT tem por principal objetivo constituir um núcleo integrado gerador de pesquisas/publicações com sólida base teórica sobre o brincar, em suas múltiplas intersecções com aprendizagem e saúde, e por objetivos específicos desenvolver pesquisas em conjunto, apresentá-las em congressos científicos, nacionais e internacionais, e viabilizar sua publicação; atualizar levantamento de pesquisas e publicações realizadas no Brasil e no exterior sobre brinquedos e brincadeiras e disponibilizá-las em rede por meio de biblioteca virtual; realizar intercâmbio com

associações nacionais e internacionais que se preocupam com o brincar, aprendizagem e saúde. Ainda como objetivo específico pretende ter efetivação social, inclusive disponibilizando seus trabalhos, sempre que possível, em ambientes virtuais de livre acesso. Este XIII Simpósio, com base nas resoluções tomadas no evento anterior, desenvolve a proposta de trabalho segundo o seguinte esquema: Inicialmente, dar-se-á o ingresso de três novos membros no GT – Helena Cláudia Frota de Holanda, professora da UFC, e as doutorandas Sabrina Torres Gomes (UFBA) e Tânia Ramo. A partir desta retrospectiva, desenha-se a atual perspectiva do grupo, sempre voltada a manter e dar vida à rede constituída por seus membros por meio de realizações objetivas e com prazos definidos. Com base em reunião conclusiva do último evento, expõe ao grupo a sugestão da criação de um fórum permanente assim como de vários bancos de dados: um específico do GT que contenha pesquisas e relatos de experiências voltadas para o enquadro do grupo; um outro relativo à realização de congressos, nacionais e internacionais, voltados para o brincar, em suas múltiplas conexões com a aprendizagem e a saúde, vindo a possibilitar o conhecimento do grupo do que vem sendo realizado a respeito do foco de nossos trabalhos, assim como da possibilidade de contato com estas pessoas e a ampliação significativa do GT. Por fim, pensou-se no último evento também em constituirmos e divulgarmos um banco de dados com imagens, fotografias etc. (adquiridos pessoal ou virtualmente), de pessoas, das diversas faixas etárias, brincando nos diversos ambientes, como em casa, na escola, no hospital, em parques etc., a fim de que os membros do grupo dispuses-

sem de recursos visuais para ilustrar suas apresentações. Da mesma forma, providenciar por meio de ferramentas virtuais um banco sobre sites relacionados ao brincar em diversos contextos. Num segundo momento, o GT propõe a organização de trabalhos conjuntos a serem realizados no próximo biênio, contando sempre com a participação de todos. Para tal, como sugestão do XII Simpósio, serão constituídas subcomissões que se encarregarão das diversas modalidades de trabalho, como publicações científicas, eventos, bancos de dados etc., mantendo já a prática do grupo de organizar sempre um ou dois livros a cada biênio e organizar e participar de vários eventos. Finalizando, os coordenadores atuais, em exercício desde o início do GT em 2004, pensam em propor o rodízio da coordenação possibilitando assim um novo enfoque, uma nova abertura. No último encontro, portanto, a partir desta tomada de decisão, a proposta para os trabalhos a serem desenvolvidos no próximo biênio passa já a contar com a colaboração dos novos coordenadores.

3. Participantes

1. Edda Bomtempo – USP (Coordenadora)
2. Vera Barros de Oliveira – Metodista (Coordenadora)
3. Aidyl M. Q. Pérez-Ramos – USP
4. Antônia Cristina Peluso de Azevedo – UNISAL
5. Celina Maria Colino Magalhães – UFPA
6. Cleide Vitor Mussini Batista – UEL
7. Eneida Simões da Fonseca – UERJ
8. Helena Cláudia Frota de Holanda – UFC
9. Hilda Rosa Capelão Avoglia – Metodista

10. Ilka Dias Bichara – UFBA
11. Luana Carramillo-Going – Metodista
12. Maria Ângela Barbato Carneiro – PUCSP
13. Maria Geralda Viana Heleno – Metodista
14. Sabrina Torres Gomes – UFBA
15. Silvana Maria Moura da Silva – UFMA
16. Tânia Ramos Fortuna – UFRGS
17. Therezinha Vieira – UFMG

GT 11 – Casal e família: estudos psicossociais e psicoterapia

1. Histórico

O GT “Casal e Família: Estudos Psicossociais e Psicoterapia” vem construindo sua história há 20 anos, desde que foram criados os GTs da ANPEPP, no II Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, realizado em Gramado, em 1989. O GT original, então intitulado “Estrutura e Dinâmica da Família: Pesquisa e Intervenção”, teve sua coordenação alternada entre as professoras Rosa de Macedo (PUC-SP) e Terezinha Féres-Carneiro (PUC-Rio) até o V Simpósio, realizado em Caxambu em 1994. Com o aumento do número de participantes do GT e a diversificação dos interesses dos mesmos, no VI Simpósio, realizado em Teresópolis em 1996, o grupo original foi desmembrado. Os 18 participantes do GT no IX e no X Simpósios permaneceram no grupo não tendo havido entrada de nenhum novo membro. No XI Simpósio, Julia Bucher saiu do nosso grupo para implantar um novo GT na ANPEPP. No XII Simpósio, Roberta Romagnoli passou a integrar outro GT e Paulo Roberto Ceccarelli ausentou-se do país. Dois novos membros, Silvia Zornig, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio e Orestes Diniz Neto da UFMG, passaram a fazer parte do nosso

grupo que continuou contando com participação de 18 pesquisadores. O GT que estamos propondo para o próximo Simpósio terá sua composição alterada pela saída de três membros e a entrada de um membro novo. Vera Coelho e Maria de Fátima Araújo solicitaram sua saída do GT da ANPEPP na medida em que estão planejando encerrar suas atividades na Pós-Graduação no próximo ano, e Silvia Zornig solicitou sua passagem para o GT coordenado por Cesar Picinini, cujo tema é muito afim com as pesquisas que vem desenvolvendo. Assim, nosso GT contará no XIII Simpósio com a participação de 16 professores-pesquisadores, de 10 instituições universitárias: PUC-Rio, UERJ, UFRJ, UFF, USP, UFMG, UnB, UNICAP, UFRGS e UNISINOS, localizadas em seis estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul).

2. Objetivos e propostas de trabalho

É objetivo do nosso GT desenvolver estudos sobre casal e família com fundamentos sobretudo nos enfoques psicossociais e clínicos, assim como promover a discussão e a articulação da produção de pesquisadores brasileiros nesta área. Como nos encontros anteriores, no XIII Simpósio, pretendemos discutir as pesquisas em andamento e/ou concluídas dos participantes do grupo, procurando articular os diferentes resultados e avaliando as possibilidades de elaboração de livros, capítulos e artigos em co-autoria. Pretendemos também iniciar a organização do material para a publicação do próximo livro do GT, o oitavo a ser publicado. Estaremos, no XIII Simpósio, discutindo diversas temáticas contemporâneas de grande relevância social, relacionadas aos projetos de pesquisa dos membros do GT, dentre elas: conjuga-

lidade e parentalidade; conjugalidades contemporâneas; avaliação da conjugalidade, conjugalidade e o lugar ocupado pela madrasta; jovens solteiros frente à família e ao casamento; violência conjugal; falsa denúncia; famílias chefiadas por idosos; trabalho e transgeracionalidade; a volta ao lar de mulheres que se afastaram de uma carreira profissional; estratégias de resolução de conflitos entre pais e filhos; novas demandas da clínica de casal e família; e família e a crise psicótica grave.

3. Participantes

1. Terezinha Féres-Carneiro – PUC-Rio (Coordenadora)
2. Adriana Wagner – UFRGS
3. Andréa Seixas Magalhães – PUC-Rio
4. Bernardo Jablonski – PUC-Rio
5. Cílio Ziviani – PUC-Rio
6. Cristina Maria Brito Dias – UNICAP
7. Denise Falcke – UNISINOS
8. Gláucia Starling Diniz – UnB
9. Ileno Izidio Costa – UnB
10. Isabel Cristina Gomes – USP
11. Lídia Levy – PUC-Rio
12. Maria Consuelo Passos – UNICAP
13. Maria do Carmo de Almeida Prado – UERJ
14. Maria Lucia Rocha Coutinho – UFRJ / UNIVERSO
15. Orestes Diniz Neto – UFMG
16. Teresa Cristina Carreiro – UFF

GT 13 – Comportamento verbal e produção de tecnologias de intervenção e de prevenção em Psicologia e Educação

1. Histórico

O Grupo de Trabalho “Comportamento verbal e produção de tecnologias de intervenção e de prevenção em Psico-

logia e Educação” estará se reunindo pela primeira vez durante o XIII SIMPÓSIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. O grupo é integrado por docentes e pesquisadores de quatorze instituições de ensino superior do país (UEL, UFMG, UFPA, UEM, UNESP/Bauru, UFES, UFSC, UFCar, UnB, PUC/GO, PUC/SP, UNESP/Marília, UNIFESP e UFMA), originados de nove unidades da federação (ES, PA, SP, PR, GO, MA, SC, MG e o DF) em sua maioria orientadores de Programas de Pós-Graduação em Psicologia ou Educação. Subgrupos de pesquisadores deste GT vêm realizando, em parcerias, trabalhos de diferentes naturezas, como pesquisas, bancas de defesa de dissertação de mestrado e de tese de doutorado, simpósios, mesas redondas e sessões coordenadas em eventos científicos nacionais e regionais, bem como a proposição de um congresso internacional a ser realizado no próximo ano (2010), em Londrina. Além disso, uma parte dos integrantes desse grupo já publicou em conjunto um livro organizado por João dos Santos Carmo e Paulo Sergio Teixeira do Prado, intitulado “Relações Simbólicas e Aprendizagem da Matemática”. Boa parte da pesquisa dos seus membros é de forte impacto social, principalmente na Educação (Alfabetização, Ensino de Habilidades Matemáticas e de LIBRAS para surdos). A proposição desse Grupo de Trabalho permitirá a integração dos subgrupos e que o desenvolvimento de atividades de pesquisa e de produção científica na forma de publicação e de eventos científicos seja fortalecida. Essas atividades se caracterizarão com base em dois eixos principais: o primeiro relativo à investigação do comportamento verbal enquanto processo comportamental complexo e o segundo relacionado à produção de tecnologias de intervenção

em Psicologia e Educação.

2. Objetivos e propostas de trabalho

A proposição desse Grupo de Trabalho permitirá a integração dos subgrupos, tendo como metas: 1. Apresentar projetos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos pelos participantes e a discussão dos resultados que vêm sendo alcançados. Esta discussão permitirá analisar criticamente os resultados dessas pesquisas e a proposição de estudos que possam vir a ser desenvolvidos em conjunto ou subconjuntos do grupo, e o intercâmbio de pesquisadores e de alunos entre as diversas instituições das quais os pesquisadores fazem parte. 2. Planejar o conteúdo e a publicação de dois livros em série, sendo um deles o segundo volume da série organizada por João dos Santos Carmo e Paulo Sergio Teixeira do Prado; e o outro, o segundo volume da série organizada por Silvia Regina de Souza e Verônica Bender Haydu, intitulado “Psicologia comportamental aplicada: avaliação e intervenção nas áreas do esporte, clínica, saúde e educação”, publicado pela EDUEL; 3. Organizar a construção de um site na Internet, contendo informações sobre a atuação do grupo e suas produções científicas e tecnológicas, para ampliar a disseminação dos resultados dos estudos; 4. Discutir, planejar e buscar financiamento para a construção de uma biblioteca de softwares de pesquisa e softwares educativos a serem disponibilizados na Internet para pesquisadores e para usuários das mais diversas áreas da atuação, que possam se beneficiar desses recursos; 5. Debater a possibilidade de publicação de um periódico online, do qual os membros do GT atuem como consultores científicos; 6. Discutir e planejar projetos para o desenvolvimento

de tecnologias comportamentais que possam promover a inserção social e prevenir problemas de comportamento.

3. Participantes

1. Verônica Bender Haydu – UEL (Coordenadora)
2. André Luiz Freitas Dias – UFMG
3. Carla Cristina Paiva Paracampo – UFPA
4. Carlos Eduardo Lopes – UEM
5. Celso Socorro Oliveira – UNESP-BAURU
6. Elizeu Batista Borloti – UFES
7. Elsa Maria Mendes Pessoa Pullin – UEL
8. Grauben Jose Alves de Assis – UFPA
9. João dos Santos Carmo – UFSCar
10. José Gonçalves Medeiros – UFSC
11. Josele Regina de Oliveira Abreu Rodrigues – UnB
12. Lauro Eugênio Guimarães Nalini – PUC-Goiás
13. Melania Moroz – PUC-SP
14. Olivia Misae Kato – UFPA
15. Paulo Sergio Teixeira do Prado – UNESP-Marília
16. Rosana Aparecida Salvador Rossit – UNIFESP
17. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo – UFMA
18. Silvia Aparecida Fornazari – UEL
19. Silvia Regina de Souza – UEL

GT 14 – Contextos sociais de desenvolvimento: aspectos evolutivos e culturais

1. Histórico

O GT Contextos Sociais de Desenvolvimento: Aspectos Evolutivos e Culturais originou-se, em parte, de outro anterior, cuja temática era “O Papel da Iniciação Científica para a Formação em

Pesquisa na Pós-Graduação”. Este primeiro GT proposto por Lígia Maria de C. M. Machado e Lívia Mathias Simão (USP-SP) teve participação no V Simpósio da ANPEPP (Caxambu, 1994), no VI Simpósio (Teresópolis, 1996) e na XXV Reunião Anual da SBP (Ribeirão Preto, 1995). Participaram dele, além das mencionadas proponentes, Elizabeth Tunes (UnB), Maria do Carmo Guedes (PUC-SP), Maria Margarida P. Rodrigues (UFES) e Sérgio A. da Silva Leite (UNICAMP). O Grupo de Trabalho reuniu-se pela primeira vez no VII Simpósio da ANPEPP (Gramado, 1998). Nasceu de uma proposta elaborada por Lívia Mathias Simão e Vera Sílvia Raad Bussab, a partir de interesses que já vinham sendo delineados por alguns dos integrantes do GT anterior e por colegas que viriam a integrar o presente GT. Os seis integrantes do grupo (Alysson Massote Carvalho, Lívia Mathias Simão, Maria Margarida Pereira Rodrigues, Maria Thereza Costa Coelho de Souza, Sérgio Antônio da Silva Leite e Vera Sílvia Raad Bussab - coordenadora) tinham como interesse comum o estudo do desenvolvimento humano, mas trabalhavam com perspectivas teórico-metodológicas diferentes. Isto era considerado uma vantagem, pois enriquecia a discussão. Neste sentido, o foco da proposta inicial foi instaurar um diálogo inter-áreas (psicologia e etologia) e inter-abordagens (diferentes psicologias e etologias na abordagem do desenvolvimento humano sócio-evolutivo-cultural). Atualmente, o grupo é formado por 09 pesquisadores. Além dos seis já mencionados, Paulo de Salles Oliveira (USP/SP) passou a integrar o grupo no VIII Simpósio (Serra Negra, 2000), José Moysés Alves (UFPA) e Maria Isabel Pedrosa (UFPE), no IX Simpósio (Águas de Lindóia, 2002), Kátia de Souza Amorim (USP) e Maria Isabel

da Silva Leme (USP/SP), no XI Simpósio (Florianópolis, 2006). Por razões de desenvolvimento de outra linha de pesquisa, depois de consolidado o diálogo entre as áreas de psicologia e etologia e entre diferentes abordagens, a proposta do grupo é explorar, discutir e explicitando, de modo mais profundo, aproximações e afastamentos que têm emergido no tratamento da temática-título com base nas pesquisas e opções teóricas dos integrantes do grupo. Cabe notar que, tanto a proposta inicial como a proposta de continuidade, têm como pressuposto que os trabalhos de um grupo desta natureza devem contemplar prioritariamente o esforço teórico-empírico de exploração divergente e sistematização convergente da temática sobre a qual se propõe a trabalhar.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Durante o XIII Simpósio, o objetivo primordial dos debates no GT será retomar a discussão sobre o tema afetividade e cultura, no âmbito dos contextos sociais de desenvolvimento, com implicações para os processos psicológicos de aprendizagem e desenvolvimento, e também para a Educação. Como tem sido sempre, esta temática será abordada sob diferentes ângulos, conforme as perspectivas de referência e as pesquisas de cada um dos membros. Este tema já foi discutido anteriormente no GT e alguns elementos foram deixados em aberto para discussões posteriores que, agora, serão retomadas pelo grupo, diferente em sua composição. Sendo assim, a Profa. Maria Isabel Pedrosa (UFPE) tomará como ponto de partida a tese de Tomasello (1999/2003) de que a cognição humana tem qualidades únicas de sua espécie: *filogeneticamente*, que os seres humanos desenvolveram a capaci-

dade de identificar-se com seus co-específicos e por isso compreendem que os outros tem intenções iguais as que eles têm; e ainda de que *historicamente*, essa capacidade propiciou novas formas de aprendizagem cultural e, em decorrência, produziu artefatos e tradições culturais que acumularam e acumulam informações ao longo da história; para que *ontogeneticamente*, as crianças cresçam em meio a esses artefatos e tradições, possibilitando-lhes usufruírem de conhecimentos e habilidades de seu grupo social, portanto, possibilitando-lhes adquirirem e usarem símbolos lingüísticos, bem como aprenderem conhecimentos sociais específicos e, mais, refletirem sobre interações discursivas. Com base nesse referencial, a professora apresentará pesquisa com crianças de 4-5 anos engajadas em grupos de brinquedos com o objetivo de examinar o processo de significação que se explicita com o outro para diferentes propósitos interacionais, explorando recursos não-verbais e verbais, ressaltando o papel da cultura predominantemente patriarcal nas cenas e significações analisadas. O Prof. Alysso M. Carvalho (UFMG), por sua vez, buscará discutir os aspectos culturais e afetivos do discurso da área de saúde e da educação, no contexto de desenvolvimento constituído pela escola. Afirma que no Brasil, um grande número de alunos evade da escola pública ou nela se mantém sem um per(curso) acadêmico satisfatório em função de apresentarem problemas de aprendizagem. Frequentemente, essas dificuldades passam despercebidas ao longo da vida escolar da criança. Não obstante, exigem atenção e intervenção de profissionais da área da saúde. Nesse contexto, marcado fortemente pelas influências socioculturais, envolvendo também o aspecto afetivo das relações interpessoais, verifica-se

uma forte influência do discurso médico em relação ao processo de ensino-aprendizagem, particularmente quando professores dele se utilizam como forma de justificar o fracasso de certo número de crianças, fazendo com que a culpabilidade pelo mesmo permaneça com as próprias crianças. Assim, o discurso pedagógico, muitas vezes, busca no discurso médico elementos para justificar o não-aprender de algumas crianças. Para fins de referência, os discursos médico e pedagógico podem ser compreendidos como todo discurso produzido por estas instituições, caracterizados por normas, regras, poder e saber. O Prof. Paulo de Salles Oliveira (IPUSP) abordará a temática quanto às relações entre cultura e afeição na produção da solidariedade, como contraponto às expressões de egoísmo, indiferença e descaso em relação aos outros, formas predominantes na sociedade em que vivemos. Interessa, portanto, a dissidência (Benjamin, 1986), o modo pelo qual, mesmo em ambiente não favorável, determinadas manifestações sócio culturais ainda assim encontrem terreno para frutificar e produzir cenários sociais culturalmente expressivos. Conquanto a cooperação, e portanto a solidariedade, tenha sido enfatizada como algo constituinte da condição humana (Argyle, 1991), as sociedades atuais têm mostrado exatamente como se reproduzem e se afirmam as formas opostas de percepção e de atuação, seja pela indiferença aos infortúnios do outro (Dejours, 1999) seja pela volatilidade das interações (Bauman, 2004). Elegerá grupamentos sociais em que a solidariedade é o ingrediente fundamental de articulação entre as pessoas. Interessa estudar como nasce a necessidade de se agruparem solidariamente e quais os obstáculos para que organizações deste naipe possam se sedimentar

ou mesmo se expandir em escala social mais ampla. A Profa. Maria Isabel da S. Leme (IPUSP) discutirá as relações entre afetividade e cultura, tomando o conflito interpessoal como foco da análise. A pesquisa a ser apresentada tem por objetivo analisar as relações entre cultura e afetividade no que tange a resolução do conflito interpessoal. Embora algumas emoções sejam universais, assim como a percepção da sua duração e controle, a cultura interfere principalmente no que diz respeito à forma de manifestação. Em relação ao conflito interpessoal, as pesquisas têm verificado que diferenças nas orientações culturais, coletivistas ou individualistas, afetam a seleção de estratégias de resolução. Nas culturas ditas coletivistas, como a brasileira, encontra-se maior tendência do que nas individualistas em privilegiar estratégias de esquiva em detrimento das de enfrentamento, o que ocorre em função da maior preocupação com os sentimentos e consequências da outra parte, especialmente se é um membro do mesmo grupo, como um familiar ou amigo. Características demográficas como nível socioeconômico, idade e sexo, assim como certas instituições sociais, como a escola, também criam “sub culturas” que têm impacto sobre a seleção de estratégias de resolução do conflito. Segundo a Professora, em pesquisas realizadas desde a década de 1990, têm-se verificado que alunos de escola pública, em geral originários de níveis sócio econômicos menos privilegiados, escolhem mais estratégias de minimização e menos de enfrentamento do que alunos de escola privada, cuja faixa de renda é mais alta. Essas diferenças poderiam ser atribuídas às práticas parentais de socialização, que nos segmentos mais afluentes enfatizam a mais a autonomia do que nos menos privilegiados. A percepção das práticas

disciplinares, tanto dos pais, como da escola estão sendo investigadas para comparar sua influência sobre as diferenças encontradas entre os dois tipos de escola. A Profa Maria Thereza Costa Coelho de Souza (IPUSP) apresentará para esta discussão a visão piagetiana sobre afetividade e cultura. Seu ponto de partida será algumas críticas feitas à teoria de Jean Piaget de que este autor não deu importância para a afetividade, limitando-se ao estudo da inteligência, ou, o que é pior, submetendo o desenvolvimento afetivo ao cognitivo. Outro aspecto bastante criticado é o fato deste autor considerar quando perguntado, que seus achados foram confirmados ‘interculturalmente’, uma vez que seus experimentos foram replicados em diferentes regiões do globo terrestre (África, Américas e países da Europa), gerando resultados comparáveis. O objetivo será, então, discutir estas críticas à luz das idéias piagetianas de afetividade e cultura, destacando a partir daí, as relações entre conceitos deste autor e as perguntas que deram origem aos seus estudos, assim como às pesquisas da professora sobre valorizações afetivas. Teria tido ele originalmente perguntas sobre a afetividade e sobre influências culturais? Como concebeu o papel da afetividade no desenvolvimento psicológico? Qual sua visão de cultura? Ao apresentar a afetividade como presente em toda conduta, com um papel dinamizador, ou seja, energético, que impulsiona as condutas, papel que é tão necessário quanto o assumido pela inteligência (o de estruturação), Piaget desfaz enganos de interpretação sobre sua abordagem, e mais, inova o campo das relações entre afetividade e inteligência, propondo uma visão não-dicotômica do assunto. Quanto à cultura, o assunto é mais complexo, pois fogia ao interesse maior do autor, qual seja, a

compreensão do sujeito epistêmico. Em outras palavras, não foi tema de Piaget a cultura, ou influências culturais, que poderiam interferir no desenvolvimento da inteligência e na construção dos conhecimentos sobre o mundo e si mesmo. Reconheceu, no entanto que fatores culturais são importantes para o desenvolvimento, sobretudo no que tange aos sentimentos, mais suscetíveis a influências contextuais; esta será a tônica da exposição para este simpósio. O foco do Prof. José Moysés Alves (UFPA), será sobre cultura e afetividade na educação em ciências, especificamente, na relação entre ensino com pesquisa e motivação para aprender. O conhecimento científico tem sido concebido como verdade descoberta no ensino de ciências tradicional. Este ensino preocupa-se fundamentalmente com o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, que aprendem apenas sobre os produtos da ciência. O ensino com pesquisa é uma tendência mais atual na educação em ciências, que considera a produção do conhecimento científico como uma construção e o ensino de ciências como um processo de enculturação. Tal ensino preocupa-se com a motivação dos estudantes e pretende proporcionar a eles uma aprendizagem significativa. Desta forma, o ensino com pesquisa objetiva despertar o interesse dos estudantes para temas relevantes e comprometê-los com a própria aprendizagem. O estudo a ser apresentado detém-se nas características desta nova cultura da educação científica escolar e nos resultados de pesquisa sobre a motivação de estudantes neste contexto. Tais resultados nem sempre confirmam a expectativa de promoção da motivação dos alunos, chamando a atenção para diversos fatores envolvidos no processo, que precisam ser considerados pelos professores de ciências. A ênfase do trabalho

do Prof. Sérgio A. da S. Leite (FE/UNICAMP) será as relações entre ensino e afetividade, a partir de sua experiência como pesquisador da alfabetização, tomando como referência idéias de Vygotsky e Wallon, que defendem o caráter histórico e cultural do desenvolvimento humano. Assim, as pesquisas a serem discutidas no grupo se centram nas relações entre o sujeito (aluno) e objeto (conteúdos escolares), relações que são mediadas pelos agentes educacionais, com destaque para o papel do professor. A apresentação analisará estas relações em sala de aula e defende a idéia de que todas as decisões pedagógicas, planejadas e desenvolvidas pelo professor tem repercussões afetivas nos alunos, as quais vão determinar, parcialmente, a qualidade das relações que se estabelecem entre os alunos e os referidos objetos de estudo. A Profa. Kátia Amorim (FFCLRP-USP) discorrerá sobre bebês, em seus dois primeiros anos de vida. Especificamente, a meta será discutir a construção de vínculos e as relações afetivas (sejam estas com mãe, educadora, avó, pares de idade) como atravessadas, marcadas pela cultura, constituindo modos de relação e de possibilidades desenvolvimentais. A proposta é discutir a afetividade como elemento que garante as relações, o que possibilita a apropriação da cultura; e, também o inverso: o quanto a cultura contribui para a constituição das relações afetivas. Na verdade, como ambas dialeticamente se interconectam.

3. Participantes:

1. Maria Thereza Costa Coelho de Souza – USP-SP (Coordenadora)
2. Alysson Massote de Carvalho – UFMG
3. José Moysés Alves – UFPA

4. Kátia Amorim – USP-RP
5. Livia Mathias Simão – USP-SP
6. Maria Isabel Pedrosa – UFPE
7. Maria Isabel da Silva Leme – USP-SP
8. Paulo de Salles Oliveira – USP-SP
9. Sérgio Antonio Da Silva Leite – UNICAMP

GT 15 - Cotidiano e práticas sociais

1. Histórico

O GT Cotidiano e Práticas Sociais foi constituído no VIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio da ANPEPP, realizado em Serra Negra, SP em 2000. A proposta emergiu de preocupações teóricas e políticas compartilhadas e reuniu, nesta ocasião, pesquisadores de áreas distintas que vinham estabelecendo interlocução em fóruns diversos. O GT foi originalmente composto por pesquisadores da área de desenvolvimento e educação infantil (Maria Clotilde Rossetti Ferreira, Ana Luiza Smolka, Ângela Branco, Carmem Creide e Solange Jobim), da área de saúde (Fernando Gonzalez Rey, Mary Jane Spink e Martha Traverso) e da área de pesquisa-ação, governança e desenvolvimento sustentável (Sandra Azeredo, Peter Spink e Marcos Reigota). Reuniu-se pela segunda vez no IX Simpósio, em Águas de Lindóia, SP, quando Neuza Guareschi passou a integrar o grupo, trazendo a contribuição dos “estudos culturais”. Para o terceiro encontro do GT Cotidiano e Práticas Sociais, no X Simpósio, houve uma re-configuração dos integrantes com a saída de pesquisadores da área de desenvolvimento, que integraram um novo GT. Entretanto o elo com esse novo grupo foi mantido com a entrada de Kátia Amorim, pesquisadora do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI). Além disso, três

novos membros integraram o GT: Valéria Kemp, (Universidade Federal de São João Del Rei), ex-orientanda de Peter Spink; Henrique Caetano Nardi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), membro do Grupo de Pesquisa de Neuza Guareschi, com interlocução com Mary Jane na área de saúde e com Sandra, no que concerne às reflexões feministas sobre dispositivos de sexualidade, e Ronald Arendt, (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) que compartilha com os demais membros do GT interesses vários, como os processos de subjetivação e as contribuições de autores que refletem sobre a contemporaneidade, entre eles, Bruno Latour. Nessa ocasião, o GT assumiu o desafio de desenvolver um projeto coletivo e produziu uma série de textos que foram publicados em 2005 pela Editora Cortez, na forma de coletânea, intitulada Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais, organizada por Mary Jane e Peter Spink. Em seu quarto encontro, no XI Simpósio, o GT houve nova reestruturação na medida em que a maior parte de seus membros assumiu mais radicalmente a postura crítica pós-moderna. Permaneceram no GT: Martha Traverso, Peter Spink, Marcos Reigota, Mary Jane Spink, Solange Jobim, Neuza Guareschi, Henrique Nardi e Ronald Arendt. Passaram a integrar o GT mais quatro pesquisadores, a saber: Márcia Moraes (Universidade Federal Fluminense), Vera Mincoff Menegon (Universidade Católica Dom Bosco), Benedito Medrado (Universidade Federal de Pernambuco) e Ricardo Pimentel Mélo (Universidade Federal do Ceará). Como resultado dos trabalhos apresentados e das discussões realizadas pelo GT nesse Simpósio, publicou-se, em 2008, a edição especial da Revista Psicologia & Sociedade, intitulada “Modos de Pesqui-

sar no Cotidiano: um olhar a partir da Psicologia Social”, contando como editoras convidadas Mary Jane Spink e Neuza Guareschi. Os artigos produzidos pelos membros do GT para esse número especial interconectam três temáticas: espaços de pesquisa-intervenção; análise de textos e imagens que circulam no cotidiano e formas de pesquisar em espaços públicos de convivência. Em sua quinta edição, no XII Simpósio da ANPEPP, o GT passou por outra re-organização em sua composição: Peter Spink passou a integrar o GT de Trabalho e Organizações e Martha Traverso-Yépez, deixou o grupo por motivos de viagem ao exterior. Em contrapartida, o grupo recebeu cinco novos membros, que vieram fortalecer as redes de colaboração, interconectando grupos de pesquisa já cadastrados no CNPq e expandindo as possibilidades de interlocução e ações conjuntas. Assim passaram a integrar o GT, seis pesquisadores: três da Região Nordeste, vinculados ao grupo de pesquisa sobre práticas discursivas, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro e Jefferson Bernardes (UFAL) e Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, do Programas de Pós-graduação da UFPE, onde compartilha seus estudos sobre gênero e sexualidade com Benedito Medrado; uma pesquisadora da Região Sul, Lilian Rodrigues Cruz, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Literatura da Universidade de Santa Cruz do Sul, associada ao grupo de pesquisa coordenado por Neuza Guareschi; duas da Região Sudeste, Vânia Belli, da Universidade Salgado de Oliveira, e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, do Programa de Pós-graduação da UFRJ, cuja perspectiva teórica dialoga com Michel Foucault e Bruno Latour, autores que são referências centrais para vários membros do GT, entre eles Ronald Arendt e Márcia Moraes, que atuam na

mesma região. Chegamos à sexta edição do GT, que se reunirá no XIII Simpósio da ANPEPP, que contará com todos os membros que participaram do último encontro, fato este que veio a fortalecer os esforços conjuntos de pesquisas, de produção científica e de outras atividades da vida acadêmica. Como parte da preparação do próximo encontro vários membros do GT se reuniram no CONPSI em 2009 (Márcia Moraes, Ronald Arendt, Solange Jobim, Benedito Medrado, Ricardo Pimentel, Jefferson Bernardes, Mary Jane Spink, Rosineide Cordeiro, Henrique Nardi, Neuza Guareschi). Além disso, a entrada de seis novos integrantes contribuirá para reafirmarmos a representatividade do grupo em diferentes regiões brasileiras com a inclusão de membros da região Centro-Oeste, (Anita Guazzelli Bernardes, da UCDB/MS, e Dolores C. Galindo da UFMT); do Nordeste (Luciana Lobo, UFC, e Simone Hüning da UFAL) e da Região Sudeste (Emerson Rasera da UFU/MG e Pedro Bicalho da UFRJ). Esses profissionais estão envolvidos com docência, pesquisa e outras atividades de âmbito acadêmico, apresentando vínculos e atividades compartilhadas com os atuais membros do GT, conforme explicitado no item relativo à produção.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O tema escolhido para o GT de 2010 é “Pesquisa como in(ter)venção no cotidiano: entre saberes, poderes e práticas”, que acompanha e responde aos principais objetivos do XIII Simpósio (Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção), mas busca fazê-lo de acordo com a perspectiva ético-política que é própria do grupo. A proposta é de usar pesquisas de membros do GT como eventos disparadores da discussão sobre

saberes, poderes e práticas associadas à vertente crítica da Psicologia Social. O Programa do Seminário prevê cinco reuniões de trabalho de GT, sendo a última destinada à elaboração de síntese das reuniões anteriores. Em cada uma das quatro sessões será apresentada uma pesquisa de um dos membros do grupo, que será debatida por cinco ou seis pessoas previamente definidas. As pesquisas que servirão como disparadores de discussão foram escolhidas dentre aquelas ora em andamento, em que procuramos mesclar temas, olhares teóricos e regiões de atuação dos pesquisadores-coordenadores visando, assim, tensionar a discussão e avançar na elaboração de definição dos aportes teóricos em que o grupo se ancora. Esses projetos serão enviados aos debatedores (e demais membros do GT), com três meses de antecedência, de modo que os mesmos possam preparar suas contribuições. Não se trata, então, de debater o projeto propriamente dito, mas de utilizá-lo como oportunidade para aprofundar a reflexão a partir das perspectivas teóricas e experiências de pesquisa de cada um. Para a escolha das pesquisas-disparadoras e dos debatedores, realizamos uma análise dos temas de pesquisa de todos os membros do GT, em seguida, definimos as temáticas que orientarão cada uma das 4 sessões e, finalmente, escolhemos a pesquisa disparadora buscando mesclar diferentes regiões do país, conforme apresentamos a seguir.

1. Modos de ser na sociedade tecnológica, pesquisa-disparadora: Produção de subjetividades na sociedade tecnológica (Rosa Pedro, UFRJ), debatedores a serem definidos pelo GT;
2. A Psicologia nos serviços de saúde: formação e in(ter)venção no cotidiano, pesquisa-disparadora: A paternidade no contexto da gravidez na adolescência (Benedito

Medrado, UFPE), debatedores a serem definidos pelo GT;
- 3. Políticas públicas de educação e a formação em Psicologia, pesquisa-disparadora: Políticas públicas de educação, homofobia e Psicologia (Henrique Nardi, UFRGS), debatedores a serem definidos pelo GT.
- 4. Cidadania e modos de subjetivação: saberes, poderes e práticas, pesquisa disparadora: Perspectivas da juventude contemporânea: ética, participação política e modos de subjetivação (Solange Jobim, PUCRJ), debatedores a serem definidos pelo GT.

Como um dos produtos desse trabalho, a nossa projeção é que o debate assim propiciado poderá resultar em quatro artigos temáticos elaborados em co-autoria pelos expositores e debatedores.

3. Participantes

1. Mary Jane Spink – PUC-SP (Coordenadora)
2. Anita Guazzelli Bernardes – UCDB-MS
3. Benedito Medrado – UFPE
4. Dolores Cristina Gomes Galindo – UFMT
5. Emerson F. Raserá – UFU
6. Henrique Caetano Nardi – UFRGS
7. Jefferson de Souza Bernardes – UFAL
8. Lílian Rodrigues da Cruz – Universidade de Santa Cruz do Sul
9. Luciana Lobo Miranda – UFC
10. Márcia de Oliveira Moraes – UFF
11. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro – UFAL
12. Marcos Antonio dos Santos Reigota – UNISO
13. Neuza Maria de Fátima Guareschi – PUC-RS
14. Pedro Paulo G. Bicalho – UFRJ
15. Ricardo Pimentel Mello – UFC
16. Ronald Arendt – UERJ
17. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro –

UFRJ

18. Simone Hüning – UFAL
19. Solange Jobim e Souza – PUC-RJ
20. Vânia Belli – Universidade Salgado de Oliveira-RJ
21. Vera Sonia Mincoff Menegon – PUC-SP

GT 16 - Cultura organizacional e saúde no trabalho

1. Histórico

O GT “Cultura organizacional e saúde no trabalho” reuniu-se, pela primeira vez, durante o IX Simpósio da ANPEPP, ocorrido em 2002. Seu objetivo era congregar pesquisadores que, há vários anos, vinham realizando pesquisas e publicações nas áreas de cultura organizacional e/ou de saúde no trabalho e possuíam preocupações compartilhadas no que tange ao estudo das inter-relações entre cultura e saúde no trabalho. Na ocasião, o GT contou com a participação de oito pesquisadores, associados a três diferentes instituições, e teve como principal produto a organização de um livro, intitulado “Cultura e Saúde nas organizações”, que foi publicado em 2004. No simpósio seguinte, o grupo incorporou dois novos membros, tendo funcionado, conseqüentemente, com 10 pesquisadores, pertencentes a cinco instituições distintas. Durante esse encontro, as discussões acerca das inter-relações entre cultura e saúde prosseguiram, tendo como foco a questão do estresse e do burnout, o que redundou em um segundo livro, sob o título de “Estresse e cultura organizacional”, publicado em 2008. Durante o XI Simpósio, o grupo se reorganizou, com a movimentação de alguns membros para outro grupo e a incorporação de novos pesquisadores, embora tenha continuado com 10 membros (pertencentes a cinco diferentes

instituições) e a se referenciar à análise das inter-relações entre cultura e saúde. Contudo, o foco das discussões girou em torno da questão da saúde no trabalho e da elaboração de um projeto conjunto de pesquisa sobre o assunto, a ser conduzido por todos os membros do GT. Nesse sentido, emergiu do grupo a proposta de realização inicial de uma pesquisa exploratória, no período decorrente entre aquele simpósio e o seguinte, com a finalidade de reunir subsídios para o aprofundamento da discussão dos conceitos de saúde e de bem-estar no trabalho e de estabelecer limites conceituais e empíricos mais nítidos entre esses dois construtos. Nesse sentido, os dados referentes a essa etapa exploratória da pesquisa foram coletados em diferentes pontos do país, por todos os membros do GT, e analisados. Por ocasião do XII Simpósio, os resultados de tal pesquisa foram discutidos e o grupo avaliou que, antes de prosseguir com o objetivo de realizar a pesquisa propriamente dita, deveria aprofundar a discussão teórica acerca da questão da saúde e bem-estar nas organizações. Surgiu assim a proposta de se elaborar um novo livro, a ser intitulado de “Saúde e bem-estar no trabalho: Dimensões individuais e culturais”, em cujos capítulos todos os membros do GT trabalharam nos últimos 18 meses. Dessa forma, durante o XIII Simpósio, o grupo pretende dar continuidade ao processo descrito, em conformidade com os objetivos expostos na seção a eles pertinente.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Dando continuidade à proposta que norteou os trabalhos durante o XII Simpósio, o GT terá os seguintes objetivos: 1. Apresentar e discutir os diferentes capítulos do livro, que se encontram organizados da seguinte forma:

Capítulos	Autores	Relator
1. Saúde e bem-estar no trabalho: Limites e interfaces conceituais	Helenides Mendonça, Maria Cristina Ferreira, Juliana Porto e Daniela Zanini	Sinésio Gomide Junior
2. Bem-estar e felicidade nas organizações de trabalho	Maria das Graças Torres da Paz, Elaine Rabelo Neiva e Marina Campos Dessen	Helenides Mendonça
3. Estresse, <i>burnout</i> e <i>coping</i> : Aproximações e divergências	Mauricio Robayo Tamayo, Helenides Mendonça e Eliete Neves da Silva	Ione Vasques-Menezes
4. Organização do trabalho: Implicações para a saúde do trabalhador	Ione Vasques - Menezes e Sônia Regina Pereira Fernandes	Maurício Tamayo
5. Saúde organizacional e saúde do trabalhador	Sinésio Gomide Júnior e Ione Vasques-Menezes	Sônia Regina Fernandes
6. Antecedentes individuais do bem-estar no trabalho sob a ótica da psicologia positiva	Maria Cristina Ferreira e Eveline Maria Leal Assmar	Juliana Porto
7. Subjetividade, poder organizacional e bem-estar	Maria das Graças Torres da Paz e Marina Dessen	Elaine Rabelo Neiva
8. Valores, confiança do empregado e bem-estar subjetivo	Áurea de Fátima e Sinésio Gomide Júnior	Maria Cristina Ferreira
9. Mudança Organizacional e seus efeitos colaterais: Stress, adoecimento e bem-estar nas organizações	Elaine Rabelo Neiva	Lucia França
10. (In)Congruência indivíduo-ambiente: Relações com bem-estar, estresse e <i>burnout</i>	Juliana Barreiros Porto e Mauricio Robayo Tamayo	Áurea de Fátima
11. Práticas organizacionais e saúde das organizações	Sinésio Gomide Júnior, Áurea de Fátima Oliveira e Ione Vasques-Menezes	Lucia França
12. Bem estar na aposentadoria	Lucia França	Maria das Graças Torres da Paz

1. Discutir a organização final a ser dada ao livro em termos de seções e ordem dos capítulos; 2. Discutir e elaborar um modelo de bem-estar nas organizações, a ser adotado como estrutura de referência teórica para a elaboração de projeto de pesquisa a ser conduzido pelo grupo após o simpósio; 3. Discutir e elaborar projeto preliminar de pesquisa focado na saúde e bem-estar nas organizações, a ser conduzido pelo grupo após o simpósio; 4. Discutir as parcerias e fontes de fomento a serem solicitadas para o referido projeto; 5. Planejar as diferentes etapas de execução do projeto. Para se atingirem os objetivos propostos, a seguinte dinâmica de trabalho será adotada: 1. Recebimento prévio, por parte de todos os membros do GT, dos capítulos do livro para os quais atuarão como relatores (até 31/10/2009); 2. Devolução dos capítulos aos autores, com as análises críticas e sugestões sobre cada um deles (até 31/12/2009); 3. Envio dos capítulos com as modificações sugeridas pelos relatores aos demais componentes do GT (até 31/3/2010); 4. Discussão final sobre os capítulos do livro, com ênfase nos aspectos relevantes à elaboração de modelo a ser proposto como referencial para o projeto de pesquisa a ser conduzido pelo grupo (XIII Simpósio); 5. Planejamento preliminar de projeto de pesquisa a ser conduzido pelo grupo após o simpósio (XII Simpósio); 6. Planejamento das etapas e parcerias a serem formadas para o desenvolvimento do projeto, especialmente no que tange à cronograma de execução e díades ou tríades a ficarem responsáveis por cada subprojeto (XII Simpósio); 7. Elaboração de projeto final de pesquisa sobre saúde e bem-estar nas organizações (Após o XII Simpósio); 8. Coleta de dados do projeto, pelas diferentes díades ou tríades formadas durante o simpósio (Após o XII Simpósio).

3. Participantes

1. Maria Cristina Ferreira – UNIVERSO (Coodenadora)
2. Áurea de Fátima Oliveira – UFU
3. Elaine Rabelo Neiva – UnB
4. Helenides Mendonça – UCG
5. Ione Vasques-Menezes – UnB
6. Juliana Barreiros Porto – UnB
7. Lucia França – UNIVERSO
8. Maria das Graças Torres da Paz – UnB
9. Maurício Robayo Tamayo – UnB
10. Sinésio Gomide Júnior – UFU

GT 17 - Desenvolvimento familiar

1. Histórico

A maioria dos participantes do grupo mantém relações profissionais há aproximadamente 20 anos, cujas origens remontam do período de graduação, na década de 70, realizado na Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto. Os demais membros do grupo foram sendo 'agregados', ao longo destes anos, em decorrência da experiência comum de terem cursado doutorado na mesma IES (no caso, USP-São Paulo e Ribeirão Preto) e/ou por interesse no estudo da 'família', na perspectiva do desenvolvimento. Nos últimos quatro anos, estes laços profissionais foram fortalecidos, sobretudo em decorrência das atividades conjuntas realizadas como parte do GT da ANPEPP, reunido, pela primeira vez no XI Simpósio, ocorrido em 2006. O sucesso do nosso encontro no XII Simpósio realizado em Natal, em 2008, foi fundamental para intensificar a colaboração entre os componentes do grupo e suscitar novas idéias que resultaram em produtos significativos para a pesquisa em desenvolvimento familiar e para o amadurecimento do grupo. Além do estreitamento dos vínculos

profissionais entre os participantes, por meio de atividades acadêmicas, incluindo participações em bancas de defesa de teses e dissertações, organização de simpósio e publicações conjuntas, planejamos novas pesquisas, organizamos um simpósio brasileiro sobre família e desenvolvimento (tema deste GT), sob a coordenação da Profa. Lidia Weber, e também um livro sobre pesquisa com família. Mais ainda, nossas atividades se estenderam para além das fronteiras brasileiras, para incluir parceria internacional com pesquisadores espanhóis (ver detalhes no corpo da proposta ora apresentada). Este intercâmbio de cooperação internacional, possibilitará a este GT ampliar o seu espaço de trabalho no próximo biênio, ao mesmo tempo que dará maior visibilidade aos programas de pós-graduação dos respectivos professores envolvidos, contribuindo para a internacionalização da Pós-graduação brasileira. Assim, a equipe ora proposta é parte de um Grupo de Trabalho que vem desenvolvendo atividades conjuntas regulares e tem tradição na pesquisa e na área de desenvolvimento humano e da família. A produção conjunta do grupo tem sido diversificada incluindo apresentações em Congressos internacionais e nacionais, com resumos publicados. A participação em bancas de exame de qualificação, defesa de mestrado e de doutorado tem sido intensa, sobretudo entre os docentes da UNESP, UFPR, UFSCar e UnB. Destaque também precisa ser dado aos artigos publicados e aceitos para publicação, além de projetos de pesquisa em desenvolvimento. Tudo isto é fruto de um trabalho conjunto dos participantes deste GT, que desde 2006 vem crescendo gradativamente. Considerando a história prévia de formação acadêmica dos participantes, do interesse comum pela investigação de temas

relacionados ao desenvolvimento da família e aos processos educativos, em geral, e a escassez de pesquisas brasileiras sob o enfoque do desenvolvimento humano, os participantes deste GT visam contribuir para o avanço da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil, enfocando tanto questões de desenvolvimento típico quanto atípico, tendo a família como unidade de análise. Para este Simpósio, dois outros professores se juntam a nós neste esforço para contribuir com o avanço do conhecimento na área de desenvolvimento familiar: as Professoras Maria Augusta Bolsanello (PPG-Educação, UFPR) e Morgana de Fátima Agostini Martins (PPG em Educação, Universidade Federal Grande Dourados). Além disso, Andréa Theodoro Toci-Dias concluiu o seu doutorado passando então para a categoria de docente deste GT.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo principal é debater um tema recente e pouco difundido no Brasil, que é o estudo da família na perspectiva do desenvolvimento humano. Entende-se por desenvolvimento familiar a integração formal entre duas áreas: psicologia da família e psicologia do desenvolvimento humano, tendo como base os conceitos e pressupostos da ciência do desenvolvimento humano (Dessen & Costa Junior, 2005)¹. A pesquisa que integra família e desenvolvimento caracteriza-se pela expansão da teoria familiar sistêmica, incluindo a dimensão temporal, na qual a família tem uma série de tarefas a serem cumpridas, em função dos períodos específicos do seu desenvolvimento enquanto grupo e do

1. Dessen, M. A. & Costa Junior, A. L. (Orgs.). (2005). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.

desenvolvimento individual de seus membros. Esta área investiga os processos de continuidade e descontinuidade que ocorrem dentro do contexto familiar, que possui seu próprio processo de transformação e desenvolvimento, que vai além da interdependência entre as trajetórias do desenvolvimento do indivíduo e de sua família (Kreppner, 2003)². A proposta de trabalho está subdividida em quatro partes. A primeira é dedicada à apresentação e discussão do relatório de atividades conjuntas referente ao biênio 2008-2009 e ao planejamento estratégico para as atividades do referido GT para o biênio subsequente: 2010-2011. A segunda parte tem como foco a discussão dos preparativos finais do Seminário organizado pelo GT intitulado “Intervenção Familiar em Desenvolvimento: Promovendo a participação de Famílias NEE”, que ocorrerá em Bauru, em agosto de 2010. Na terceira parte, o GT discutirá as bases do acordo de cooperação internacional que está sendo firmado entre os membros do GT e uma equipe de pesquisadores de duas universidades espanholas: Universidade de Múrcia e Universidade Ramon Llull-Blanquerra, Barcelona. Por fim, o GT apreciará a proposta de desenvolvimento de projeto de pesquisa conjunto. Apresentação e discussão do relatório de atividades do biênio: 2008-2009. Dia 07/06 (segunda-feira), 13:30-15:30h. a) Apresentação do relatório e apreciação das atividades conjuntas que tiveram origem no trabalho de grupo. Relatora: Maria Auxiliadora Dessen (Coordenadora). Observação: O relatório de atividades será encaminhado aos membros do GT, para que possam efetuar a leitura e ava-

liar o desempenho do grupo, com um mês de antecedência. b) Planejamento Estratégico de atividades do grupo para o biênio 2010-2011. Responsável: Maria Auxiliadora Dessen (Coordenadora). Observação: Os membros do GT receberão o planejamento preliminar com um mês de antecedência ao evento, devendo apresentar as suas sugestões para elaboração do planejamento definitivo, a ser aprovado pela maioria de seus membros presentes ao XIII Simpósio. Apresentação do Programa do Seminário “Intervenção Familiar em Desenvolvimento: Promovendo a participação de Famílias NEE”. Dia 07/06 (segunda-feira), 16:00-17:30. Responsáveis: Profas. Lígia Ebner Melchiori e Olga Rolim Rodrigues. Público-Alvo: estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais de psicologia, educação e áreas afins; educadores e professores de escolas infantis e profissionais de centros de atendimento a famílias e crianças NEE. Período: agosto de 2010. Instituição: UNESP. Local: Bauru/SP. Organizadores: GT/Desenvolvimento Familiar. Comissão Organizadora Local: Programa de PG em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Observação: A coordenadora do GT se reuniu com a comissão organizadora local, em outubro passado, para elaboração da proposta preliminar do evento, que terá o apoio do Programa de PG do Departamento de Psicologia e da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UNESP. Apresentação e discussão do Projeto de Intercâmbio Científico submetido à CAPES/DGU, em resposta ao Edital DRI/CGCI no. 018/2009. Dia 08/06 (terça-feira), 13:30-15:30. Responsável: Maria Auxiliadora Dessen (Coordenadora). Título do Projeto: Programas de Educação Familiar em Estimulação e Atenção Precoce: Integrando Modelos de Intervenção e Promovendo a Participação da Família.

2. Kreppner, K. (2003). Social relations and affective development in the first two years in family contexts. Em J. Valsiner & K.J. Connolly (Orgs.), *Handbook of developmental psychology* (pp. 194-214). Londres: Sage.

Natureza: Cooperação em REDE, envolvendo 3 Universidade Brasileiras (UnB, UFPR e UNESP/Bauru) e 2 Universidades Espanholas (Universidade de Múrcia e Universidade Ramon Llull-Blanquerra, Barcelona). Resumo: a proposta envolve diretamente os participantes do GT destas Universidades e, indiretamente, todos os demais participantes. A proposta foi encaminhada por iniciativa do GT, como uma das ações previstas no 'Plano de Políticas e Estratégias para o desenvolvimento da área de Desenvolvimento Familiar no Brasil, discutido no XII Simpósio realizado em Natal. Ela é dirigida às famílias de crianças de alto risco, ou com transtornos no desenvolvimento, mas também às famílias em geral, e tem por objetivo principal fomentar a pesquisa e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de crianças de 0 a 6 anos que necessitam de estimulação e atenção precoce e de todos os seus familiares. A proposta tem por objetivos: a) a formação de recursos humanos de alto nível, tanto para a pesquisa quanto para o atendimento de crianças de 0-6 anos de idade e suas famílias que necessitam de estimulação e atenção precoce, visando, assim, a prevenção e a promoção do desenvolvimento humano e da saúde; b) a produção de conhecimento empírico, visando fornecer subsídios para: 1. a elaboração de programas de educação familiar que possam ser úteis para a formulação de políticas públicas das áreas de saúde e educação; 2. a melhoria da qualidade dos serviços prestados por centros de desenvolvimento infantil e instituições de reabilitação, bem como por escolas infantis. Defendemos que colocar ênfase na criação e desenvolvimento de programas de prevenção, desde a mais tenra idade, é trabalhar na direção do futuro, é planejar a possibilidade de que as crianças com ou

sem deficiências, ou com ou sem risco, melhorem substancialmente o seu desenvolvimento, que os pais melhorem suas interações com os filhos e aprendam a se sentir competentes como pais. Assim, com este projeto de cooperação internacional, pretendemos contribuir para o desenvolvimento científico da área, tanto no contexto nacional como internacional, e para a melhoria da qualidade de vida das famílias e das crianças em desenvolvimento, tanto do Brasil como da Espanha. Esclaremos que a proposta encontra-se em análise de mérito pela CAPES, mas há o compromisso de ambas as equipes (brasileira – GT ANPEPP e a espanhola) em desenvolver a parceria, independentemente do apoio da CAPES/DGU. O plano de atividades é para o biênio 2010-2011, o que corresponde ao período entre o XIII e o XIV Simpósios da ANPEPP, podendo ser renovada para mais dois anos. Apresentação e discussão do Projeto de Pesquisa Conjunto, provisoriamente intitulado "Famílias Brasileiras: caracterização dos sistemas familiares, valores, crenças e práticas parentais". Dia 08/06 (terça-feira), 16:00-17:30. Responsável: Profa. Lídia Weber. Observação: Os membros do GT receberão o projeto de pesquisa preliminar com um mês de antecedência, para que possam apreciá-lo, dando as suas sugestões para a elaboração do projeto definitivo, a ser aprovado pela maioria dos membros presentes ao XIII Simpósio. Trata-se de projeto a ser coordenado pela Profa. Lídia Weber, da UFPR.

3. Participantes

1. Maria Auxiliadora Dessen – UnB (Coordenadora)
2. Nara Liana Pereira-Silva – IESB
3. Ligia Ebner Melchiori – UNESP-

- Bauru
4. Olga Maria P. Rolim Rodrigues – UNESP-Bauru
 5. Silvia Regina R. Lucato Sigolo – UNESP-Araraquara
 6. Andréa Theodoro Toci-Dias – Mudança de IES
 7. Ana Lúcia Rossito Aiello – UFSCar-SP
 8. Lídia Natália D. Weber – UFPR-PR
 9. Maria Augusta Bolsanello – UFPR-PR
 10. Morgana de Fátima A. Martins – UFGD-Dourados
 11. Taciana Mirna Sambrano – UFMT
 12. Simone Cerqueira da Silva – UNB
 13. Sylvia Regina Carmo Magalhães Sena – UNB
 14. Ana Carolina V. B. Villares – UNB
 15. Maira Ribeiro Oliveira – UNB
 16. Ana Paula Viezzer Salvador – UFPR
 17. Tatiane O. Zanfeli – UFSCar
 18. Nancy Capretz B.da Silva – UFSCar

GT 18 - Desenvolvimento sociocognitivo e da linguagem

1. Histórico

A idéia da criação de um Grupo de Trabalho em “Desenvolvimento Sociocognitivo e da Linguagem” nasceu da busca de maior interação e colaboração entre pesquisadores interessados no estudo da aquisição e desenvolvimento da linguagem. A partir de encontros em conferências nacionais e internacionais (desde o ano de 2003), comissões examinadoras de mestrado e doutorado, bancas de concursos públicos e do conhecimento de nossas publicações sobre o tema da linguagem, constatou-se a existência de investigações afins sobre os processos sociais e cognitivos responsáveis pelo desenvolvimento da linguagem, em diferentes centros de

pesquisa no País, assim como de um interesse comum por programas de intervenção voltados para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Em vista disso, uma série de ações concretas de trabalho colaborativo começaram a ocorrer. Foram organizados simpósios, livros, ocorreram convites para bancas examinadoras e outras ações que promoveram intercâmbio e colaboração entre os pesquisadores, que acabaram por unir-se na proposta de formação de um Grupo de Trabalho nos moldes propostos pela ANPEPP. Assim começou este GT criado em 2006, sob a coordenação da colega Claudia Cardoso-Martins, da UFMG. Começou com 13 participantes, entre os quais havia 2 doutorandos e 3 jovens doutores. No Simpósio ANPEPP de 2008 o GT reuniu-se, tendo crescido em número de participantes (os alunos se doutoraram e continuaram a colaborar no GT), e com publicações conjuntas (2 livros e artigos de periódicos), além de outras atividades colaborativas em bancas e eventos. No Simpósio da ANPEPP de 2008, por iniciativa da coordenadora, decidiu-se por um rodízio na coordenação do GT, tendo assumido então Maria Regina Maluf, da PUCSP na coordenação e Tania Sperb, da UFRGS na vice-coordenação. Atualmente participam do GT pesquisadores de 14 Instituições distribuídas nas distintas regiões do País.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Os objetivos do GT devem ser vistos em duas grandes vertentes: a- o fortalecimento e desenvolvimento de novos estudos e pesquisas sobre desenvolvimento sociocognitivo e da linguagem oral e escrita; b- a formação de recursos humanos por meio dos cursos de pós-graduação, exercitando formas de intercâmbio e integrando no GT alunos de

doutorado com potencial e atividades de pesquisa. São objetivos específicos deste GT: 1- Incentivar, promover e divulgar pesquisas sobre o desenvolvimento sociocognitivo e da linguagem, por meio de projetos em colaboração, de participação conjunta em eventos e de publicações, com ênfase na inclusão de doutorandos visando à formação de recursos humanos na área; 2- Defender os interesses e promover o aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação no Brasil, promovendo o intercâmbio e a cooperação entre centros de pesquisa em que existam estudos e projetos sobre as relações entre o desenvolvimento sociocognitivo e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita; 3 - Promover o intercâmbio com centros estrangeiros de pesquisa sobre a temática, por meio da colaboração com pesquisadores estrangeiros em eventos realizados no exterior e em eventos promovidos no Brasil. A proposta do GT para os próximos 2 anos consiste na busca desses objetivos e pode ser sintetizada em 3 vertentes de atividades: - Dar continuidade ao aprofundamento teórico e empírico no estudo do desenvolvimento sociocognitivo e da linguagem por meio do intercâmbio entre os pesquisadores. Esse intercâmbio ocorre por meio de convites para bancas examinadoras e de concursos públicos, atividades conjuntas em Eventos, projetos de pesquisa em parceria, publicações conjuntas em livros e periódicos. - Essas mesmas atividades do item anterior deverão ocorrer também voltadas para a formação de recursos humanos, mais especificamente formação de pesquisadores. Isso ocorrerá por meio de convites aos membros do GT para assessorar projetos, participar em bancas, dar cursos de curta duração e palestras. Busca-se a inserção sobretudo de doutorandos e jovens doutores. - Finalizar a

organização de livros sobre desenvolvimento sociocognitivo, linguagem oral e linguagem escrita. Esses livros deverão ter um caráter didático no sentido de poderem ser utilizados em cursos de graduação e pós-graduação como apoio à formação para a pesquisa nessa área temática. Três livros foram organizados durante o biênio 2008-2009 e estão sendo finalizados (títulos e sumários constam no item “publicações” desta proposta). Deverão ser publicados ainda no 1º. Semestre deste ano de 2010. Estão em fase de preparação alguns artigos escritos em colaboração, para serem publicados no biênio 2010-2012. **Faz parte desta proposta dar andamento a dois projetos:** 1- Organização de um número especial da Revista Educar, UFPr, Dossier sobre Metalinguagem e Alfabetização, a cargo dos membros do GT sob a coordenação de Sandra Kirchner Guimarães: Dossier n. 38 de EDUCAR EM REVISTA, a ser publicado pela UFPr em setembro- dezembro de 2010; 2- A realização de um Seminário Internacional de Alfabetização, previsto para maio 2011, para o qual serão convidados parceiros estrangeiros. Os primeiros passos estão sendo dados por uma comissão inicial composta por 5 membros do GT: Maria Regina Maluf, Cláudia Cardoso-Martins, Simone Domingues Ferreira, Maria José dos Santos, Sara Del Prete Panciera.

3. Participantes:

1. Maria Regina Maluf – PUCSP (Coordenadora)
2. Tania Sperb – UFRGS
3. Antonio Roazzi – UFPe
4. Débora de Hollanda Souza – UFSCar
5. Márcia Maria Peruzzi Elia Mota – UFJFo
6. Maria José dos Santos – UFGO

7. Sandra Regina Kirchner Guimarães – UFP
8. Zena Winona Eisenberg – UERJ
9. Sandra Patricia Ataíde Ferreira – UFPE
10. Luciana Fontes Pessoa – UERJ
11. Jerusa F. Salles – UFRGS
12. Marisa Cosenza Rodrigues – UFJF
13. Sara Del Prete Panciera – UFSP
14. Adriana Benevides Soares
15. Jane Correa – UFRJ
16. Alina Spinillo – UFPe
17. Sílvia Domingos Barrera – USP/RP
18. Maria da Graça Dias – UFPe
19. Maria Alice de Mattos Pimenta Parente – UFRGS
20. Cláudia Cardoso-Martins – UFMG
21. Simone Ferreira Silva Domingues – UNICSUL
22. Fraulein de Paula – USP
23. Francis Ricardo dos Reios – Justiça-UFPe
24. Cláudia Nascimento Guaraldi – Justiça-UFPe

GT 19 – Dispositivos clínicos em saúde mental

1. Histórico

O tema do XIII Simpósio da ANPEPP, “Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção” explicita nossos fundamentos: articular a pesquisa, a formação e a produção científica com a intervenção no campo da saúde mental. O GT se constituiu para isso, tendo em vista uma demanda, cada vez maior, de pesquisar a prática nos dispositivos clínicos em saúde mental em seus mais diferentes âmbitos – dos CAPS aos hospitais, passando pelos ambulatórios, residências terapêuticas, postos de saúde, serviços de psicologia aplicada, entre outros – tanto para instrumentalizar o trabalho no campo da saúde mental com

articulações teórico conceituais, quanto para enriquecer o campo acadêmico, de formação e de pesquisa com a prática cotidiana e os inúmeros exemplos clínicos que dela emanam. E isso orientado pela psicanálise. Todos os integrantes do GT sustentam trabalhos que estão para além da universidade, como supervisores em dispositivos da saúde mental, como coordenadores de redes que estudam e pesquisam a saúde mental no País, como professores em hospitais, ambulatórios etc. E todos os integrantes do GT se sustentam na referência à teoria psicanalítica, à sua clínica e à sua ética para avançarem em suas pesquisas. A referência inicial foi, sem dúvida, o livro que resultou da tese de doutorado da primeira coordenadora do GT, a Profa. Ana Cristina Figueiredo, *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos (1997)*, no qual se observam as dificuldades inerentes à prática no campo da saúde mental e as tentativas de psicanalistas contribuírem com o funcionamento. Experiência que a maioria dos integrantes do GT viveu ao longo dos anos de suas práticas. Em 2004, foram dadas as bases para nosso trabalho. Em 2006, pudemos identificar os primeiros resultados. Em 2008, a partir desses resultados, o grupo cresceu, tanto no que tange o número de participantes – o que testemunhou a necessidade de uma articulação em nível nacional para estudar e elaborar o tema –, quanto em nível das propostas que se subdividiram em duas. Também em 2008 houve mudança na coordenação, visando a permutação: se a primeira coordenadora foi a Profa. Ana Cristina Figueiredo (UFRJ), a segunda é a Profa. Sonia Alberti (UERJ). A subdivisão em duas linhas visava uma otimização dos trabalhos mas não excluía a constante interseção. As linhas são: a) o trabalho no hospital geral, sua articulação com a

medicina, inclusive a psiquiatria, questões de psicossomática, os ambulatórios de clínica geral e as policlínicas, a clínica-escola, em particular as residências em Psicologia; b) a saúde mental na interseção com a reforma psiquiátrica, a atenção psicossocial, novos dispositivos de saúde mental na atenção básica, nas residências terapêuticas, saúde mental e população de rua, acompanhamento terapêutico, em suma, a clínica no território. O aumento significativo dos integrantes do GT em 2008, demonstrou que o tema do GT interessava a muitos colegas que se distribuem em grande parte do território nacional. Hoje, integram o grupo colegas de nove estados, dez cidades e dez programas de pós-graduação filiados à ANPEPP! As universidades de filiação dos integrantes do GT são: UERJ, UFRJ, UFBA, UFMG, UFPA, UFPB, UnB, UFRGS, UFF, UNIFOR, PUC/SP, PUC/MG, FSP/USP. No total, somos dezesseis membros, professores pesquisadores. Em novembro de 2008, depois dos quatro primeiros anos de trabalho, o GT “Dispositivos clínicos em saúde mental” organizou pela primeira vez uma jornada cuja proposta era fazer trabalhar a partir dos avanços que realizados pelo GT, aplicando as idéias que nele surgiram para tratar de uma questão prática: as eventuais contribuições do GT junto aos profissionais da rede de saúde pública de Belo Horizonte e região metropolitana. A experiência foi muito rica e dela se elaborou uma volume com as debates, em vias de publicação. Para além das reuniões nos Simpósios da ANPEPP, nosso GT se reúne a cada CONPSI. Nossas reuniões são, portanto, anuais. O último CONPSI, o sexto, foi particularmente importante para o grupo pois integravam a comissão organizadora do CONPSI dois membros do GT. Além disso, um deles, a Profa. Ana

Cleide Moreira, foi coordenadora da Comissão Científica. Participou ativamente como avaliadores ad hoc a maioria dos membros do GT e todos estavam em Belém para o Encontro. A reunião do GT em Belém em maio de 2009 foi muito profícua para a organização do grupo, orientando nossa proposta para o XIII Simpósio da ANPEPP.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O GT tem os seguintes objetivos: 1) realizar um trabalho que articule institucionalmente Saúde Mental e Psicanálise tanto em nível universitário quanto dos serviços da rede pública de saúde; 2) articular pesquisa e assistência à população no âmbito da saúde mental, envolvendo diferentes níveis etários, tipos de instituição e quadros psicopatológicos; 3) promover um intercâmbio entre os campos da Psicologia, Medicina e outras áreas da saúde a partir da clínica no contexto da Saúde Mental; 4) manter a ênfase no estudo e aprofundamento dos diferentes dispositivos clínicos de acordo com as novas políticas da saúde mental, e nas contribuições da saúde mental para o tratamento de pacientes institucionalizados a partir do ponto de vista da psicanálise que prioriza o lugar do sujeito. A partir das duas linhas de trabalho delimitadas em 2008, fundamentais para a otimização de nossas articulações, e a partir do que foi proposto na reunião do GT durante o 6o. CONPSI, decidimos orientar nossos debates durante o próximo Simpósio da ANPEPP com duas visadas: A primeira, buscará aprofundar as questões que giram em torno do que nos fundamenta e em torno do que fundamentamos com nosso trabalho em GT, no âmbito da formação, da clínica escola, da psicanálise na universidade, da transmissão que fazemos;

a segunda, buscará estudar como nos sustentamos e como sustentamos com nosso trabalho as práticas em rede – as redes no campo da saúde mental, as redes interinstitucionais, as próprias redes que o GT cria em função de sua proposta de funcionamento. A metodologia de trabalho para a próxima reunião será, portanto, o desenvolvimento desses dois eixos de trabalho, articulados em ambas as linhas que surgiram com as subdivisões criadas em 2008. Para respondermos às questões que daí decorrem, necessitaremos de uma organização em sub-grupos, que em seguida se reunirão para debaterem em conjunto prováveis contribuições de trabalho entre as duas linhas. A composição das linhas de trabalho abaixo relacionadas, já visa destacar os temas com os quais cada membro intervirá nos debates: Linha a) Sonia Alberti (UERJ), Profa. Adjunta do IP/ UERJ é coordenadora da Residência em Psicologia Clínica Institucional do IP no HUPE e desenvolve a articulação entre prática, ensino e teoria como bolsista pesquisadora do CNPq, para identificar os diferentes discursos e práticas em relação ao sintoma e ao corpo; Ana Cleide Moreira (UFPA) coordena os projetos: “Relações de gênero, saúde e produção de subjetividade: vulnerabilidade e a feminização da epidemia do hiv-aids em Belém e Barcarena, PA” e “Tratamento Psicológico em Hospital Geral: contribuições da clínica da melancolia e dos estados depressivos”, no Lab. de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental, PPG em Psicologia em articulação com o H.U. João de Barros Barreto da UFPA; Andréa Hortélio Fernandes (UFBA) é supervisora da Residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental do Hospital Juliano Moreira e desenvolve pesquisa sobre “Os dispositivos clínicos dos psicólogos nos CAPS II da região metropolitana

de Salvador/BA”; Daniela Scheinkman Chatelard (UnB) desenvolve a pesquisa “Prevenção e intervenção na área do pré-natal” na articulação com o Ambulatório Pré-Natal do HUB; Roseane Freitas Nicolau (UFPA) supervisiona os estagiários na clínica-escola da UFPA onde desenvolve pesquisa em psicanálise em um diálogo com a medicina com o projeto “O Sintoma do Corpo”; Leônia Cavalcante Teixeira (UNIFOR) é coordenadora do Laboratório de Estudos e Intervenções Psicanalíticas na Clínica e no Social e supervisora do SPA do Núcleo de Atenção Médico Integrada da Universidade juntamente com Clara Virgínia de Queiroz Pinheiro (UNIFOR). Ambas trabalham numa interface com medicina, antropologia e sociologia. Encontram-se nessa linha de trabalho os professores de Psicologia que estudam a relação da psicanálise com a saúde de uma forma geral, a medicina e as outras clínicas que encontramos no hospital. Linha b) Ana Cristina Costa de Figueiredo (UFRJ) desenvolve seu trabalho no Instituto de Psiquiatria da UFRJ em pesquisa com o tema da construção do caso clínico em saúde mental, é supervisora de CAPS em parceria com a SMS-Rio; Doris Luz Rinaldi (UERJ) coordena a PG em Psicanálise da UERJ, seu projeto de pesquisa no CNPq envolve vários CAPS e alunos de graduação e pós-graduação; Analice de Lima Palombini (UFRGS) estuda “A reinvenção das práticas de cuidado nos serviços residenciais terapêuticos: uma escrita de si”, participa da “Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos”, envolvendo CAPS de três cidades brasileiras, e sustenta o trabalho “A construção do caso e os dispositivos clínico-institucionais do trabalho com a psicose. Projeto interinstitucional de

pesquisa e intervenção junto ao CAPS CAIS Mental, no Centro de Porto Alegre; Andréa Hortélio Fernandes (UFBA) ocupa-se no momento da pesquisa intitulada “Dispositivos Clínicos dos Psicólogos em CAPS II na região metropolitana de Salvador”, visando examinar os dispositivos clínicos utilizados pelos psicólogos, tomando por base o fazer clínico no campo da psicopatologia; Maria Lídia Oliveira de Arraes Alencar (UFF) desenvolve um projeto da clínica da psicose pela via do dispositivo do “acompanhamento terapêutico” no cotidiano, articulando psicose e laço social na experiência da clínica-escola da UFF; Andréa Máris Campos Guerra (UFMG) trabalha o tema da estabilização nas psicoses; Manoel Tosta Berlinck e Ana Cecília Magtatz, ambos da PUCSP, trabalham juntos no Laboratório de Saúde Mental da PUCSP onde desenvolvem a pesquisa sobre a “A reforma psiquiátrica brasileira” recolhendo narrativas de trabalhadores no campo da saúde mental, e Zaeth Aguiar do Nascimento (UFPB) que desenvolve a pesquisa “As oficinas terapêuticas como recurso no processo de desinstitucionalização e inclusão social na assistência em Saúde Mental – Pesquisa-intervenção desenvolvida em um CAPS I na cidade de Cabedelo/PB e em um Ambulatório de Saúde Mental no Hospital Universitário/UFPB”. Sonia Alberti desenvolveu, no último ano e meio, um trabalho de supervisão no CAPES Cidade de Cariacica/ES, com apoio do Ministério da Saúde. Conforme a metodologia já mencionada, continuaremos a enfatizar: 1. pesquisa e publicação – pois esta é uma visada do GT a fim de instrumentalizar trabalhadores no campo da saúde mental a partir do que podem contribuir com seus trabalhos, professores e pesquisadores; 2. desenvolver novas parcerias temáticas

para participação em congressos nacionais e internacionais, avaliar a primeira jornada (2008) e a possibilidade de jornadas futuras; 3. continuar a incrementar parcerias em participação de bancas, co-orientações e docência em cursos e disciplinas nas diferentes universidades, pois esse modo de trabalhar já se mostrou muito profícuo para o grupo; 4. a importância das atas das reuniões que, sem dúvida, são um excelente instrumento para não só estabelecer o que foi feito como também projetar os próximos passos a serem tomados pelo GT.

3. Participantes

1. Sonia Alberti – UERJ (Coordenadora)
2. Ana Cecilia Magtatz – FSP/USP
3. Ana Cleide Guedes Moreira – UFPA
4. Ana Cristina Costa de Figueiredo – UFRJ
5. Analice de Lima Palombini – UFRGS
6. Andrea Hortélio Fernandes – UFBA
7. Andréa Máris Campos Guerra – FAFICH / UFMG
8. Clara Virginia de Queiroz Pinheiro – UNIFOR
9. Daniela Scheinkman Chatelard – UnB
10. Doris Luz Rinaldi – UERJ
11. Jacqueline de Oliveira Moreira – PUC-MG
12. Leônia Cavalcante Teixeira – UNIFOR
13. Manoel Tosta Berlinck – PUC-SP
14. Maria Lídia Oliveira de Arraes Alencar – UFF
15. Roseane Freitas Nicolau – UFPA
16. Zaeth Aguiar do Nascimento – UFPB
17. Claudia Escórcio Gurgel do Amaral Pitanga – IP-UERJ
18. Adriana Cajado Costa – UERJ / Uni-Ceuma
19. Daniela Costa Bursztyn – UERJ

20. Cynara Ribeiro – UFBA

21. Lêda Lessa Andrade Filha – UFBA

GT 20 - Família, processos de desenvolvimento e promoção da saúde.

1. Histórico

O GT Família, Processos de Desenvolvimento e Promoção da Saúde passou a fazer parte da ANPEPP a partir do XI Simpósio da ANPEPP. A constituição desse grupo originou-se do intercâmbio entre pesquisadores e alunos de várias partes do Brasil, com temáticas similares e complementares. Neste primeiro encontro integramos no grupo três doutorandas que hoje compõem o corpo docente de universidades brasileiras e que continuam mantendo um importante e produtivo intercâmbio com os demais integrantes do grupo. No XII Simpósio realizado em Natal, mantivemos a mesma política integrando doutorandas e mestrandas que se destacaram por suas atividades de pesquisa e publicação integradas com o grupo. Posteriormente se tornaram docentes e pesquisadoras mantendo um forte vínculo com o grupo. Essa política integradora assumida pelo grupo está sendo avaliada como muito positiva. O GT se reuniu em maio no CONPSI realizado em Belém, ocasião em que além da participação em inúmeras atividades conjuntas foi possível avaliar o que foi realizado no período posterior ao último simpósio da ANPEPP e reprogramar novas atividades. A possibilidade de um encontro entre as reuniões da ANPEPP para troca de experiências se demonstrou muito profícua. Desde a criação do grupo temos mantido uma certa representatividade das várias regiões do Brasil, e as regiões norte e nordeste têm contribuído muito para

o crescimento do grupo. No XIII Simpósio este GT contará com 17 participantes, vinculados a 9 instituições brasileiras (UNIFOR, UFPA, UFMA, UNICAP, UFV, UFES, UCB, USP, UNIFESP) localizadas em 7 Estados brasileiros (Ceará, Pará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo) e Distrito Federal. Na região norte, se mantém o intercâmbio com a Universidade Federal do Pará através do Prof. Fernando Pontes e a Prof.^a Simone. Trabalhamos em projetos voltados para o estudo da estrutura e dinâmica da família e seus membros na região amazônica e os processos de desenvolvimento. Na última reunião da ANPEPP foram integrados no grupo o Prof. Janari da Silva Pedroso e a doutoranda Lilia Cavalcante, que hoje é docente e pesquisadora da UFPA. Para a próxima reunião a ser realizada em Fortaleza, contaremos com a presença da médica Sílvia Maués, mestranda da UFPA, desenvolvendo o projeto transcultural sobre a Saúde Mental na visão de adolescentes e de suas famílias. Na região nordeste tem se mantido o trabalho integrado com a UNICAP com a Prof. Albenise e sua equipe se integrando no grupo a Prof. Isalena Carvalho, da Universidade Federal do Maranhão, onde desenvolve pesquisa sobre o atendimento de pacientes diagnosticados com psicose e suas famílias no CAPS, continuação de sua tese de doutorado realizado na UnB. A Prof. Christina Sutter, recém-chegada do Haiti onde trabalhou durante um ano na área da saúde no Programa Médicos sem Fronteiras, reassumiu na UNIFOR sua função de docente e pesquisadora se integrando no Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos-LESPLEXOS fazendo parte do sub-projeto de pesquisa sobre a maternidade. Para o próximo simpósio fará parte do grupo a mestranda Edna Preuss,

integrante do LESPLEXOS da UNIFOR. O Prof. Georges Boris da UNIFOR apresentou para a próxima ANPEPP uma proposta de um novo grupo sobre psicologia humanista e fenomenológica deixando por esta razão de participar neste GT. Da região centro-oeste, contamos com a participação da Prof. Maria Alexina Ribeiro da Universidade Católica de Brasília com a qual se desenvolve um intenso intercâmbio através da participação em bancas de dissertações de mestrado, co-orientação de alunos e publicações conjunta. Da região sudeste, na próxima reunião, contaremos com a participação do Prof. Agnaldo Garcia, da Universidade Federal do Espírito Santo, que vem desenvolvendo pesquisas sobre interação, trabalhando sobre a teoria desenvolvida por Hinde, um dos pilares teóricos do grupo. Teremos também a participação da Prof. Raquel Ferreira Miranda da Universidade Federal de Viçosa que após a realização de seu doutorado na UFES vem se dedicando a pesquisa com mulheres capixabas e seus relacionamentos com a família, a comunidade e o trabalho integrando o referencial teórico de Hinde. Na região sul destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Camila Morais, ex-bolsista de iniciação de pesquisa no LESPLEXOS da UNIFOR e posteriormente orientada em seu mestrado pela prof.^a Silvia Koller na UFRGS, trabalhando na pesquisa transcultural sobre a concepção da saúde na visão do jovem e de seus cuidadores no projeto de Porto Alegre. Camila vai integrar pela segunda vez o grupo que ora propomos para avaliar a continuidade dessa ampla pesquisa. Contaremos também com a participação da doutoranda Cybele Ribeiro Espíndola, bolsista da FAPESP, que anteriormente também foi bolsista de iniciação à pesquisa, durante o período que integrou o LESPLEXOS da

UNIFOR e posteriormente se vinculou a Escola Paulista de Medicina – UNIFESP, onde fez o mestrado e atualmente prepara o doutorado no campo da meta-análise. Ainda de São Paulo contaremos com a participação da Prof.^ª Deusivânia Vieira Falcão, da USP, no momento em viagem de intercâmbio científico na Espanha e que também tem desenvolvido um intenso e produtivo intercâmbio com o grupo. Desde a criação deste GT temos intensificado o intercâmbio com instituições na Alemanha, Suíça e nos Estados Unidos. No âmbito internacional convidamos o Prof. Dr. Christoph Käßler da Universidade de Reutling/Tubingen - Alemanha para participar da próxima reunião desse GT. O Prof. Käßler tem colaborado com o LESPLEXOS da UNIFOR para o qual vem anualmente ministrando mini-cursos em metodologia de pesquisa com famílias e participando de reuniões de pesquisa. Neste ano a UNIFOR recebeu uma aluna de sua universidade para se integrar no projeto com crianças de risco desenvolvido no LESPLEXOS. O Prof. Käßler é o diretor internacional do projeto transcultural: Health and Help-Seeking in Children, Adolescents and their Families desenvolvido na Suíça com populações multiculturais. No Brasil este projeto está sendo desenvolvido com o título “Concepções de Saúde Mental e percepções dos serviços de atendimento na perspectiva de jovens e seus familiares”. Ele está sendo financiado pelo CNPq e pela FAP/DF sob a coordenação da Prof.^ª Deise Matos, UnB. O projeto Porto Alegre é coordenado pela Prof.^ª Sílvia Koller – UFRS, o Projeto Fortaleza pela Prof.^ª Júlia Bucher – UNIFOR, e em Belém pelo Prof. Janari Pedroso. Os resultados desse projeto farão parte da apresentação e discussão no próximo simpósio. O Prof. Käßler apresentará os resultados da

pesquisa realizada na Suíça. Ele colabora também com a área metodológica na parte de avaliação e diagnóstico da família tendo contribuído para a construção dos testes FAST, FIT e Familiogramme que estão sendo utilizados em pesquisas orientadas pelos integrantes do GT. Na próxima reunião também está sendo convidada para participar do GT a antropóloga Prof^a. Maria Enedina Lima Bezerra da Idaho State University, USA pelos trabalhos que vem desenvolvendo no campo da metodologia de pesquisa. No período decorrente de nossa primeira reunião e da presente proposta, o grupo tem trabalhado através de rede de intercâmbio na troca de ideias e discussão de questões teóricas. Nesta perspectiva tivemos aprovada a proposta para o PRO-CAD/NF que integra pesquisadores da UFPA, UNIFOR e UFRGS. Os laços entre os pesquisadores têm sido fortalecidos através de participação em bancas de dissertações, em publicações conjuntas e em reuniões de trabalho. O grupo tem como missão contribuir para o desenvolvimento da metodologia e da construção de um conhecimento da família brasileira em seus múltiplos contextos, os processos de desenvolvimento e envidar esforços para contribuir para a promoção da saúde no país. Uma demanda importante de solicitações de pesquisadores para participar nesse GT nos levou a explicitar critérios de entrada e de exclusão visando aprimorar o desenvolvimento das atividades do grupo e favorecendo também a entrada de jovens pesquisadores.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Esse GT mantém desde sua primeira participação na ANPEPP o seu objetivo mais amplo de ser um lócus diferenciado de discussão sobre questões teóricas

e metodológicas das pesquisas em andamento dos integrantes do grupo na área das relações interpessoais, nas famílias em suas diversas fases de seu ciclo vital visando à promoção da saúde. O GT tem como meta a produção de um conhecimento da família no contexto brasileiro. Os objetivos específicos para este simpósio são: 1. discutir e propor metas gerais para o próximo biênio visando produzir conhecimentos na área e a divulgação dos resultados já encontrados, bem como a formação de pesquisadores nos temas deste GT; 2. avaliar e redefinir os projetos comuns aos membros do GT; 3. apresentar e discutir resultados dos projetos em andamento pelos membros do GT: questões conceituais, metodológicas e empíricas estruturando as publicações oriundas dos resultados obtidos; 4. preparar um cronograma de atividades a serem desenvolvidas até a próxima reunião do GT prevista para ser realizada no próximo CONPSI em Salvador; 5. discutir as formas de colaboração com as universidades estrangeiras já em curso e avaliar o projeto transcultural (Alemanha, Suíça e Brasil); 6. definir critérios de inclusão e exclusão dos membros do GT. Dividimos a proposta em duas partes. Na primeira serão apresentados os trabalhos científicos; na segunda parte haverá uma avaliação do período decorrido após o último encontro e o atual. Será apresentado o planejamento das atividades para os próximos dois anos.

3. Participantes

1. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher – UNIFOR (Coordenadora)
2. Albenise de Oliveira Lima – UNICAP
3. Fernando Augusto Ramos Pontes – UFPA
4. Agnaldo Garcia – UFES
5. Maria Alexina Ribeiro – UCB

6. Deusivania Vieira da Silva Falcão – USP
7. Simone Souza da Costa Silva – UFPA
8. Lília Cavalcante – UFPA
9. Janari da Silva Pedroso – UFPA
10. Raquel Ferreira Miranda – UFV
11. Isalena Carvalho – UFMA
12. Christina Sutter – UNIFOR
13. Cybelle Ribeiro Espíndola – UNIFESP-EPM
14. Camila de Moraes Aquino – UNIFOR
15. Edna Glória Preuss – UNIFOR
16. Sílvia Maués – UFPA
17. Christoph Käßler – Universidade de Reutlingen/Tübingen-Alemanha
18. Maria Enequina Lima Bezerra – Idaho State University USA

GT 21 – Formação e rompimento de vínculos

1. Histórico

A primeira reunião deste grupo (mesmo com alguns de seus membros já tendo participado de outros na ANPEPP) aconteceu em Florianópolis, 2006, no XI Simpósio da ANPEPP. Dele fizeram parte 10 participantes (8 docentes e 2 doutorandos): Elizabeth Becker (então da Universidade Presbiteriana Mackenzie) que se aposentou em 2009, Sebastião Benício da Costa Neto (Universidade Católica de Goiás), Maria Julia Kovács (USP), Vera Ramires e Sílvia Pereira da Cruz Benetti (UNISINOS), Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (Universidade Católica de Pernambuco), Rosane Mantilla de Souza e esta coordenadora, Maria Helena Pereira Franco (PUC-SP). As alunas de Doutorado, pela PUC-SP, eram Luciana Mazorra e Sonia Casarin. As professoras Vera Ramires, Maria Helena Pereira Franco, Sílvia Benetti, Rosane Mantilla de Souza participaram anteriormente no GT Família e Comuni-

dade, coordenado pela Profa. Rosa Maria de Macedo (PUC-SP) e a decisão de formar este GT baseou-se na identidade maior percebida com os temas propostos pelo mesmo. Por ser um primeiro encontro desses participantes naquele contexto, as reuniões foram marcadas pelo desenvolvimento de possibilidades. Já na primeira reunião notou-se a vocação gregária do grupo. Ele se formou e se manteve em razão dos muitos interesses em comum e da maneira como esses interesses puderam ser transformados em ação produtiva, como apresentado na proposta anterior. Seu crescimento para a reunião realizada em Natal mostrou como o tema respondeu à necessidade de pesquisadores e professores. A segunda reunião do grupo foi em Natal, RN, em 2008 e contou com os professores: Elizabeth Queiroz e Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo (UnB), Elizabeth Becker (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Sebastião Benício da Costa Neto (Universidade Católica de Goiás), Maria Julia Kovács (USP), Vera R. R. Ramires e Sílvia Pereira da Cruz Benetti (UNISINOS), Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (Universidade Católica de Pernambuco), Rosane Mantilla de Souza, Maria Helena Pereira Franco, Marlise Aparecida Bassani e Durval Luiz de Faria (PUC-SP), Georgia Sibebe Nogueira da Silva (UFRN). O grupo cresceu e as possibilidades de interação se ampliaram. Discutiu-se como proposta de ação a feitura de um livro que desse espaço para a apresentação da produção peculiar a cada um dos pesquisadores e professores, tendo em conta o tema que nos consolidava. Uma questão que mais uma vez chamou a atenção e mereceu importantes discussões do grupo foi relativa à ética na pesquisa com seres humanos, em especial em estudos qualitativos. Para a reunião em Fortaleza, 2010,

não contaremos com os professores Elizabeth Becker (Universidade Presbiteriana Mackenzie) que se aposentou em 2009 e Sebastião Benício da Costa Neto (Universidade Católica de Goiás) que, em razão de seus novos interesses acadêmicos, escolheu participar de outro grupo. Teremos, pela primeira vez, a participação bem-vinda da Profa. Airle Miranda de Souza (Universidade Federal do Pará). A lista completa de participantes segue no item abaixo. No intervalo decorrido entre o último encontro, em Natal e o momento do preparo desta proposta, foi possível perceber que este é um GT com propostas claras de integração temática, mantendo o cuidado, porém, para não impedir desdobramentos dessa temática, dada a complexidade do fenômeno.

2. Participantes

1. Maria Helena Pereira Franco – PUC-SP (Coordenadora)
2. Airle Miranda Silva – UFPA
3. Durval Luiz de Faria – PUC-SP
4. Elizabeth Queiroz – UnB
5. Georgia Sibebe Nogueira da Silva – UFRN
6. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas – Universidade Católica de Pernambuco
7. Maria Júlia Kovács – USP
8. Marlise Aparecida Bassani – PUC-SP
9. Rosane Mantilla de Souza – PUC-SP
10. Silvia Pereira da Cruz Benetti – UNISINOS
11. Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo – UnB
12. Vera Regina Röhnelt Ramires – UNISINOS

GT 22 - História da psicologia

1. Histórico

O Grupo de Trabalho em História da Psicologia (GTH) iniciou suas atividades em 1996, no VI Simpósio da ANPEPP. Participam do grupo pesquisadores da área de História da Psicologia vinculados a programas de pós-graduação e a diversas universidades do país que já contam com pesquisadores na área: PUCSP, UFMG, USPRP, USP, UFRGS, UERJ, UFBA/FRB, UnB, UFRJ, UFSC, UCS, PUCRS, ACE, CEFET-RJ. O GTH se originou a partir de intercâmbios promovidos pelo Núcleo de História da Psicologia da PUCSP desde 1983. O Grupo tem por objetivos a promoção do desenvolvimento da pesquisa e do ensino da História da Psicologia, o intercâmbio científico e acadêmico entre os pesquisadores do Brasil e do exterior, a realização de trabalhos conjuntos, a divulgação da pesquisa na área, e a preparação de material didático para cursos de graduação em psicologia. O avanço dos estudos históricos em Psicologia no Brasil, ocorrido nos últimos anos, é demonstrado: 1) pelo aumento do número de grupos e pesquisadores especializados na área, em todo o território nacional; e 2) pelo aumento do interesse pela área no meio mais amplo dos psicólogos. Um exemplo é o número de convites a integrantes do grupo para falar de história da psicologia em eventos das mais diversas áreas da psicologia. O interesse pela formação em História da Psicologia, em nível de mestrado e doutorado por promissores pesquisadores tem crescido muito nos últimos. Parte deste contingente já leciona história da psicologia em cursos de graduação. Um resultado positivo deste crescimento é a demanda por indicação de membros ao GT. Este ano recebemos mais de 15 solicitações de afiliação. Na verdade, a importância deste domínio para a formação do profissional

está cada vez mais reconhecida no Brasil e no exterior, como mostram a realização de eventos e a criação de museus e sites especializados. Exemplos: *Society for the History of Psychology* (Division 26 of the APA), *History and Philosophy of Psychology Section* (Canadian Psych. Assn.) *Cheiron: Intl Society for the History of Behavioral and Social Sciences*; *History of Science Society*. Entre as revistas se destacam *History of Psychology* (*Society for the History of Psychology*); *History of the Human Sciences*; *History and Philosophy of Psychology Bulletin*; *Journal of the History of the Behavioral Sciences*; *Journal of the History of the Neurosciences*. No Brasil, destacam-se: Núcleo de História da Psicologia da PUCSP; Clio Psyché da UERJ; Encontro Anual Helena Antipoff (Fundação Helena Antipoff/UFGM), MuseuPsi (UFRGS), Revista eletrônica Memorandum (UFGM/USP-RP), Projeto Memória do CFP, Boletim de Psicologia da Academia Paulista de Psicologia, Congresso Norte e Nordeste, com um evento pré-congresso inteiramente dedicado à História da Psicologia.

2. Objetivos e proposta de trabalho

Para o XIII Simpósio estão sendo propostos os seguintes temas para discussão: 1) Metodologia da Pesquisa em História da Psicologia, 2) História do Saberes Psicológicos e Cultura, 3) História da Psicologia da Educação no Brasil, 4) História da Psicologia e Saúde Mental, 5) História da Pesquisa Psicológica no Brasil pelos Anais da ANPEPP, 6) Teoria Psicológica: Questões Históricas e Conceituais. Na oportunidade também serão discutidos e avaliados os projetos em andamento coordenados por integrantes do GT em parceria com outras instituições, e a programação de ativida-

des conjuntas para o biênio.

3. Participantes

1. Alexandre de Carvalho Castro – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
2. Aliciene Fusca Machado Cordeiro – Associação Catarinense de Ensino
3. Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ
4. Cristina Lhullier – UCS-RS
5. Daniela Ribeiro Schneider – UFSC
6. Érika Lourenço – UFMG
7. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo – PUC-RS
8. Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino – UnB
9. Maria do Carmo Guedes – PUC-SP
10. Maria Fernanda Costa Waeny – Universidade 9 de Julho
11. Maria Stella Brandão Goulart – FAFICH / UFGM
12. Marina Massimi – USP / FFCLRP
13. Marisa Todescan Dias Silva Baptista – PUC-SP
14. Mitsuko Aparecida Makino Antunes – PUC-SP
15. Nádia Maria Dourado Rocha – Faculdade Ruy Barbosa-BA
16. Piotr Trzesniak – UNIFEI
17. Rachel Nunes Cunha – UnB
18. Raquel Martins de Assis – UFMG
19. Regina Helena de Freitas Campos – UFMG
20. Regina Lucia Sucupira Pedroza – UnB
21. Roberta Gurgel Azzi – UNICAMP
22. Saulo de Freitas Araujo – UFJF
23. Virginia Sales Gebrim – UFG
24. William Barbosa Gomes – UFRGS

GT 24 - Interação Pais-Bebê/Criança

1. Histórico

O grupo Interação pais-bebê/criança reuniu-se pela primeira vez em 1998 no VII Simpósio da ANPEPP, em Gramado. Apesar da importância desta área de pesquisa, não havia nenhuma articulação nacional de pesquisadores que trabalhavam neste tema. Revisando o catálogo de Pesquisadores em Psicologia no Brasil, publicado pela revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (Vol. 13, número especial), no final de 1997, escrevemos para todos os colegas que pesquisavam a interação pais-bebê/criança, particularmente aqueles vinculados aos programas de pós-graduação filiados à ANPEPP. Assim, criou-se um grupo com participantes das várias regiões do país, reunindo pesquisadores que representavam diversas abordagens teóricas e metodológicas. Ao grupo inicial rapidamente integraram-se novos participantes, todos entusiasmados com a idéia de podermos congregar esforços para uma produção de conhecimentos mais coletiva. O GT voltou a se reunir nos Simpósios da ANPEPP de 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008. Além dos Simpósios da ANPEPP, membros do grupo têm se reunido em outras atividades de intercâmbio, envolvendo congressos, redação de artigos e livros, participação em bancas, bem como em projetos de pesquisa conjuntos, como pode ser visto abaixo.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Este GT tem por objetivo reunir pesquisadores de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, que têm se dedicado à investigação dos fatores associados ao desenvolvimento infantil típico e atípico, iniciando na gestação e formação dos vínculos iniciais e se estendendo ao longo da infância, com destaque para as relações pais-filhos. Busca-se criar oportunidades para discussão

de questões teóricas e metodológicas, e para o planejamento de ações conjuntas no sentido da realização de pesquisas e da produção coletiva de conhecimentos na área. Como proposta de trabalho para o XIII Simpósio, destacamos: planejar estratégias para promover a integração e parceria entre os membros do grupo, facilitando ações integradoras através de convites para a realização de simpósios, bancas e para visitas aos respectivos programas de pós-graduação ou institutos; discutir propostas visando ampliar a produção coletiva do GT, através do planejamento de projetos de pesquisa conjuntos, redação de artigos e livros; apresentar e discutir os aspectos teóricos e metodológicos dos projetos que estão sendo realizados pelos membros do GT, ou que estão sendo planejados; examinar as implicações práticas das pesquisas desenvolvidas pelos membros do GT, em termos de prevenção e intervenção na família, creche e outros contextos; dar continuidade à discussão sobre questões teóricas e metodológicas relevantes para a área; discutir a produção em psicologia e a política científica para a área do desenvolvimento infantil; planejar a elaboração de artigos e livros sobre áreas específicas de interesse dos membros do GT, que priorizem a participação de colegas com diferentes referenciais teórico-metodológicos; cada membro apresentará os instrumentos de pesquisa que utiliza, permitindo trocas e realização de projetos em conjunto; o tempo da reunião será distribuído para permitir discussões teóricas-metodológicas, troca de experiências, e planejamento de atividades conjuntas.

3. Participantes

1. Cesar Augusto Piccinini – UFRGS-RS
2. Ângela Helena Marin – ULBRA-RS

3. Carolina Lampreia – PUC-RJ
4. Cleonice Alves Bosa – UFRGS-RS
5. Daniela Centenaro Levandowski – UFCSA-RS
6. Ebenezer Aguiar de Oliveira – Malone University-EUA
7. Giana Bittencourt Frizzo – UFRGS-RS
8. Karla Seabra – UERJ-RJ
9. Maria da Conceição Lyra – UPE
10. Nádia Maria Ribeiro Salomão – UFPA
11. Patrícia Alvarenga – UFBA/Ba
12. Pompéia Villachan Lyra – UFE / UFRPE
13. Rita Sobreira Lopes – UFRGS
14. Silvia Zornig – PUC-RJ
15. Simone Biangolino Rocha – FAMATh-Niterói
16. Vera M.R. Vasconcelos – UERJ-RJ
17. Ana Rosa Picanço Moreira – UERJ-RJ
18. Mariana L. Garcia Braido – PUC-RJ

GT 25 – Investigações conceituais e aplicadas em análise do comportamento

1. Histórico

O objetivo do Grupo de Trabalho Investigações conceituais e aplicadas em Análise do Comportamento é fomentar a cooperação na atividade de pesquisa em análise do comportamento, com ênfase nas dimensões conceituais e aplicadas da disciplina. Os componentes do grupo compartilham seu compromisso de pesquisa segundo a perspectiva da análise do comportamento e histórias de pesquisas que envolvam o tratamento de temas/ problemas aplicados e/ ou questões que forma tratadas conceitualmente. Entretanto, em decorrência de características relevantes no desenvolvimento da análise do comportamento, tal ênfase não exclui e, em certo sentido, exige a articulação com investigações básicas. As-

sim, temas e problemas distintos marcam os interesses e as histórias de pesquisa dos membros do grupo. O Grupo reuniu-se pela primeira vez no XI Simpósio da ANPEPP (Florianópolis, 2006), integrado por docentes e pesquisadores de seis estados e oito instituições diferentes (UFPR, UEL, USP, UFPA, UCB, UFSC, UnB, PUCSP). A principal meta desta reunião foi a discussão dos interesses de pesquisa dos componentes do grupo com vistas: (1) à identificação de como ou quais programas de pesquisa em desenvolvimento poderiam ser otimizados pela cooperação entre membros do grupo, e (2) à construção de estratégias para fomentar a interação de pesquisas envolvendo membros do grupo, especialmente de diferentes instituições. Constatamos que o interesse dos pesquisadores por questões conceituais e aplicadas, de fato não implicavam em compromissos de pesquisa que excluía pesquisa básica. Em realidade, constatamos que, em geral os pesquisadores derivavam programas de pesquisa básica de seus interesses conceituais e/ou aplicados, ou traziam de seus programas de pesquisa básica as questões conceituais e aplicadas que discutiam. Tal constatação levou o grupo a propor já nesta reunião que uma de nossas metas seria – em médio prazo – a produção de um livro tratando de maneira aprofundada e com base em longa experiência de pesquisa – da imbricação metodológica destas dimensões (pesquisa básica, pesquisa aplicada e pesquisa reflexiva) na análise do comportamento. Nos dois anos iniciais de funcionamento do grupo, estabelecemos como principais metas – de curto prazo: (1) o fomento das interações entre membros do grupo e (2) o estabelecimento de processos que dessem origem a projetos colaborativos de pesquisa entre os membros do grupo. Para

tanto, investimos no estabelecimento de novas cooperações entre seus membros e na programação de atividades em eventos científicos para dar visibilidade a essas iniciativas. Membros do grupo participaram nos anos de 2006 e 2007, por indicação do grupo, de cursos, mesas e simpósios dos Encontros Anuais da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, da Sociedade Brasileira de Psicologia, da Association for Behavior Analysis, além de Jornadas de Análise do Comportamento (congressos regionais organizados por estudantes de graduação e pós graduação que acontecem em várias regiões do país e têm maciça participação de estudantes interessados em análise do comportamento). Investimos também no projeto e início da preparação de um livro no formato de coletânea sobre temas de pesquisa relevantes para a área (análise do comportamento) e que refletiam interesses e programas de pesquisa dos componentes do grupo. Os capítulos foram planejados como oportunidades de interação entre membros do grupo: como co-autorias de membros do grupo e com revisão de pares (outros membros do grupo). O livro caracteriza-se como uma coletânea na qual se apresenta o estado da arte na análise do comportamento sobre temas recorrentemente apresentados como centrais para o desenvolvimento aplicado e conceitual da abordagem. A proposta do livro tem relevância especial no contexto deste grupo de trabalho porque, como já se afirmou, a análise do comportamento contemporânea é “ainda fortemente identificada com a investigação básica e experimental de processos comportamentais, ainda que seja um empreendimento científico que ultrapasse estas fronteiras e que inclua programas amplos de pesquisa de conjuntos variados

de problemas.” O livro *Investigações históricas, conceituais e aplicadas em análise do comportamento* tende ser uma contribuição na direção de divulgar os aspectos menos conhecidos da análise do comportamento e que se constituem hoje, muitas vezes como temas centralmente relevantes para a abordagem, abordando, sob o enfoque analítico-comportamental, temas como ética, cultura, educação e terapia verbal, assim como temas clássicos como comportamento operante e comportamento verbal. O GT também buscou promover, em eventos científicos, atividades dirigidas a uma maior articulação dos pesquisadores em análise do comportamento no país. Em 2006, por iniciativa do GT, foram realizadas duas mesas redondas no XV Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, sobre os temas “Organização e Representação da Comunidade Científica em Análise do Comportamento no Brasil” e “Relações da ABPMC com entidades na Área de Psicologia e a Difusão da Análise do Comportamento no Brasil”. As discussões ali iniciadas tiveram continuidade na XXXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, no mesmo ano, em um encontro de pesquisadores em Análise do Comportamento, proposto pelo GT. Nessa mesma reunião da SBP foram realizadas duas mesas redondas propostas pelo GT, uma sobre investigações conceituais e outra sobre investigações aplicadas em Análise do Comportamento. Em 2008 o grupo voltou a ser reunir em Natal com pesquisadores e docentes de oito instituições de ensino superior (UFPR, UEL, USP, UFPA, UFSC, UNESP-Bauru, UnB, PUCSP), de cinco unidades da federação (DF, PA, PR, GO e SP). Participaram do Encontro 16 pesquisadores em sua grande maioria orientadores de Programas

de Pós-Graduação em Psicologia. Estes pesquisadores têm linhas e programas de pesquisa em análise do comportamento. A reunião serviu como marco de discussão do avanço das interações de pesquisa entre os membros do grupo e como momento para a proposição de desenvolvimento de projetos. Além de otimizar as possibilidades de interação entre os membros do grupo, assumimos que poderíamos originar projetos de pesquisa compartilhados por membros do grupo. Na reunião da ANPEPP em Natal e em eventos científicos subsequentes (Reunião Anual da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, Sociedade Brasileira de Psicologia e Congresso Norte - Nordeste - 2009) o GT reuniu-se para discutir seu funcionamento e a execução de propostas aprovadas, efetivando sua existência, também do ponto de vista organizativo, para além dos Simpósios da ANPEPP. O andamento do livro - Investigações históricas, conceituais e aplicadas em análise do comportamento - bem como outras iniciativas de colaboração propiciadas pelo GT foram temas do grupo na reunião de Natal. No último biênio, além do investimento em atividades que visavam à visibilidade do grupo, investiu-se na ampliação / aprofundamento de parcerias e redes de pesquisas entre membros do grupo. Neste biênio membros do grupo: (a) participaram de mesas e simpósios em congressos nacionais e internacionais discutindo, debatendo e apresentando resultados de pesquisa, (b) participaram da discussão de pesquisa em seus programas com colegas do grupo em atividades especialmente planejadas com este fim e/ou em bancas; (c) completaram a redação dos capítulos do livro em parcerias originadas no grupo; (d) fizeram a revisão dos capítulos do livro que está em fase final

de edição pela Editora Roca; (e) discutiram e definiram eixos de pesquisa que originaram (e1) projetos ou pré-projetos compartilhadas por sub-grupos em torno de temas de interesse do grupo. Destacamos entre os projetos compartilhados que se originaram e/ ou fortaleceram pelas interações do grupo: (a) projetos de pesquisa sobre a seleção e evolução de práticas culturais que vêm sendo conduzidos por membros do grupo da PUCSP, UFPA, UNB, UFPR; (b) projetos de pesquisa sobre os contextos da prática profissional do analista do comportamento, especialmente os contextos clínico e educacional, em desenvolvimento por componentes do grupo na PUCSP, UFPA, UNESP-Bauru, USP, UnB; (c) projetos de pesquisa sobre processos comportamentais envolvidos na seleção de práticas culturais e necessários para a compreensão das práticas profissionais em que se inserem os analistas do comportamento, que são objeto de interesse comum dos membros do grupo.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Com base nas concepções de mundo, ciência e objeto de estudo que caracterizaram / caracterizam a análise do comportamento, seu desenvolvimento envolveu forte ênfase nos estudos experimentais, em situação controlada (laboratório), com sujeitos não-humanos. Embora desde há muito o trabalho experimental e de pesquisa básica não se restrinja a tais condições, envolvendo manipulações complexas, muitas vezes com participantes humanos e em situações naturais, a análise do comportamento tende a ser definida como uma abordagem unidimensional, metodologicamente restrita à “experimentação atórica” e conceitualmente limitada por tais imposições metodológicas. O

Grupo de Trabalho Investigações conceituais e aplicadas em Análise do Comportamento tem por objetivo primeiro promover a concepção multidimensional da análise do comportamento e a ampliação de seus horizontes de investigação nas áreas reflexivas ou metacientíficas (conceitual, filosófica, histórica etc.) e aplicadas. Embora bem estabelecida na literatura especializada, essa concepção da análise do comportamento e, principalmente, os produtos que atestam sua materialização vêm apenas aos poucos ganhando visibilidade no cenário da Psicologia em geral. O segundo objetivo do Grupo de Trabalho é o desenvolvimento de atividades de pesquisa em colaboração e o estabelecimento de redes de cooperação entre os membros de forma a maximizar os esforços de pesquisa entre seus membros. Tal objetivo tem exigido um trabalho de elaboração de metas para a construção de um programa de pesquisas multidimensional que se caracteriza pela promoção de trabalhos que permitam aos participantes contribuir para produção de conhecimento relevantes para o desenvolvimento da análise do comportamento e, simultaneamente, permita aos participantes suficiente flexibilidade para manter uma certa diversidade de interesses específicos dos pesquisadores. Nos debates promovidos no último biênio, especialmente em uma reunião do grupo em Campinas em 2008, foram definidos dois grandes eixos que articularão esforços comuns de pesquisa dos membros do grupo. Entendemos que esta definição promoverá o trabalho compartilhado de pesquisa entre os membros do grupo e potencializará a pesquisa nos programas de pós-graduação em que trabalham os componentes do GT. Os eixos propostos articulam pesquisas em torno dos temas práticas culturais e práticas profissionais

e se justificam tendo em vista os interesses de pesquisa dos membros do grupo e o desenvolvimento da análise do comportamento. Pretende-se, a partir deste biênio que os componentes do grupo desenvolvam pesquisas em torno dos eixos programáticos descritos a seguir e, especialmente, que o grupo sirva como locus de interlocução dos resultados e como locus potencializador de pesquisa compartilhada e de formação de redes de pesquisa das quais participam os membros do grupo, alunos bolsistas de IC e alunos de pós-graduação, bem como outros pesquisadores. As atividades previstas para o período de reunião durante o XIII Simpósio incluem: (a) apresentação sucinta da atividade de pesquisa nos últimos dois anos; (b) discussão sobre projetos de pesquisa em cooperação; (c) encaminhamento das providências necessárias para a publicação do livro produzido pelo GT; (d) planejamento do livro sobre questões metodológicas nas pesquisas conceituais e aplicadas na análise do comportamento; (e) planejamento de atividades do grupo nos eventos científicos da área nos dois anos seguintes; (f) discussão sobre a formação em análise do comportamento no país.

3. Participantes

1. Maria Amalia Andery – PUCSP (Coordenadora)
2. Alexandre Dittrich – UFPR
3. Carlos Eduardo Costa – UEL
4. Denis Roberto Zamignani – Univ. S. Judas Tadeu / Núcleo Paradigma
5. Emmanuel Zagury Tourinho – UFPA
6. Jair Lopes Junior – UNESP-Bauru
7. Laercia Abreu Vasconcelos – UnB
8. Lincoln Gimenes – UnB
9. Marcelo Benvenuti – PUCSP / UnB
10. Maria Regina Cavalcante – UNESP-Bauru

11. Nilza Micheletto – PUCSP
12. Roberto Alves Banaco – PUCSP
13. Sérgio Vasconcelos de Luna – PUCSP
14. Simone Neno – UFPA
15. Sonia Beatriz Meyer – USP
16. Tereza Maria Sério – PUCSP

GT 26 – Juventude, resiliência e vulnerabilidade

1. Histórico

O Grupo de Trabalho Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade vem se reunindo, ainda que com outra denominação desde o X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico. Conforme relatório das atividades desenvolvidas em reuniões anteriores <www.anpepp.org.br>, os participantes do GT identificaram interesses comuns sobre os temas título deste GT e passaram a produzir de forma integrada. Pesquisas sobre a juventude, resiliência, psicologia positiva, fatores de proteção e risco, redes de apoio social, exposição à violência, ajustamento psicológico em populações em situação de vulnerabilidade têm mantido ativo intercâmbio de seus membros, com produção conjunta, participações em bancas e eventos. Dois livros já foram organizados e outro está em preparação para lançamento em breve. Há discussão virtual permanente - presencial de forma eventual -, sobre temas de trabalho e cooperação em pesquisas interinstitucionais, inclusive com financiamentos em projetos Casadinho/CNPq, Ministério da Saúde, CNPq, FAPDF e FAPESP. Projetos integrados com análises conjuntas de bancos de dados estão em andamento. Os membros do GT agregam atualmente pesquisadores de PPGs em Psicologia e Educação, trazendo a interface destas áreas como aspecto fundamental para o estudo do

tema a que se propõe. Além disto, todas as regiões do país estão representadas na composição do GT. A ocorrência de um evento internacional, no Canadá, sobre as mesmas temáticas do GT impedirá a presença de todos os membros ligados a ele neste Simpósio da ANPEPP.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo principal do grupo é manter a discussão teórica, metodológica e ética em torno das pesquisas conjuntas em andamento. O GT prevê trabalho em colaboração nas análises e discussão dos dados das pesquisas, que já montam bancos de dados, a partir de coletas em multicontextos e estão em fase de análise e discussão. Um dos projetos principais do GT está em sua segunda fase de execução. Na primeira etapa, no início desta década, foi construída uma base de dados nacional sobre a juventude (oito mil casos). A segunda etapa visa a utilizar os instrumentos atualizados em jovens, na década que se inicia. A organização de mais um livro dos membros do GT será, também, finalizada no evento. Serão, ainda, discutidas e encaminhadas possibilidades de realização de novas pesquisas em parcerias e apresentação de projetos conjuntos para obtenção de financiamento e cooperação entre os PPGs. A realização de atividades integradas de pesquisa, intervenção e ensino caracteriza este GT, buscando relevância social, científica e de formação. Uma avaliação do andamento das pesquisas e do funcionamento do GT fechará o encontro no XIII Simpósio.

3. Participantes

1. Alessandra da Rocha Arrais – UCB
2. Ana Cristina Garcia Dias – UFSM
3. Ângela Elizabeth Lapa Coelho –

UCDB

4. Celia Regina Nascimento – UFES
5. Clarissa De Antoni – UFCSPA
6. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa – UFAM
7. Débora Dalbosco Dell’Aglío – UFRGS
8. Edinete Maria Rosa – UFES
9. Elder Cerqueira Santos – UFS
10. Idilva Pires Germano – UFC
11. Iolete Ribeiro da Silva – UFAM
12. Kátia Cristina Tarouquella Brasil – UCB
13. Lucas Neiva-Silva – FURG
14. Maria Fátima Pereira Alberto – UFPB
15. Luciana Fernandes Marques – UFRGS
16. Maria Alice Becker – UFAM
17. Sandra Cabral Baron – UFF
18. Sebastião Benício da Costa Neto – UCG
19. Silvia Helena Koller – UFRGS
20. Simone dos Santos Paludo – FURG
21. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço – UFC
22. Ana Paula Lazzaretti de Souza – UFRGS
23. Eva Diniz – UFRGS
24. Luciana Dutra Thomé – UFRGS
25. Maria Clara Pinheiro de Paula Couto – UFRGS

GT 27 – Memória: modelos, pesquisa básica e aplicações

1. Histórico

O GT Memória: Modelos, Pesquisa Básica e Aplicações completou 10 anos de atividades no último simpósio realizado em Natal/RN. O XIII Simpósio dará continuidade aos trabalhos realizados desde o Simpósio de 2004, que vieram a resgatar aqueles desenvolvidos pelo GT Psicologia Cognitiva (sob a abordagem do processamento da informação), que se reuniu em 1998 e em

2000, sob a coordenação do Prof. Dr. Milton José Penchel Madeira. Em 2002, o grupo não participou da ANPEPP devido ao afastamento do país de dois membros, incluindo a mudança definitiva do coordenador Prof. Dr. Milton José Penchel Madeira para Europa. Entretanto, os contatos e trabalhos conjuntos dos membros do grupo foram frequentes. Além de participações em bancas e eventos científicos, salienta-se, como resultado das discussões do GT de 2000, a publicação do número especial da Revista Psicologia Reflexão e Crítica intitulado “Psicologia e Neuropsicologia Cognitiva”, vol 14 n° 2, lançado em 2001. A motivação em reativar os trabalhos do grupo para o Simpósio da ANPEPP de 2004 ocorreu num encontro entre os professores Gerson Américo Janczura, Lilian Milnitsky Stein e Maria Alice M. P. Parente na PUC do Rio Grande do Sul, em agosto de ano 2003. Ao ser feita uma reavaliação dos trabalhos do grupo, os professores acordaram em especificar um tema a fim discuti-lo sob diferentes perspectivas atuais da Psicologia Cognitiva, dentro dos paradigmas cognitivos e neurocognitivos. Naquela ocasião foram também identificadas algumas tendências evidentes no cenário nacional e internacional que deveriam de certa forma nortear a proposta de reativação do GT. Dentre estas tendência discutidas, destacam-se: maior direcionamento dos estudos cognitivos para as neurociências; a integração entre os estudos em animais e humanos e aplicações em diferentes áreas da Psicologia, com maior ênfase na Neuropsicologia. O estudo da memória pareceu o tema mais adequado para o novo GT, dada sua posição central na Psicologia, nos estudos experimentais dos processos básicos, assim como naqueles que utilizam paradigmas cognitivos, neurocognitivos e conexionalistas.

Para a formação do GT para o Simpósio da ANPEPP de 2004, foram contatados os membros do antigo GT que possuíam pesquisas sobre memória, assim como outros professores que apresentavam publicações e/ou trabalhavam em pós-graduações sobre esse tema. Foi também convidada a participar uma professora da Facultad de Buenos Aires (UBA), por ter participado de um convênio CAPES/SECIT de cooperação entre os programas de pós-graduação em Psicologia da UFRGS e em Psicologia da UBA no tema Memória e Envelhecimento. Assim, no Simpósio de 2004, foi constituído o GT Memória: Modelos, Pesquisa Básica e Aplicações, que sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Alice Mattos Pimenta Parente, contou com os seguintes integrantes: Alcyr Alves de Oliveira Junior (UFRGS); Gerson Américo Janczura (UNB); Irene Taussik (Universidade de Buenos Aires); Lilian Milnitsky Stein (PUCRS); Lisiane Bizarro (UFRGS). Infelizmente, por motivos alheios a suas vontades, não puderam comparecer ao X Simpósio de 2004 os seguintes integrantes do GT: Orlando Bueno (UNIFESP); Gilberto Xavier (USP); e Vitor Haase (UFMG). Os trabalhos do GT Memória: Modelos, Pesquisa Básica e Aplicações, durante o Simpósio da ANPEPP em 2004, centraram-se em questões como: perspectivas para a formação do pesquisador na área dos processos básicos; panorama atual das pesquisas que utilizam paradigmas cognitivos, neurocognitivos e cognitivistas no estudo da memória humana e animal no Brasil. Além disso, ocorreu uma profícua discussão sobre aspectos tanto teóricos quanto metodológicos das pesquisas apresentadas pelos integrantes do Grupo, tendo como foco a memória. Naquele Simpósio ficou decidido que a coordenação do GT deveria dar-se de forma

cooperativa e rotativa. Assim sendo, em discussão via e-mail com os integrantes do GT, ficou acordado que a coordenação do GT que vinha sendo feita pela Profa. Dra. Maria Alice de Mattos Pimenta Parente, passaria em 2005 para a Profa. Dra. Lilian Milnitsky Stein. Pareceu ao Grupo que a Profa. Lilian seria indicada neste momento para organizar e coordenar os trabalhos do GT já que, além de reunir os requisitos propostos pela ANPEPP para coordenação de um GT, ela tem acompanhado ativamente os trabalhos do Grupo desde 2000 (ainda no formato antigo), mantendo contrato estreito com muitos dos membros do GT tendo participado de diversas atividades conjuntas com vários desses docentes, seja em bancas examinadoras, projeto de pesquisa, publicação e eventos científicos. O GT reuniu-se no XI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, em 2006, sob a coordenação da Profa. Dra. Lilian Milnitsky Stein e com a participação dos seguintes integrantes: Christian Haag Kristensen (UNISINOS), Gerson Américo Janczura (UnB), Lisiane Bizarro (UFRGS), Orlando Francisco Amodeo Bueno (UNIFESP), Rafaela Larsen Ribeiro (UNIFESP), Adriana Cristine Fonseca Mozzambani (discente -UNIFESP). Infelizmente, por motivos alheios a suas vontades, não puderam comparecer ao XI Simpósio os seguintes integrantes do GT: Maria Alice de Mattos Pimenta Parente (UFRGS); Alcyr Oliveira (UFRGS); Gilberto Xavier (USP); e Vitor Haase (UFMG). Os trabalhos do grupo foram desenvolvidos em cinco etapas: inicialmente fez-se uma breve retomada histórica do GT desde 1998. Nas duas etapas seguintes foram desenvolvidos seminários nos quais os integrantes discutiram e apresentaram suas atividades de ensino e pesquisa relacionadas aos temas: “Desafios Meto-

dológicos para a Investigação Experimental da Memória”, e “Ensino de Processos Psicológicos Básicos na Graduação e Pós-graduação”. Os seminários temáticos foram seguidos de uma sessão sobre “Planejamento de Atividades Futuras do GT”. Por fim, foi feita uma avaliação dos trabalhos do GT durante o simpósio. No XII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, realizado em 2008, em Natal, O GT reuniu-se sob a coordenação do Prof. Gerson Américo Janczura (UnB). Estiveram presentes os pesquisadores Lilian Milnistky Stein (PUCRS), Gustavo Gauer (UFMG), Fabíola da Silva Albuquerque (UFRN), Flávia Heloísa Dos Santos (UNESP/Assis), Nelson Rocha Oliveira (UnB), Rosa Maria Martins de Almeida (UNISINOS), Simone Freitas Fuso (UNIFESP). Não puderam comparecer ao simpósio, por motivos alheios as suas vontades, os professores: Orlando Francisco Amodeo Bueno (UNIFESP), Gilberto Fernando Xavier (USP) e Ronie Alexandro da Silveira (UNISC). As atividades do grupo foram organizadas em três módulos. O primeiro módulo focalizou os desafios metodológicos na investigação da memória. A partir da apresentação dos programas de pesquisa desenvolvidos individualmente pelos membros do GT, avaliaram-se questões relacionadas ao delineamento de pesquisa, tipos de estímulos utilizados, procedimentos experimentais, recursos públicos instrumentais disponíveis para a pesquisa no país e no exterior, desafios teóricos e novas perspectivas na investigação dos fenômenos mnemônicos. O segundo módulo foi dedicado ao planejamento e desenvolvimento de atividades conjuntas pelo grupo. Inicialmente, o Prof. Gerson A. Janczura expôs, para discussão, um levantamento da pesquisa sobre a memória no Brasil, utilizando-se da Base Cor-

rente de Grupos de Pesquisa do CNPq. Este trabalho permitiu identificar quais são os grupos envolvidos nesta temática, as linhas de pesquisa, Instituições de Ensino Superior, os líderes dos respectivos grupos de pesquisa, as abordagens teórico-metodológicas, e a distribuição dos grupos em função das regiões geográficas brasileiras. A seguir, o grupo deu seguimento à atividade iniciada no simpósio anterior e desenvolvida até o presente, que foi a apreciação dos 614 termos da literatura sobre memória, sugeridos para compor um livro de verbetes e referências a ser publicado. O grupo selecionou 353 termos que irão compor o livro e identificou as próximas tarefas a serem executadas após o simpósio que foram: distribuir os verbetes entre os membros do grupo, elaborar cada verbete, identificar revisores ad hoc, desenvolver um protocolo de avaliação dos verbetes, encaminhar os verbetes para os revisores, revisar os verbetes após avaliação dos revisores, buscar editoras universitárias interessadas em publicar o livro. O último módulo de atividades correspondeu à avaliação dos trabalhos realizados pelo grupo durante o simpósio. A avaliação incluiu os seguintes assuntos: a produtividade do grupo, intercâmbio entre pesquisadores e instituições, interação do grupo durante o simpósio, o modelo de simpósio da ANPEPP.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Os trabalhos do GT Memória: Modelos, Pesquisa Básica e Aplicações, durante o XII Simpósio ANPEPP de 2010, terão como objetivo geral contribuir para a formação do pesquisador na área dos processos básicos, mais especificamente aqueles que focalizam os mecanismos de memória. O GT se propõe a discutir

os desafios metodológicos da pesquisa científica sobre memória no país, e a inserção da área nos diversos campos. Além disto, o GT pretende realizar uma descrição e análise do estado da arte da pesquisa sobre processos básicos no país, enfatizando os estudos sobre a memória em modelos animais e humanos. Serão objetivos específicos: 1. Apresentar um panorama das pesquisas que utilizam paradigmas cognitivos, neurocognitivos no estudo da memória humana e animal, com ênfase na metodologia empregada; 2. Discutir as tensões e convergências existentes entre: estudos experimentais em humanos e em animais; estudos que verificam modelos de funcionamento típico e estudos que se dirigem às alterações neuropsicológicas; aplicações dos estudos básicos sobre memória e a interdisciplinaridade; 3. Discutir teorias e métodos da Psicologia Cognitiva quanto à: abrangência de diferentes conceitos sobre sistemas e processos de memória; criação de léxico apropriado para a linguagem científica brasileira; 4. Planejar publicações conjuntas dirigidas à formação do pesquisador em processos básicos, tendo como tema Memória e sua relação com outras funções cognitivas; 5. Fomentar a criação de experimentos para o ensino de processos básicos e criar formas de intercâmbios de experimentos criados nas IES brasileiras; 6. Divulgar os conhecimentos científicos produzidos pelos participantes do GT, partilhar experiências, alternativas e soluções a entraves científicos; propiciar intercâmbios e convênios acadêmicos vinculados à pós-graduação dos centros envolvidos, elaborar produção científica conjunta a partir do simpósio realizado. Os trabalhos do GT Memória: Modelos, Pesquisa Básica e Aplicações foram organizados em atividades que focalizarão: (a) a produção de material para pesquisa

e ensino sobre memória, considerando a escassez de recursos pedagógicos nesta área; (b) a produção de conhecimento através do desenvolvimento de pesquisas conjuntas; (c) o aprimoramento teórico e instrumental dos membros do grupo, e (d) a divulgação e o desenvolvimento da área de pesquisa em memória no país. Quatro atividades foram planejadas, a saber: Atividade 1: Livro de Verbetes em Psicologia da Memória. Esta atividade tem por objetivo finalizar a elaboração do livro de 353 termos sobre pesquisa e teoria em Psicologia da Memória, dirigido aos pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação em psicologia e áreas afins. As tarefas planejadas são: discussão dos verbetes para os quais houve desacordo entre os juizes, definição da formatação do livro, proposta de divulgação e publicação, levantamento dos pesquisadores ad hoc que participaram da revisão, encaminhamento para publicação. Atividade 2: Projeto de Pesquisa. Esta atividade terá por objetivo desenvolver projeto de pesquisa interinstitucional de forma a promover o intercâmbio entre os membros do GT e seus laboratórios e instituições, e que resultem em publicações conjuntas. Esta atividade incluirá a apresentação das atividades desenvolvidas no laboratório do Prof. Pedro B. Albuquerque, da Universidade do Minho (Portugal), com vistas ao desenvolvimento de pesquisas conjuntas. Os seguintes temas de pesquisa foram previamente sugeridos: normas para materiais verbais e pictóricos, desenvolvimento e validação de medidas de memória, memória e envelhecimento, desenvolvimento da memória, memória e emoção, falsas memórias, memória autobiográfica. Atividade 3: Seminário Teórico. Os membros do GT consideram o simpósio uma oportunidade única para trocas de

conhecimento teórico-metodológico e aprendizagem a partir da interação com especialistas da área. Neste sentido, o grupo reserva uma sessão para esta atividade que no próximo simpósio incluirá os temas interferência e priming. Atividade 4: Levantamentos de Dados. Tendo por objetivo a consolidação do GT e o desenvolvimento da área de pesquisa e aplicação em Memória, o grupo pretende realizar os seguintes levantamentos: a) Levantamento de possibilidades de intercâmbio de alunos e professores dos laboratórios em vista de oportunidades conhecidas; b) Levantamento de necessidades de publicações de livros-texto, manuais, em diferentes níveis: graduação, pós-graduação, divulgação científica, clínicos, etc; c) Levantamento de ações e atividades que promovam maior difusão dos estudos da memória; d) Levantamento de laboratórios de pesquisa em memória no Brasil com vistas a realização de um encontro nacional. e) Levantamento das práticas e desafios do ensino na graduação e pós-graduação de conteúdos relativos a memória. f) Levantamento de instrumentos de avaliação cognitiva, testes, questionários traduzidos, adaptados e validados para o Português/Brasil, assim como ferramentas de pesquisa (e.g., aplicativos, bases de dados, normas) a fim de construir um site na internet com os respectivos links e instrumentos disponíveis.

3. Participantes

1. Gerson Américo Janczura – UnB-DF (Coordenação)
2. Lilian Milnitsky Stein – PUCRS
3. Christian Haag Kristensen – PUCRS
4. Pedro B Albuquerque – Portugal
5. Nelson Rocha de Oliveira – UnB-DF
6. Ederaldo José Lopes – UFU-MG
7. Fabíola da Silva Albuquerque – UFRN
8. Goiara Mendonça de Castilho – UnB
9. Gustavo Gauer – UFMG
10. Sabine Pompéia – USP
11. Rafaela Larsen Ribeiro – UNIFESP
12. Flávia Heloísa Dos Santos – UNESP-Assis

GT 28 - Memória, identidade e representações sociais

1. Histórico

O Grupo de Trabalho “**Memória, Identidade e Representações Sociais**”, foi criado por ocasião da realização do XII Simpósio da ANPEPP em 2008, constituído a partir de um desdobramento do GT sobre Representações Sociais. Sua meta prioritária é o aprofundamento de discussões sobre aspectos teóricos e metodológicos da teoria das representações sociais, bem como sobre as possibilidades de articulação entre esta teoria e outras construções teórico-conceituais produzidas no domínio das ciências humanas e sociais. Entre elas podemos destacar a Teoria da Identidade Social e os estudos sobre Memória Social. O GT é composto por professores (as) com tradição na participação dos simpósios da ANPEPP, originários de GTs que se desdobraram: Celso Pereira de Sá (III Simpósio - 1990), Paulo Rogério Meira Menandro (III Simpósio - 1990), Lídio de Souza (III Simpósio - 1990), Zeidi Araujo Trindade (IV Simpósio - 1992), Maria de Fátima de Souza Santos (VI Simpósio - 1996), Ângela Maria de Oliveira Almeida (VII Simpósio - 1998), Denize Cristina de Oliveira (XI Simpósio - 2006), Ricardo Vieiralves de Castro (III Simpósio - 1990), bem como por jovens pesquisadores que iniciaram sua participação na ANPEPP a partir da criação deste GT: Adriano Roberto Afonso do Nascimento, Antonio Marcos

Tosoli Gomes, Denis Giovanni Monteiro Naiff, Fátima Maria Leite Cruz, Ingrid Faria Gianórdoli-Nascimento, Luciene Alves Miguez Naiff, Maria Cristina Smith Menandro. Dando continuidade à sua política de incorporação de novos pesquisadores, no XIII Simpósio também passarão a integrar o GT os seguintes professores: Rafael Moura Coelho Pecly Wolter, Ana Rafaela Pecora, Renato Cesar Möller, Sibelle Maria Martins de Barros e Divaneide Lira Lima Paixão. Apesar de o GT ter sido criado recentemente, diversos de seus membros desenvolvem atividades cooperativas de longa data, concretizadas em variadas parcerias: organização das Jornadas Internacionais e Conferências Brasileiras sobre Representações Sociais, cujas mais recentes foram realizadas no Rio de Janeiro (2003; 2009), em João Pessoa (2005), e em Brasília (2007); participação no Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD), financiado pela CAPES, no período 2002-2005, e no Programa CAPES-COFECUB, em intercâmbio com a Université de Provence, entre 2002 e 2006; co-autoria em artigos, capítulos de livros e livros, dentre os quais se destacam aqueles que compõem as Coleções “Psicologia Social” da Editora Vozes, Petrópolis, e “Memória Social” da Editora Museu da República, Rio de Janeiro; e, mais recentemente, a criação de um Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social, envolvendo um pool de universidades brasileiras. Este GT é formado por 20 professores, de dez diferentes universidades, em seis unidades da federação. Vários dos 20 membros possuem uma carreira de pesquisadores consolidada e foram importantes no processo de ampliação do grupo, de modo a agregar os jovens doutores que já vinham desenvolvendo trabalhos conjuntos com os mem-

bro antigas, em diferentes parcerias.

2. Objetivos e propostas de trabalhos

O GT guarda filiação ao campo de estudo das representações sociais, cuja disposição é atestada pela afinidade do GT com o Centro Internacional de Pesquisas em Representações e Psicologia Social, criado em 31/07/2007, sob os auspícios de Serge Moscovici e da Fundação Balzan. Sediado na UnB e composto por um pool de universidades brasileiras, o Centro tem como representantes quatro dos membros do GT – Ângela Almeida (UnB), Zeidi Trindade (UFES), Fátima Santos (UFPE) e Celso Sá (UERJ) –, além dos da UCB e da UFRJ. O Centro prevê um gradual estreitamento das cooperações nacionais e internacionais, tendo como objetivos a produção de conhecimento no campo das representações sociais, a formação de pesquisadores, a difusão do conhecimento científico e o estabelecimento de relações interdisciplinares. O GT se propõe a contribuir fortemente para o cumprimento dos mesmos objetivos estabelecidos pelo Centro para o campo das representações sociais e, em termos da exploração de relações interdisciplinares, acrescenta a ocupação com duas outras tradições de teorização e pesquisa no domínio da psicologia social – a saber, os estudos sobre “memória social” e sobre “identidade social” –, que se encontram entre aquelas que mais consistentemente exigem e ensejam a articulação entre diferentes perspectivas das ciências humanas e sociais para a produção de um conhecimento efetivamente psicossocial. Tais objetivos gerais, reconhecidamente ambiciosos e de longo prazo, são aqui estabelecidos, porque o GT almeja a perenidade no âmbito da ANPEPP. Não obstante, para cada Simpósio e para os

períodos entre eles, serão estabelecidos objetivos específicos, que representem uma contribuição nítida aos propósitos gerais do GT e, ao mesmo tempo, favoreçam o trabalho conjunto e/ou integrado dos seus membros. Durante o XII Simpósio ficou definida a realização de uma pesquisa integrada sobre a memória e as representações sociais dos chamados “Anos Dourados”, bem como das suas implicações em termos da construção de identidades sociais, cujos resultados se encontram em fase de organização. Os Anos Dourados, cobrindo a década de 1950, se caracterizaram, em boa parte do mundo, pela restauração da democracia, por um razoável crescimento econômico e por um otimismo cultural generalizado. No Brasil, eles se situam mais propriamente entre o fim do segundo governo Vargas, em 1954, e o início do Regime Militar, em 1964. Facilmente se listam os fatos e realizações marcantes desse período: o governo democrático de Juscelino Kubitschek; o início da indústria automobilística e o conseqüente fortalecimento da estrutura sindical; a construção de Brasília e a mudança da capital; o advento da bossa nova; a recuperação do orgulho nacional com a conquista da Copa do Mundo de 1958; e assim por diante. Durante o XIII Simpósio pretende-se realizar as seguintes atividades: 1) Discussão dos resultados obtidos nos diferentes estados da federação, bem como as articulações teóricas; 2) as responsabilidades e parcerias na divulgação dos resultados; 3) deliberação sobre as diferentes formas de divulgação; 4) definição sobre a organização de um livro com para a divulgação dos principais resultados; 5) deliberação sobre a realização e coordenação da próxima pesquisa integrada.

3. Participantes

1. Lídio de Souza – UFES (Coordenador)
2. Adriano Roberto Afonso do Nascimento – UFMG
3. Ana Rafaela Pecora – UFMT
4. Ângela Maria de Oliveira Almeida – UnB
5. Antonio Marcos Tosoli Gomes – UERJ
6. Celso Pereira de Sá – UERJ
7. Denis Giovani Monteiro Naiff – UFRRJ
8. Denize Cristina de Oliveira – UERJ
9. Divaneide Lira Lima Paixão – UCB
10. Fátima Maria Leite Cruz – UFPE
11. Ingrid Faria Gianórdoli-Nascimento – UFMG
12. Luciene Alves Miguez Naiff – Uni-verSO
13. Maria Cristina Smith Menandro – UFES
14. Maria de Fátima de Souza Santos – UFPE
15. Paulo Rogério Meira Menandro – UFES
16. Rafael Moura Coelho Pecky Wolter – UERJ
17. Renato César Möller – UERJ
18. Ricardo Vieiralves de Castro – UERJ
19. Sibelle Maria Martins de Barros – IESFAVI
20. Zeidi Araujo Trindade – UFES
21. Mariana Bonomo – UFES
22. Eduardo Ceotto – UFES
23. Daniel Espíndula – UFES
24. Rosimeire Martins – UFAM

GT 29 – Modos de vida e trabalho: dispositivos para formação e produção de conhecimento na sinergia entre saberes

1. Histórico

Este GT existe desde o X Simpósio

da ANPEPP, com a denominação Modos de Vida, Saúde e Trabalho, assim nomeado por dois biênios. Sua proposição para funcionar no interior da ANPEPP foi fruto da interação – interdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e interestadual – já sistemática entre diversos destes docentes/pesquisadores. No campo da Psicologia Social, os congressos da ABRAPSO foram os primeiros espaços de diálogo, desde o início dos anos 90, com o GT Trabalho e Vida Social. Também Congressos da ABERGO e da ABRASCO foram espaços de intercâmbio. A partir de 1994, parte destes pesquisadores integrou um grupo interdisciplinar que criou e geriu uma rede de intercâmbio denominada Trabalho, Saúde e Modos de Vida no Brasil. A rede chegou a produzir um boletim (impresso e eletrônico) e promover dois encontros presenciais no Rio de Janeiro (UFRJ e ENSP/Fiocruz). Os contatos continuaram através dos intercâmbios também no âmbito da pós-graduação, com a colaboração tanto durante o doutoramento de vários pesquisadores, como após suas inserções em diferentes Programas de Pós-Graduação, na orientação de dissertações e teses e participação em bancas. Posteriormente o pós-doutoramento também se configurou como uma modalidade fecundativa. A proposta de constituição de um GT na ANPEPP considerava a crescente importância estratégica desta Associação como referência destacada na pesquisa e pós-graduação em Psicologia e visava potencializar a rede já operante. Neste caso, nosso trabalho cooperativo distribuído teria novas interações. Constituído o GT para o X Simpósio, durante o primeiro biênio de trabalho em rede, foi possível detectar com mais precisão suas potencialidades e fragilidades. Nesse movimento fortaleceu-se a importância integradora

do ponto de vista da atividade como eixo privilegiado de análise das relações que dão nome ao grupo. Neste mesmo processo ocorreram alterações na composição do grupo, com a migração de dois de seus membros para o XII Simpósio decidimos que a denominação “Modos de vida e trabalho” se manteria como uma marca do GT, a cada Simpósio complementando-a (e à pauta de trabalhos), com a incorporação do tema central de cada Simpósio e de questões que estivéssemos priorizando para debater coletivamente. Foi assim que em 2008 participamos do Simpósio com o GT denominado Modos de vida e trabalho: o ponto de vista da atividade. Durante esse último biênio avançamos na reflexão sobre o caráter transversal do ponto de vista da atividade para compreender/transformar no campo das relações entre modos de vida e trabalho. Dada a fecundidade do intercâmbio ao longo destes anos, decidimos dar continuidade a este GT, mantendo a marca inicial e agregando o desafio colocado para o XIII Simpósio: Modos de vida e trabalho: formação e produção de conhecimento na sinergia entre saberes. Pretendemos melhor conhecer e discutir os dispositivos em curso nas práticas de pesquisa-intervenção e na formação que vêm sendo experimentadas pelos membros do GT.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Já nos anos 60, com Wisner, a prática da Ergonomia da Atividade francófona nos esclareceu que a melhoria das condições de trabalho não depende só dos conhecimentos técnico-científicos, ela exige também a participação decisiva dos protagonistas do trabalho, considerando-se a intervenção formativa uma alavanca para a ação. Nos anos 70, Laville e Teiger iniciaram um movimento que

se delineou no que vem sendo designado por “paradigma da formação dos atores”.
 Objetivos: Analisar as questões relacionadas aos dispositivos para a formação e produção de conhecimento na sinergia entre saberes científicos e saberes provenientes da experiência dos trabalhadores; Dar continuidade à reflexão sobre as dificuldades, mas enfatizar as possibilidades encontradas na produção de conhecimento e orientação das dissertações e teses; Continuar a construção de redes coletivas de intercâmbio.
 A proposta de trabalho para o encontro no Simpósio envolverá: A elaboração por cada pesquisador ou em parceria, de um texto avaliativo das questões-foco; A divulgação prévia dos textos entre os membros do GT (inclusive entre aqueles que não estarão presentes), de forma que no Simpósio todos já os tenham analisado e sobre eles assinalado e enviado seus destaques; Ficará sob responsabilidade da coordenação e de mais 2 outros componentes do GT a análise destes materiais, consolidando-os na forma de questões para debate no escopo do evento; O debate presencial destes textos no XII Simpósio deverá ter efeitos de continuidade, a serem definidos no próprio Simpósio; Cada membro do GT deverá levar CDs e DVDs com produções suas –especialmente aquela pertinente ao foco do trabalho neste biênio – na forma de: dissertações e teses suas e/ou orientadas e defendidas; artigos; programas de disciplinas; materiais didáticos; apresentações; um patrimônio a ser inserido no site do GT, em construção.

3. Participantes:

1. Milton Raimundo Cidreira de Athayde – UERJ (Coordenador)
2. Hélder Pordeus Muniz – UFF (Coordenador)

3. Ana Cláudia Barbosa da Silva – UEL
4. Anísio José da Silva Araújo – UFPB
5. Cláudia Osório da Silva – UFF
6. Irapoan Nogueira Filho – UERJ
7. Jaqueline Tittoni – UFRGS
8. Jussara Cruz de Brito – ENSP-Fiocruz
9. Mary Yale Rodrigues Neves – UFPB
10. Sarita Brazão Vieira – UFPB
11. Thiago Drumond Moraes – UFF

GT 30 – Ócio, tempo e trabalho

1. Histórico

Na experiência no mestrado em psicologia da Universidade de Fortaleza, na linha de investigação ambiente, trabalho e cultura das organizações, acompanhando dois estudos da referida linha, Estudos sobre Cultura das Organizações e Estudos sobre Trabalho e Tempo livre, observou-se que um número considerável de investigações vem chamando atenção pela preocupação com a temática sobre o tempo de trabalho, o tempo fora do trabalho, bem como dos reflexos destes no trabalhador, nos seus familiares e na sociedade de maneira geral. Esse interesse despertou para uma imersão no tema, levando a propor a CAPES um projeto de pós-doutorado na Universidade de Deusto/Espanha, na seu Instituto de Estudos de Ócio, que foi aceito e desenvolvido nos anos de 2005/2005. De volta desse estágio pós-doutoral nasceu a idéia de propor a criação de um grupo na ANPEPP que encontrou amparo na ação de outros professores pesquisadores do tema em outras instituições. No primeiro momento, o Prof. Cássio Adriano Braz Aquino da Universidade Federal do Ceará, um dos professores do Mestrado em psicologia da referida universidade, coordenador do Grupo de Pesquisa Sociedade e Trabalho, oriundo da articulação dos trabalhos que eram desenvolvidos

pelo Núcleo de Psicologia do Trabalho - NUTRA/UFC fruto do esforço da investigação de alguns professores. No final de 2003, quando o grupo era gestado foi realizado o 1º Encontro Cearense de Psicologia Organizacional e do Trabalho, onde a temática que articula tempo, trabalho e ócio faz seu aparecimento oficial na proposta do grupo e assim uma série de encontros e eventos brotam rumo a esta proposta. Assim, constatou-se a necessidade de estudos mais amplos de natureza interinstitucional sobre ócio, trabalho e tempo, com foco a partir da psicologia social, psicologia do trabalho, antropologia e sociologia. A partir disso realizou-se o primeiro encontro entre os grupos já referidos no I Seminário de Estudos atuais sobre ócio e comportamento social, ocorrido em Maio de 2006 na Universidade de Fortaleza coordenado pelo Prof. José Clerton de Oliveira Martins da Universidade de Fortaleza, proponente e coordenador deste GT e com as participações do Prof. Roberto San Salvador del Valle, naquele momento Diretor do Instituto de Estudos de Ócio da Universidad de Deusto (España) e do Prof. Cássio Adriano Braz Aquino da Universidade Federal do Ceará. Nesse primeiro momento lançam-se as bases do grupo e de seus estudos futuros. Desta forma, finalizado o estágio Pós-doutoral e de regresso ao Brasil, institui-se no âmbito da Universidade de Fortaleza, o Otium laboratório de estudos sobre ócio trabalho e tempo livre, lançado em maio de 2007 pelo Prof. Omar Aktouf, da Université de Montreal/HEC e convida alguns pesquisadores brasileiros e estrangeiros para intercambiar estudos e pesquisas sobre o tema ócio, além da participação de discentes do mestrado e da graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza e Universidade Federal do Ceará a partir do novo projeto de pesquisa lançado -

Ócio, representações, práticas e funções na sociedade que centraliza o trabalho. Nesse momento, mais um encontro é realizado dando continuidade a idéia do grupo de estudos, e assim é promovido um segundo seminário, desta vez com o professor Omar Aktouf, tendo como debatedor o professor Cássio Adriano Braz Aquino e coordenação do prof. José Clerton de Oliveira Martins, o evento teve como tema: Trabalho e Ócio, entre a eficácia organizacional e a sobrevivência emocional, nas organizações do século XXI. Em junho 2007, ocorreu o V CONP-SI onde os Professores José Clerton de Oliveira Martins, Cássio Adriano Braz Aquino e Prof. Iratan Bezerra Sabóia apresentaram trabalho em mesa sobre a temática. Neste evento ocorre o encontro com a professora Kátia Pinheiro que se integra ao grupo. Mais recentemente, o mesmo grupo voltou a encontrar-se no I Congresso Sul-americano Violência, Culpa e Ato: causas e efeitos subjetivos que aconteceu de 19 a 22 de setembro de 2007, desta vez numa mesa-redonda sobre a temática "Ócio, Trabalho e Tempo Social", fixando cada vez mais as idéias de proposta para o grupo, além de contatos com pesquisadores da América Latina. Nesse mesmo tempo, sentem-se convocados pela proposta e passam a integrar o Grupo os professores Ieda Rhoden e Viktor D Salis, a partir da produção conjunta de um livro sobre a temática dos Estudos do Ócio lançado em dezembro de 2008, com foco na formas de abordagem do fenômeno no contexto brasileiro e espanhol. No contexto brasileiro se integram a esta proposta, ainda, o prof. Henrique Rocha que assim como a professora Kátia Pinheiro estão em processo de pesquisas com fins a concluir seus processos de doutoramento. Assim, da experiência dos professores relatada, mais dos mestres egressos dos dois progra-

mas de mestrado surge esta proposta para a criação do GT de Estudos sobre Ócio, Tempo e Trabalho para a ANPEPP, que seguiu seu curso até o presente momento, onde convocamos a necessidade da continuidade do GT no âmbito Psi sempre numa perspectiva de dialógica com as disciplinas que convocam os temas centrais do estudo, ou seja, o ócio, o tempo e o trabalho, os quais consideramos importantes ao pensarmos homem, comportamento e sociedade no contexto contemporâneo hipermoderno.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O GT sobre Ócio, Tempo e Trabalho toma como território privilegiado de análise o fenômeno social e subjetivo do ócio e suas possibilidades interativas com o espaço e o tempo social. Ócio e trabalho, ao longo da história, sempre figuraram como atividades fundamentais para o ser humano, ainda que, mais recentemente, em função da forte influência cultural do trabalho na sociedade contemporânea, o valor do ócio tem sido visto ora com maior ou menor relevância na vida das pessoas, embora sempre numa perspectiva secundária em relação ao trabalho. No momento em que a família, a religião, a ação pública e o trabalho são questionados em seus respectivos traços hegemônicos na constituição da ordem social – como ocorreu em distintas etapas históricas – o ócio surge como potencialidade de figurar como elemento de destaque na manutenção da coesão social, apropriação de espaços e tempos, edificação subjetiva e etc. Essa retomada do ócio ultrapassa o limite da individualidade e se instala no nível social e comunitário e pode tanto estar associado ao bem-estar físico, psicológico e ao desenvolvimento e bem-estar comunitário, como em oposição, vincular-

-se a idéia de risco social ou ser seu potencializador. Apesar de toda essa relevância, o ócio ainda se constitui, no âmbito acadêmico brasileiro e de forma especial na Psicologia, um tema a ser suficientemente investigado e debatido, daí a relevância da constituição e manutenção de um GT dessa natureza no âmbito da ANPEPP, em virtude do que já vem se articulando na construção desse espaço de reflexão e análise sobre uma área tão relevante para estruturação social. Desta forma o grupo toma como Objetivo Geral, investigar as representações e as práticas de ócio na atualidade, identificando e analisando, em âmbitos diversos, os reflexos de tais processos na produção subjetiva. Outros objetivos mais específicos são convocados na ação do grupo com por exemplo: Promover uma compreensão articulada, no contexto atual, entre os conceitos de ócio e trabalho, mediado pela questão da temporalidade; Analisar as implicações do ócio e do trabalho, em suas complementaridades e dissociações, na configuração da idéia de coesão social; Delinear um percurso da compreensão dos termos ócio, tempo livre e lazer, na sociedade brasileira; Verificar a contribuição da Psicologia Social aos estudos interdisciplinares sobre ócio e tempo livre. A composição do GT Ócio, tempo e trabalho viabiliza a constituição de uma área de investigação e aplicação no âmbito da Psicologia Social e afins, que revela uma forma específica de comportamento no tempo e, portanto, de fundamental importância para compreender a constituição social, uma vez que por trás das práticas coletivas de ócio sobressaem-se traços que evidenciam diferentes modelos de sociedade. Ademais dos aspectos mais sociais e comunitários, os estudos podem revelar aspectos relativos aos conceitos de liberdade, autonomia e consumo, dire-

tamente implicados as práticas mais ou menos individualizadas, constituinte das singularidades. Tendo em vista os trabalhos conjuntos já realizados, desde a última edição do seminário da ANPEPP onde o grupo se reuniu, a produção do grupo pode ser configurada através de pesquisas e eventos acadêmicos realizados em parcerias com as instituições envolvidas, bem como através da participação em bancas de mestrado e doutorado com temáticas pertinentes a área do grupo e publicações conjuntas de artigos científicos e livros. É essa produção nosso principal instrumento de avaliação dos resultados alcançados pelo grupo que justifica nossa proposta de continuidade no seminário ANPEPP, nesta edição de 2010. Como mostra de nossa consolidação enquanto grupo, podemos citar nossa participação conjunta em eventos como o CONPSI, o ISMA Brasil, a SBPOT, Seminário Ócio e Contemporaneidade, 2007, 2008 e 2009 e ABRAPSO 2008 e 2009 para citar eventos realizados no Brasil. No âmbito internacional o OCIOGUNE, 2007, 2008 e 2009, que é o Fórum de reflexão em torno ao fenômeno do ócio, que acontece anualmente na Universidad de Deusto, no seu Instituto de Estudos do Ócio, em Bilbao na Espanha. O 2º Congresso Internacional de Psicologia que acontece na cidade de Morélia no México, na Universidad Michouacana de S. Nicolas de Hidalgo entre outros do gênero. O grupo além de participar de eventos de reconhecimento nacional e internacional, também organiza em colaboração atividades e encontros acadêmicos já reconhecidos nacionalmente como é o caso dos eventos enumerados a seguir: 1. Seminário Ócio e Contemporaneidade - Organizado pelo Laboratório de Estudos Sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da

Universidade de Fortaleza, Coordenado pelo Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins, completando em sua edição de 2009 sua 4ª edição; 2. O Encontro Cearense de Psicologia Organizacional e do Trabalho (ECPOT) que este ano organiza sua 4ª edição tomando como foco a Formação do Psicólogo, abordando temas referentes às necessidades de orientação para nesse campo de formação da psicologia para o Ócio, Tempo Livre e Lazer. Este evento é coordenado pelo Prof. Dr. Cassio Adriano Braz Aquino da Universidade Federal do Ceará; 3. OCIOGUNE - Este evento representa atualmente o principal fórum europeu de estudos do Ócio. É organizado pelo Instituto Multidisciplinar de Estudios de Ocio, da Univesidade de Deusto, Bilbao/Espanha, na programações onde se publicam as mais atualizadas investigações em ócio. Nele interagem investigadores do Programa de Doutorado em Ócio e Potencial Humano, além de outros investigadores de países diversos interessados na temática. Desde a primeira edição do Ociogune, integrantes do GT Ócio, Tempo e Trabalho publicam ali suas mais recentes elaborações. Nesta edição do seminário ANPEPP estamos agregando ao grupo, quatro pesquisadores ligados ao Instituto de Estudos de Ócio da Universidad de Deusto, dois dos quais egressos do programa de pós-graduação da Universidade de Fortaleza (Prof. Henrique Pereira Rocha e Profa. Rosely Cubo de Almeida) e outros dois investigadores do reconhecido Instituto de Estudos de Ocio da Universidad de Deusto, no caso as Profas. Dras. Aurora Madariaga e Yolanda Lázaro. O GT apresenta também, como integrante membro do grupo nesta proposta a Prof. Dra. Núria Codina e o Dr. José Vicente Pestana, ambos da Universidad de Barcelona. A professora Núria dedica suas investi-

gações em Barcelona às temáticas do Ócio e do Self, em abordagens bastante aceitas no âmbito brasileiro. O encontro sistemático da professora em mesas e conferências no Ociogune, com membros do GT e a confluência existente nos estudos comuns, além do interesse em investigações conjuntas nos indicam esse aproximação. Os professores integram no âmbito espanhol o grupo Psicologia Social, Ambiental e Organizacional (2005SGR00714). Grupo consolidado reconhecido pela Agência de Gestão e d'Ajuts Universitaris i de Recerca de la Generalitat de Catalunya (AGAUR) 2005-2009/2009-2013. Os temas de estudo da referida professora são, Uso e consumo do tempo: Psicossociologia do ocio e do tempo livre; tempo, atividade e estilos de vida saudáveis. Identidade, self, autorreferências e processos de autoacomodação. Aplicações das teorias da complexidade na psicologia social e metodologias de análises de aspectos complexos e aplicações da psicologia social: fenômenos sociais, âmbitos e realidades socioprofissionais. Ainda referindo-se ao âmbito internacional, o GT Ócio, Tempo e Trabalho, está em sintonia com a OTIUM. Asociación Iberoamericana de Estudios de Ocio, que tem sede em Bilbao/Espanha e se compõe por OTIUM, Asociación Iberoamericana de Estudios de Ocio, que representa um organismo formado por centros universitários e europeus e latinoamericanos que desenvolvem formação, investigação e difusão em âmbitos relacionados aos Estudos do Ócio, Tempo Livre, Cultura, Esporte, Turismo e Recreação. Sendo estes entendidos como fator de desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e comunitário. Esta associação entende o ócio como uma experiência humana integral, um direito humano fundamental e um fator de de-

envolvimento pessoal, social e comunitário. No momento integram esta associação as seguintes universidades: UNIVERSIDAD DE DEUSTO BILBAO (ESPAÑA), UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (BRASIL), UNIVERSIDADE DO VALE DO RÍO DOS SINOS, UNISINOS (BRASIL), UNIVERSIDAD PONTIFICIA CATÓLICA DE CHILE, UNIVERSIDAD REGIONAL MIGUEL HIDALGO (MÉXICO), UNIVERSIDAD YMCA (MÉXICO), UNIVERSIDAD CATÓLICA DAMASO ANTONIO LARAÑAGA-URUGUAY e UNIVERSIDAD CATÓLICA DE SANTIAGO DE GUAYAQUIL (ECUADOR). Como se pode observar as propostas e objetivos a partir do universo que se amplia nos contatos e interrelações de investigações são muitos, e resguardam um futuro de muitos eventos e produções no Brasil e além fronteiras. Configura-se uma possibilidade de um encontro internacional no âmbito brasileiro sobre esta reflexão, muitos artigos a serem publicados no Brasil, América Latina e Espanha frutos de pesquisas conjuntas, diálogos sobre temas comuns observados em contextos diversos.

3. Participantes

1. José Clerton de O. Martins – UNIFOR (Coordenador)
2. Cássio Adriano B. de Aquino – UFC
3. Henrique Pereira Rocha – Univesidad de Deusto-Espanha
4. Ieda Rhoden – UNISINOS-RS
5. Iratan Saboia – UFC-Sobral
6. José Vicente Pestana – Univesidad de Barcelona-Espanha
7. Kátia Flores Pinheiro – Universidade Estácio de Sá
8. Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt – PUC-RJ
9. Núria Codina – Universidad de Bar-

- celona-Espanha
10. Rosely Cubo de Almeida – Universidade de Deusto-Espanha
 11. Yolanda Lazaro Fernandez
 12. Aurora Madariaga Ortuzar

GT 31 – Os jogos e sua importância para a psicologia e a educação

1. Histórico

É a quinta vez que este grupo pretende se reunir, agora no XIII Simpósio da ANPEPP, em 6 – 10 de junho de 2010. A primeira ocorreu em 2002 (IX Simpósio, Águas de Lindóia), a segunda em 2004 (X Simpósio, Aracruz), a terceira em 2006 (XI Simpósio, Florianópolis) e a quarta em 2008 (XII Simpósio, Natal). Em todas estas reuniões este GT manteve seu interesse na pesquisa, ensino e aplicação de conhecimentos relacionados ao tema que o identifica. Para a quinta reunião, o GT será constituído por 15 integrantes que já fazem parte dele desde o início, mais dois novos participantes. São docentes pertencentes a cinco estados do Brasil (Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte), que atuam em diferentes instituições de ensino e pesquisa. Além disso, três doutorandas pretendem participar das atividades neste XIII Simpósio. Além da convergência temática – o valor dos jogos para a Psicologia e a Educação –, outra característica de nosso grupo é sua orientação teórica e metodológica. Como se poderá constatar no livro organizado pelo coordenador deste GT, a ser lançado ainda este ano pela Casa do Psicólogo, nossas pesquisas fundamentam-se no construtivismo tal como formulado por Piaget e sua escola. Para este autor os problemas relativos ao conhecimento do ser humano são dois: construção de estruturas cog-

nitivas e sua equilibrção nos processos de interação sujeito – objeto aos quais se aplicam. Este é o caso exatamente em uma situação de jogo. Um jogar depende do nível em que podemos compreender e decidir pelas respostas face aos muitos problemas que enfrentamos no desenrolar de uma partida. Ao mesmo tempo, as diversas formas de interações experimentadas, pouco a pouco, têm influência significativa: confirmam os comportamentos adequados (que dão conta suficientemente dos problemas enfrentados ou que criam problemas interessantes ao adversário), ou perturbam, desequilibram por sua insuficiência (antecipam pouco e mal, não são confirmados na experiência ou impõem uma consequência negativa). Desenvolvimento (de estruturas) e aprendizagem (de comportamentos mais adequados nos processos de interação) são, pois, os dois grandes desafios que se enfrenta em uma situação de jogo. Não é isto o que acontece também na aula, na clínica e, em geral, na vida?

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo principal é contribuir para a proposta deste simpósio “Pesquisa em Psicologia: Formação, produção e intervenção” na perspectiva dos jogos e sua importância para a Psicologia e a Educação, tema de nosso GT. Mais especificamente, pretendemos discutir as seguintes questões: a) Como fazer (ou usar na) formação de psicólogos e educadores utilizando jogos, desafios e brincadeiras? Que pesquisas ou experiências nosso grupo desenvolveu sobre esta questão? b) Como produzir pesquisa (aspectos metodológicos, produção e análise de dados, vinculação teórica, etc.) usando jogos, desafios, etc.? Quais são as principais características do modo

de pesquisar de nosso grupo? c) Como fazer intervenção (em clínica, oficinas, sala de aula, etc.) usando jogos, brincadeiras e desafios como recurso metodológico? d) Dado nosso referencial teórico, qual é a contribuição da obra de Piaget para o tema deste simpósio, no recorte que caracteriza nosso grupo?

3. Participantes

1. Lino de Macedo – USP-SP (Coordenador)
2. Antonio Carlos Ortega – UFES-ES
3. Betânia Alves Veiga Dell’Agli – UNIFAE-SP
4. Cláudia Broetto Rossetti – UFES-ES
5. Cristina Dias Alessandrini – UnP-RN
6. Francismara Neves de Oliveira – UEL-PR
7. Geiva Carolina Calsa – UEM-PR
8. Luciane Bianchini – UEL-PR
9. Maria Célia Rabello Malta Campos – UAM-SP
10. Maria Vitória Maia – UFRJ-RJ
11. Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro – PUC-SP
12. Rosely Palermo Brenelli – UNICAMP-SP
13. Sávio Silveira de Queiroz – UFES-ES
14. Claudimara Chisté Santos – UFES
15. Heloisa Helena G. O. Garcia – USP
16. Paula de Souza Birchall – USP
17. Simone Chabudee Pylro – UFES

GT 32 - Pesquisa em avaliação psicológica

1. Histórico

O GT de Pesquisa em Avaliação Psicológica reuniu-se pela primeira vez no ano de 1998 no VII Simpósio em Gramado/RS, sob a coordenação do Prof. Luiz Pasquali. Nos anos subsequentes

o GT foi coordenado pelos pesquisadores Solange Wechsler (VIII Simpósio em Serra Negra/SP - 2000), Cláudio Hutz (IX Simpósio em Águas de Lindóia/SP - 2002), Ricardo Primi (X Simpósio em Aracruz/ES - 2004), Ana Paula Noronha (XI Simpósio em Florianópolis/SC - 2006) e Irai Boccato Alves (XII Simpósio em Natal/RN-2008). No decorrer desses anos houve um crescimento expressivo da área de Avaliação Psicológica com a criação de laboratórios de pesquisa; implantação de linhas de pesquisa em programas. Em razão desse crescimento, no ano de 2008 outros grupos com temáticas ligadas à avaliação psicológica foram criados, haja vista para o tamanho super-dimensionado do GT no simpósio de Florianópolis (2006), o que levou os participantes a pensarem em formas alternativas de organização dos integrantes do grupo original e de novos interessados. Foi definido, contudo, que o GT original, que serviu de matriz para as primeiras discussões sobre a pesquisa na área, seria mantido, possibilitando ainda a reunião de pesquisadores expressa pela diversidade contida na área de avaliação psicológica.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Considerando a expansão da área de Avaliação Psicológica, o GT propõe-se a realizar um mapeamento que permita identificar o estado da arte da pesquisa em avaliação psicológica no Brasil. Reunidos em subgrupos, os participantes farão levantamentos específicos para verificar os avanços e os novos rumos da pesquisa sobre a temática, com vistas a identificar temas ainda pouco explorados, propondo-se a trabalhar com os dois grandes objetivos: A) Empreender estudos de meta-análise visando: 1) Analisar a produção científica proveniente de dis-

sertações de mestrado e teses de doutorado pertinentes à área de avaliação psicológica, com base no Banco de Teses da CAPES; 2) Avaliar a produção científica divulgada em artigos de revistas brasileiras disponíveis nas bases de dados SciELO e PePSIC. B) Realizar estudos relativos ao ensino de Avaliação Psicológica nos cursos de graduação em psicologia por meio de parceria com a ABEP: 1) Contatar os coordenadores de cursos de graduação em psicologia para identificar os perfis dos professores de Avaliação Psicológica (AP); 2) Verificar quais os métodos e técnicas mais frequentemente ensinados nos cursos de graduação e as principais dificuldades encontradas; 3) Identificar os conteúdos de AP que estão sendo efetivamente ensinados, analisando as ementas das disciplinas; C) Conduzir estudos relativos à formação de pesquisadores nos cursos de pós-graduação em psicologia por meio de parceria com a ANPEPP: 1) Identificar as linhas de pesquisa de programas de pós-graduação que abranjam a construção e a utilização de instrumentos de avaliação psicológica; 2) Analisar os projetos em andamento que utilizam instrumentos de avaliação psicológica. D) Ampliar o intercâmbio entre os participantes do GT dos diversos estados do Brasil que o compõem, visando fortalecer a realização de pesquisas conjuntas em Avaliação Psicológica. E) Estabelecer ações em parceria com centros de pesquisa no exterior que trabalhem com as temáticas de avaliação psicológica, visando a elaboração de projetos conjuntos envolvendo estudos transculturais. Cabe esclarecer que alguns parceiros interessados já foram contatados, a saber: Prof. Dr. Leandro Almeida -Universidade do Minho – PT; Prof. Dr. Sebastián Urquijo -Universidad de Mar del Plata-AR; Prof. Dr. José Livia -Universidad Autonoma

del Perú. No que concerne aos resultados esperados, acredita-se que por meio da meta-análise o GT terá informações relevantes, com base nas quais será possível estabelecer articulação com as entidades científicas da área tais como: o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – IBAP e a AsBRo – Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, que poderão utilizar os dados para promover ações específicas na área. O Conselho Federal de Psicologia também deverá ser contatado de forma a tomar conhecimento dos resultados obtidos, considerando-se, especialmente, o que foi anunciado pelo atual presidente do CFP que o Sistema Conselhos teria, proximamente, um ano temático dedicado à Avaliação Psicológica. Acrescentam-se às metas anunciadas, a redação de artigos e capítulos de livro que poderão ser publicados. Cabe ressaltar a divulgação dos resultados obtidos nos estudos desenvolvidos pelo GT; serão prioritariamente divulgados em veículos de ampla circulação nacional e seletiva política editorial. Em síntese, no próximo biênio, o GT Pesquisa em Avaliação Psicológica pretende orientar seus esforços e atuar em quatro frentes principais: mapear a produção científica nacional referente à Avaliação Psicológica, construir um corpo de conhecimento acerca do ensino da Avaliação Psicológica, em nível de graduação, levantar e sistematizar dados acerca da formação de pesquisadores em Avaliação Psicológica em cursos de Pós-graduação e desenvolver pesquisas, de caráter transcultural, em Avaliação Psicológica. Acredita-se que a consecução das metas propostas muito contribuirá para o avanço na construção de um conhecimento nacional e internacional mais sólido relativo à Avaliação Psicológica.

3. Participantes:

1. Acácia Aparecida Angeli dos Santos – USF-SP (Coordenadora)
2. Adriana Cristina Boulhoça Suehiro – UFRB-BA
3. Altemir José Gonçalves Barbosa – UFJF-MG
4. Elizabeth do Nascimento – UFMG
5. Evelyn Boruchovitch – UNICAMP-SP
6. Fabián Marin Rueda – USF-SP
7. Fermínio Fernandes Sisto – USF-SP
8. Irai Cristina Boccato Alves – USP-SP
9. Irani Iracema de Lima Argimon – PUC-RS
10. Katya Luciane Oliveira – UEL-PR
11. Luis Sérgio Sardinha – USP-SP / UNIABC
12. Makilim Nunes Baptista – USF-SP
13. Marco Antônio Pereira Teixeira – UFRGS
14. Marucia Patta Bardaggi – UFRGS
15. Nelimar Ribeiro de Castro – USF-SP
16. Patrícia Waltz Schelini – UFSCAR-SP
17. Selma de Cássia Martinelli – UNICAMP-SP
18. Soely Aparecida Jorge Polydoro – UNICAMP-SP
19. Vera Lúcia Marques de Figueiredo – UCPel-RS

GT 33 - Políticas de subjetivação, invenção do cotidiano e clínica da resistência

1. Histórico

A proposta de constituição do GT *Políticas de subjetivação, invenção do cotidiano e clínica da resistência* surgiu a partir da necessidade de sistematizar uma rede de estudo e produção de conhecimento sobre a temática da subjetividade e os modos de vida contemporâneos. Nosso foco para tratar essa temática inclui saberes, fazeres e po-

deres que constituem a experiência da violência institucionalizada, apontando para seus engendramentos histórico-políticos. Estamos considerando como violência toda experiência de confinamento, desde a mais explícita, implementada pelas instituições totais – manicômios e prisões especialmente, até as mais sutis expressões da sociedade de controle que invadem o cotidiano – como nas formas solitárias de morar e habitar as cidades. Neste sentido, os modos de invenção do cotidiano, expressos por diferentes estratégias de resistência e criação, são importantes dispositivos para problematizar novas formas de produção da subjetividade. Desde 2006, o GT vem se constituindo como espaço de encontro, interlocução e produção coletiva de professores e pesquisadores inseridos em diferentes Programas de Pós-Graduação no país, interessados em cartografar as políticas de subjetivação no cenário contemporâneo. Este espaço de interlocução e produção do GT também tem propiciado a construção de estratégias voltadas tanto para a rede de atenção em saúde mental, visando o cuidado integral e humanizado, quanto para o enfrentamento dos confinamentos cotidianos nas suas expressões individuais e institucionais. A discussão do GT tem sido pautada por três eixos de investigação que reúnem as problemáticas presentes na experiência institucional, clínica e docente dos pesquisadores. São eles: - Desinstitucionalização e invenção do cotidiano; Redes de resistência e vida urbana; Cuidado em saúde mental e clínica transdisciplinar. Esses eixos norteadores estabelecem entre si um diálogo, possibilitando aos integrantes do GT um trânsito entre as diferentes linhas de pesquisa em que estão inseridos. Nos últimos dois anos, a trajetória do GT também despertou o interesse de

pesquisadores que se sentiram convocados a contribuir com a proposta em andamento, o que justificou o ingresso das professoras Kátia Faria de Aguiar, da UFF, Maria Teresa Nobre, da UFS e Ruth Barbosa, da UFRJ. **Atualmente o GT conta com treze membros de oito Instituições de Ensino Superior de seis estados.**

2. Objetivos e proposta de trabalho

O GT tem por objetivo desenvolver estudos e pesquisas sobre os processos de subjetivação na contemporaneidade, mapeando as condições em que são produzidos, a fim de fornecer subsídios teóricos e metodológicos para a criação de redes de resistência e invenção do cotidiano. Deste modo, a temática do Simpósio em 2010 visando à articulação entre **Formação, Produção e Intervenção**, está diretamente relacionada com os objetivos do GT e com os desafios da pesquisa em Psicologia na atualidade: o de inventar outros territórios existenciais em um contexto biopolítico que se caracteriza por uma nova relação entre vida e poder. Assim, estabelecemos claramente uma linha de continuidade entre os trabalhos desenvolvidos nos últimos dois anos e as propostas para o próximo biênio, focados na consolidação da perspectiva teórico-metodológica que sustenta a proposta do GT. Nesse sentido, destacamos a primeira produção coletiva do GT em número especial da Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia da UERJ, prevista para ser lançada no primeiro número de 2010. As abordagens teórico-metodológicas que fundamentam o trabalho do GT têm importantes contribuições para a discussão da temática **Formação, Produção e Intervenção**, pois se sustentam nos paradigmas da complexidade e da processualidade e são pautadas pela interrogação

dos conhecimentos que padronizam e reduzem a realidade a um único espaço inteligível de certezas (Veiga-Neto, 2002). No paradigma ético-estético-político a pesquisa tem por finalidade acompanhar os processos de produção da subjetividade em sua dimensão micropolítica, afirmando o caráter múltiplo e polissêmico de tais processos. A metodologia, neste caso, implica necessariamente alguma forma de intervenção, o que evidencia a articulação entre produção de conhecimentos, de sujeitos e de realidades. Nesta medida, a própria noção de formação não pode ser dissociada de um processo de construção coletiva com os sujeitos envolvidos, afastando-se da lógica dos especialistas. A formação alinhada à pesquisa-intervenção confronta diretamente a ciência e a educação na forma como estão instituídas e aposta na experimentação como estratégia de produção de conhecimento. Modos de formar, modos de trabalhar e modos de se subjetivar são processos coletivos inseparáveis, ainda que distintos (Barros, 2003). Nessa perspectiva, Monceau (2005) assinala que o “posicionamento dos pesquisadores pode assim ser o de colocar seu saber a serviço de uma experimentação social ou de uma mudança social mais ampla” (p. 472). Vale lembrar que a pesquisa em Psicologia em nosso país, aponta cada vez mais para a necessidade da produção de conhecimento a partir de problemas cotidianos, que exerça efeitos no campo de pesquisa, atenta para a problemática da inserção social. Examinado a formação para a realidade social, observamos que não só a produção de conhecimento sofre transformações, mas também o próprio campo da Psicologia, o que se traduz na ampliação dos campos de trabalho, no convite à promoção de saúde e no questionamento dos efeitos de nos-

sas práticas na invenção de novos modos de existência. Tudo isso, no nosso entender, nos convoca a produzir dispositivos singulares que não estejam a serviço da serialização instituída, mas da criação de formas de resistir a ela, seja no campo da produção de conhecimento, seja no campo da intervenção. Nesse sentido, pode-se trabalhar com a cartografia, método proposto por Deleuze & Guattari, utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade (Kastrup, 2008; Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). A cartografia se apresenta como ferramenta de investigação para abarcar a complexidade nessa zona de indeterminação que acompanha a produção de subjetividade, colocando problemas, buscando o coletivo de forças em cada situação. Outro aspecto da proposta metodológica que atravessa a produção do GT é a pesquisa-intervenção baseada nos pressupostos da Análise Institucional. Trata-se de produzir conhecimento a partir de analisadores que desestabilizam as formas instituídas realizando, ao mesmo tempo, análise e intervenção. Em 2010, o intuito do GT será problematizar as relações entre pesquisa, formação e intervenção nas dimensões macro e micropolíticas que atravessam a experiência cotidiana, e resultam tanto em formas de submissão quanto de resistência. Além disso, discutiremos as ferramentas teórico-metodológicas tradicionais de fazer pesquisa, objetivando propor estratégias de investigação sintonizadas com os princípios ético-políticos que norteiam as produções do GT. Como indicado anteriormente, no Simpósio de 2008 decidimos produzir um dossiê que tratasse da construção de novas metodologias para o trabalho coletivo e ações institucionais, apontando para a transdisciplinaridade e para as implicações dessas práticas com as

políticas públicas e a produção de subjetividades. Este número especial intitulado ***Produção de conhecimento e políticas de subjetivação*** apresenta um território complexo, atravessado por múltiplas instituições e uma diversidade de serviços que tensionam os referenciais teórico-metodológicos para a produção de conhecimentos que engendrem outras políticas de subjetivação para a sociedade contemporânea. Porém, mais do que apresentar métodos, técnicas, trabalhos e investigações, estas propostas de pesquisa e de intervenção constituem-se em um convite à experimentação de novas práticas. Durante o Simpósio de 2010 e ao longo do próximo biênio, buscaremos atualizar as interfaces dos projetos investigativos em curso e ampliar a discussão neles suscitada. A partir daí, o planejamento das próximas ações incluirá: a organização de eventos para divulgação do número especial da Revista que reúne a primeira produção coletiva do GT; a participação em eventos científicos de âmbito nacional e internacional; a submissão de projetos em editais de pesquisa; a organização de um número especial com a produção desenvolvida a partir do encontro de 2010 na Revista Estudos de Psicologia/UFRN a ser lançada em 2011.

3. Participantes

1. Claudia E. Abbês Baêta Neves – UFF
2. Katia Faria de Aguiar – UFF
3. Leila Domingues Machado – UFes
4. Luis Antonio dos Santos Baptista – UFF
5. Magda Dimenstein – UFRN
6. Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho – UFS
7. Maria Cristina Campello Lavrador – UFes
8. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira –

- UFS
9. Marisa Lopes da Rocha – UERJ
 10. Roberta Carvalho Romagnoli – PUC-Minas
 11. Rosane Azevedo Neves da Silva – UFRGS
 12. Ruth Machado Barbosa – UFRJ
 13. Simone Mainieri Paulon – UFRGS

GT 34 – Práticas psicológicas em instituição: atenção, desconstrução e invenção

1. Histórico

Desde o Simpósio da ANPEPP em 1994, quando o grupo foi criado sob a coordenação da Profa. Henriette Morato, ocorreram algumas transformações, tanto no tocante à temática inicial quanto à composição de seus membros. Desde 1998, sua formação apresenta uma configuração que se mantém até hoje, com poucas modificações. Tem como característica uma produção de conhecimento embasada na fenomenologia existencial, sustentada no tensionamento teórico-prático, uma vez que todos compartilham a importância de pesquisas interventivas, sempre inseridas em contextos públicos, voltadas para a transformação das relações sociais ou dos modos existenciais inibidores da potência de agir. Tal processo exige um compartilhamento constante que sustente a angústia advinda da afirmação do singular, que aparece como algo da ordem do “bizarro e estranho”. Mais ainda, o espaço do GT tem se revelado crucial para a elaboração destas experiências em modos possíveis de existência que sustentem a expansão de vidas (e não a adaptação da vida). Esse compartilhar tem sido fundamental e reflete-se não somente nos diversos encontros orga-

nizados pelo grupo como um todo, mas também nas parcerias e intercâmbios constantes entre seus membros, que resultaram no desenvolvimento de práticas inovadoras em saúde e educação. Os membros do GT ANPEPP lideram e/ou participam de Grupos de Pesquisa do Diretório do CNPq, como “Aprendizagem significativa na formação de profissionais de saúde e educação” (USP), “Psicologia Clínica” (UNICAP), “Atenção psicológica Clínica em instituições: Prevenção e Intervenção” (PUCCAMP), “Filosofia e Psicologia Clínica” (UFF), “Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Comunidade e Família-ECOFAM” (PUCSP) e “Subjetividade e Desenvolvimento Humano” (UFRN). No momento atual, após quinze anos de interlocução e reflexões, o grupo empenha-se em criar corpos conceituais que reflitam esse outro modo de pensar/fazer a psicologia, não capturado em modelos, mas tendo como referência a experiência e afirmação das singularidades. Sustentado na Ética, esse empenho envolve pesquisadores, alunos e população, uma vez que implica na valorização da cultura científica e popular, fundamental na transformação das atuais relações sociais autoritárias em relações horizontais nas quais, através do exercício do pensamento, se construa conhecimentos pertinentes àqueles grupos. Resumindo, o conhecimento alicerçado na Ética ocorre somente entre iguais, ou, entre aqueles que, afirmando seu modo singular de existência, necessariamente afirmam o modo singular do outro, pois, somente entre estes, podem-se dar os bons encontros que produzem transformação ou potência de agir.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Como objetivo principal, comum

a todos os pesquisadores, mantêm-se o compromisso do grupo em produzir conhecimentos comprometidos com a transformação psicossocial. Nesse sentido, pretende-se: **1 - refletir sobre as pesquisas desenvolvidas no grupo, procurando avaliar em que medida os conhecimentos produzidos:** a) têm colaborado na formação de profissionais comprometidos com a transformação social em direção a uma sociedade mais justa e tolerante com as diferenças; b) como as instituições se apropriam das propostas que apresentamos; c) como as populações envolvidas respondem às nossas práticas; d) quais desafios, limitações e conquistas temos encontrado em nossas trajetórias; **2 - avaliar o alcance dessas pesquisas** no estabelecimento de redes e intercâmbios com os diversos setores da sociedade (órgãos gestores, instituições formais e informais de educação e saúde, representantes comunitários, profissionais e agentes de saúde e educação, entre tantos outros) comprometidos e empenhados com tais transformações. Com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e pesquisas, respeitadas as metas acima citadas, o GT vem promovendo, ininterruptamente, há nove anos, Simpósios Nacionais de Práticas Psicológicas em Instituições, respeitando as instituições de origem de seus membros para a sua realização. Nesses Simpósios, o GT segue um formato participativo, incluindo também alunos de pós-graduação e de iniciação científica, que possibilita, além da produção científica, uma preparação do GT para os Simpósios bienais da ANPEPP. Esse formato resultou, em 2008 e 2009, nos VIII e IX Simpósios Nacionais do GT, na publicação de anais com trabalhos completos e no encaminhamento de produções conjuntas para um livro em execução. Nesse sentido,

durante o XIII Simpósio da ANPEPP, em 2010, o GT terá como uma de suas metas mais importantes a elaboração final do projeto “**Atenção Psicológica em Instituições de Saúde e Educação: Aprendizagem Significativa em ação**”, sob a coordenação da Profa. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato, tendo como pesquisadores associados: Profa. Dra. Angela Nobre de Andrade, Profa. Dra. Carmem Lucia Brito Tavares Barreto, Profa. Dra. Heloisa Szymanski e Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá. Tem a participação das seguintes instituições: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano (IPUSP), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFES), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (UNICAP), Programa de Estudos de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação (PUC-SP), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (UFF). Como **objetivo geral**, tal projeto visa refletir a pertinência da prática psicológica, nas modalidades de Plantão Psicológico e Psicoeducativo, como metodologia interventiva de atenção psicológica ao sofrimento humano, desenvolvida em contexto de ações territoriais junto a comunidades das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Natal, Vitória e Campinas.

3. Participantes

1. Heloisa Szymanski – PUC-SP (Coordenadora)
2. Ângela Nobre de Andrade – UFES (Coordenadora)
3. Carmem Lucia Brito Tavares Barreto – UNICAP
4. Christina Menna Barreto Cupertino – UNIP
5. Elza Maria do Socorro Dutra – UFRN
6. Henriette Tognetti Penha Morato –

IPUSP

7. Maria Luisa Sandoval Schmidt – IPUSP
8. Nilson Gomes Vieira Junior – UFAM
9. Roberto Novaes de Sá – UFF
10. Vera Engler Cury – PUCCAMP
11. Marcus Túlio Caldas – UNICAP
12. Simone Walkoff Curi – IPUSP
13. Sashenka Meza Mosqueira – IPUSP
14. Renata Capelli Andrade – PUC-SP
15. Sílvia Raquel Santos de Moraes – UFES
16. Luciana Dantas Farias de Andrade – UFES
17. Darlindo Ferreira de Lima – UFES
18. Barbara Eleonora Bezerra Cabral – UFES
19. Walter Cautella Júnior – IPUSP

GT 35 – Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico

1. Histórico

A proposta deste novo GT surge dos encontros que revelaram convergências fortes entre pesquisadores debruçados sobre práticas de intervenção que apontam para as relações entre os processos de subjetivação característicos do nosso contexto histórico e social e as manifestações do sofrimento psíquico (ver o item ‘Produção’ abaixo). As novas formas de demanda de atendimento exigem a revisão dos pressupostos e modelos derivados das classificações normativas e revelam a necessidade de produção de formas de saber e fazer no campo da prática psicológica. Dessa forma, os pesquisadores que propõem o GT PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, CLÍNICA AMPLIADA E SOFRIMENTO PSÍQUICO desejam consolidar seus interesses comuns através de esforços em torno da produção de conhecimento crítico, visando estabelecer e consolidar

pressupostos teóricos e metodológicos necessários à implementação de práticas clínicas ampliadas que possam dar conta da escuta das novas modalidades e das novas manifestações do sofrimento psíquico. Articula a proposta do GT, o pressuposto de que o cenário contemporâneo, marcado pelo predomínio da mercadoria, pelo esgarçar dos laços sociais e pelo avanço da técnica, estaria produzindo mudanças no modo de vida, na organização subjetiva e na expressão do sofrimento psíquico. Esse contexto, atravessado por novas configurações sociais, produz reverberações sobre a configuração subjetiva, o corpo e o sofrimento psíquico que demandam problematizar o campo teórico necessário à escuta do discurso associado a esse cenário. As modulações na elaboração dos sintomas e nas demandas exigem a problematização dos referenciais teóricos e das estratégias de intervenção. A literatura atual sobre o tema de interesse deste GT explicita a existência de impasses no plano da teoria e das estratégias de obtenção do conhecimento derivados do recorte disciplinar hegemônico na tradição ocidental moderna. Para abordar tal impasse, entendemos serem necessárias uma visada interdisciplinar e o recurso a referências teóricas de diversas áreas do conhecimento tais como psicologia, psicanálise, história, sociologia, neurociências, lingüística, filosofia, dentre outras, que possam sustentar a escuta do sofrimento psíquico a partir de contextos e instituições diversas (fábricas, escolas, centros de atenção psicossocial, dentre outras) e de enquadres não tradicionais. Nessa perspectiva, o recurso a autores como Freud, Derrida, Foucault, Lacan, Winnicott, Bauman, Agamben, Sennett, Wacquant, Castel, Green, Canguilhem, dentre outros, será necessário e constante nos trabalhos do grupo aprofundando

do movimentos de pensamento que já podem ser observados nas pesquisas individuais de cada membro. Assim, o GT PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, CLÍNICA AMPLIADA E SOFRIMENTO PSÍQUICO reúne 12 (doze) professores-pesquisadores ligados a 7 (sete) Programas de Pós-Graduação stricto sensu de 7 (sete) instituições universitárias: UERJ, PUC-Rio, Unesp, Unifor, UFSC, UFPR, UCG, localizadas em 6 (seis) estados brasileiros.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Para o XIII Simpósio da ANPEPP propomos a continuidade das atividades conjuntas desenvolvidas há vários anos pelos membros do grupo, bem como o fortalecimento da convergência dos interesses e das parcerias nos projetos de pesquisa, visando à produção de conhecimento crítico acerca dos processos de subjetivação característicos do cenário atual, os quais demandam a produção de referenciais teóricos e metodológicos que sustentem a escuta e a abordagem do sofrimento psíquico realizadas em enquadres tradicionais e não tradicionais.

São objetivos deste novo GT: (a) problematizar o conhecimento que tradicionalmente sustenta a clínica apoiado na metafísica da presença, na lógica linear e causal, nos binarismos, na substantivação da realidade e da subjetividade; (b) pesquisar as novas manifestações do sofrimento psíquico a partir dos modos atuais de produção da subjetividade; (c) pesquisar práticas ampliadas de intervenção psicológica em função de (a) e de (b); (d) aprofundar o conhecimento produzido interdisciplinarmente como sustentáculo de estratégias de intervenção psicológica a partir de enquadres tradicionais e não tradicionais que venham ao encontro da demanda da popu-

lação atendida; (e) consolidar e divulgar o trabalho do grupo através de produção bibliográfica e da construção de uma página na rede mundial de computadores visando à interação entre os pesquisadores do grupo, os demais pesquisadores interessados e a comunidade, com acesso livre (sempre que possível) à produção do grupo; (f) estabelecer e formalizar parcerias e convênios interinstitucionais com vistas a ampliar o alcance das pesquisas em curso, elaborar novas propostas e projetos e formatar novas metodologias sempre que necessário. Especificamente para o XIII Simpósio, a seguinte pauta preliminar de trabalho foi definida: (1) Apresentação e discussão das pesquisas individuais de cada membro do GT, tendo em vista sua interface com a temática do evento: Nadja Barbosa Pinheiro apresentará a pesquisa “Sofrimento psíquico e afecções corporais: reflexões psicanalíticas”. Sua pesquisa traz como objetivo central uma reflexão teórica sobre as afecções expressas através do corpo na clínica cotidiana. São problematizadas a construção da subjetividade e as relações estabelecidas neste processo pelos registros somático e psíquico de forma a tecer fundamentos teóricos que permitam vislumbrar possibilidades de manejo clínico adequado. Na pesquisa “A clínica psicológica nos subúrbios da cidadania: vulnerabilidade social e vulnerabilidade psíquica”, Júnia de Vilhena trabalha com o conceito de agenciamento subjetivo para investigar as articulações entre território e subjetividade, agressividade e violência em contexto de privação e cultura do medo e confinamento. Seus objetivos são pesquisar o interjogo presente na relação vulnerabilidade social/vulnerabilidade psíquica e demonstrar como ambas se encontram interligadas atuando como fator de agenciamento subjetivo de jo-

vens em conflito com a lei. A análise é realizada na interface da psicanálise com outros campos do saber que fornecem subsídios para uma articulação com a realidade social. Karla P. Holanda Martins apresentará a pesquisa “Reflexões sobre os dispositivos clínicos dirigidos aos adolescentes no serviço-escola da Universidade de Fortaleza” para discutir as oficinas terapêuticas com arte realizadas com adolescentes no serviço-escola da Unifor e suas possibilidades de construir novas formas de subjetivação e novos laços sociais capazes de refundar as relações do sujeito com o real, colocar em movimento novos modos de subjetivação e elaborar algo de inédito em relação ao seu sofrimento e à sua posição de sujeito. Maria Virgínia F. Cremasco apresentará a pesquisa “Enfrentamento do traumático na clínica psicanalítica”. Seu objetivo é aprofundar teoricamente o tema do trauma e da resiliência na clínica, visando fornecer subsídios e dispositivos para a compreensão e o atendimento de vítimas de traumatismos derivados da violência urbana, cujos índices crescentes estimulam estudos que apontem para possíveis intervenções. Para Francisco Hashimoto, a produção de Freud sobre a cultura e o mal-estar, apesar das mudanças que ocorreram na sociedade atual, principalmente pelo avanço tecnológico, possibilita reflexões sobre a constituição subjetiva e suas relações com o trabalho. Ele apresentará a pesquisa “Psicanálise freudiana e organizações de trabalho: um estudo da constituição da subjetividade na contemporaneidade”, cujo objetivo é problematizar a constituição do sujeito na relação com as organizações de trabalho. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, tendo como objeto a relação entre subjetividade, sofrimento humano e instituições sociais e políticas. Monah Winograd e Flávia Sollero-de-

-Campos apresentarão a pesquisa “Do cérebro à palavra: teoria e clínica entre psicanálise e neurociências”. A partir da observação do número crescente de pacientes jovens com lesão cerebral por trauma craneoencefálico ou acidente vascular cerebral e do atendimento psicanalítico a tais pacientes, as pesquisadoras investigam os processos psíquicos conscientes e inconscientes (detonados a partir da lesão ou característicos das organizações psíquicas dos sujeitos independentemente da lesão) e as estratégias tradicionais e não tradicionais de atendimento que levem em conta as especificidades destes pacientes. Com isso, pretendem promover a escuta da experiência subjetiva do adoecimento para além dos danos cognitivos, objetivando a restituição da capacidade normativa. Vinicius Anciães Darriba apresentará a pesquisa “A ética da psicanálise e os impasses da clínica na atualidade”. Seu objetivo é investigar situações da clínica reputadas como desafio à efetividade da intervenção no esforço de estabelecer um fundamento ético-clínico a partir do qual a defasagem da psicanálise quanto aos ideais de saúde e sua inadequação a parâmetros de normalidade sejam sua condição de existência como discurso não redutível ao espírito dos tempos. Para Mériti de Souza, os atendimentos realizados em enquadres não tradicionais demarcam seu interesse em problematizar o referencial epistêmico que sustenta a relação entre a clínica centrada no enquadre tradicional e a emergência de efeitos de subjetivação. Ela apresentará a pesquisa “Práticas clínicas, lógica não linear e acontecimento”, cujo objetivo é problematizar tanto a lógica causal e linear e sua relação com a prática clínica e o efeito de subjetivação, quanto a lógica não linear, o descontínuo, o vazio, o acontecimento, e sua re-

lação com o processo clínico e o efeito de subjetivação. Denise T. Freire Campos apresentará a pesquisa “Psicanálise na Instituição Pública: desenvolvimentos e possibilidades” que tem por objetivo discutir as possibilidades de um modelo de psicoterapia psicanalítica de grupo em instituição pública. Para tanto, retoma a distinção entre demanda, necessidade e desejo, a fim de sustentar que o trabalho de inclusão e de cidadania não suprime o trabalho clínico feito com a demanda e o desejo, pois, para a psicanálise, a demanda é o caminho indispensável para se aceder ao desejo que está na base do sofrimento. Para Ademir Pacelli Ferreira, a tensão existente no campo da clínica psiquiátrica decorre principalmente do paradigma mental derivado do dualismo mente-corpo e da atribuição dada à medicina de ordenar o caos do hospício. O autor propõe analisar, a partir da prática clínica de ensino, extensão e pesquisa junto à Unidade Docente Assistencial de Psiquiatria/HUPE/UERJ, os paradigmas que norteiam a práxis em psicopatologia, no diagnóstico e na terapêutica, confrontando-os com as referências históricas e atuais que os sustentam. A pesquisa de Cláudia Amorim Garcia, “A face clínica do indivíduo insuficiente”, se situa na interface da psicanálise com as ciências sociais. As idéias de Ehrenberg sobre a sociedade ocidental se deslocar da experiência fundamentada na disciplina, no sacrifício e na culpa, para a experiência pautada na autonomia e iniciativa individual, são articuladas à hipótese de Green sobre os estados-limite enquanto categoria clínica. O pressuposto é que o sentimento de insuficiência do sujeito atual diz respeito à fragilização das fronteiras psíquicas, característica dos denominados estados-limite de analisabilidade. Seu objetivo é discutir algumas conseqüências

subjetivas das mudanças normativas em curso na sociedade ocidental urbana, mais especificamente aquelas que se apresentam na clínica dos limites. (2) Articular as pesquisas desenvolvidas pelos membros do GT e implementar parcerias e projetos conjuntos: o tema do conhecimento, da prática clínica, da produção subjetiva e do sofrimento psíquico perpassa as pesquisas e as atividades conjuntas desenvolvidas pelos pesquisadores deste GT nos últimos anos. Dessa forma, vem sendo discutido, há algum tempo, pelos membros do grupo a necessidade de operacionalizar um projeto amplo que envolva esse tema e abarque de forma organizada os membros do GT. A presente proposta envolverá a pergunta básica sobre as práticas psicológicas realizadas em contextos não tradicionais e suas relações com os efeitos de subjetivação. A diversidade teórica e metodológica que sustenta as práticas dos membros do grupo possibilitará que essa pergunta orientadora seja investigada a partir de diversos enquadres e referenciais; (3) Iniciar a organização de produções bibliográficas que reúna os trabalhos dos membros do GT: pretende-se discutir e por em andamento a organização de livro, extensivo a pesquisadores do grupo e outros pesquisadores afeitos ao tema das pesquisas desenvolvidas pelo GT. O ano de 2011 é postulado como referência de previsão para a publicação da coletânea; (4) Definir preliminarmente as diretrizes para a construção da página na rede mundial de computadores: entendemos que não há mais a possibilidade de desenvolver pesquisas que ignorem a interação propiciada pela rede mundial de computadores, seja através da criação de grupos de discussão que permitam neutralizar a distância geográfica, seja pela construção de páginas que articulem e conec-

tem as pesquisas individuais dos pesquisadores-membros do GT e permitam o acesso livre da comunidade interessada ao material produzido e aos resultados das pesquisas. Dito de outro modo, a construção de página do GT permitirá a continuidade e a ocorrência dos trabalhos em conjunto dos pesquisadores e comporá fonte de pesquisa e de troca para outros pesquisadores interessados no tema; (5) Discutir e definir o modo de funcionamento do GT para os simpósios posteriores: acreditamos que o GT deva funcionar de acordo com diretrizes estabelecidas coletivamente e rediscutidas (se necessário) a cada Simpósio. É importante salientar que, em função de suas inserções em programas de pós-graduação e em associações universitárias, os membros do GT, além dos objetivos de trabalho para o próximo biênio, já desenvolvem atividades conjuntas com cronograma estabelecido para os próximos anos. De forma específica, destacamos que: (1) Nadja Barbosa Pinheiro, Vinícius A. Darriba, Maria Virgínia F. Cremasco e Mériti de Souza fazem parte da Comissão Organizadora do IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e X Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, a ser realizado em setembro de 2010 na Universidade Federal do Paraná. Salienta-se, ainda, que o GT se organizará para compor mesas redondas e apresentar comunicações relativas a produções conjuntas no mencionado Congresso; (2) os pesquisadores Ademir Pacelli Ferreira, Junia de Vilhena, Maria Virginia Filomena Cremasco e Mériti de Souza participam da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e desenvolvem atividades no âmbito dessa associação e (3) as pesquisadoras Monah Winograd e Flávia Sollero-de-Campos coordenam projeto de pesquisa na PUC-RJ.

3. Participantes:

1. Mériti de Souza – UFSC (Coordenação)
2. Monah Winograd – PUC-RJ (Vice-Coordenação)
3. Ademir Pacelli Ferreira – UERJ
4. Cláudia Amorin Garcia – PUC-RJ
5. Denise T. Freire Campos – UCG
6. Flávia Sollero-de-Campos – PUC-RJ
7. Francisco Hashimoto – Unesp-SP
8. Júnia de Vilhena – PUC-RJ
9. Karla P. Holanda Martins – UNIFOR-CE
10. Maria Virgínia F. Cremasco – UFPR
11. Nadja Barbosa Pinheiro – UFPR
12. Vinícius A. Darriba – UFPR

GT 36 – Psicanálise: política e cultura

1. Histórico

Durante os últimos 5 anos, os professores-pesquisadores integrantes desse GT têm se encontrando em inúmeros fóruns de trabalho da subárea da psicanálise, em especial nos eventos (jornadas, congressos, simpósios e bancas) que têm por tema as relações da psicanálise com a política e a cultura. A presença simultânea desses professores vinculados a Programas de Pós-Graduação - em sua maioria da Psicologia - de diferentes regiões do Brasil (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo) e com interesses de pesquisa comum, contribuiu para sua aproximação e para o incremento do interesse mútuo na consolidação de novas parcerias de trabalho. Com esse propósito, tem-se já reunido em Grupos de Pesquisa Interinstitucionais (Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política/UFRGS; Rede Escritas da Experiência/UERJ; Sujeito, sociedade e política em

Psicanálise/PUCSP e USP; Outrarte/UNICAP, entre outros), registrados nos bancos de dados do CNPq. Assim, como demonstraremos a seguir, vem-se desenvolvendo uma série de atividades que congregam vários desses pesquisadores: artigos conjuntos, apresentações de trabalho em eventos, organização de coletâneas ou números especiais de periódicos, bancas de exame e muitas outras. Tendo em vista essa confluência de interesses, em meados de 2008, por ocasião de um importante Congresso na área – Psicopatologia Fundamental, em Niterói - surgiu a ideia de criar o **Grupo de Trabalho Psicanálise, política e cultura**. Buscava-se com isso estreitar ainda mais os laços de cooperação, que já se mantinham de forma menos formalizada, e voltá-los para uma atividade comum que seria endereçada a esse novo GT. Além disso, procurava-se dar visibilidade à produção, em torno do tema que reúne o grupo, junto à comunidade mais ampla de professores e pesquisadores filiados à ANPEPP na qual se reconhece um importante polo de discussões sobre os avatares do Pós-graduação em psicologia no Brasil. Vale acrescentar que a maioria dos integrantes desse novo Grupo de Trabalho é proveniente de antigos GTs da ANPEPP. Do Grupo de Trabalho **Psicanálise contemporânea: convergências e divergências** fizeram parte Anna Carolina Lo Bianco e Edson Luis Andre de Sousa, tendo a primeira assumido a coordenação por um período. Outros membros participaram ativamente do GT **Psicanálise e Arte**: Ana Costa, Edson de Sousa, Nina Leite e Tania Rivera. Ainda do GT **Pesquisa em Psicanálise** provieram Luis Flavio Couto, Anna Carolina Lo Bianco, Fernanda Costa Moura, Maria Cristina Poli e Miriam Debieux Rosa, tendo o primeiro sido responsável pela sua co-

ordenação por um período. Esses Grupos de Trabalho foram dissolvidos após intensa produção comum. Salienta-se, dessa forma, a experiência e maturidade da composição do **Grupo de Trabalho Psicanálise: Política e Cultura**. Ele reúne pesquisadores, em âmbito nacional, implicados com o aprofundamento do debate sobre o tema ao qual se dedica. Essa implicação já dura décadas e as respectivas produções de cada um dos membros do grupo (pesquisas, publicações e apresentações de trabalho) atingem, não raro, repercussão nacional. Portanto é de interesse de seus membros criar condições de trabalho continuado, regular e aprofundado em torno da temática que move as principais pesquisas conduzidas pelos pesquisadores do grupo, bem como fazê-lo no contexto em que os debates nacionais sobre a Psicologia ocorrem com maior maturidade. Por isso o interesse em compor o grupo e realizar parte de seus trabalhos junto a ANPEPP. A diversidade de inserção dos membros em programas de pós-graduação em diversos estados do país e em Faculdade e Institutos com percursos bastante diferentes na área da Psicologia só enriquece a proposta de constituir um fórum permanente de debates das questões cruciais da psicanálise e de sua transmissão. A expectativa é a de que o grupo possa alavancar pesquisas conjuntas em âmbito nacional e internacional, interferindo de forma crítica e construtiva nos debates que já vêm sendo realizados nos programas de pós-graduação dentro e fora do país.

2. Objetivos e propostas de trabalhos

O **GT Psicanálise: Política e Cultura** reúne atualmente um grupo de 13 professores-pesquisadores da Pós-graduação, além de pós-doutorando e

doutorandos, que escrevem e pesquisam temas relativos a essa subárea. Entre os eixos de trabalhos abarcados pelas pesquisas realizadas pelos membros do GT encontram-se: tradição e contemporaneidade; linguagem, escrita e corpo; violência e imigração; arte, ficção e utopia; entre outros. Todos esses temas se inscrevem no contexto das produções que vêm sendo realizadas em Programas de Pós-graduação em Psicologia e Laboratórios de Pesquisa, nacionais e internacionais, que têm na psicanálise uma de suas áreas de concentração ou linha de pesquisa. Nesse sentido o GT propõe situar como eixo do trabalho o enlace entre sujeito e cultura, tal como a psicanálise entende esses termos, abarcando dessa forma tanto as produções singulares, no campo da psicopatologia e da produção artística, por exemplo, quanto às condições de enlace com o social – tema de trabalho com a política e com a dimensão dos discursos (o campo da linguagem). O desenvolvimento da maioria das pesquisas do GT vem sendo realizado a partir de parcerias e intercâmbios entre os seus coordenadores. Algumas das pesquisas já contemplam na própria composição de seus membros esse trabalho compartilhado, o que se expressa igualmente na produção de escritos em co-autoria. Outras integram Laboratórios ou Grupos de Pesquisa compostos por vários membros do GT. Através da reunião desses pesquisadores no âmbito de um GT inscrito na ANPEPP tem-se por objetivo criar condições para que essas trocas se constituam de forma mais sistemática e orgânica, tais como organização de eventos e de publicações promovidas pelo **GT Psicanálise: Política e Cultura**. Além da participação dos debates concernentes as políticas de Pós-graduação em Psicologia no país através da inscrição e compartilhamento com os pares na ANPEPP. No próximo

simpósio da ANPEPP (2010), enseja-se promover mesas de discussão em torno de alguns eixos principais que concernem igualmente aos temas de pesquisa ao qual seus membros se dedicam: 1) Psicanálise com a política - interface psicanálise e judiciário. Economia psíquica e economia de mercado; 2) Subjetividades e sujeito do inconsciente - o coletivo, o social e o sujeito da psicanálise. Traumas, contemporaneidade e novas patologias; 3) Psicanálise e Utopia - a representação, o espaço e a atuação do sujeito na polis; 4) Psicanálise e universidade - A transmissão da psicanálise nos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras. Ensino na graduação, ética na pesquisa, métodos de pesquisa. A pesquisa psicanalítica.

3. Participantes

1. Ana Maria Medeiros da Costa – UERJ
2. Anna Carolina Lo Bianco – UFRJ
3. Betty Bernardo Fuks – Universidade Veiga de Almeida-RJ
4. Caterina Koltai – PUC-SP
5. Claudia Maria Silva Moreira – UFRJ
6. Edson Luiz André de Sousa – UFRGS / UFRGS
7. Fernanda Theophilo da Costa-Moura – IP/UFRJ
8. Lucia Serrano Pereira – UFRGS
9. Luis Flávio Silva Couto – PUC-MG
10. Marcos Eichler de Almeida Silva – UFRJ
11. Maria Cristina Poli – UFRGS / Universidade Veiga de Almeida-RJ
12. Miriam Debieux Rosa – IP-USP / PUC-SP
13. Nina Virginia de Araújo Leite – Universidade Estadual de Campinas
14. Paulo Cesar Endo – IPUSP
15. Simone Moschen Rickes – UFRGS / UFRGS
16. Tania Cristina Rivera – UnB

GT 37 – Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a [des]inserção

1. Histórico

Grande parte dos integrantes desse grupo obtiveram seus mestrados, doutorados e/ou pós-doutorados no 3^o cycle do Département de Psychanalyse de Paris VIII, fundado pelo Dr. Jacques Lacan, onde se ensina Teoria Psicanalítica. A metodologia de pesquisa em psicanálise é transmitida pela exposição às dificuldades da prática psicanalítica. Os projetos de pesquisa dos pós-graduandos são desenvolvidos nas seções clínicas (que funcionam em diferentes instituições públicas) onde aperfeiçoam sua prática psicanalítica sob supervisão de seus orientadores. No Brasil, nossos laços de cooperação na pesquisa sobre a teoria e a clínica psicanalítica estreitaram-se graças à participação de alguns de nós na Escola Brasileira de Psicanálise e na Associação Mundial de Psicanálise. Os eventos promovidos por essas sociedades científicas nos proporcionaram a ocasião para muitos encontros, reuniões de trabalho e participação conjunta em debates públicos. A constituição desse grupo se caracteriza pelo fato de estarmos profundamente comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão em programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas. Em 2003 nós nos reunimos num Acordo internacional de pesquisa sobre Psicanálise pura e aplicada: o estatuto do sujeito e do Outro nos sintomas contemporâneos com esse Departamento de Paris VIII, coordenado pelos professores Serge Cottet e Tania Coelho. Os primeiros momentos dessa cooperação ensejaram a publicação do livro: Coelho dos Santos,

T. (org.) Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada, Ed. Contracapa, RJ, 2005. O resultado prático dessa aproximação entre docentes de diferentes instituições universitárias, por meio desse acordo, foi uma maior integração entre laboratórios registrados no Diretório Nacional de Grupos de pesquisa do CNPq. Foi por essa razão que Jésus Santiago (2006) esteve no PPGTP/UFRJ desenvolvendo uma pesquisa de pós-doutorado, sob a supervisão de Tania Coelho. Depois dele, foi a vez de Márcia Rosa (2007) e Ana Lydia (2008) seguirem o mesmo caminho. Então, Rita Manso, que defendeu seu doutorado no PPGTP/UFRJ, veio nos encontrar. Analícea Calmon (2005) e Maria José Gontijo (2006), sob orientação de Tania Coelho, efetuaram seu doutorados na vigência desse acordo. Vale ressaltar que Ana Lydia e Maria José (PDEE/CAPES) estiveram em Paris durante um período de tempo sob a supervisão direta de Serge Cottet. O estreitamento de nossa cooperação traduziu-se no crescimento expressivo da participação em exames de qualificação e bancas de mestrado e doutorado. Essa forma de interação representa um trabalho de colaboração e co-orientação de novos pesquisadores e docentes. Desde então, temos desenvolvido muitos debates acerca das práticas de psicanálise aplicada - no contexto particular da sociedade brasileira contemporânea - durante as plenárias e mesas redondas de diferentes eventos: jornadas, congressos nacionais e internacionais e outras modalidades de encontro científico. Dessa interlocução constante resultou a criação da Revista aSEPHallus, editada por Tania Coelho com um corpo editorial do qual fazem parte todos os integrantes desse GT. São editores associados Serge CotteT (Paris VIII) e Ana Lydia Santiago (UFMG). A característica mais expressi-

va da coesão desse grupo é sua inclinação para a pesquisa/intervenção. Nesse aspecto, destacam-se dois eixos diretores de suas atuações. O primeiro é o da pesquisa acerca dos novos sintomas da civilização contemporânea, que constituem-se sem a mediação do inconsciente recalcado. Diferentemente dos sintomas clássicos, que são formações do inconsciente e expressam o “retorno do recalcado” sob a forma de representações distorcidas, as atuações, passagens ao ato e as compulsões predominam nos novos sintomas. O segundo é a importância capital que concedemos à realidade brasileira na construção da reflexão científica. Embora o Brasil experimente os efeitos do avanço do capitalismo globalizado, não se deve generalizar o conhecimento psicanalítico sobre os novos sintomas. A desigualdade de renda e de acesso à escolarização nos obriga a um trabalho permanente de contextualização. Essa convergência de interesses em torno desses dois eixos, nos levou a formalizar nossa rede universitária de pesquisa, por meio de um GT na última ANPEPP. Por ocasião do XII simpósio, sustentamos a idéia de que a formação do pesquisador em psicanálise aplicada seria beneficiada pela criação de mestrados profissionais. Essa posição não foi bem recebida naquele momento pela comissão científica do XII Simpósio da ANPEPP mas, recentemente, a CAPES regulamentou essa modalidade de mestrado em nossa área. Pensávamos, há dois anos atrás, em desenvolver um mestrado interinstitucional ou ainda, um mestrado profissional. Em lugar dessa proposta mais ambiciosa e somente executável a longo prazo, decidimos que seria preciso, primeiro, criar Seções Clínicas nos diferentes programas de pós-graduação onde atuamos. Nos último dois anos começou a funcionar a primei-

ra delas no PPGTP/UFRJ. O resultado das conversações clínicas que mantivemos nesse espaço traduziu-se na produção de uma coletânea de artigos intitulada: “Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada” (Editora 7 Letras, 2009). Essa coletânea apresenta um amplo espectro de pesquisas e intervenções psicanalíticas, além de uma experiência de inovação no ensino de graduação, graças à reorganização do Serviço de Psicologia Aplicada realizada na FUMEC (Sérgio Laia). Durante essas conversações clínicas e outras reuniões de trabalho, pudemos avaliar a consistência e a efetividade da pesquisa em psicanálise aplicada nas diferentes interfaces com o direito, a educação, a medicina e o trabalho nas grandes corporações. Dessas diferentes experiências de pesquisa-intervenção pudemos extrair um novo significado para orientar a reorganização do novo GT: [des]inserção social. Avaliamos que diferentes campos da vida institucional do país (saúde, educação, cultura, lazer, direito) têm problematizado sua atuação com a preocupação - de forma mais ou menos explícita - com os efeitos de inclusão ou de exclusão de suas práticas sobre o sujeito. Surgiu, então, a seguinte pergunta: a ideologia que orienta as práticas institucionais no sentido de produzir a inclusão e evitar a marginalização social apóia-se em princípios compatíveis com a ética do psicanalista? A resposta a essa questão nos levou a diferenciar nosso vocabulário. No lugar de nos servir dos termos usualmente convocados - inclusão e exclusão - partimos da perspectiva mais apropriada ao campo da psicanálise que considera que o sujeito é sempre singular e que sua inserção no laço social é sempre, mais ou menos, precária. Demarcamos assim nossa diferença com respeito às ideologias individualistas e igualitárias

que – em nome dos direitos humanos – visam homogeneizar as necessidades e demandas do sujeito. Como o uso do termo desinserção não goza de uso consagrado na língua portuguesa, decidimos adotá-lo para problematizar o conceito psicanalítico de laço social. Ele está bem estabelecido no campo da medicina, por exemplo, no Dicionário digital de termos médicos significa “desligamento cirúrgico de uma estrutura normal de aderência seja, um músculo, tensão ou ligamento”. Um certo pesquisador da USP, fala do surgimento da economia graças à sua desinserção de outros campos. Na educação esse termo é mencionado geralmente entre aspas. Nos estudos de sociologia do trabalho fala-se muito em inserção, desinserção e reinserção do trabalhador. No campo da psicanálise, esse termo começa a ser empregado para designar, por exemplo, os efeitos do desencadeamento de uma psicose nas relações com o ambiente social. Ao colocar o [des] entre colchetes pretendemos indicar que existe uma inquietação com o uso desse significante e não uma adoção clara e definitiva. Essa atitude inquieta nos permite interrogar o que entendemos por inserção e [des] inserção no laço social. Como distinguir a singularidade do sujeito, seu modo único de usufruir da vida, da noção de [des]inserção social? Quando é que podemos afirmar que um sintoma conecta (ou desconecta) o sujeito do laço social? Qual o estatuto próprio dessa noção no campo da psicanálise? O novo GT vai ensejar um amplo espectro de pesquisas. Monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado em torno do tema da inserção e da [des] inserção social. Podemos antecipar que serão apresentados muitos trabalhos em eventos científicos que vão gerar uma grande quantidade de artigos em co-au-

toria que serão publicados em coletâneas do GT ou em nas revistas científicas de psicologia bem avaliadas. Podemos prever que essa produção terá impacto inovador no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada. Acreditamos que já é hora de precisar o uso adequado dos termos inserção e [des] inserção no laço social, no campo da psicanálise, evitando a importação impensada e confusa do uso desse termos em outros campos do conhecimento. Esse esforço é essencial para manter a coerência e a coesão dos conceitos, além da orientação prática correta em psicanálise.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Na pesquisa em psicanálise aplicada desenvolvemos intervenções analíticas no âmbito de diferentes instituições de saúde pública, de educação e judiciárias. Partimos do princípio de que os impasses subjetivos que ameaçam a consistência e a permanência do laço social não são apenas o efeito do real incurável da pulsão. São a conseqüência do avanço do discurso do capitalismo e da ideologia individualista hiper-competitiva que a ele se associa. A formação de novos pesquisadores em psicanálise requer o desenvolvimento de recursos teóricos e clínicos para intervir num amplo espectro de sintomas sociais. É preciso resistir às políticas que calam o mal-estar no sujeito, por meio de medidas assistencialistas ou medicamentosas. A maior evidência, nos dias de hoje, da precariedade do laço social é o crescimento da violência. Alguns sintomas sociais são comumente, associados a ela: o fracasso escolar, a desresponsabilização subjetiva, o desemprego, a pobreza, a desestruturação familiar, a adição às drogas e ao álcool, além do isolamento na loucura. Para introduzir nossa perspectiva sobre a

[des] inserção social, tomamos como orientação a formalização das teses clássicas do texto freudiano, “O mal-estar na civilização” (1930), que o psicanalista francês Jacques Lacan empreendeu em seu Seminário “O avesso da psicanálise” (1969/70)³. Destacaremos em nossa proposta de pesquisa, a relevância da inversão de perspectiva que Lacan operou sobre a seguinte hipótese freudiana: à medida que a civilização avança, aumentam os efeitos de recalçamento da sexualidade. Lacan questiona a tese de que as relações entre civilização e sexualidade, na modernidade, se reduzam à subtração da satisfação pulsional graças à identificação aos ideais. A lógica do capitalismo e do individualismo contemporâneos impele à desidentificação aos ideais e à exaltação dos objetos do consumo. Visam a produção de um excesso de gozo, de lucro, de mais-valia. Os sintomas clássicos, produtos da sociedade vitoriana, engendravam-se o recalque das pulsões sexuais e a adesão aos ideais monogâmicos da família. Os efeitos da liberação da sexualidade predomina a relação compulsiva aos objetos de prazer. A estrutura do sintoma é, portanto, equivalente ao discurso da civilização. O laço social, por conseguinte, é idêntico ao discurso hegemônico de uma época ou, ao sintoma coletivo. Desde a intensificação dos processos de globalização da economia e da informação, o discurso do capitalismo mais contemporâneo alimenta a convicção de que nada mais é impossível. Incita à desorganização das funções paterna e materna, do lugar da criança como sujeito e da própria sexualidade. Em benefício de um individualismo selvagem, anuncia que tudo é possível, [des] inserindo o sujeito do discurso e do laço social. Dissolve, em nome de

uma satisfação a qualquer custo, a conjunção contingente do desejo de um homem por uma mulher. Podemos reconhecer os efeitos desse discurso no âmbito da família. As crianças-sintoma da relação entre um homem e uma mulher, hoje, são educadas pela televisão ou pela internet. A mulher entrou no mercado de trabalho. Não tem mais tempo para cuidar das crianças. Observamos também uma tendência crescente no sentido de transformar todo tempo da vida em tempo útil, dedicado ao trabalho, a ganhar mais dinheiro para expandir o poder de consumo. Ninguém hoje tem tempo para nada! O resultado dessa expansão do consumo é que no atual estágio do capitalismo vivemos uma inversão da relação entre oferta e procura. O desejo do homem é produzido no mercado, que lhe diz o que desejar, produzindo suas necessidades e levando-o a consumir até consumir-se a si mesmo. Os mestres da sociedade contemporânea - o mercado e a tecnologia - não parecem interessados nas singularidades dos sujeitos nem no que eles têm a dizer. Ela só precisa de consumidores vorazes e dóceis. Essa lógica implacável não cessa de produzir também exclusão, marginalização, depressão, precariedade subjetiva, pobreza e muitas outras figuras da [des] inserção no laço social. Perspectivas psicanalíticas sobre a [des] inserção social: formação, produção e intervenções. Tania Coelho dos Santos (PPGTP/UFRJ) destaca que a “moral sexual civilizada”, comentada por Freud, era paradoxal. De um lado, o Estado moderno se apóia na ciência do direito natural. A concepção de homem do direito científico engendrou as grandes revoluções e a essência da Declaração dos direitos do Homem: “Todo homem nasce livre e igual”. Interroga essa falácia jurídica individualista pois, uma criança nunca é

3. Lacan, J. (1969/70) O avesso da psicanálise, Jorge Zahar Editores, RJ., 1991

livre e igual a um adulto. Do mesmo modo, entre um homem e uma mulher existe sempre a diferença sexual. Paradoxalmente, cabe à família - que não pode ser igualitária - sob a autoridade do pai, a função de transmitir os direitos e deveres que conferem consistência e permanência ao laço social. O que Freud nomeou de “doença nervosa moderna” é o sintoma edipiano da família: o significante mestre, “pai”, na modernidade é uma figura em declínio e não está à altura de assegurar a adesão aos ideais da civilização pelo recalçamento dos pulsões. Os laços sociais da família moderna - reduzida ao seu núcleo mínimo, edipiano - afrouxaram-se, em proveito do individualismo. A desestruturação da família contemporânea torna ainda mais difícil a transmissão dos ideais e a localização do objeto pulsional, necessária à inserção do sujeito na civilização. Sérgio Augusto Chagas de Laia (FUMEC/MG) constata que, particularmente nas últimas décadas, nas famílias, dá-se uma crescente demissão do pai de suas funções e uma progressiva extensão do domínio materno. Essas mudanças têm produzido grandes alterações na função que Lacan, quanto à família, sublinhou em termos de transmissão de uma subjetividade e de um desejo que não seja anônimo. Podemos articular essas alterações com o que estudos, sociológicos clássicos e contemporâneos, chamam de “anomia” e, que seria determinante da ascensão da violência praticada por jovens que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos. Se esta articulação é possível, como a psicanálise de orientação lacaniana se diferencia de uma perspectiva conservadora que defende a “família tradicional” como uma espécie de “guardiã da ordem social”? A resposta a essas perguntas será baseada em uma investigação empírica com jovens infra-

tores. Rita Maria Manso de Barros (PPGP/UERJ) verifica nas comunidades desfavorecidas, onde há um grande número de famílias monoparentais que as crianças e os adolescentes ficam mais submetidos ao desejo da mãe. Na puberdade, o ato infracional e a gravidez precoce são respostas ao real da pulsão que os desligam prematuramente da escola e os [des] inserem do laço social. A pobreza é reproduzida por meio dessas más-escolhas e, em nossas intervenções na [des]inserção social, precisamos evitar dois riscos ideológicos: a) a reivindicação de que o sujeito seja tratado como exceção, que dá lugar ao assistencialismo. b) a lógica capitalista do mercado que comanda a inserção pela via do trabalho alienado e do consumo voraz. Como na contemporaneidade temos a sociedade do excesso, vivemos globalizadamente o declínio da autoridade dos ideais. Os laços sociais entre as gerações tornam-se cada vez mais horizontalizados. Essas mudanças tem afetado as instituições educativas, transformando a relação da criança e do adolescente com o conhecimento. O saber foi reduzido ao diploma, uma mercadoria que se compra e se vende. Isso tem efeitos de [des] inserção simbólica tanto nos aprendizes quanto em seus mestres. Ana Lydia Santiago (PPGE/UFMG) por solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e com o objetivo de propor ações em escolas dessa cidade que apresentavam Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (IDEB) insuficiente e resultado muito baixo na Avaliação Censitária (Prova Brasil/INEP), propõe-se a verificar os efeitos da pesquisa-intervenção por meio de entrevistas clínicas junto a crianças com três anos de escolaridade e ainda não alfabetizadas. Trata-se de incidir sobre a inibição intelectual para inseri-los no mundo simbó-

lico da leitura e da escrita. Antônio Márcio Teixeira (PPGP/UFMG) propõe-se a estabelecer o estatuto da singularidade visado no tratamento psicanalítico, por oposição às terapêuticas normativas que almejam a conformação do sujeito a um tipo social reconhecido. Para isso é preciso distinguir inserção simbólica e inclusão social. É necessário restabelecer o estatuto das classificações diagnósticas. Os tipos diagnósticos da psicanálise devem ser pensados como classes paradoxais (Milner), pois designam a maneira histórica, obsessiva ou psicótica do sujeito ser inagrupável e dessemelhante de qualquer outro. O processo analítico consiste na destituição de todo predicado pelo qual se designa o pertencimento do sujeito que resulta dessa experiência e que se define pela impossibilidade mesma de ser incluído em qualquer representação. Os termos diagnósticos devem ser pensados como « Tipo Ideal » (Weber) e não a partir de práticas classificatórias. Margarida Elia Assad (PPGL/UFPR) parte da crítica ao nominalismo, como uma tentativa atual de solucionar a problemática entre o universal e o particular, apontando a contingência que essas categorias assumem no contemporâneo. Pretende problematizar o ato de nomear como uma forma que a sociedade contemporânea encontra de produzir particularidades, para limitar a expectativa de universalização do usufruto do corpo, produzidas pelo discurso científico. A prática da nomeação, da categorização dos sintomas (DSM, bullying, os EMOs ou tatoos) promovem a [des]inserção dos sujeitos nomeados. O nominalismo, presente na exigência das categorizações científicas ou sociais, não reconhece que existe algo impossível de ser nomeado, intensificando os fenômenos de [des] inserção simbólica dos indivíduos. Jesús Santiago (PPGP/UFMG)

afirma que existe um fator segregativo inerente à nomeação pela linguagem. É preciso distingui-lo da tendência massificadora da civilização contemporânea, que engendra padrões universais e homogêneos de estilos de vida e modos de gozo. Quanto mais uma sociedade favorece os ideais de igualdade e de identificação em massa, mais cresce a tendência à delinquência própria aos ideais individualistas de ascensão social. Buscar eliminar esse fator segregativo da linguagem e da palavra é suprimir a experiência singular que envolve a existência de cada sujeito. Por essa razão, a psicanálise adverte quanto ao abuso da categoria dos direitos humanos nos discursos políticos da modernidade. Maria José Gontijo (PREPES/PUC-MG) sustenta que uma instituição que prive alguém da liberdade, separa da sociedade, por um período de tempo, os indivíduos sentenciados pela prática de crime. A [des]inserção da sociedade não é a mesma coisa que a [des]inserção do laço social. Será que, de um ponto de vista psicanalítico, numa instituição carcerária, produzem-se outras formas de laço social? Esta pesquisa interroga se a escuta da singularidade do sintoma - mais além dos aparelhos discursivos, das normas e de identificação ao grupo que ocorre nestes locais - pode produzir efeitos inéditos de inserção no laço social. Fernanda Otoni de Barros-Brisset (PREPES/PUC-MG) observa que a política de inserção tem sido o significante mestre que agencia o discurso ideológico, institucional, gerencial, nesse momento. No caso dos loucos infratores, no debate político travado entre os partidários da defesa social e aqueles dos direitos humanos, registramos apenas um consenso: a sua inserção nas políticas do SUS. Quando surge a pergunta sobre a periculosidade do louco infrator em crise, não há acordo se o

SUS deve entrar nos manicômios judiciais ou se são os loucos quem devem sair. A política da psicanálise orienta-se pelas respostas de sujeito, seu esforço em alojar o singular do gozo numa solução que lhe seja satisfatória, numa amarração que chamamos de laço social. Esta pesquisa pretende investigar como as práticas orientadas pela lógica da inserção nas políticas públicas convivem com a emergência da [des]inserção fundamental do sujeito, no momento de “crise”, verificando se a oferta da psicanálise, dentre os vários discursos que cruzam este campo feito por muitos, pode causar a porosidade necessária na política, para secretariar o “saber fazer” do sujeito com o que em si não se insere na lógica do “para todos”. Marta Regina de Leão D’Agord (PPGPSI/UFRGS) propõe que existe um, o discurso da toxicomania. O discurso hegemônico que ordena o laço social faz com que o mundo funcione. Na estrutura dos quatro discursos, a toxicomania é um contraponto a esse discurso hegemônico. A droga - como um objeto a, é gozo a mais - e pode ocupar o lugar de agente do discurso (S₁). A droga faz o sujeito (\$) produzir mandatos (S₁). O produto dessa estrutura de discurso é o imperativo (S₁): - Goza! Assim como no processo analítico, o saber é colocado no lugar da verdade, uma vez que é em função de uma insatisfação fundamental que o toxicômano busca a droga como mestre. Analícea Calmon dos Santos (ETCP/UFBA) pensa que a toxicomania não é um discurso e sim uma das novas formas de sintoma. Em sua pesquisa ela não considera que existe um discurso da toxicomania, pois considera que a drogadicção é um efeito do discurso do capitalismo. Interroga se o discurso analítico permite a inserção do toxicômano numa modalidade de laço social distinta do discurso do capitalista. Como a rela-

ção aos objetos da satisfação pulsional é plástica, ela aposta em três modalidades de retificação do toxicômano: a posição sujeito-objeto, o modo de gozo e a função do objeto droga. É preciso retificar a atuação e a passagem ao ato - que se dão sob o imperativo capitalista do gozo - para inseri-lo na ética do desejo. Márcia Maria Rosa Vieira investiga os efeitos de [des]inserção do pretense a-teoricismo do DSM-IV-TR e dos produtos das neurociências, que se traduzem em novas patologias (fobia social, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de pânico, etc.) ou ainda um uso de entidades clínicas clássicas, que são reconfiguradas e desvinculadas de um debate causal, tal como os transtornos bipolares e o TOC (transtorno obsessivo compulsivo). No campo desses efeitos podemos interrogar também os usos e abusos de medicamentos. A [des]inserção subjetiva e social desse movimento biologizante acaba produzindo fenômenos de grupo ou de massa no campo da saúde pública e mental, tais como as manifestações epidêmicas: o TAB (transtorno afetivo bipolar), e o TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Cabe perguntar se esses efeitos das neurociências, contribuem para a [des]inserção subjetiva no laço social e desresponsabilização do sujeito perante o desejo, o Outro e o usufruto do corpo. Claudia Maria de Sousa Palma (PPGP/UFMS) sustenta que a inserção do sujeito no laço social depende do sintoma como meio de regulação do gozo. Os novos sintomas denotam que existe uma falha na mediação da linguagem, logo, a satisfação pulsional apresenta-se como ato, [des] inserida do discurso. No cenário público de saúde, com suas demandas e seus preceitos universais de qualidade de vida, é preciso evitar o risco de que os dispositivos que se

apresentam como psicanalíticos (grupos, oficinas) nos hospitais gerais e nos Caps tentem produzir a reinserção do sujeito por meio da adequação à norma. A função terapêutica na psicanálise, diferentemente, apóia-se na singularidade do circuito pulsional, para reinserir o sujeito no discurso.

3. Participantes

1. Tania Coelho dos Santos – UFRJ (Coordenadora)
2. Jésus Santiago – UFMG (Coordenador)
3. Ana Lydia Bezerra Santiago – UFMG
4. Antônio Márcio Teixeira Professor – UFMG
5. Margarida Elia Assad – UFPA
6. Rita Maria Manso de Barros – UERJ
7. Sérgio Augusto Chagas de Laia – FUMEC/MG
8. Fernanda Otoni de Barros – PUC/MG
9. Maria José Gontijo Salum – PUC/MG
10. Analícea Calmon Santos – UFBA
11. Márcia Regina Leão d'Agord – UFRGS
12. Claudia Palma de Souza – UFSM-RGS
13. Leny Magalhães Mrech – USP

GT 38 – Psicanálise, infância e educação

1. Histórico

Ainda são poucos, no Brasil, os pesquisadores e docentes de instituições de ensino superior que visam a um diálogo interdisciplinar sobre a infância e as instituições sociais, clínicas e educacionais a ela dedicadas, tendo como eixo a psicanálise. Cientes da necessidade de contribuir nessa direção, alguns dos professores reunidos neste grupo de trabalho decidiram, em 2005, apresentar à ANPEPP, para a reunião do XI Simpósio, realizado em Florianópolis, em 2006, a proposta de criação de um novo GT, inti-

tulado Psicanálise, Infância e Educação. Esses professores mantinham entre si, desde há muitos anos, uma interlocução acadêmica privilegiada, uma colaboração e parceria constantes, sobretudo sob a forma de realização de eventos científicos, editoração de periódico, na interface psicanálise e educação, participação em Bancas de Mestrado e de Doutorado, grupos de estudos, de formação e de pesquisa com a participação de orientandos, bem como uma significativa e relevante produção intelectual, conjunta e individual. Os resultados estimulantes da parceria estabelecida motivaram a proposta de criação do GT. No seu primeiro ano de funcionamento, em 2006, o grupo contou com a participação de 08 pesquisadores, sob a coordenação das professoras Sandra Francesca Conte de Almeida (UCB) e Maria Cristina Machado Kupfer (USP). Os outros participantes foram: Leandro de Lajonquière, (USP), Rinaldo Voltolini (USP), Ângela Vorcara (UFMG), Cynthia Medeiros (UFRN), Ana Maria Fontes (UFJF) e Ruth Helena Cohen (UFRJ). O segundo encontro de trabalho do GT, no XII Simpósio, realizado em 2008, em Natal, Rio Grande do Norte, consolidou ainda mais a colaboração entre os seus membros e incorporou 03 novos participantes: os professores-pesquisadores Ana Beatriz Freire (UFRJ) e Rogério Lerner (USP) e a doutoranda da UNICAMP, Odana Palhares. Ao longo dos últimos dois anos, as parcerias de trabalho e de pesquisa oriundos desse Simpósio foram muito significativas e relevantes, tendo permitido estreitar relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, estendendo e projetando as produções de membros do GT no exterior, e vislumbrar com maior clareza a possibilidade de incorporar novos colegas e alunos de doutorado ao grupo. Para o terceiro

encontro do GT, a realizar-se em Fortaleza, no próximo ano, o grupo recebeu e acolheu pedidos de adesão de novos colegas bem como formulou convites de participação a outros, incluindo também a inserção de mais alguns alunos de doutorado. A composição do GT, para 2010, como consequência do trabalho realizado e da visibilidade alcançada, se amplia, portanto, com a vinda de 02 novos colegas pesquisadores, Maria Celine Lima (UNIFOR) e Marcelo Ricardo Pereira (UFMG), e com a inserção de 03 novas doutorandas, Thaís Sarmanho Paulo (UCB), Marise Bastos (USP) e Suzana Faleiro Barroso (UFRJ). Em 2010, dois membros efetivos do GT não poderão participar do XIII Simpósio, por razões profissionais e pessoais perfeitamente compreensíveis. O prof. Leandro de Lajonquière (USP) encontra-se em estágio de Pós-Doutoramento, em Paris, França, e o prof. Rogério Lerner (USP) deverá ser pai pela segunda vez, o nascimento do bebê estando previsto para o início de junho de 2010. Cientes de que razões como essas acontecem de modo nem sempre previsível, mas plenamente justificáveis, o GT, com o acordo dos colegas que estarão ausentes, decidiu mantê-los no grupo e justificar a sua ausência. Assim, os colegas, tanto quanto possível, serão inseridos na dinâmica de trabalho do GT, ao longo dos próximos dois anos, e poderão retornar ao grupo no XIV Simpósio, em 2012. A ausência justificada dos colegas em nada prejudica a composição e a estrutura do GT, mas, certamente, todos a lamentam e a acreditam temporária e circunstancial.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Ao longo dos anos de trabalho, pesquisas e parcerias estabelecidas entre os membros do GT, desenvolvemos a con-

vicção de que as razões que nos mobilizam e sustentam as nossas ações são as mesmas de sempre, quais sejam, sustentar o discurso, a prática e a ética da psicanálise freudo-laciana, inseridos na cultura contemporânea, e “escutar” seus efeitos subjetivantes e objetivantes sobre a infância e os profissionais que dela se ocupam, nas mais diversas frentes de trabalho, na escola, na clínica ou em outras instituições. Essas razões se desdobram, então, em propostas que visam a divulgar, ao mesmo tempo em que a consolidar, de forma criativa, criteriosa e em rede, o conhecimento teórico e prático produzido na interface psicanálise e educação, voltado para a educação, escolarização e tratamento da infância (e da adolescência), aí compreendida a infância com transtornos globais de desenvolvimento. Se há uma preocupação com a educação, desenvolvimento, escolarização e tratamento da infância há também uma grande atenção, cuidado e interesse com a formação, inicial e continuada, dos profissionais que dessas ações/intervenções se ocupam. Embora saibamos que do ponto de vista teórico-epistemológico psicanálise e educação se opõem em estrutura, finalidades e método, e que foram vãs as tentativas de criar “pedagogias psicanalíticas”, o interesse de Freud pela “aplicação” da psicanálise ao campo educativo permeia passagens importantes de sua obra e justifica o interesse, cada vez maior, que analistas e educadores têm de se lançar na investigação das relações históricas, complexas, polêmicas, mas também promissoras, entre esses dois campos de conhecimento e de práticas estruturalmente diferenciados. No entanto, move-nos a intenção de apreender, de forma cada vez mais consistente, os dispositivos teóricos, clínicos e educacionais que poderiam dar sustentação a essa “aplica-

ção”, conforme o desejo expresso de Freud, em mais de uma ocasião, e materializado nas suas palavras: “de todas as aplicações da psicanálise, nenhuma provocou tanto interesse, despertou tantas esperanças e, em conseqüência, atraiu tantos colaboradores competentes quanto à aplicação à teoria e à prática da educação infantil” (Freud, 1925). Se algumas teorias psicológicas e propostas pedagógicas se propõem a integrar harmonicamente afeto, emoções e razão, isto é, o “emocional” com o “cognitivo”, tais propostas passam a quilômetros de distância de uma Psicanálise cujo objeto é o inconsciente, que divide radicalmente o sujeito e que o lança na condição de um desejo sempre insatisfeito, distante de toda e qualquer “harmonia” possível, tanto intrapsiquicamente quanto no âmbito das relações que o sujeito estabelece com os seus semelhantes, no campo da cultura. Cabe-nos, assim, a tarefa de não confundir os dois campos, mantendo a especificidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, inventando as condições e os dispositivos pelos quais são possíveis e significativas a interlocução e as contribuições entre a psicanálise e a educação. As inúmeras e expressivas publicações dos membros do GT, bem como a qualidade das dissertações e teses, em temáticas ligadas à área, indicam uma forma original de fazer uso da Psicanálise para pensar a Educação, a Infância e as Instituições: nem aplicação *stricto sensu*, nem uso mecânico de leituras nas quais a palavra da Psicanálise pesa soberana e única, reduzindo os fenômenos da cultura a fenômenos analíticos e, muito menos, “psicologizando” e “patologizando” a infância ou “culpando” seus familiares, conforme críticas amplamente conhecidas, algumas delas muito esclarecedoras e pertinentes, especialmente as formuladas por Maria

Helena Souza Patto, da USP, nas últimas décadas. Em relação ao tema das articulações entre psicanálise, instituições e educação especial, deve-se observar que também nesse domínio vêm ocorrendo novas discussões e contribuições relevantes, sobretudo no que concerne à inclusão escolar e ao tratamento de crianças e adolescentes com transtornos graves de desenvolvimento, notadamente autismo e psicose. Em lugar de tomar a Psicanálise para mesclá-la com a Educação, ou enfiá-la como prática de análises individuais, na escola, existem propostas que consideram esse problema de um ângulo diferente. Elas são o resultado de uma urgência, de uma demanda que se impôs para os profissionais que tratam de crianças com transtornos graves de desenvolvimento. Queremos dizer, com isso, que tais propostas nasceram de um encontro ditado pela clínica, pela criança que chega até os profissionais da área precisando de uma ação urgente e conjunta, interdisciplinar, que não pode esperar que educadores e psicanalistas resolvam suas diferenças. Crianças com transtornos psíquicos graves, mais do que outras, precisam de educadores e psicanalistas trabalhando juntos, apesar de suas inúmeras diferenças. Por causa dessa urgência, foi necessário cunhar práticas que atendessem a essas necessidades e demandas sem, contudo, apagar as diferenças e buscar sínteses ou integrações impossíveis. A “educação terapêutica”, colocada em prática na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, que se transformou recentemente no Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica –, é um exemplo de resposta possível a esse tipo de demanda e dá testemunho, há 20 anos, de ações oriundas das conexões entre psicanálise e educação, especialmente no campo institucional, escolar e clínico, e

na formação de orientação psicanalítica voltada para professores e outros profissionais que atuam na educação e saúde mental da infância. Por todas essas novas produções e práticas clínicas, educativas e institucionais que vêm surgindo no campo das conexões psicanálise, infância e educação, particularmente em nosso meio, o GT propõe dedicar-se aos seguintes objetivos: **Objetivo Geral:** dar continuidade a uma análise criteriosa e sistemática do que já foi e está sendo produzido nessa interface, aí incluindo escritos e práticas, e dar prosseguimento aos estudos e pesquisas acerca da formação de profissionais, especialmente psicólogos e pedagogos, e das condições e dispositivos clínicos, educacionais e institucionais relativos às modalidades de atendimento/intervenção, “clareadas” pela psicanálise, no âmbito das instituições sociais e escolares que acolhem a infância e a adolescência. O GT aqui proposto elege esse objetivo como prioritário e pretende dedicar-se à tarefa de desdobrá-lo em objetivos/ações específicas, de modo a contribuir para a expansão da pesquisa, das práticas e das publicações nesse campo de conhecimento e de trabalho. **Específicos:** a) consolidar a Rede Inter-Universitária de Estudos em Psicanálise e Educação – RUEPSY – criada em 2008 e atualmente coordenada, no Brasil, pelo LEPSI/USP e da qual participam membros do GT, colegas da Université René Descartes, Paris V, representados por B. Perchberty, colegas da Université de Nanterre, Paris X, representados por C. Blanchard-Laville, além da participação de colegas do México, Espanha e Argentina. No III Colóquio Internacional Cliopsy, a realizar-se no final desse mês de novembro, em Paris, sob a coordenação dos colegas pesquisadores franceses, realizar-se-á uma reunião de trabalho da RUEPSY, com a participação de mem-

brós franceses, brasileiros, argentinos e mexicanos; b) ampliar a colaboração dos membros do GT na organização do VIII Colóquio Internacional do LEPSI/FE/IP/USP e do II Congresso da RUEPSY, a serem realizados na USP, em 2010, por meio de participação efetiva nas suas instâncias organizativas, tais como Comissão de Organização, Conselho Científico, Secretaria Executiva, dentre outras formas de colaboração; c) participar do VIII Colóquio do LEPSI, como GT constituído da ANPEPP, nas atividades científicas programadas em torno de palestras, simpósios, mesas-redondas e comunicações orais; d) analisar, discutir e atualizar planos de ensino de disciplinas ministradas na graduação e pós-graduação, lato e stricto sensu, cujos conteúdos relacionam-se ao conhecimento na interface psicanálise e educação, de modo a estabelecer alguns eixos conceituais fundamentais ao seu ensino e transmissão; e) organizar e publicar um livro, resultante do trabalho e da produção dos membros do GT, em torno do tema psicanálise, infância e educação, cujo título, a ser submetido à discussão e à avaliação do grupo, no XIII Simpósio, poderá ser “Diagnóstico, escolarização e tratamento da infância com transtornos globais do desenvolvimento: dispositivos clínicos de orientação psicanalítica”; f) estimular a participação dos membros do GT na consolidação e divulgação de periódicos científicos com ênfase nas relações psicanálise, infância e educação, a exemplo da Revista Estilos da Clínica, nacional B, Qualis/Capes, e dirigida por membros do GT; g) incrementar parcerias interinstitucionais, no país, no âmbito de projetos de pesquisa e orientação/co-orientação de alunos, bem como participação em bancas e outros eventos acadêmicos; h) estimular a produção científica do GT, principalmente as co-autorias entre os

professores-pesquisadores, de modo a dar visibilidade ao trabalho realizado pelo grupo; i) estimular a produção científica dos alunos de pós-graduação stricto sensu, notadamente em co-autorias com seus orientadores, membros do GT. A sistemática de funcionamento do grupo, discutida e aprovada previamente por seus membros, consiste, normalmente, de três momentos. Um primeiro, onde são avaliadas as atividades realizadas em conjunto e/ou individualmente no intervalo situado entre o último Simpósio e o Simpósio em questão; um segundo momento, onde os membros do GT apresentarão as pesquisas e estudos que vêm desenvolvendo junto aos programas de pós-graduação aos quais estão vinculados, bem como apresentação, discussão e encaminhamento de trabalhos e de ações necessárias à realização e alcance dos objetivos da proposta; e, por fim, um terceiro momento, onde serão discutidos e avaliados os desdobramentos do trabalho do GT no XIII Simpósio e as possibilidades de encaminhamentos futuros, visando estabelecer as ações prioritárias, a manutenção e expansão das parcerias estabelecidas, a continuidade do GT, a consolidação e expansão das parcerias internacionais, de modo a preservar os objetivos que deram origem e razão à criação do GT e a colaboração acadêmica permanente e sistemática entre os seus membros.

3. Participantes

1. Sandra Francesca Conte de Almeida – UCB (Coordenadora)
2. Maria Cristina Machado Kupfer – USP (Co-Coordenadora)
3. Ângela Maria Resende Vorcaro – UFMG
4. Rinaldo Voltolini – USP (FEUSP) / FE-USP
5. Ruth Helena Pinto Cohen – UFRJ
6. Cynthia Pereira de Medeiros – UFRN
7. Ana Maria Moraes Fontes – UFJF
8. Ana Beatriz Freire – UFRJ
9. Maria Celina P. Lima – UNIFOR
10. Marcelo Ricardo Pereira – UFMG
11. Odana Palhares – Unicamp
12. Thaís Sarmanho Paulo – Universidade Católica de Brasília
13. Marise B. Bastos – USP
14. Suzana Faleiro Barroso – UFRJ-RJ

GT 39 - Psicobiologia, neurociências e comportamento

1. Histórico

Há quatro edições dos simpósios da ANPEPP, o GT de Psicobiologia, Neurociências e Comportamento reúne-se em busca de trocas profissionais e científicas para o constante aprimoramento de pressupostos teórico-metodológicos de pesquisas e recursos de docência entre pesquisadores e docentes de Programas de Pós-Graduação em Psicologia e áreas afins. No decorrer destes oito anos, sob a coordenação, nesta ordem, dos Profs. Drs. Maria Ângela Feitosa (UnB), Maria Teresa de Araújo e Silva (USP), J. Landeira-Fernandez (PUC-RIO e UNESA), e Sérgio Sheiji Fukusima (USP-RP) foram organizadas atividades específicas do GT. A cada edição do evento bienal da ANPEPP, procura-se consolidar cada vez mais estes intercâmbios interinstitucionais contando com a participação de membros com grande experiência em psicobiologia e neurociências do comportamento. Além disso, estimula-se a participação e a adesão de novos membros, jovens pesquisadores, procurando contemplar as diferentes regiões e os diferentes estados com Programas de Pós-Graduação em Psicologia com representatividade nas áreas foco deste GT.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo principal do GT **Psicobiologia, Neurociências e Comportamento** que vem sendo reeditado e fortalecido há quatro edições dos simpósios da ANPEPP é propiciar a consolidação constante de uma rede de trabalho contínua composta por pesquisadores e docentes de várias instituições do país com produtos coletivos de pesquisa (produção científica) e de docência (reflexões e implementação de estratégias de formação de recursos humanos nos níveis de graduação e de pós-graduação). Para nossa quarta participação no evento bienal da ANPEPP, no XIII SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO DA ANPEPP, propõem-se os seguintes objetivos e atividades: 1) Promover breves apresentações dos participantes sobre suas linhas e atividades de pesquisa e de docência de disciplinas relacionadas à psicobiologia, às neurociências e/ou ao comportamento, para facilitar a integração entre membros mais experientes com histórico na ANPEPP e novos membros, assim como as trocas profissionais e acadêmico-científicas derivadas desta integração ao longo do encontro e no futuro próximo. 2) Discutir vantagens e estratégias da redação de propostas de doutorado sanduíche nacional e de programas de cooperação nacional para fins de pesquisa e de eventos científicos entre grupos de pesquisa participantes do GT, tendo-se em vista a grande estimulação da CAPES e do CNPq para esta interação nacional. Enfatizar a necessidade de se buscar membros docentes e pesquisadores da nossa área na região Norte. Destas cooperações em nível nacional, podem ser organizados núcleos nacionais para cooperações internacionais. 3) Avaliar o andamento

da Revista *Psychology & Neuroscience* (<http://www.psyncneuro.org/index.php/psyncneuro>) até o momento após seus quatro números publicados, redefinindo estratégias, metas e planejamento para os próximos pedidos de análise para indexação. Procurar ampliar a rede de divulgação e de estimulação à publicação neste periódico em consolidação tanto por pesquisadores nacionais como por estrangeiros da rede de contatos dos membros do GT. 4) Analisar resultados e propiciar estratégias de finalização do livro e do número especial planejados em 2008 e organizados ao longo dos dois anos entre o XII e o XIII eventos da ANPEPP, se necessário. Refletir e delinear plano de mais uma publicação dos membros do GT a ser desenvolvida ao longo de 2010-2012, em formato de livro ou de número especial temático. 5) Planejar a reedição do Encontro Nacional de Processos Psicológicos Básicos, definindo sua periodicidade, estratégias de fomento, entre outras particularidades para seu êxito. 6) Discutir a avaliação de periódicos da área pelo QUALIS, de maneira que se acordem critérios que não prejudiquem os pesquisadores e os programas de pós-graduação relacionados a psicobiologia, neurociências e comportamento e áreas afins. 7) Estimular a interação com outros GTs afins, preferencialmente em fóruns específicos durante o simpósio, em busca do aprofundamento da discussão sobre algumas dificuldades do ensino dos processos psicológicos básicos nos cursos de graduação em psicologia, levantadas desde o I Fórum sobre o ensino dos Processos Psicológicos Básicos, no XI Simpósio da ANPEPP em Florianópolis.

3. Participantes

1. Rochele Paz Fonseca – PUCRS (Co-

- ordenadora)
2. Alcyr Alves de Oliveira – UFCSPA / UFRGS
 3. Ana Paula Almeida de Pereira – UFPR
 4. Arrilton Araújo – UFRN
 5. Christina Joselevitch – USP-SP
 6. Dora Selma Fix Ventura – USP-SP
 7. J. Landeira Fernandez – PUC-RIO / UNESA
 8. John Fontenelle Araújo – UFRN
 9. Lisiane Bizarro Araujo – UFRGS
 10. Luiz de Gonzaga Gawryszewski – UFF
 11. Marcelo Costa – USP-SP
 12. Maria Lúcia de Bustamante Simas – UFPE
 13. Mirian Garcia-Mijares – IP-USP
 14. Natanael Antônio dos Santos – UFPB
 15. Nelson Torro Alves – UFPB
 16. Rodrigo Grassi de Oliveira – PUCRS
 17. Rosa Maria Almeida – UFRGS
 18. Sebastião de Sousa Almeida – USP-RP
 19. Sérgio Sheiji Fukusima – USP-RP
 20. Silvio Morato de Carvalho – USP-RP
 21. Tatiana Izabele Jaworski de Sá Riechi – UFPR
 22. Wânia Cristina de Souza – UnB

GT 40 – Psicologia ambiental

1. Histórico

A atividade do Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental (GT-PA) nos últimos cinco Simpósios da ANPEPP tem contribuído significativamente para a mudança no panorama institucional da área em nosso país. A viabilização de produções conjuntas (como livros, capítulos de livros, papers publicados e/ou apresentados em congressos, participação em bancas de defesa de mestrado e doutorado) é um dos principais resultados dessa integração. Aliam-se a isso o crescente número de alunos ma-

triculados em nossos programas de pós-graduação (M & D) com dedicação a temas da área; bem como a ampliação e a sistematização dos intercâmbios internacionais — notadamente com colegas do México, Espanha e França —, movimentos institucionais estes que contribuem efetivamente para a consolidação da Psicologia Ambiental (PA) brasileira. A proposta do GT-PA é encaminhada por um conjunto de docentes / pesquisadores – antes isolados temática, geográfica e institucionalmente – que têm reunido esforços para construir uma história comum, iniciada no VIII Simpósio da ANPEPP. Do **primeiro GT de Psicologia Ambiental** realizado no VIII Simpósio (Serra Negra, SP, 2000) participaram dez pesquisadores das seguintes instituições: PUC-SP, UFRN, UFPA, UnB, USP-SP e USP-RP. Foi uma reunião produtiva, na qual cada participante apresentou um paper relativo às pesquisas que vinha realizando e serviu para aguçar ainda mais nosso desejo de ver produções conjuntas do grupo. Alguns daqueles trabalhos foram publicados na coletânea organizada por Hartmut Günther, José Pinheiro e Raquel Guzzo (2004). Como fruto da integração dos participantes do GT-PA da ANPEPP com os interessados da mesma área de PA no âmbito da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), em junho/2001 foram criados o website e a lista de discussão REPALA (REde de Psicologia Ambiental Latino-Americana – www.cchla.ufrn.br/repala), à qual atualmente se encontram afiliados professores, pesquisadores e estudantes de vários países da América Latina e da Europa (notadamente da Península Ibérica, região onde temos vários contatos de colaboração). No **segundo GT-PA** (IX Simpósio – Águas de Lindóia, SP, 2002) éramos nove participantes das seguintes instituições: PUC-SP, UFRN,

UFPA, UnB, UNIFOR e USP-SP e USP-RP. Nessa ocasião, as atividades no GT se concentraram na discussão de trabalhos derivados das nossas pesquisas naquele momento e preparados visando seu encaminhamento para publicação. Um dos principais resultados desse esforço foi o número especial da Revista Estudos de Psicologia (Natal) dedicado a produções nacionais e estrangeiras em Psicologia Ambiental (Pinheiro, 2003). Um levantamento realizado pela Capes sobre lacunas existentes na pós-graduação brasileira (Borges-Andrade, 2001) apontava nitidamente a Psicologia Ambiental como área emergente, mencionada junto com áreas consagradas como Avaliação, Métodos e Medidas em Psicologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Assim, definimos como meta para nosso **terceiro GT-PA** (X Simpósio – Aracruz, ES, 2004) a preparação de um manual metodológico para a área (Pinheiro & Günther, 2008). Participaram desse terceiro GT onze professores e um doutorando das seguintes instituições: INPA/ULBRA, UFC, UFRGS, UFRN, UFSC, UnB, UNIFOR, USP-RP. Em 2006, o **quarto GT-PA** (XI Simpósio – Florianópolis, SC) também contou com 11 docentes / pesquisadores e mais dois alunos de doutorado da área, vinculados às seguintes instituições: INPA/ULBRA, UFC, UFRGS, UFRN, UFSC, UnB, UNIFOR, USP-RP. O GT de 2006 visou dois resultados: um mapeamento da PA no país e uma agenda temática de pesquisa para os anos seguintes. Uma consequência quase imediata dessa atividade foi a massiva participação dos integrantes desse GT no Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (CONPSI, Maceió), ocorrido em maio de 2007 (ver item sobre produção, mais adiante). Convém destacar um projeto iniciado naquele GT: a elaboração de um dicionário de termos-chave na área, de-

envolvido pelo grupo sob a liderança de Sylvia Cavalcante, cujo objetivo é proporcionar aos ingressantes e interessados por psicologia ambiental e áreas correlatas um acesso introdutório aos principais termos e aos conceitos centrais neste campo de conhecimento. O **quinto GT-PA** (XII Simpósio – Natal, RN, 2008) contou com 11 docentes / pesquisadores, 07 alunos de doutorado e 03 alunos de mestrado, vinculados a 09 instituições: INPA/UFAM, U Barcelona, UFC, UFRN, UFSC, UnB, UNIFOR, UFRGS, USP-RP. Ressalte-se que a ampliação do número de participantes, notadamente estudantes de pós graduação, é mais um reflexo da institucionalização da PsiAmb em nosso país. Na ocasião a Editora Casa do Psicólogo fez o lançamento do livro Métodos nos Estudos Pessoa-Ambiente (Pinheiro & Günther, 2008), cujos 12 capítulos foram elaborados com a contribuição de participantes dos GTs anteriores e tendo como base papers e discussões realizadas pelo grupo. Para o quinto GT, novamente o grupo propôs-se dois objetivos: (i) dar continuidade ao projeto relacionado aos termos-chave na área (atividade ainda em andamento, e hoje coordenada por Sylvia Cavalcante e Gleice Elali); (ii) examinar o noticiário de jornais e/ou revistas de nossas respectivas localidades durante 15 dias (no período de 7 a 21 de novembro/2007, definido com base na disponibilidade de nossos membros), à procura de informações que pudessem estar relacionadas a temas centrais de nossa área de atuação que sugerissem ou explorassem a relação entre apego ao lugar e compromisso ambiental, ou algum outro caso representativo das relações pessoa-ambiente implícitas à situação analisada (um modo de ressaltar a possibilidade de ampliação da atividade aplicada em nossa área). Como resultado dessa segunda atividade, tive-

mos um número expressivo de trabalhos no Congresso de Psicologia Ambiental de Lisboa (mais de 10 trabalhos), geralmente apresentados em mesas redondas, várias das quais coordenadas por membros do grupo, bem como no 20th IAPS Conference Urban diversities, biosphere and well-being: designing and managing our common environment, 2008, Roma (mais de 8 trabalhos). Seguindo a tendência anterior, nosso grupo também participou do (VI CONPSI, Belém, julho/2009), com apresentação de trabalhos e realização de um mini curso (ver referências).

2. Objetivos e propostas de trabalho

Conforme apontado na seção histórica acima, o GT-PA tem contribuído de maneira significativa para colocar a Psicologia Ambiental brasileira no mapa, não somente no Brasil, mas, também, no mundo (Günther & Pinheiro, 2008; Pinheiro & Günther, 2008), o que vem acontecendo, principalmente, por meio de atividades de pesquisa, como pode ser verificado na seção de publicações. Observamos, ainda, que o livro publicado pelo grupo, Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente tem se destacado pelo fato de ter contribuições de pesquisadores com formações diversificadas, condição que reflete nossa variabilidade temática e teórica, a qual só pôde florescer a medida que a área se consolidou, e acompanha o desenvolvimento da Psicologia Ambiental no exterior. Desta maneira, é possível, distinguir trabalhos sobre temas diversos, tais como ambientes para populações específicas (jovens e idosos), problemas globais como qualidade de vida, contextos distintos como o meio urbano, problemas sociais urgentes, como preservação do meio ambiente, maneiras alternati-

vas de uso de energia ou trânsito, para mencionar apenas algumas de suas vertentes. Um outro fenômeno observável nos últimos anos diz respeito ao fato da Psicologia Ambiental aplicar os conhecimentos desenvolvidos na academia aos problemas da vida cotidiana. Tal movimento que não é de surpreender, justamente por se tratar de um campo que aborda os fenômenos da vida diária em busca de uma melhor qualidade de vida. Diante deste cenário em transformação, traduzimos o tema proposto para a próxima reunião – XIII Simpósio da ANPEPP – Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção, em duas vertentes a serem desenvolvidas pelos trabalhos do grupo durante a reunião e que se espera possam vir a se tornar elementos de colaboração nos próximos anos. Concebendo as atividades de pesquisa como pano de fundo para refletirmos sobre (a) a maneira como preparamos as próximas gerações de pesquisadores da área por meio de ensino e (b) como honramos um dos principais aspectos da Psicologia Ambiental, que é a intervenção e a aplicabilidade prática. A atenção a estes dois temas é oportuna, sobretudo considerando-se a emergência de temáticas ligadas aos problemas sócio-ambientais globais e às questões ligadas à urbanização, cuja discussão exige, cada vez mais, o engajamento dos profissionais de psicologia, abrindo um campo de trabalho a ser conquistado. Para tanto, pretendemos dividir e utilizar o tempo das **quatro sessões** da seguinte maneira: (a) trajetórias intelectuais, (b) experiências de ensino, (c) experiências de extensão e (d) perspectivas futuras. Baseado em textos já preparados pelos participantes do GT (como forma de inclusão no grupo), propomos para a **primeira sessão** desenvolver uma reflexão sobre o que motivou os membros a che-

garem ao ponto em que se encontram hoje em relação a Psicologia Ambiental. Denominamos essa atividade trajetórias intelectuais, sugerindo que seja algo que vá além de uma simples apresentação, e siga na direção de uma (auto-)crítica sobre antecedentes pessoais / educacionais / situacionais que levaram cada um a fazer o que faz na PA, incluindo principais rumos que pretende dar para a continuidade de sua ação na área (preocupações básicas). Novamente tendo como ponto de partida os textos e informações compartilhados antes da reunião, para a **segunda sessão** vislumbra-se a discussão de experiências de ensino intra- e extra-muros da universidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A importância desta discussão advém dos seguintes pontos de discussão: (a) o debate contínuo do conteúdo e foco da Psicologia Ambiental (psicologia arquitetônica, urbana versus psicologia verde e educação ambiental) mencionado anteriormente; (b) a expansão dos temas associados à PA mencionado acima; (c) as reivindicações para que ofereçamos disciplinas não somente em nível de graduação strictu sensu, mas, também em nível de pós-graduação strictu sensu, além de ofertas de cursos de extensão e em programas latu sensu; (d) interação de oferta com outros cursos, tais como Arquitetura, Engenharia de Trânsito, Engenharia Sanitarista, Educação, Geografia, entre outros. Especialmente as disciplinas em cursos de extensão, em congressos e em programas latu sensu são atividades mais diretamente ligadas à terceira grande vertente dos trabalhos deste GT – atividades de extensão. Os participantes apresentarão e discutirão as suas experiências de ensino no sentido mais amplo da palavra, tanto formal (na graduação e pós-graduação), quanto informal (como cursos de especializa-

ção, palestras, mini-cursos em congressos). Quais os objetivos, os formatos e os programas e os conteúdos dessas vivências? Partindo dessa perspectiva, abordaremos na **terceira sessão** um tema mais complicado, como transparece a partir dos textos elaborados pelos membros do GT: Quais tem sido nossas experiências de extensão na grande área temática PA – o que fizemos, fazemos e/ou onde vemos o potencial da nossa atuação (enquanto indivíduos e/ou grupo) – inclusive desafios e campos de atuação para profissionais na área? A **quarta sessão** será reservada para iniciarmos a preparação efetiva de textos sobre ensino e extensão, quer a partir de experiências individuais, quer pela associação de vivências comuns a subgrupos. Da mesma maneira que aconteceu em momentos anteriores, quando as discussões do GT resultaram em publicações — como uma as partes de uma coletânea (1º.GT), edição especial de periódico (2º.GT), e um livro (o de métodos de pesquisa na área do 3º.GT, e o de termos-chave da PA do 4º.GT, em fase final de elaboração), pretendemos pensar em algum tipo de publicação que possa apoiar as atividades de ensino e extensão. Neste contexto, cabe ressaltar que os atuais membros do GTs já submeteram a esta coordenação resumos relativos as suas prováveis participações, as quais, mais uma vez, evidenciam a diversidade de formação, trajetória, orientação metodológica e experiência (em ensino, pesquisa e extensão) do grupo, variedade que consideramos ser de grande importância diante da amplitude temática da área. Coincidindo com os propósitos da ANPEPP, o GT-PA mantém a preocupação de cultivar as interações do grupo de participantes antes, durante e depois do evento, através da integração dos participantes por meio de uma lista de discussão virtual,

de modo que, nos meses que ainda nos separam da realização do evento, possamos tirar intenso proveito desse recurso eletrônico de troca de informações e documentos, sobretudo em função das distâncias geográficas que nos separam (do Amazonas ao Rio Grande do Sul) e as distintas realidades culturais e institucionais em que estamos inseridos.

3. Participantes

1. Hartmut Günther – UnB (Coordenador)
2. Gleice Azambuja Elali – UFRN (Coordenadora)
3. Alessandra Bianchi – UFPR
4. Ariane Kuhnen – UFSC
5. Claudia Pato – UnB
6. Fabio Iglesias – UnB
7. Isolda A. Günther – UnB
8. José Q. Pinheiro – UFRN
9. Mara I. Campos-de-Carvalho – USP-RP
10. Maria Inês Gasparetto Higuchi – INPA / UFAM
11. Marília Peluso – UnB
12. Sylvia Cavalcante – UNIFOR
13. Zulmira Áurea Cruz Bomfim – UFC
14. Camila Bolzano de Campos – SENAC
15. Fernanda Fernandes Gurgel – UnP / FACEX
16. Sérgio Luis Valente Tomasini – SMA-POA
17. Tatiana Noronha de Souza – USP-RP
18. Zenith Nara Costa Delabrida – UnB / UFES
19. Ada Raquel Teixeira Mourão – Univ. Barcelona
20. Fábio Henrique Vieira de Cristo e Silva – UnB
21. Lana Mara Andrade Nóbrega – UNIP
22. Terezinha Façanha Elias – UNIFOR
23. Raquel F. Diniz – UFRN

GT 41 – Psicologia comunitária

1. Histórico

O GT “Psicologia Comunitária” estruturou-se, no III Simpósio, acontecido em Águas de São Pedro, em 1990, discutindo naquele momento a construção dessa área no Brasil e tecendo considerações sobre os processos de intervenção em comunidade. O GT teve participação regular em todos os demais simpósios da ANPEPP, até 2008. O GT “Psicologia Comunitária” tem reunido, ao longo de todos esses anos, nos Simpósios da ANPEPP, pesquisadores de diferentes estados e regiões do país que têm realizado atividades conjuntas não somente durante as atividades dos Simpósios, mas durante todo o biênio entre os simpósios. Em especial nos últimos Simpósios, desde 2002, tem havido um movimento de incorporação de novos membros neste GT. Esta entrada aconteceu em decorrência de uma trajetória de pesquisa e trabalhos comunitários que passaram a desenvolver ao lado de membros deste GT, quando estes eram seus docentes e/ou orientadores de mestrado/doutorado durante a formação. Posteriormente, ao darem continuidade aos seus trabalhos de investigação/intervenção no campo comunitário, já na condição também de docentes, investigadores e participantes de programas de pós-graduação passam a integrar o GT de psicologia Comunitária. De 2006 até agora boa parte dos membros do GT tiveram dificuldades para obtenção de financiamento, o que dificultou a participação nos dois últimos simpósios. Apesar disso algumas atividades foram realizadas por duplas ou sub-grupos do GT. A publicação de um livro com capítulos de grande parte dos pesquisadores que participavam do Grupo até 2008 foi a última atividade coletiva realizada. Após o Simpósio de Na-

tal o GT sofreu uma nova reestruturação visto que boa parte dos participantes e parceiros estrangeiros se rearticulou em um novo GT de Saúde Comunitária. As professoras Maria de Fátima Quintal de Freitas e Tânia Maria de Freitas Barros Maciel estiveram afastadas para Pós-Doutorado no exterior, em Portugal e França, respectivamente, o que reduziu o potencial de trabalho do GT desde o último Simpósio da ANPEPP, mas o que, por outro lado, possibilitará o estabelecimento de novas parcerias e intercâmbios internacionais para o GT nos próximos anos. Em função disso, solicitamos que a Comissão Científica do Simpósio, em nossa avaliação, considere esta situação atípica e que sejam levadas em conta as possibilidades de trabalho que ora apresentamos com a nova configuração do GT de Psicologia Comunitária. Aos membros que permaneceram no GT de Psicologia Comunitária se agregaram outros pesquisadores e apresentamos, para o Simpósio de 2010, novas propostas de trabalho. Os membros deste Grupo tem tido uma grande participação em várias atividades didáticas e científicas ligadas à área da Psicologia Social Comunitária e aos processos de formação e capacitação profissional neste campo e no de políticas públicas. Estas atividades têm se desenvolvido principalmente a partir de programas e projetos de pesquisa e extensão universitária nas diferentes instituições de ensino em que os participantes do GT atuam. Hoje o GT de Psicologia Comunitária conta com 12 membros, entre docentes de Programas de Pós-Graduação strictu sensu ou lato sensu em Psicologia, em Educação e em Saúde. Vários deles têm inserção internacional e estão disponibilizando contatos e parcerias para os demais membros do GT.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O GT “Psicologia Comunitária” propõe, para o próximo Simpósio, a retomada e o aprofundamento de discussões/reflexões em torno dos diferentes referenciais teóricos e metodológicos que estão na base das pesquisas e intervenções comunitárias. Pretende-se, assim, potencializar recursos epistemológicos teóricos e práticos necessários à formação de pesquisadores, docentes e profissionais nesta área, dentro de uma perspectiva de compromisso social dirigido às políticas públicas afirmativas e críticas. Os trabalhos e discussões propostos para a reunião de maio de 2010 têm como eixos temáticos os seguintes tópicos: 1) Psicologia Comunitária e Políticas Públicas: interfaces e contribuições; 2) Modelos de pesquisa e intervenção em Psicologia Comunitária nos campos da Saúde, Educação e Cultura; 3) Fundamentos e Metodologias presentes nos Trabalhos em PSC: investigação e intervenção; 4) Práxis Comunitária e Educação/Arte/Saúde Popular/Meio Ambiente; 5) Formação de psicólogos e demais pesquisadores e docentes em Psicologia Comunitária. As atividades que se derivam desses eixos e que serão desenvolvidas a partir de agora e durante os trabalhos do Simpósio são as seguintes: A) Elaborar cronograma de atividades conjuntas, setorizadas e regionais, entre os diferentes componentes em torno dos eixos temáticos. B) Discussão e definição de eixos/campos temáticos a serem desenvolvidos em seminários científicos internos e em parceria com comunidades e/ou políticas públicas. C) Discussão de estratégias para a elaboração e publicação de materiais necessários à formação dirigida à intervenção e práxis comunitária. D) planejamento de atividades de produção bibliográfica

em conjunto a serem desenvolvidas até o próximo simpósio (dando continuidade a produção sob a forma de livro que resultou desde os trabalhos de maio/2006 até o momento). E) Planejar o estabelecimento de redes nacionais e internacionais e de pesquisa conjuntas na área da Psicologia Comunitária, a partir dos contatos e parcerias dos atuais membros do GT. Assim, o GT de Psicologia Comunitária pretende retomar a estratégia de produções conjuntas objetivando a produção e publicação de materiais que possam ser empregados tanto na graduação como pós-graduação. Parte significativa das produções deste GT, mesmo ainda não compondo muitas publicações conjuntas na totalidade, já se constituem em materiais de intercâmbio e de projetos de pesquisa e intervenção realizados conjuntamente entre vários membros entre si, e que têm sido implementados e utilizados nos diferentes programas em que os participantes atuam, subsidiando a formação crítica de professores e pesquisadores para a elaboração, planejamento e atuação crítica na área de Psicologia Social Comunitária.

3. Participantes

1. Marcos Vieira Silva – UFSJ-MG (Coordenador)
2. Maria de Fátima Quintal de Freitas – UFPR (Vice-Coordenadora)
3. Tânia Maria de Freitas Barros Maciel – UFRJ-RJ
4. Walter Melo Júnior – UFSJ-MG
5. Lúcia Maria Ozório – Universidade Celso Lisboa-RJ
6. Cecília de Mello e Souza – UFRJ-RJ
7. Cristiane Paulin Simon – Universidade Federal do Triângulo Mineiro-MG / Universidade de Franca-SP
8. Ana Keila Mosca Pinezi – Universidade Federal do ABC-SP

9. Denise de Camargo – Universidade Tuiuti-PR
10. Carmen Rodrigues Tasch – Universidade Veiga de Almeida-RJ
11. Samira Lima da Costa – UNIFESP-SP
12. Maria Cristina Antunes – Universidade Tuiuti-PR
13. Regina Gloria Andrade – UERJ

GT 42 - Psicologia da educação matemática

1. Histórico

A Psicologia da Educação Matemática (PEM) surge como uma área de interseção entre a Matemática, a Educação e a Psicologia que juntas buscam aprofundar a compreensão sobre os aspectos psicológicos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem da Matemática, além da própria formação e desenvolvimento de conceitos. Na esteira dessas reflexões, alguns questionamentos despontam: como se caracteriza a compreensão de conceitos matemáticos em crianças/adolescentes/adultos, dentro e fora da escola? Quais as dificuldades que enfrentam em relação a estes conceitos? Como propiciar situações que auxiliem a superação dessas dificuldades e que promovam a aquisição e desenvolvimento do conhecimento matemático? Por se tratar de um campo epistemologicamente interdisciplinar, o estudo da Psicologia da Educação Matemática engloba um diversificado quadro teórico, no âmbito do qual muitas contribuições têm dado suporte às pesquisas dos membros do grupo. Os quadros teóricos advindos da Psicologia que apresentam maior intersecção entre os membros do grupo são: (i) os estudos de Piaget sobre a construção dos números e do pensamento lógico-matemático; (ii) a concepção vygotskiana no que tange

à formação de conceito, interação entre conceitos espontâneos e formais e a zona de desenvolvimento proximal; (iii) as teorias nascidas no seio da Didática da Matemática francesa, aqui incluídas a teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud, principalmente no que se relaciona às Estruturas Algébricas, Aditivas e Multiplicativas; a Teoria das situações didáticas, de Brousseau; a teoria dos saberes de referência, de Chevallard; e a Teoria de Registros de Representação, de Duval; (iv) os estudos de Nunes, Schliemann e Carraher, pioneiros no Brasil no campo da PEM. Por fim, outros teóricos, com formação inicial em Matemática, têm contribuído fortemente para os estudos na área, como é o caso de Ponte em seus estudos sobre formação de professor; Tall e suas idéias sobre conceito-imagem; e D'Ambrósio e suas contribuições no domínio da Etnomatemática, dentre outros. Portanto, o grupo de pesquisa Psicologia da Educação Matemática – PEM – tem uma vocação eminentemente interdisciplinar, com a Psicologia assumindo a função primordial de intermediar a relação entre a Educação e a Matemática. Esta interdisciplinaridade se reflete na formação teórica como na formação e trajetória acadêmica de seus membros. Do ponto de vista do histórico de participações do GT “Psicologia da Educação Matemática” nos simpósios da ANPEPP, pode-se constatar que este grupo de trabalho esteve constantemente presente desde 1996, tendo participado das seis reuniões bi-anuais seguidas (do VI até o XI Simpósio). Observe-se, ainda, que o foco de interesse no domínio de teorização e pesquisa em psicologia da educação matemática esteve presente desde a fundação da ANPEPP (1º Simpósio em Caruaru-PE, em 1988), em termos de participações em outros GTs, como foi

o caso, notadamente, do GT de Psicologia Escolar. Ao longo desses dez anos de participação, um intenso intercâmbio de cooperação interinstitucional foi se consolidando a partir da participação conjunta em congressos e das diferentes atividades acadêmicas que foram se estabelecendo entre os membros do grupo. Tal intercâmbio evidencia-se pelas constantes participações de vários dos atuais e dos antigos membros do grupo em bancas de mestrado e doutorado de alunos, de outros membros, pelas inúmeras publicações conjuntas em anais e periódicos, pela elaboração de capítulos de livros e pela participação em projetos de pesquisa. Todas essas ações demonstram o intenso e efetivo intercâmbio acadêmico-científico entre a maioria dos participantes do grupo PEM. O GT PEM teve sua participação descontinuada em 2008, porém um núcleo de participantes continuou produzindo coletivamente, dando continuidade a intercâmbios já estabelecidos e, inclusive, gerando novos intercâmbios. Este é o caso dos trabalhos cooperativos de (a) Alina Spinillo (UFPE-Psicologia) e Sintria Lautert (UFPE-Psicologia) em projetos e publicações conjuntas (Projeto: Compreensão sobre o significado do resto e demais produções na área da Psicologia da Educação Matemática); (b) Alina Spinillo (UFPE-Psicologia), Jane Correa (UFRJ-Psicologia) e Sintria Lautert (UFPE-Psicologia) pela elaboração de trabalhos divulgados na 33th International Conference of Psychology of Mathematics Education – PME-Thessaloniki, Grécia, em 2009 e na British Psychological Society Developmental Section Annual Conference, em 2008, resultantes da pesquisa intitulada: As dificuldades das crianças com divisão: Um estudo de intervenção; (c) Alina Spinillo (UFPE), Sandra Magina

(PUC-SP- Educação), e Verônica Gitirana (UFPE- Educação), corporificado no sub-projeto de pesquisa “Estruturas Multiplicativas” desenvolvido dentro do projeto “A matemática escolar: construção e transformação do saber matemático”, o qual é realizado no âmbito do PROCAD-CAPES, e também por publicação conjunta (por exemplo, na RBEP, em 2009); (d) pela co-autoria de Luciano Meira (UFPE-Psicologia) e Alina Spinillo (UFPE-Psicologia) organizadores do livro “Psicologia Cognitiva: cultura, desenvolvimento e aprendizagem”, obra na qual Lautert e Spinillo têm um capítulo em conjunto; (e) pela parceria entre Da Rocha Falcão (UFRN-Psicologia) e Magina (PUC-SP- Educação) na preparação em co-autoria, juntamente com um terceiro autor brasileiro e de Gérard Vergnaud, de um livro que aborda os pontos cruciais da Teoria dos Campos Conceituais deste último autor. Além dessas parcerias, já estabelecidas anteriormente ao longo da trajetória do grupo na ANPEPP, novas parcerias vêm se constituindo, o que justifica a reestruturação e retomada do GT-PEM, com a entrada de novos pesquisadores, já em franco trabalho cooperativo. Este é o caso (a) das publicações conjuntas entre Verônica Gitirana (UFPE-Educação) e Sandra Magina (PUC-SP- Educação) em anais de congressos internacionais (por exemplo, no ICME – International Congress in Mathematics Education) e em periódicos (Revista da SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática, no prelo); (b) das publicações conjuntas em anais, nacional e internacional, de Sintria Lautert (UFPE-Psicologia) e José Aires Castro-Filho (UFCE-Educação); e ainda (c) entre Sintria Lautert (UFPE-Psicologia) e Claudia Araújo Gomes (UFRPE-Educação), que tem também continuado a parceria de

trabalhos com Jorge Falcão (UFRN – Psicologia). Todas essas colaborações e ações conjuntas dos membros do PEM encontram-se listadas em detalhes no item 4 desta proposta. Consideramos, finalmente, que o histórico de participações e cooperação dos membros do GT-PEM e as atividades ora em curso justificam plenamente nossos atuais esforços no sentido de dar continuidade, fortalecer, renovar e expandir o alcance do grupo. Para isso, a retomada de participação no simpósio ANPEPP é crucial, uma vez que acreditamos ser este o melhor fórum para reunir pesquisadores interessados em uma mesma temática, além de buscar a interlocução que tem sido a marca registrada da história desse grupo interdisciplinar de pesquisa.

2. Objetivos e propostas de trabalhos

O objetivo central do GT-PEM tem sido, desde sua primeira proposta de participação nos simpósios ANPEPP, contribuir para o aprofundamento da compreensão da formação, desenvolvimento e funcionamento em diversos contextos (escolar e extra-escolar) de conceitos matemáticos. Em particular o grupo tem buscado investigar os fatores psicológicos, psicopedagógicos e matemáticos que interferem, ou que servem de mediadores em processos de construção do conhecimento matemático escolar e extra-escolar. De modo específico o grupo tem por objetivo investigar os fatores que interferem, ou que servem de mediadores em processos de construção do conhecimento matemático escolar e extra-escolar. Nesse sentido, nosso foco de pesquisa volta-se para tópicos como: (i) descrição de obstáculos conceituais à construção de sentido no contexto das estruturas aditivas e multiplicativas; (ii) proposição de sequências didáti-

cas para mediação de aprendizagem de conceitos aritméticos e algébricos; (iii) aprofundamento teórico no sentido da compreensão do papel de variáveis psicológicas relevantes, como afetividade, autoconceito e autoestima para o desenvolvimento de conceitos matemáticos; (iv) investigação, com posterior proposição de modelo metodológico, para formação, inicial e em serviço, de professor que ensina Matemática. Nessa direção, o GT-PEM, ao longo dos seus 12 anos de existência, vem realizando algumas ações conjuntas, tais como a publicação, em 2006, do livro intitulado “Solução de Problemas e a Matemática Escolar”, publicado pela Editora Átomo e Alínea, fruto do trabalho articulado dos membros do grupo e a realização conjunta, entre os anos de 2004 e 2007, do projeto de pesquisa “Solução de problemas de estrutura multiplicativa por alunos do Ensino Fundamental”, o qual envolveu uma coleta de dados com aproximadamente 3000 estudantes de diferentes estados. Em termos gerais, o GT-PEM encontra-se em período de transição importante com a saída de alguns membros e a abertura para a entrada de novos membros. Cabe salientar que por se encontrar o grupo nesse momento de transição, o XIII simpósio será particularmente importante para que se busque coletivamente e com base na avaliação do percurso anterior do grupo, a efetividade da ação conjunta e integrada. Assim sendo, a proposta do PEM para a participação no XIII Simpósio da ANPEPP tem em vista a execução de ações específicas, por meio das quais se busca dar continuidade ao trabalho voltado para os objetivos acima propostos, quais sejam: (a) cotejar os diferentes quadros teóricos e metodológicos utilizados pelos membros do GT, em sua composição atual, com vistas a estabelecer possíveis articulações entre

eles, sem, contudo, ferir as especificidades epistemológicas e teóricas desses quadros; (b) promover intercâmbios entre os membros do grupo, traduzido pela realização de atividades conjuntas tais como: produção de trabalhos, organização e participação conjunta em eventos acadêmico-científicos; e (c) gerar publicações que sirvam de referência e apoio para profissionais e pesquisadores que atuam na área da Psicologia da Educação Matemática (aqui considerados, pedagogos, psicólogos e matemáticos) no Brasil. Reiteramos que o encontro em Fortaleza será de fundamental importância para o grupo, tanto no que se refere à continuidade e consolidação de suas atividades e produção conjunta que marca sua trajetória desde sua primeira reunião em 1996, como também no que diz respeito às novas perspectivas do GT. Diante deste quadro, as atividades a serem desenvolvidas durante o simpósio se organizarão em duas fases: uma de natureza retrospectiva e outra prospectiva. Na fase retrospectiva (Fase 1) os membros (antigos e novos) estarão reexaminando todo o acervo de propostas e produção acumulada pelo GT desde o presente momento até o atual, examinando-se criticamente: (i) realização de ações efetivas de montagem de rede interinstitucional de pesquisa; (ii) sistematização dos resultados obtidos pelo último projeto conjunto de pesquisa (2006-2008), voltado para a sondagem de dificuldades de compreensão das estruturas multiplicativas, com realização do balanço de publicações e ou apresentações em congressos, para fechamento definitivo deste projeto; (iii) apresentação das direções de pesquisa de cada membro-participante, por instituição de pesquisa (incluindo pesquisadores-docentes e doutorandos associados, de forma que o grupo possa em seguida

negociar mudanças, aperfeiçoamentos e inserções nas metas de trabalho que são descritas a seguir (Fase prospectiva – 2). Cabe salientar que este último tópico é particularmente importante para o GT, em seu contexto histórico atual, uma vez que está se iniciando um novo ciclo de trabalho neste simpósio. Na fase prospectiva (Fase 2) os membros do grupo irão concluir, de forma negociada, o planejamento das atividades para o biênio 2010-2012. Tais atividades abarcam os seguintes tópicos: (i) preparação de esquema básico para publicação em periódico nacional qualificado dos dados referentes ao último projeto conjunto de pesquisa, retomando esforço interrompido pela não-participação do GT no XII Simpósio ANPEPP (Natal-RN); (ii) conclusão de projeto de pesquisa interinstitucional para seguimento das ações iniciadas em projeto PROCAD-CAPES, ora em fase de conclusão e abarcando pesquisadores de programas de pós-graduação da UFPE (Psicologia e Educação), PUC-SP e UNIBAN (Educação Matemática) (iii) planejamento de participação do GT nos seguintes eventos nacionais e internacionais: (iii.a) 34th International Conference of Psychology of Mathematics Education (PME) a ser realizado nos dias 18-23 julho de 2010, em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais; o qual conta, em seu comitê executivo-científico, com a participação do Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva UFPE/NUPPEM (Núcleo de Pesquisa em Psicologia da Educação Matemática); (iii.b) O III Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática que será realizado na Universidade Federal do Ceará em 2011, sob a presidência de José Aires de Castro-Filho, membro deste GT; (iv) planejamento de ações de participa-

ção conjunta de membros do grupo em bancas de dissertação e teses de docentes-orientandos participantes do GT; (v) estabelecimento de critérios para entrada de novos membros no grupo (pesquisadores-docentes ou discentes pós-graduandos); (vi) discussão e estabelecimento de conjunto de diretrizes gerais de trabalho em rede para o quadriênio 2010-2014, diretrizes que orientem e unifiquem de forma coerente a proposição de objetivos e metas para os períodos 2010-2012 e 2012-2014.

3. Participantes

1. Sintria Lautert – UFPE (Coordenadora)
2. Sandra Magina – PUC/SP (Coordenadora)
3. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão – UFRN / UFPE
4. Luciano Rogério de Lemos Meira – UFPE
5. Maria Tereza Carneiro Soares – UFPR
6. Jose Aires Castro-Filho – UFC
7. Verônica Gitirana Gomes Ferreira – UFPE (EDUMATEC)
8. Claudia Roberta Araujo Gomes – UFRPE
9. Marcilia Chagas Barreto – PPG em Educação da UECE
10. Ernani Martins do Santos – UFPE
11. Raquel Santiago Freire – UFC
12. Aparecido dos Santos – PUC/SP
13. Eurivalda Ribeiro dos Santos Santana – PUC/SP
14. Madeline Gurgel Barreto Maia – PUC/SP

GT 43 – Psicologia da saúde em instituições e na comunidade

1. Histórico

O Grupo de Trabalho PSICOLOGIA

DA SAÚDE EM INSTITUIÇÕES E NA COMUNIDADE teve suas atividades oficiais consolidadas no X Simpósio da ANPEPP, em 2004 (Aracruz, ES), constituído de professores pesquisadores com atuação na área de Psicologia da Saúde, que já possuíam um razoável grau de interação, porém pouco sistematizado. A constituição do Grupo decorreu da necessidade de se ter um fórum de articulação para promover intercâmbios e integração efetiva da produção científica desses pesquisadores. O GT participou, ainda, dos Simpósios da ANPEPP realizados em 2006 (Florianópolis, SC) e 2008 (Natal, RN). O grupo foi coordenado pelo Professor Ricardo Gorayeb (FMRPUSP, Ribeirão Preto/SP), de 2004 a 2007. Em função de outros compromissos profissionais, o Professor Gorayeb solicitou sua substituição na coordenação, continuando membro do GT. A Professora Eliane Maria Fleury Seidl (UnB, Brasília/DF), mediante consenso dos demais integrantes, assumiu a coordenação do GT a partir desse período, juntamente com a Professora Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki (FAMERP, São José do Rio Preto, SP) na vice-coordenação. Cabe destacar que se pretende que o grupo funcione como um colegiado, com compartilhamento de responsabilidades em seu gerenciamento e divisão de tarefas entre seus membros. Em 2007, a professora Lúcia E. Novaes Malagris (Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ) passou a integrar o GT, participando do XII Simpósio. No final de 2008, os professores Ricardo Gorayeb e Vera Lúcia A. Raposo do Amaral solicitaram desligamento, em função de compromissos profissionais que dificultavam sua participação ativa no GT. No ano de 2009, duas professoras com atuação no campo da Psicologia da Saúde foram convidadas e aceitaram integrar

o grupo: Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira (Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria e Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu-UNESP) e Elisa Kern de Castro (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS). Com cinco anos de existência, apesar de ter produzido diversas atividades em conjunto entre seus integrantes e de registrar progressos em sua articulação, o GT ainda está em processo de consolidação. Há muito que avançar e construir para que o mesmo se configure como uma rede de pesquisadores na área. A principal produção do GT nesse momento - publicação de um livro sobre Psicologia da Saúde em 2010 - está favorecendo esse processo.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Considerando a mudança na composição do GT desde o último Simpósio, a metodologia de trabalho deverá contemplar, no primeiro momento da reunião, a apresentação de cada participante, incluindo os projetos em desenvolvimento (pesquisa e extensão), a atuação na formação de recursos humanos para a área e aspectos relevantes da produção científica e da inserção profissional atual. Tendo em vista os propósitos do GT e o tema do próximo Simpósio da ANPEPP - Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção -, o grupo tem os seguintes objetivos para 2010, que configuram a proposta de trabalho descrita a seguir. **Publicação de um livro sobre Psicologia da Saúde.** O grupo deliberou, em encontros anteriores, pela realização de um livro sobre Psicologia da Saúde, com o objetivo de ampliar a produção de material científico de qualidade nessa área, em língua portuguesa, visando favorecer a formação de pro-

fissionais e pesquisadores, bem como contribuir para o ensino de psicologia da saúde no Brasil, em nível de graduação e de pós-graduação. Contatos preliminares com determinada editora já foram realizados e há interesse em uma obra com essas características. A organização do livro está a cargo de Eliane Maria Fleury Seidl e de Oliveira Santos Miyazaki, com participação dos integrantes do GT e de convidados de suas respectivas redes de trabalho na elaboração dos capítulos. O livro abordará pesquisas e atuação profissional da psicologia em enfermidades crônicas como diabetes, HIV/aids, hepatite C, doenças cardiovasculares, insuficiência renal, câncer e fibromialgia, problemas genéticos, entre outras enfermidades. Além da apresentação e discussão de resultados de pesquisas realizadas no Brasil e no exterior, os capítulos incluirão relatos sobre práticas profissionais do psicólogo, a partir da experiência dos autores em equipes interdisciplinares atuantes em serviços de saúde universitários ou das secretarias estaduais e/ou municipais. A questão da formação profissional também receberá atenção especial, contendo desde análises das necessidades de formação em nível de graduação, especialização e a formação pós-graduada em saúde. Portanto, a publicação permitirá difundir a produção científica dos professores e pesquisadores componentes do Grupo, em parceria com de seus pós-graduandos e profissionais da equipe de trabalho onde estão inseridos. Por ocasião do XII Simpósio, em 2008, foi possível consolidar avanços nessa meta do GT. Na reunião de Natal, deliberou-se sobre diversos aspectos da publicação como formato, estrutura e seqüência do conteúdo dos capítulos, além da autoria dos pesquisadores responsáveis pela autoria de cada capítulo. Foi pactuado

como a revisão dos capítulos seria realizada, à semelhança dos pareceres ad hoc de revistas científicas, seguindo critérios a serem observados. Ao longo de 2009, o processo de revisão pelos autores e aprimoramento dos capítulos teve continuidade, incluindo reunião de trabalho das organizadoras em Brasília em abril do corrente ano. Está prevista mais uma reunião de trabalho em dezembro das professoras responsáveis pela organização da obra, provavelmente em São José do Rio Preto. No presente momento, a meta é que o livro esteja pronto em março de 2010 para submissão à editora. A possibilidade de seu lançamento no XIII Simpósio está sendo considerada, apesar do tempo exíguo para as fases de edição e impressão. Se não for possível seu lançamento em junho/2010, pretende-se que este seja planejado de modo a favorecer sua divulgação e visibilidade no meio acadêmico e profissional. **Análise de necessidades teórico-metodológicas da Psicologia da Saúde no Brasil: intervenção e pesquisa.** Outra meta de grande relevância é o desenvolvimento de um projeto de pesquisa integrado, envolvendo os membros do GT e suas instituições de origem. Essa discussão teve início em Florianópolis, porém carece de maiores avanços, se considerarmos o grupo em sua totalidade. O produto esperado é a realização de um projeto de pesquisa integrado com características multicêntricas. Os membros do GT têm discutido questões teóricas, técnicas e metodológicas ligadas à intervenção em Psicologia da Saúde, abarcando a reflexão e o debate acerca dos seguintes aspectos: 1- Descrição do estado da arte referente ao uso de técnicas e procedimentos de intervenção em Psicologia da Saúde, com base nas experiências que os membros do GT possuem, e a partir da produção científica

identificada em congressos da área e em publicações nacionais. 2- Comparação do contexto brasileiro com o que revela a literatura no cenário internacional. 3- Reflexão e análise quanto à necessidade de desenvolver, aprimorar e avaliar técnicas e procedimentos de intervenção em psicologia da saúde. 4- Discussão das metodologias de pesquisa necessárias para avaliar os efeitos e o impacto das intervenções realizadas. O grupo centrará a discussão a partir da psicologia como disciplina científica e interdisciplinar, por natureza e por definição. Também serão discutidas as necessidades e conseqüências da introdução desses temas em cursos de graduação, e especialmente nos de pós-graduação, visando a formação qualificada de professores e pesquisadores em Psicologia da Saúde no Brasil. Ademais, essa atividade tem coerência com o conteúdo do livro que está em elaboração pelo GT. O produto esperado desse objetivo é a realização de um projeto de pesquisa integrado com características multicêntricas. **Planejamento de atividades conjuntas em eventos científicos.** A partir da agenda científica que estará disponível na reunião de Fortaleza/CE, os membros do Grupo deverão planejar atividades conjuntas para os eventos que ocorrerão em 2010 e 2011, com ênfase naqueles em nível internacional, envolvendo os integrantes do GT. Também intensificarão e ampliarão os contatos com pautas de trabalhos, via e-mails e outras formas de correspondência, no sentido da produção de atividades em comum, como por exemplo: elaboração de artigos, capítulos de livros, consultorias junto a colegas atuantes em áreas específicas, constituição de bancas examinadoras e intercâmbios diversos. O produto esperado dessa atividade é a elaboração de uma agenda incluindo os eventos e atividades con-

siderados prioritários pelo Grupo, com a definição de responsabilidades quanto à proposição de atividades, temas e articulação para sua viabilização, bem como uma ampliação no processo de comunicação entre os integrantes do GT. O produto esperado dessa atividade é a elaboração de uma agenda incluindo os eventos considerados prioritários pelo grupo, com a definição de responsabilidades quanto à proposição de atividades, temas e articulação para sua viabilização. **Fortalecimento do grupo com a entrada de novos membros.** Com relação ao fortalecimento do GT, serão discutidos critérios para a inserção de novos membros, como interesses comuns, afinidade teórico-metodológica, contribuição relevante na área, entre outros. Os nomes identificados serão convidados logo após a reunião de Fortaleza, com o objetivo de favorecer a inserção dos novos membros em atividades que ocorrerão em 2010 e 2011. Nos Simpósios anteriores, o GT não chegou a contar com a participação de alunos de pós-graduação (doutorandos). Pretende-se modificar essa situação, convidando alunos de doutorado que estão sob orientação dos membros do GT. Visando o fortalecimento e aprimoramento da comunicação regular entre os membros do GT no intervalo entre os Simpósios, serão discutidas estratégias e atividades direcionadas a esse objetivo.

3. Participantes

1. Eliane Maria Fleury Seidl – UnB-DF (Coordenadora)
2. Maria Cristina Miyazaki – FAMERP-São José do Rio Preto
3. Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira – UNESP-Botucatu
4. Elisa Kern de Castro – UNISINOS-São Leopoldo

5. Fani Eta Korn Malerbi – PUCSP-SP
6. Lucia E. Novaes Malagris – UFRJ-RJ
7. Maria Rita Zoéga Soares – UEL-Londrina
8. Neide Micelli Domingos FAMERP – FAMERP-São José do Rio Preto
9. Nelson Iguimar Valério – FAMERP-São José do Rio Preto
10. Tânia Rudnicki – ULBRA-Canoas

GT 44 – Psicologia dialógica

1. Histórico

Na última metade do século XX, passa a ocorrer em diferentes vertentes das ciências sociais uma tendência à abordagem ecológica dos fenômenos, resultando na ênfase que hoje se nota no desenvolvimento de abordagens sistêmicas, holísticas, dialógicas. A pesquisa psicológica volta a valorizar modelos de investigação não-reducionistas e a adotar uma orientação relacional, culturalista e semiótica, na abordagem dos fenômenos psicológicos. Essa tendência encontra na linguagem e nas práticas comunicativas, que ocorrem em *settings* interacionais concretos, objetos privilegiados de investigação que levam à compreensão dos fenômenos humanos em sua complexidade. Tais fenômenos passam a ser considerados como interdependentes de um contexto histórico, social e cultural específico, com o qual se relacionam pela mediação dos instrumentos materiais e simbólicos disponíveis. As características e possíveis regularidades dos processos co-construtivos, passam, assim, a ser investigadas levando-se em conta suas raízes e fundamentos no contexto cultural, bem como a qualidade ativa do sujeito na configuração de seu próprio desenvolvimento. Em outras palavras, considerar como princípio de compreensão dos fenôme-

nos psicológicos a inserção do sujeito em seu contexto cultural não significa o abandono da busca de princípios de caráter mais geral referentes aos processos de desenvolvimento do ser humano (a exemplo de Valsiner, 2007). É com base nesta perspectiva teórico epistemológica que reemerge a questão do sujeito psicológico, recuperando, na atualidade, aspectos da problemática que orientou a primeira fase da investigação psicológica. Nesse contexto, o sujeito vem sendo investigado de forma a ressaltar seu caráter simultaneamente plural e sistêmico, cultural e singular, características que se revelam nos níveis inter e intra pessoal. A Psicologia Dialógica insere-se entre as perspectivas emergentes de maior valor gerativo de ideias. A Psicologia Dialógica é inspirada em autores tais como W. James, G. H. Mead e M. Bakhtin, e tem um salto de desenvolvimento a partir da elaboração criativa de um grupo de psicólogos europeus (Hermans, Kemper & Van Loom, 1992; Hermans & Kempen, 1993; Hermans, 1996). Esta perspectiva emerge tendo por mote a busca de uma nova compreensão situada, dinâmica, múltipla e complexa da organização do *self* e de suas transformações na linha do tempo (Valsiner, 2008). O modelo teórico em construção tem como características básicas a primazia do relacional sobre o individual, o princípio da dialogicidade e o da alteridade (Salgado & Gonçalves, 2007). Além de receber contribuições de distintos modelos teórico-epistemológicos, as elaborações em Psicologia Dialógica tem gerado criativas intersecções entre eles. Há um certo consenso entre pesquisadores da área de que não há unidade teórica e de temas que costurem o trabalho dos primeiros dialogistas, quer o dos vários e crescentes desdobramentos que emergem dia a dia. Além de bases epistemológicas

orientadas pelo princípio dialógico, encontramos influências e marcas originárias de um amplo leque de perspectivas alinhadas com a filosofia, a linguística, a sociologia, a semiótica, bem como psicologia social, clínica, do desenvolvimento e organizacional. Particularmente nas últimas duas décadas, a perspectiva sofreu um considerável desenvolvimento, tanto em termos da quantidade e qualidade de investigações, como nas áreas e subáreas de inserção desses estudos. Hubert Hermans, fundador da *International Society for the Dialogical Science* (ISDS), em conferências habitualmente realizadas nas sessões de abertura do ICDS (*International Conference of Dialogical Science*), costuma destacar sua importância para a consolidação da Psicologia Dialógica. Desde o ano de 2000, quando ocorreu a primeira conferência em Nijmegen por iniciativa de alguns de seus alunos de pós-graduação, e sucessivamente em Ghent, Varsóvia, Braga e Cambridge (a cada dois anos), a ampliação é flagrante, passando de 50 participantes, na primeira, para 700, na última, realizada em agosto de 2008, em Cambridge. Valsiner (2009a, 2009b; Valsiner, J. & Han, Gyuseog, 2008) destaca que a Psicologia Dialógica constitui hoje um dos campos de interface da pesquisa psicológica que têm significativamente contribuído para o deslocamento do eixo geográfico de desenvolvimento da psicologia científica. Segundo ele, nesse campo os focos de desenvolvimento criativo do pensamento psicológico superaram a clássica circunscrição europeia e norte-americana, para envolver grupos de investigadores em consolidação oriundos da América Latina, Ásia e Índia, entre outros. A motivação para a formação do Grupo de Trabalho “Psicologia Dialógica” surgiu de experiências prévias de colaboração e conversas informais entre

alguns dos integrantes que vem participando dos congressos internacionais do Dialogical Self. A proposta deste GT tem por objetivo, pois, contribuir com a geração e desenvolvimento teórico-metodológico associado à psicologia dialógica, produzindo novas ideias na área, com o apoio de veículos de publicação científica, onde alguns de nós já atuam como editores associados e pareceristas. Em outras palavras, percebemos como nítida a necessidade de aprofundar e ampliar o debate da perspectiva dialógica entre nós, promovendo cada vez mais a participação de um número crescente de pesquisadores brasileiros.

2. Objetivos e propostas de trabalhos

Nosso objetivo, ao pretender criar um Grupo de Trabalho da natureza do que ora apresentamos, é gerar mais um canalizador de reflexões, debates e ações orientadas para a consolidação da perspectiva dialógica em psicologia. Nossos projetos de investigação têm como foco de interesse os processos de mudança, que levam ao desenvolvimento, à transformação e à emergência de novidades na dinâmica e organização do self, mediados por diferentes atores e contextos culturais de inserção da pessoa. O GT deverá promover, por um lado, maior articulação entre os participantes, estendendo as possibilidades conjuntas de construção de conhecimentos, no intuito de passar a envolver um conjunto mais abrangente e integrado de ações voltadas à produção intelectual, à formação de pesquisadores (alcançada com a progressiva inserção de doutorandos e recém-doutores no grupo), e à disseminação de conhecimentos na área (por meio de palestras, bancas e participações conjuntas dos membros

do GT em eventos nacionais e internacionais da área). Assim, se fortalecerá a colaboração mútua em caráter mais efetivo e sistemático entre membros de diferentes contextos institucionais e regionais. A consolidação da presente parceria interinstitucional proverá aos nossos trabalhos investigativos maiores oportunidades de diálogo, convergência e condições de desenvolvimento teórico-metodológico, com especial destaque para a construção conjunta de conhecimentos, com implicações para as respectivas redes de investigação. Deverá, igualmente, contribuir para o estreitamento das perspectivas e orientações de desenvolvimento da pesquisa acadêmica, da produção científica e dos sistemas de formação universitária de pós-graduação em psicologia no Brasil e em Portugal, dada a participação como convidados, no próximo Simpósio Científico da ANPEPP, dos professores doutores Miguel Gonçalves (do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal) e João Salgado (colaborador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Coimbra). Identificamos no grupo que ora formamos um grande potencial de desenvolvimento futuro, por comportar características interessantes e dignas de nota. Embora se constitua em um grupo pequeno, o que reflete o caráter jovem da própria área no Brasil, no grupo aglutinam-se pesquisadores de quatro diferentes estados da federação e três distintas regiões geográficas. À exceção da pesquisadora oriunda da UFES, todas as demais instituições participantes incluem, pelo menos, dois integrantes, o que nos parece favorecer o apoio mútuo e ampliar as condições de diálogo intra-institucional, o que contribui para o fortalecimento e a solidez das ações visadas. Por fim, é nossa expectativa que

o Grupo de Trabalho venha a contribuir para dar maior visibilidade e integração às pesquisas dos diferentes pesquisadores e alunos de pós-graduação, que já trabalham no desenvolvimento e diferenciação da psicologia dialógica, com o fim de ampliar o impacto de sua produção no panorama internacional da Psicologia Dialógica. Dinâmica de funcionamento do Grupo de Trabalho, no próximo Simpósio: As sessões de trabalho, durante o Simpósio Científico da ANPEPP, ocorrerão na forma de Seminário Interativo, no qual os participantes e convidados estrangeiros terão como tarefa apresentarem as bases epistemológicas, teóricas e empíricas de seus trabalhos investigativos na área da Psicologia Dialógica, sem a necessidade de manter o foco exclusivamente em dados e resultados de estudos específicos, o que julgamos desviar dos objetivos de um espaço de debate de ideias da natureza da ANPEPP. Como parte da preparação do Seminário Interativo, os participantes do GT manterão, nos meses que antecedem o Simpósio da ANPEPP, um fórum de discussão com o objetivo de aquecer as discussões que serão aprofundadas no evento. O ponto de partida desta etapa preparatória será um conjunto de três atividades realizadas (simpósios e mesas redonda) no VII CBPD (Rio de Janeiro, novembro de 2009) em torno do tema da Psicologia Dialógica; terá continuidade na preparação de propostas para o VII ICDS (*deadline*, dezembro de 2009) e culminará na reunião da ANPEPP de 2010. Ações conjuntas a serem implementadas como desdobramento da articulação construída no GT: - Desenvolvimento de projetos integrados e subprojetos de pesquisa, visando à consolidação de uma rede de pesquisadores; - Realização de atividades conjuntas nas respectivas universidades: palestras, vi-

sitas aos grupos de pesquisa, bancas de defesa; - Participação de atividades conjuntas em simpósios e congressos científicos nacionais e internacionais, entre os quais se destacam: VII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, novembro de 2009; VII International Conference for the Dialogical Science, Grécia, setembro de 2010; Reunião Anual da SBP, outubro de 2010; Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, 2011; VIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, 2011. - Co-produção de publicações: “Dialogical Science: transatlantic perspectives” (título provisório, previsão de publicação 2012, série *Innovations in Cultural Psychology* (ed.: Jaan Valsiner, Information Age); Publicação de obra em língua portuguesa, organizada pelos coordenadores, reunindo os resultados dos subprojetos desenvolvidos no período e autores convidados, de ambos os países, ampliando a literatura sobre o tema em língua portuguesa. Produção de artigos científicos em co-autoria e participação conjunta na autoria de capítulos em livros, consolidando e intensificando as ações conjuntas já existentes.

3. Participantes

1. Angela Maria Uchoa de Abreu Branco – UNB (coordenadora)
2. Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira – UNB (coordenadora adjunta)
3. Ana Cecília de Souza Bastos – UFBA
4. Eda Maria Henriques – UFF-Niterói
5. Mariana de Medeiros e Albuquerque Barcinski – UFF-Rio das Ostras
6. Mariane de Souza Lima – UFES
7. Mirela Figueiredo Iriart – UEFS
8. Miriã Alves Ramos de Alcântara – Fundação Visconde de Cairu-Salvador
9. Sandra Ferraz de Castilho Dourado

Freire – UNB

10. Mário Miguel Machado Osório Gonçalves – Universidade do Minho-Portugal
11. João Manuel de Castro Faria Salgado – Instituto Superior de Maia-Portugal

GT 45 – Psicologia e estudos de gênero

1. Histórico

Como campo interdisciplinar de investigação, os estudos de gênero incorporam as contribuições das mais diferentes áreas do conhecimento científico. A Psicologia, uma das ciências que atuam nesse campo, tem apresentado análises que permitem o avanço da compreensão das questões subjetivas e sociais associadas ao gênero como categoria relevante para o estudo da constituição do sujeito e da ordem social. De 1992 a 2004, nos Simpósios da ANPEPP, os estudos de gênero e as teorias feministas tiveram uma presença significativa, seja nos diferentes GTs em que esse campo foi contemplado de modo explícito, como foi o caso dos GT “Psicologia e relações de gênero” (1992, 1994, 1996, 1998 e 2000) e “Mulher, feminino e sexualidade feminina” (1994, 1996 e 1998), seja em outros GTs, onde essas questões vinham tangenciando temáticas próximas, como algumas daquelas pertinentes ao campo da Psicologia Social. A partir desses grupos de trabalho foi publicada uma coletânea voltada exclusivamente às questões de gênero, (D’Ávila & Garcia, 1997). O GT Psicologia e Estudos de Gênero, buscando retomar reflexões sobre o tema na disciplina, reuniu-se pela primeira vez em 2006 e contou com a participação de professores/pesquisadores de diferentes instituições, como forma de proporcionar o intercâmbio e a produção científica. Na

reunião seguinte, em 2008, foi possível integrar outras pessoas, aumentando e fortalecendo parcerias como participação conjunta em seminários, em bancas de defesa de mestrado e doutorado, indicação para pareceristas de artigos, disciplinas conjuntas de pós-graduação, participação em publicações. Nesta edição, propomos incorporar outros pesquisadores que trabalham há anos com a temática de gênero, associada a outros temas de relevância como o da sexualidade. O GT proposto, Psicologia e Estudos de Gênero, visa, portanto, ampliar as discussões iniciadas quatro anos atrás, agregando pesquisador@s cuja produção articula-se com esses campos ou nesses se enquadra.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo desse grupo é discutir aspectos históricos, políticos e conceituais das interfaces dos estudos de gênero com a psicologia, incentivando produção da psicologia nesse campo. Por um lado, a proposta do GT é a recuperação de contribuições da psicologia para os estudos de gênero e dos estudos de gênero para a psicologia, reunindo e legitimando a produção sobre gênero cada vez menos escassa na psicologia. O grupo de trabalho também se propõe a continuar produzindo conjuntamente nesses campos de discussão, articulando-se inclusive em outros encontros acadêmicos importantes. Mais especificamente, novos trabalhos este ano versarão sobre maternidade no sistema penitenciário; jovens masculinos profissionais do sexo; interseções entre os conceitos de gênero, raça e sexualidade no feminismo; formação em psicologia e estudos sobre gênero e sexualidade, estudos de gênero e deficiência; vulnerabilidade, adolescência, AIDS e suicídio; gênero, homens e masculinidades na psicologia social; fe-

minismo e psicanálise, juventude e trabalho. Esse breve elenco de temas deixa clara a diversidade de enfoques, bem como as diversas áreas de saber com as quais se comunicam, seja na saúde ou nas ciências sociais. A proposição deste grupo no XIII Simpósio da ANPEPP atuará no sentido do desenvolvimento e consolidação de um espaço privilegiado de interlocução entre pesquisadores/as de diferentes instituições do país, que têm refletido e produzido no campo dos estudos de gênero na psicologia e na interface com outros campos de saber. A ampliação do GT, quanto à atração de novos membros, destaca a atualidade do tema e o fomento da produção nas áreas de gênero no campo disciplinar da psicologia.

3. Participantes

1. Mara Coelho de Souza Lago – UFSC (Coordenadora)
2. Anna Paula Uziel – UERJ (Coordenadora)
3. Adriano Henrique Nuernberg – UFSC
4. Adriano Beiras – Universitat Autònoma de Barcelona
5. Eduardo Steindorf Saraiva – UNIP-RS
6. Fernando Silva Teixeira Filho – UNESP-Assis
7. Giovana Ilka Jacinto Salvaro – UFSC
8. Jorge Lyra – UFPE
9. Manoel Antonio dos Santos – USP/Ribeirão Preto
10. Mário Ferreira Resende – UFSC
11. Marlene Neves Strey – PUC-RS
12. Patrícia Porchat – USP
13. Paula Sandrine – UNISINOS
14. Sandra Azeredo – UFMG
15. Simone Ouwinha Peres – UFRJ
16. Vera Paiva – USP
17. Wiliam Siqueira Peres – UESP-Assis

GT 46 – Psicologia e moralidade

1. Histórico

O grupo de trabalho Psicologia e Moralidade teve sua origem em 1989 graças à iniciativa das professoras Angela Maria Brasil Biaggio (UFRGS) e Cleonice Camino (UFPE). Foi um dos primeiros grupos da ANPEPP e, mesmo com alterações na sua denominação e composição, foi mantido em todas as reuniões dessa Instituição. No III Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, realizado em Águas de São Pedro (SP), em 1990, o grupo assumiu a denominação de GT Julgamento Moral, suas discussões abordaram o tema Moralidade: aspectos evolutivos e sociais. Alguns de seus participantes de então continuaram no grupo por muitos encontros, como: Angela Biaggio Cleonice Camino, Júlio Rique Neto (UFPB), Raul Aragão Martins (UNESP), Silvia Helena Koller (UFRGS). No VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico (Serra Negra, SP, 2000), o nome do GT foi alterado para Psicologia e Moralidade. Os temas abordados nos demais Simpósios se referiram a: questões metodológicas em pesquisas sobre moralidade; educação moral; afetividade e desenvolvimento moral; desenvolvimento moral e decorrências educacionais; desenvolvimento sócio-moral, ética e violência no cotidiano; virtudes humanas, construção de valores morais; construção de valores morais no ensino fundamental e médio. Nos últimos quatro anos o grupo discutiu a questão da crise de valores na sociedade contemporânea, investigando se estamos passando por um período de ausência de valores ou de modificação dos mesmos nas mais diferentes esferas do espaço social. As pesquisas resultantes dessa temática foram apresentadas em diversos eventos e reunidas no livro *Valores em Crise ou Crise de Valores?*, organizado por Suza-

na Menin e Yves de La Taille, publicado em 2008. Essa questão também foi a temática do I Congresso de Pesquisa em Psicologia e Educação Moral (COPPEM) organizado por integrantes do GT, e realizado em 2009 na Unicamp. Uma outra produção decorrente de investigações de integrantes do GT, é o livro "Os conflitos interpessoais na escola: contribuições da psicologia", proposto em 2007 e com publicação prevista para o primeiro semestre de 2010 (prelo). Essa obra reúne pesquisas sobre as questões da violência, da indisciplina, dos conflitos e do bullying nas instituições escolares em suas diversas dimensões, além de apresentar implicações pedagógicas decorrentes desses estudos. Atualmente, o grupo investiga as experiências brasileiras bem sucedidas de educação moral em escolas públicas de ensino fundamental e médio, buscando identificá-las e examinar as finalidades, meios, procedimentos, os participantes, os alcances, resultados, modos de avaliar e duração dessas experiências, assim, como outros aspectos mais específicos da educação moral e em valores éticos. Serão investigados ainda os limites de tais experiências buscando saber o que dificulta a sua aplicação e os aspectos contextuais e regionais que marcam e personalizam cada situação descrita. Esta ampla pesquisa, financiada pelo CNPq, teve início em 2008 e está sendo coordenada por Maria Suzana S. Menin, envolvendo diretamente 14 integrantes. Ao identificar e analisar as vivências que estão sendo efetivamente realizadas nas instituições educativas esse estudo trará contribuições tanto para a psicologia da moralidade quanto para a educação. Com relação aos participantes, atualmente o GT Psicologia e Moralidade é composto por 24 pesquisadores das regiões sul, sudeste, nordeste e centro-oeste, pertencentes a

oito estados brasileiros. São representantes de programas de pós-graduação de diversos institutos e universidades que se dedicam a pesquisar e refletir sobre a chamada psicologia da moralidade, área de estudo dos processos psicológicos que levam um indivíduo a legitimar regras, princípios e valores morais, e também sobre as implicações educacionais decorrentes dessas pesquisas. Os integrantes que o compõem são: Adelaide Alves Dias e Julio Rique Neto da UFPB de João Pessoa-PB; Cleonice Pereira dos Santos Camino da UFPE de Recife-PE; Heloisa Moulin de Alencar e Luciana Souza Borges, da UFES de Vitória-ES; Leonardo Lemos de Souza da UFMT de Rondonópolis-MT; Sérgio Tavares de Almeida Rego da FIOCRUZ do Rio de Janeiro-RJ; Márcia Simão Linhares Barreto da UNIVERSO de Niterói-RJ; Alessandra de Moraes Shimizu e Patrícia Unger Raphael Bataglia, da UNESP de Marília-SP; Maria Suzana De Stefano Menin da UNESP de Presidente Prudente-SP; Mario Sergio Vasconcelos e Nelson Pedro da Silva da UNESP de Assis-SP; Raul Aragão Martins da UNESP de São José do Rio Preto-SP; Ulisses Ferreira Araújo, Valéria Amorin Arantes Araújo e Yves Joel Jean Marie Rodolphe de La Taille da USP de São Paulo-SP; Denise D'Aurea-Tardeli da UEMESP de São Paulo-SP; Luciene R. Paulino Tognetta da UNICAMP de Campinas-SP; Maria Teresa Ceron Trevisol da UNOESC de Joaçaba-SC; Clary Milnitsky-Sapiro e Lia Beatriz de Lucca Freitas, da UFRGS de Porto Alegre-RS; Lucia Salete Celich Dani, da UFSM de Santa Maria-RS e Telma Pileggi Vinha, da UNICAMP, coordenadora do biênio 2008-2010. Além da participação de vários integrantes mencionados anteriormente, nos diferentes Simpósios da ANPEPP tivemos a presença de outros profissionais de diversas Universidades e

Programas de Pós-graduação em Psicologia e em Educação, tais como: Angela Baggio e Claudio Simon Hutz (UFRGS), Jussara Lummertz (UFF), Maria das Graças B. Dias (UFPB), Rita de Cássia Lopes e Silvia Koller (UFRGS), Ana Edith da Costa e Márcia Barretos (UFRGS), Maria Luiza de Araújo e Marize Bezerra Juberg (UGF) e Suzinara Tonato (UNESP). Durante todo o período de existência do GT, houve várias parcerias acadêmicas entre os integrantes. Essas parcerias cada vez se fortalecem, o que é evidenciado nos grupos de estudos, na vinda de professores visitantes, na composição de bancas, nas atividades de co-orientação, na organização e participação em eventos na área da psicologia e moralidade e ainda no desenvolvimento de pesquisas e publicações conjuntas.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Objetivos: Avaliar e planejar a continuidade das pesquisas conjuntas que estão sendo realizadas pelo GT; Discutir formas de favorecer o diálogo entre os integrantes após o simpósio da ANPEPP visando à consolidação e a ampliação de parcerias já existentes e a promoção de novos projetos cooperativos; Planejar ações que contribuam para incentivar e congregar as produções na área da psicologia moral disseminando o conhecimento resultante destas pesquisas e estudos; Discutir e planejar as produções do próximo biênio (2010-2012). Propostas de trabalho: 1) Nova avaliação do GT- referente ao biênio 2008-2010; 2) Pesquisas: 2.1) continuidade da pesquisa conjunta: "Projetos bem sucedidos de educação moral: em busca de experiências brasileiras". Analisaremos os trabalhos desenvolvidos até o simpósio da ANPEPP. No mês de julho já foram coletadas cer-

ca de 400 experiências de vários estados do Brasil. A coleta de dados continuará até o fim de 2009. Pretendemos dar continuidade ao projeto durante o ano de 2010, selecionando as experiências que se destacaram como especialmente bem sucedidas para visitá-las in loco, de forma a descrevê-las mais profundamente em função dos contextos culturais e regionais em que aconteceram. Também serão entrevistados os propositores e participantes das experiências. Pretende-se ainda produzir textos didáticos e científicos a respeito do material coletado. 2.2) Analisar a proposta de uma pesquisa conjunta sobre o desenvolvimento sócio-moral de crianças que estão na Educação Infantil (o a 5 anos de idade). 2.3) Discutir se iremos realizar simultaneamente um novo projeto de pesquisa coletivo no próximo biênio (2010-2012). 3) Publicações: 3.1) Elaborar vários trabalhos didáticos e científicos decorrentes da pesquisa “Projetos bem sucedidos de educação moral: em busca de experiências brasileiras”. 3.2) Discutir a possibilidade de retomarmos as sugestões do simpósio passado referente: a realização de um livro reunindo as pesquisas que estamos realizando sobre o trabalho com a moralidade na escola; a organização de uma coletânea com estudos que investigam moralidade e contemporaneidade. 3.3) Apresentar os trabalhos que estamos/estaremos desenvolvendo, tanto individualmente quanto em parcerias, em reunião científica em 2011 (a ser combinado - a primeira reunião de todo o GT após o simpósio da ANPEPP). 4) Eventos: 4.1) Visando a consolidação de um espaço para a promoção de parcerias e para a apresentação e discussão de trabalhos de natureza científica que estão sendo realizados na área da ética e da moralidade, pretendemos discutir

a possibilidade de organizarmos o “II Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral”. 4.2) Analisar a possibilidade de participarmos e de reunirmo-nos em outros eventos científicos. 5) Outros: 5.1) Pensar em mecanismos para intensificar a comunicação, favorecer as trocas de informações e as novidades sobre pesquisas e de fomentar reuniões, parcerias e os contatos entre membros do grupo. 5.2) Organizar seminários temáticos nos quais se apresentem pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento, que busquem novas teorias e metodologias de investigação sobre a moralidade humana. 6) Eleger o novo coordenador do GT.

3. Participantes

1. Telma Pileggi Vinha – UNICAMP/Campinas-SP (Coordenadora)
2. Alessandra de Moraes Shimizu – UNESP/Marília-SP
3. Cleonice Pereira dos Santos Camino – UFPE/Recife-PE
4. Denise D’Aurea-Tardeli – UMESP/São Paulo-SP
5. Heloisa Moulin de Alencar – UFES/Vitória-ES
6. Julio Rique Neto – UFPB/João Pessoa-PB
7. Leonardo Lemos de Souza – UFMT/Rondonópolis-MT
8. Lucia Salete Celich Dani – UFSM/Santa Maria-RS
9. Luciana Souza Borges – UFES/Vitória-ES
10. Luciene R. P. Tognetta - UNICAMP/Campinas-SP
11. Márcia Simão Linhares Barreto – UNIVERSO/Niterói-RJ
12. Maria Suzana De Stefano Menin – UNESP/Presidente Prudente-SP
13. Maria Teresa Ceron Trevisol – UNO-ESC/Joaçaba-SC

14. Patrícia Unger Raphael Bataglia – UNESP/Marília-SP
 15. Raul Aragão Martins – UNESP/ São José do Rio Preto-SP
 16. Yves Joel Jean Marie Rodolphe de La Taille – USP/São Paulo-SP

GT 47 – Psicologia escolar/educacional

1. Histórico

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação – ANPEPP, em seus 22 anos de história, vem oportunizando nas 12 edições dos simpósios de intercâmbio científico, espaços de interlocução e avanços à Psicologia brasileira. O Grupo de Trabalho de Psicologia Escolar/Educacional, criado em 1994, vem participando dessa história e do compromisso de discutir a pesquisa, a política e a formação no âmbito da pós-graduação em Psicologia no Brasil. É um dos GTs que figura entre os 10 que se mantiveram com maior continuidade desde 1989, a partir do II Simpósio, quando passaram a ser organizados os grupos de trabalho (GTs) da Anpepp. O GT de Psicologia Escolar/Educacional tem como objetivo o desenvolvimento e a consolidação da Psicologia Escolar - enquanto campo científico de produção de conhecimento, pesquisa e intervenção. Sua composição passou, nesse longo período, por reestruturações, saídas, chegadas; cresceu, diminuiu, voltou a crescer. Mas seus participantes não deixaram de manter a interação entre as reflexões e as pesquisas na área, expressas em publicações coletivas, intercâmbios institucionais, participação em eventos científicos, projetos, parcerias na formação de novos pesquisadores e outras iniciativas. Atualmente, o GT é composto por 16 professores e pesquisadores, todos dou-

tores, que atuam em 10 diferentes instituições de ensino superior, localizadas em 6 estados brasileiros e no Distrito Federal, expressando densa representatividade da diversidade das instituições acadêmicas do país. Coadunado aos objetivos, orientações e tendências da ANPEPP, o Grupo, para além da apresentação da produção individual dos pesquisadores, vem, nos últimos simpósios, destacando temas contemporâneos na área e elegendos como norteadores de suas trocas e debates científicos, bem como das produções coletivas. Também em consonância às recomendações da Anpepp, o GT conta, desde o IX Simpósio, com a participação de doutorandos nos debates e nas atividades do Grupo, tendência que se manterá no atual encontro. Vale destacar que no XIII Simpósio, ex-doutorandos participantes de outras reuniões do GT, hoje compõem o grupo como professores pesquisadores de instituições de ensino superior e pesquisa. O GT de Psicologia Escolar/Educacional foi objeto de pesquisa pela prof^ª Nádia Maria Dourado Rocha, sob o título História contemporânea da Psicologia Escolar Educacional no Brasil: a contribuição do GT de Psicologia Escolar Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação – ANPEPP. A pesquisa evidencia uma forte parceria interinstitucional entre os membros do Grupo, ampla e diversificada produção e participação científica em eventos nacionais e internacionais. As conclusões apontaram que “Grupo tem efetivamente contribuído para o melhor conhecimento desta área, apresentando uma expressiva contribuição para a ciência no Brasil, de modo geral, e para a Psicologia Escolar e Educacional, de forma particular” (Rocha, 2007).

2. Objetivos e propostas de trabalho

A Psicologia Escolar, em função dos desafios contemporâneos que lhes são apresentados, vem reiterando um compromisso social com formas de atuação crítica que ajudem a compreender a realidade em busca de transformação dos cenários histórico-culturais dos quais partilham. O GT de Psicologia Escolar/Educacional tem expressado esse compromisso tanto em suas pesquisas e produções, quanto nas ações e representações de seus membros em fóruns nacionais de discussões e de consecução de políticas públicas. O espaço coletivo do GT vem se caracterizando por um lócus privilegiado de oxigenação e alimentação de estudos, iniciativas, projetos, encaminhamentos que visam ao enfrentamento dos desafios demandados ou ao delineamento de novos desenhos de formação e de trajetórias profissionais. No XII Simpósio, com o tema “Conhecimento em Psicologia no Brasil: expansão e avaliação”, o GT desenvolveu sua discussão a partir de questões teórico-práticas, políticas, epistemológicas relativas à formação do psicólogo escolar - da graduação à pós-graduação. Trabalhos teóricos e empíricos, pesquisas, assessorias realizadas pelos membros do grupo apresentaram aspectos da realidade da formação do psicólogo escolar no Brasil, além de tendências e desafios para uma formação crítica acerca do contexto sócio-econômico do país. Focaram-se os seguintes temas: Relações entre graduação e pós-graduação em Psicologia; Rumos da pesquisa em Psicologia escolar; Implicação da psicologia escolar nas políticas públicas. No XIII Simpósio, o GT de Psicologia Escolar/Educacional irá retomar temas e ações inicialmente discutidos no Simpósio anterior e em outros encontros realizados pelo grupo, bem como desencadear novas reflexões

acerca de temas emergentes, tendo os seguintes eixos norteadores: Pesquisa e intervenção em Psicologia Escolar, Formação inicial e continuada em Psicologia Escolar, Implicação da Psicologia Escolar nas políticas públicas. O GT pretende dar continuidade no planejamento e execução de ações desencadeadas desde o Simpósio anterior: 1) Projeto de elaboração e divulgação dos **Cadernos de Psicologia Escolar**: linha editorial diferenciada, com o foco no compromisso político-educativo do GT, dirigido para um público diversificado (profissionais psicólogos, estudantes de psicologia, professores, coordenadores de cursos, pesquisadores), contemplando 6 (seis) temas: Diretrizes Curriculares; Medicalização; Experiências exitosas em Psicologia Escolar; Psicologia Escolar e contextos educativos diferenciados; Violência na escola; Avaliação psicológica no contexto escolar. 2) Projeto de pesquisa conjunto Quem é o Psicólogo Escolar? – Linhas de investigação: formação inicial e continuada, contextos de atuação, formas de intervenção, experiências com pesquisa. 3) Projeto de pesquisa conjunto Desafios para o trabalho do Psicólogo Escolar: histórias vividas na rede pública de ensino – problemas e formas de superá-los. Linha de geração de políticas para a inserção do profissional no sistema educativo. Dando continuidade ao compromisso histórico do GT com a disseminação de conhecimento, pesquisas e fomento para formação na área, está previsto, o planejamento de obra conjunta, em forma de livro, com estudos e pesquisas atuais do grupo. A partir desse planejamento o Grupo pretende alcançar os seguintes objetivos: Impactar processos de formação inicial e continuada de profissionais da área; Influenciar a produção de conhecimento e de pesquisas na área e na prática

profissional dos psicólogos escolares; Discutir desdobramentos e implicações da expansão da área, por meio de novos desenhos na formação ou de diversificadas perspectivas de atuação profissional; Avaliar quais as novas demandas de produção de conhecimento para a Psicologia Escolar; Examinar as perspectivas de inserção da Psicologia Escolar em políticas públicas, como desdobramentos da articulação de ações conjuntas de pesquisa e de formação profissional; Debater sobre os desdobramentos dos processos de avaliação institucional da área; Refletir sobre a produção científica dos participantes e suas contribuições ao aprimoramento da formação e do compromisso social dos psicólogos que trabalham nos contextos educativos; Avaliar a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Psicologia Escolar e Educacional. A dinâmica dos trabalhos do GT de Psicologia Escolar/Educacional ocorrerá como se segue: Breve apresentação individual dos novos integrantes; Breve avaliação das ações desenvolvidas desde o último Simpósio; Breve atualização dos trabalhos, objetos de estudo e linhas de pesquisa de cada participante; Breve socialização acerca de atividades coletivas, comissões, pesquisas, parcerias, produções realizadas/a serem realizadas entre os membros do GT; Reflexões e debates coletivos acerca dos temas propostos, a partir de eixos norteadores acerca de temas contemporâneos na área; Análise de possíveis encaminhamentos coletivos e perspectivas de integração da produção dos participantes; Definição das ações para efetivar a publicação do livro com trabalhos elaborados pelos participantes do GT; Planejamentos de ações conjuntas entre os participantes, para a realização de atividades de pesquisa, de divulgação científica e de formação profissional no próximo biênio; Defini-

ção de calendário de eventos científicos e políticos para a participação do GT nos próximos dois anos (2010/2012): eventos, responsabilidades; Avaliação conjunta do trabalho realizado; Definição de temáticas para o próximo Simpósio; Escolha do coordenador.

3. Participantes

1. Claisy Maria Marinho-Araújo – UnB (Coordenação)
2. Alacir Cruces – Centro Universitário de Santo André
3. Alexandra Ayach Anache – UFMS
4. Célia Vectore – UFU
5. Denise Fleith – UnB
6. Herculano Ricardo Campos – UFRN
7. Izabella Sant’Ana – UFSJ
8. Mara Weber – PUC-Campinas
9. Marilda Gonçalves Dias Facci – UEM
10. Marilene Proença Rebello de Souza – USP-SP
11. Marisa Maria Brito de Justa Neves – UnB
12. Raquel Souza Lobo Guzzo – PUC-Campinas
13. Sônia Maria Rocha Sampaio – UFBA
14. Sonia Mari Shima Barroco – UEM
15. Vera Lucia Trevisan de Souza – PUC-Campinas
16. Adinete Costa – PUC-Campinas
17. Cynthia Bisinoto de Oliveira – UnB

GT 48 - Psicologia evolucionista

1. Histórico

Apesar de suas raízes históricas, a Psicologia Evolucionista é uma disciplina nova. Tem pouco mais de 15 anos e ainda está se consolidando. No Brasil, seu desenvolvimento está ligado diretamente à nossa rede de investigações. O GT Psicologia Evolucionista nasceu de colaborações anteriores entre vários de seus

membros e de um interesse compartilhado por essa perspectiva. Sua primeira reunião foi no X Simpósio, em Vitória, Espírito Santo, em 2004 que teve a participação de 11 pesquisadores de formações diversas (psicologia, biologia, medicina e sociologia). O objetivo era discutir essa área incipiente e amplamente desconhecida no Brasil, a Psicologia Evolucionista. Queríamos “iniciar uma discussão sobre os fundamentos e os rumos desse ramo da psicologia”. Um ano mais tarde, com uma composição ligeiramente diferente, já nos víamos tão completamente como um grupo que decidimos redigir um projeto para concorrer ao Edital dos Institutos do Milênio do CNPq. Nascia o projeto “O moderno e o ancestral: a contribuição da Psicologia Evolucionista para a compreensão dos padrões reprodutivos e de investimento parental humano”. O projeto foi APROVADO e partir desse momento várias atividades foram realizadas com o objetivo de alcançar os objetivos propostos, conforme será relatado mais a frente. **A segunda reunião foi em Florianópolis no XI Simpósio.** Nessa ocasião, os participantes do GT já haviam organizado, apresentado e recebido aprovação (em 2005) do projeto anteriormente citado. Também no ano de 2005, membros do GT apresentaram e tiveram APROVADA outra proposta. Desta vez foi o Programa PROCAD da CAPES – Psicologia Evolucionista. Esse programa também permitiu a realização de várias atividades integradas entre os membros do GT, incluindo não só professores, mas também discentes, conforme será relatado posteriormente nessa proposta. Além dessas duas reuniões gerais em simpósios da ANPEPP o grupo se reuniu parcialmente em São Paulo, na USP, duas vezes, em Belém do Pará, na UFPA, com a participação da Professora Heidi Keller da Universidade de Osnabrück, Alemanha

e na Mac Master University no Canadá, a convite dos Professores Margo Wilson e Martin Daly. Apresentamo-nos para a reunião de 2010 com a história dessas conquistas e uma produção que justifica a continuidade do GT.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O principal objetivo da reunião deste GT será dar continuidade ao trabalho que foi realizado através do projeto do Instituto do Milênio, apoiado pelo CNPq, e do PROCAD da CAPES em Psicologia Evolucionista e, ao mesmo tempo, discutir desenvolvimentos futuros. O presente trabalho envolve discussões teóricas, pesquisas empíricas com colaboração nacional e internacional, formação de novos pesquisadores e divulgação da psicologia evolucionista no país. As atividades aqui propostas são decorrência de parcerias que já vem ocorrendo, principalmente em função da execução do Projeto Institutos do Milênio que começou em 2005 e que está sendo encerrado em 2009. Para isso, estão sendo propostas as seguintes atividades para a sistematização de nosso trabalho enquanto GT na ANPEPP de 2010. 1) Avaliação de como foi o desenvolvimento do Projeto Institutos do Milênio (Psicologia Evolucionista): destacar pontos positivos e dificuldades para execução de um projeto integrado de grande porte (em termos de instituições, subprojetos e abrangência nacional); 2) Avaliação do PROCAD, destacando vantagens e dificuldades para implementar um projeto dessa natureza. O PROCAD permitiu a realização de missões de estudo e a mobilidade de estudantes de pós-graduação e professores para a realização de atividades conjuntas relacionadas a formação de recursos humanos e projetos integrados de pesquisa. 3) O

tema geral da proposta do Instituto do Milênio foi a investigação de sistemas e padrões reprodutivos, incluindo o desenvolvimento infantil e o cuidado e investimento parentais. A escolha deste tema foi em função do fato de que, mais do que qualquer outro aspecto do comportamento, os sistemas e padrões reprodutivos são fundamentais do ponto de vista evolutivo. Foram desenvolvidos os seguintes subprojetos: a) Impacto da modernização sobre a estrutura da família; b) Sistemas parentais de crenças e práticas de criação de filhos; c) Cuidado de crianças e risco de maus-tratos por pais, indivíduos aparentados e não-aparentados; d) Padrões de cuidado e relação de apego em primatas não-humanos; e) Estratégias reprodutivas envolvidas na escolha de parceiro em humanos; f) Gravidez na adolescência como uma possível estratégia evolutiva; g) Fatores preditivos da depressão pós-parto (DPP) sob a ótica evolucionista; h) Aspectos do desenvolvimento infantil – uma análise evolucionista. Assim, discutiremos a continuidade desses subprojetos ou a reestruturação e criação de novos projetos, tendo em vista o encerramento do projeto anterior. O que unirá os projetos é a Psicologia Evolucionista. Em relação aos subprojetos originais e que poderíamos denominar de subgrupos, alguns continuam desenvolvendo atividades conjuntas, em termos de elaboração e execução de projetos, elaboração de artigos e livros, por exemplo. Será disponibilizado um espaço para que esses grupos possam se reunir, trocar idéias e planejar atividades conjuntas. 4) Discutir aspectos teóricos e metodológicos sobre Psicologia Evolucionista. Através de consulta realizada junto aos membros do GT, sugestões foram enviadas sobre diferentes temas: Psicologia do Desenvolvimento

Evolucionista; escolha de parceiros, ciúmes e uso de questionários; convergências, divergências e complementaridade entre ecologia comportamental, sociobiologia, antropologia cultural evolucionista e psicologia evolucionista; bases do comportamento moral e social. Para viabilizar esse objetivo serão realizados simpósios sobre os temas (caso não seja possível trabalhar com todos esses temas, serão selecionados aqueles que tiverem maior abrangência para o GT). A sistematização será a seguinte: Participantes do GT serão convidados para preparar uma apresentação sobre o tema. Serão três pessoas por simpósio e mais um debatedor, que será responsável pela coordenação do simpósio. Os participantes do simpósio deverão enviar um texto previamente ao grupo e ao debatedor para estimular a discussão por todos. Além da apresentação e discussão de aspectos teóricos e metodológicos no momento do simpósio, o objetivo é organizar publicações de artigos, livros e/ou capítulos de livro decorrentes da atividade. Em outras oportunidades esse tipo de atividade (publicações derivadas de apresentações em mesas redondas e simpósios em eventos científicos) já foi realizada pelos membros do GT e resultou em publicações. 5) Planejar a participação integrada dos membros do GT em eventos científicos nacionais e internacionais, tais como: Congresso Norte-Nordeste, Reunião Anual de Psicologia, Congresso da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, Congress of the International Primatological Society, International Symposium on Human Ethology, Congresso Interamericano de Psicologia, entre outros. Essa iniciativa já foi realizada anteriormente e foi bem sucedida, envolvendo alunos de graduação (iniciação científica), pós-gradu-

ação e professores. Folders específicos sobre as atividades dos membros do GT de Psicologia Evolucionista foram elaborados e distribuídos aos participantes dos eventos para facilitar a participação nas atividades. 6) Discutir a viabilidade de realização do II Simpósio Internacional sobre Psicologia Evolucionista. O primeiro simpósio foi realizado em Natal no final de abril de 2009 e contou com a participação de 10 pesquisadores, principalmente internacionais, além dos membros do GT de Psicologia Evolucionista. O simpósio foi realizado para fazer o fechamento do Projeto Institutos do Milênio (Psicologia Evolucionista).

3. Participantes

1. Mauro Luís Vieira – UFSC (Coordenador)
2. Eulina da Rocha Lordelo – UFBA (Vice-Coordenadora)
3. André Luis Ribeiro Lacerda – UFMT
4. Angela Donato Oliva – UERJ
5. Carla Vicente – UERJ/USP
6. César Ades – USP
7. Deise Maria Leal Fernandes Mendes – UERJ
8. Eduardo B. Ottoni – USP
9. Emma Otta – USP
10. Fívia de Araujo Lopes – UFRN
11. Francisco Dyonísio Cardoso Mendes – UCG
12. Maria Emilia Yamamoto – UFRN
13. Maria Bernardete Cordeiro de Sousa – UFRN
14. Maria Lucia Seidl-de-Moura – UERJ
15. Patrícia Izar – USP
16. Regina Célia Souza Britto – UFPA
17. Rosana Suemi Tokumaru – UFES
18. Vera Silvia Raad Bussab – USP
19. Manuela Beltrão – UFPA
20. Marilu Cruz – UFPA
21. Mauro Silva Júnior – UFPA

22. Marie-Odile Monier Chelini – USP

GT 49 – Psicologia pediátrica

1. Histórico

A proposta de um grupo de trabalho (GT) para promover o avanço da pesquisa em Psicologia Pediátrica no Brasil resultou do intercâmbio e da realização conjunta de atividades científicas inicialmente por alguns pesquisadores participantes deste GT, no período 1999-2001. Alguma experiência de participação em GTs nos simpósios anteriores da ANPEPP⁴ e a experiência acumulada nas realizações conjuntas dos pesquisadores participantes constituíram o estímulo a esta proposta de um GT que integrasse de modo mais apropriado os nossos esforços de pesquisa. Em uma primeira reunião (1999, VIII Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, Curitiba), definiu-se o interesse pelo avanço científico da Psicologia Pediátrica no Brasil. Foi um encontro paralelo realizado por três pesquisadores (Maria Beatriz Linhares, Maria Aparecida Crepaldi e Célia Zannon) para discutir estratégias de integração da pesquisa e intervenção psicológicas aplicadas ao campo da assistência pediátrica. A observação dos trabalhos relatados naquele encontro mostrava o distanciamento entre a pesquisa psicológica desenvolvida por grupos consolidados nos programas de pós-graduação e a efetiva aplicação do conhecimento por profissionais práticos (psicólogos) que

4. Por exemplo, Célia Maria Lana da Costa Zannon participou como observador em GT na área de psicologia do desenvolvimento (estudos de interação social), coordenado por Clotilde Ferreira. Maria Aparecida Crepaldi participou em GT sobre estudos do desenvolvimento familiar, coordenado por Zélia Biazolli Alves e Maria Auxiliadora Dessen.

atuam no campo da saúde com populações pediátricas. Também era evidente o contraste entre a organização de objetivos e a integração, demonstradas em trabalhos de pesquisa e de intervenção, por grupos consolidados vinculados a programas de pós-graduação, e a fundamentação incipiente, o isolamento, a dispersão dos interesses e o caráter anedótico do conhecimento produzido por grande maioria dos psicólogos que atuavam nas instituições hospitalares brasileiras (e mesmo por muitos pesquisadores, inexperientes, isolados, ou vinculados a grupos ainda incipientes). Como resultado da primeira reunião, foi planejada a realização de atividades em encontros científicos nacionais para evidenciar e discutir os caminhos para o avanço da pesquisa e aplicação na área de psicologia pediátrica no Brasil. A partir de então, este GT reúne-se desde 2002 e tem produzido de forma crescente projetos de pesquisa, e desenvolvido protocolos de intervenção na área, além de colaborar com e formação de recursos humanos na Universidades públicas brasileiras. A Psicologia Pediátrica é um campo interdisciplinar de saber e aplicação da área da Saúde da Criança estabelecendo interface com a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Clínica. A Associação Americana de Psicologia a define como “um domínio interdisciplinar que se ocupa do funcionamento e do desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional e do seu relacionamento com a saúde e doença em crianças, adolescentes e famílias”, destacando de forma explícita a preocupação com o desenvolvimento global da criança e dos jovens. No cenário internacional, em 1967, Logan Wright iniciou o movimento de construção deste saber com a publicação de artigo na *American Psychologist*, que levou a aproximação

entre médicos e psicólogos para tratar de temas sobre a saúde infantil. Houve um desmembramento da divisão da Psicologia Clínica da APA que resultou na *Society for Pediatric Research*. A Psicologia Pediátrica tem, portanto, por base a fundamentação teórico-conceitual da Psicologia Clínica, pela sua própria origem, da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia da Saúde. A Psicopatologia do Desenvolvimento acrescenta noções relevantes sobre o interjogo entre os fatores de risco e mecanismos de proteção e sobre o contínuo entre saúde e transtornos do desenvolvimento, emocionais e comportamentais do indivíduo no seu curso evolutivo. Na Psicologia Pediátrica destacam-se, em particular, temas sobre as perspectivas do ciclo vital, do modelo sócio-ecológico, do desenvolvimento sócio-cognitivo, da comunicação terapêutica para lidar com as questões de prevenção e adesão ao tratamento, orientação para autonomia, estratégias de enfrentamento, a busca de respostas adaptativas para lidar com a doença (diagnóstico e tratamento), a dor e a hospitalização e mais recentemente tem incluído temas relativos à saúde coletiva com vistas à promoção à saúde da criança e do adolescente, considerando a perspectiva da produção social da saúde, preconizada pelo SUS e efetivada na ESF (Estratégia Saúde da Família). A pesquisa científica nesta área deve ser compromissada com os avanços nas respostas a esses tópicos. No cenário brasileiro, os pesquisadores, como as Prof^{as} Dr^{as} Thereza P. L. Mettel e Prof^{as} Dr^{as} Célia Maria L.C. Zannon entre outros, foram pioneiros em investir esforços na produção de conhecimento no campo da Psicologia Pediátrica. Este campo foi implementado e ampliado em diversos centros universitários no país, coordenados por lideranças que partici-

pam atualmente do GT-PP da ANPEPP. Desde 1999, há um trabalho conjunto do GT-PP para consolidar essa área como um campo de saber no contexto da Psicologia. O objetivo permanente do grupo consiste em manter a consistência da área por meio de produções científicas, com rigor metodológico, para alcançar conhecimentos que possam ser reconhecidos nacional e internacionalmente como referências para área da Psicologia Pediátrica. Além disso, realizam cursos e apresentações em congressos como forma de divulgação do conhecimento produzido e sistematizado como pode ser visto nos currículos individuais dos pesquisadores e seus grupos de pesquisa e da produção conjunta do GT-PP.

2. Objetivos e propostas de trabalho

1º) Avaliar a produção de pesquisas em Psicologia Pediátrica: a) Discussão de projetos em andamento – de metodologia e resultados (apreciação crítica pelos membros do GT-PP); b) Discussão sobre projetos integrados que estão em andamento coordenados por membros do GT-PP; c) Discussão sobre a integração pesquisa e aplicação prática dos conhecimentos produzidos; d) Planejamento de um novo livro. 2º) Delinear perspectivas de ação que contribuam para a formação de pesquisadores e especialistas na área de Psicologia Pediátrica: a) Atualizar o levantamento dos cursos que oferecem no país a formação na área de Psicologia Pediátrica (modalidade, características de funcionamento, abordagens teóricas, número de docentes e de alunos, etc); b) Contribuir para a formação de profissionais de saúde, no que se refere à promoção da saúde da criança, prevenção e tratamento dos agravos do desenvolvimento, alicerçando-se no que é denominado “cuidado desenvolvimental”; c) Avaliação de Cur-

sos em Psicologia Pediátrica, oferecidos por membros do GT; d) Planejamento da ampliação da realização dos cursos oferecidos em diferentes locais; e) Definição de propostas de novos cursos em Psicologia Pediátrica, com ênfase em delineamentos e metodologias de pesquisa relevantes para a referida área de produção de conhecimento; f) Definição de ações em instituições de saúde de atenção primária, secundária ou terciária voltadas à definição de intervenções de promoção e prevenção à saúde, educacionais ou terapêuticas, mais adequadas para a implementação de cuidado ao desenvolvimento e saúde da criança (por ex., Vigilância do desenvolvimento, Medidas de alívio de dor, Enfrentamento de procedimentos e Tratamentos). 3º) Traçar plano de metas a ser desenvolvido no próximo biênio 2010-2011: Semelhante à experiência dos períodos anteriores, o GT-PP estabelecerá um plano de metas com ações a serem realizadas no período, envolvendo projetos de pesquisa, publicações conjuntas e intercâmbios acadêmico-científicos, que incluem: a) Delinear projetos em conjunto entre membros com interfaces; b) Delinear publicações em conjunto; c) Planejar apresentações em congressos; d) Estabelecer cronograma para intercâmbios entre membros do GT-PP e seus alunos; e) Manter, alimentar e aperfeiçoar as informações cadastradas na página da Plataforma Aprender da UNB, como produção do biênio anterior; f) Planejar outras ações de intercâmbio à distância com apoio de tecnologia que atualmente permite contatos com maior complexidade como aulas, palestras e orientações. Cronograma de videoconferências. As atividades a serem desenvolvidas no encontro da ANPEPP pelo grupo serão preparadas previamente. Os membros terão acesso antes da reunião a um re-

sumo das pesquisas em andamento, dos programas de cursos e forma preliminar de artigos e um roteiro para facilitar a discussão no encontro.

3. Participantes

1. Maria Aparecida Crepaldi – UFSC (Coordenadora)
2. Maria Beatriz Martins Linhares – FFCLRP-USP / FMRP-USP
3. Alessandra Brunoro Motta – UFES / UVV
4. Ana Cristina Barros da Cunha – UFRJ / UFES
5. Ana Emília Vita Carvalho – UFPA / CESUPA
6. Antonio Bento Alves de Moraes – UNICAMP-Piracicaba
7. Eleonora Arnaud Pereira Ferreira – UFPA
8. Erika da Silva Ferrão – UNIVIX / UFES
9. Eucia Beatriz Lopes Petean – USP
10. Flávia Helena Pereira Padovani – UNESP
11. Gimol Benzaquen Perosa – UNESP-Botucatu
12. Kely Maria Pereira de Paula – UFES
13. Rosana de Fátima Possobon – UNICAMP-Piracicaba
14. Sônia Regina Fiorim Enumo – UFES
15. Tatiane Lebre Dias – UNEMAT / UFMT
16. Christyne Gomes Toledo de Oliveira – UFES
17. Fabiana Pereira Sabino de Oliveira – UFPA
18. Fabiana Pinheiro Ramos – UFES
19. Flávia Almeida Turini – UFES

GT 50 – Psicologia política

1. Histórico

O GT Psicologia Política surgiu no

II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico organizado em 1989 PELA ANPEPP EM GRAMADOS, SOB A DENOMINAÇÃO PSICOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. Esta denominação refletiu a conjuntura política da época, fortemente marcada pela presença de movimentos sociais cujas ações se impuseram como objeto de estudo da Psicologia Social. Posteriormente, o GT foi rebatizado com o nome GT Comportamento Político, expressando a ampliação da temática abordada pelos pesquisadores da área, mas ao mesmo tempo sugerindo um viés comportamentalista. A partir de 2008 o GT assumiu o nome Psicologia Política, inserindo-se numa tradição nacional e internacional e colocando em evidência a Psicologia Política como um campo tipicamente inter e trans-disciplinar que recorre a uma grande diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. Nesta perspectiva, a denominação GT Psicologia Política vem ao encontro da diversidade de temas que ao longo do tempo têm sido abordados pelos componentes do grupo. Desde sua criação em 1989, os integrantes do GT tem desenvolvido atividades de pesquisa, ensino e extensão. Além dos encontros nos Simpósios de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, têm organizado reuniões científicas em diversas outras oportunidades, particularmente no contexto dos Encontros Nacionais e Regionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO que é o berço da psicologia política brasileira. Deve ser registrado que ao mesmo tempo outros eventos foram organizados com presença maior ou menor dos pesquisadores do GT, tais como as Semanas de Psicologia Política realizadas na década de noventa na Universidade Federal de Minas Gerais. Merecem, destaque especial os dois Semi-

nários Nacionais sobre Comportamento Político organizados por integrantes do GT através do Laboratório de Estudos de Comportamento Político da UFSC. O segundo realizado em 1995 Estudos do Comportamento Político: Teoria e Pesquisa. Florianópolis. Letras Contemporâneas, resultou na publicação do livro editado por integrantes do GT. Estudos do Comportamento Político: Teoria e Pesquisa. Florianópolis. Letras Contemporâneas, 1996. Um resultado importante da formação de uma rede de pesquisadores em psicologia política foi a criação da Associação Brasileira de Psicologia Política em 2000 e formalizada em 2005. Ao mesmo tempo a Associação é importante condição para a consolidação e crescimento da rede de pesquisadores em Psicologia Política. A Associação Brasileira de Psicologia Política procura promover a Psicologia Política através dos Simpósios Brasileiros de Psicologia Política, realizados de dois a dois anos e da publicação da Revista de Psicologia Política. O I Simpósio Brasileiro de Psicologia Política organizado na PUC/SP, teve como objetivo central o estado da arte das pesquisas dos núcleos de Psicologia Política em diferentes universidades. Em 2002 aconteceu o II Simpósio Brasileiro de Psicologia Política na Universidade Federal de Minas Gerais que contou com a participação de um pesquisador da Holanda e o objetivo principal foi a articulação dos temas da Psicologia Política com outras áreas como a Sociologia e as Ciências Políticas. No ano de 2005, na Universidade do Estado de São Paulo – Campus Bauru aconteceu o III Simpósio Brasileiro de Psicologia Política com quatro convidados internacionais (México, Venezuela, Uruguai e Chile). Estes convidados vieram de um contexto de internacionalização da área e da interlocução para

o desenvolvimento de projetos internacionais com o Brasil, já que uma das convidadas era a recém eleita presidenta da International Society of Political Psychology – ISPP. O IV e V Simpósio ocorreram respectivamente em Belo Horizonte e São Paulo e contaram também com convidados estrangeiros. A Revista Psicologia Política é importante instrumento para a divulgação de pesquisas da área. Até o presente momento foram publicados 16 números. Além de difundir a Psicologia Política no Brasil, a revista contribui para a divulgação da Psicologia Política Brasileira fora do país. Para isto, um importante instrumento é o intercâmbio com periódicos de outros países, caso do *Les Cahiers de Psychologie Politique*, da Revista Electronica em Psicologia Política da Argentina, da coletânea mexicana de Educacion Ciudadana e Participacion. Na última avaliação do comitê ANPEPP/CAPES, a Revista Psicologia Política obteve a classificação B2.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O GT de Psicologia Política continua tendo como **objetivo central** a difusão e consolidação da psicologia política através de pesquisa, ensino e extensão. O foco de suas atividades situa-se no nível da pós-graduação, partindo do pressuposto de que são os programas de pós-graduação que, ainda que com menor visibilidade pública do que os cursos de graduação, sustentam as principais atividades de pesquisa, ensino e extensão. Este objetivo implica uma preocupação especial com a articulação de núcleos ou grupos de pesquisa e também pesquisadores individuais cujas atividades estão inseridas no campo da Psicologia Política ou de temas correlatos a este campo. Embora esta preocupação esteja presente ao longo do tempo, considera-

mos que os Simpósios da ANPEPP constituem momentos privilegiados para agregar novos pesquisadores e núcleos. O objetivo central desdobra-se em diversos objetivos específicos: a formação de pesquisadores e docentes; a elaboração de material didático (manuais ou uma introdução à Psicologia Política); a organização de encontros científicos; o apoio à Revista de Psicologia Política e ao desenvolvimento da Associação Brasileira de Psicologia Política. As propostas para o XIII Simpósio são: 1) Definir o formato final da Introdução em Psicologia Política. A proposta deste livro foi amplamente discutida no XII Simpósio. Entretanto a emergência de novos temas, dada a realidade sócio-política e econômica do país, e a internacionalização das áreas científicas, somadas ao aumento de pesquisadores interessados neste campo têm trazido à tona novas preocupações e a necessidade de aprofundar temas tais como a participação social no âmbito das políticas públicas, a capacitação cognitiva das formas participativas e associativas, as condições subjetivas para a convivência democráticas, as políticas de identidade e diferenças, a radicalização dos valores democráticos em âmbitos institucionais e não institucionais da ação política, poder e paixão, etc. Assim, os organizadores do livro propõem rediscutir a proposta do livro com o GT. 2) Discutir o estado de arte do ensino de psicologia política nos cursos de graduação e elaborar um projeto para fazer um levantamento do atual situação de ensino. Um primeiro passo deste projeto será um documento síntese elaborado por cada integrante do GT sobre o estado de arte na sua universidade a ser apresentado no GT e um segundo passo a elaboração de um projeto colaborativo a ser executado por integrantes do GT. Além de informar so-

bre o estado de arte, este projeto permitirá levantar as demandas para material didático. 3) Fomentar redes de pesquisa na área da psicologia política. Poderá ser relatado o projeto de pesquisa A participação social juvenil: subjetividade, cultura, política e direitos, coordenado por Lúcia Rabelo de Castro e com participação de Marco Aurélio Máximo Prado, Claudia Mayorga e Jaileila Araújo e outras pesquisas realizadas através de redes de pesquisadores. A partir destes relatos espera-se poder levantar novas oportunidades para construir redes de pesquisa. 4) Fomentar a internacionalização do GT através de articulação com pesquisadores em outros países da América Latina. O ponto de partida será constituído pelos contatos feitos por Marco Aurélio Máximo Prado em Argentina e Colômbia em função de um projeto de pesquisa que pretende mapear a produção científica na área da Psicologia Política em América Latina. Neste contexto, será retomada a discussão sobre um Summer School of Political Psychology para América Latina. 5) Fortalecer e ampliar a Associação Brasileira de Psicologia Política. Neste contexto serão discutidos os próximos simpósios de Psicologia Política e o apoio que os integrantes do GT poderão dar aos editores da Revista Psicologia Política. Para maximizar o tempo disponível para as reuniões do GT, será solicitado que cada integrante traga um documento síntese sobre sua atuação no campo (pesquisas em andamento, abordagens teóricas e metodologias, etc) e os temas com quais vem trabalhando. Para as propostas citadas, serão solicitados com antecedência documentos de colegas que apresentam marcos de referência para a discussão e elaboração de propostas.

3. Participantes

1. Cornelis Johannes van Stralen – UFMG (Coordenador)
2. Isabel Maria Fernandes de Oliveira – UFRN
3. Jaileila de Araújo Menezes – UFPE
4. Lúcia Rabello de Castro – UFRJ
5. Marco Aurélio Máximo Prado – UFMG
6. Salvador A. M. Sandoval – PUCSP
7. Alessandro Soares da Silva – EACH-USP
8. Celso Zonta – UNESP-Bauru
9. Claudia Mayorga – UFMG
10. Soraia Ansara – Faculdade de Brasília de São Paulo
11. Joseli Bastos da Costa – UFPb
12. Márcia Prezotti – UFES
13. Emilia E. Takahashi – PUC-SP / FGV
14. Luciana Kind – PUCMINAS / UFMG
15. Juliana Perucchi – UFJF / UFMG
16. Marcos Mesquita – UFAL
17. Maria Eliza Mattosinho Bernardes – USP
18. Frederico V. Machado – UFMG
19. Ilana Mountian – UFMG

GT 51 – A Psicologia Social e sua complexidade teórica e metodológica: abordagens integrativas

1. Histórico

A psicologia social, tal como se estruturou no Brasil, além de refletir as profundas divergências que se instauram no seio da própria disciplina, foi marcada por uma atitude claramente destinada a expressar posições políticas e ideológicas. O resultado deste processo foi o crescimento hegemônico de uma psicologia social crítica e comprometida com as lutas sociais, mas, ao mesmo tempo, maniqueísta, dicotomizada e, sobretudo, metodologicamente fragilizada. As diferenças entre estas duas visões de psi-

ciologia social começam a se mostrar claras a partir dos anos 60, do século XX, época das ditaduras militares latino-americanas. Nas suas origens, a psicologia social latino-americana sofreu uma grande influência dos psicólogos norteamericanos, se configurando inicialmente como uma disciplina ontologicamente individualista e metodologicamente experimentalista, embora a partir do que se convencionou denominar crise de relevância, passou a se caracterizar como uma disciplina fortemente engajada com as mudanças sociais, cuja missão fundamental passou a ser definida como o empoderamento das classes populares. Podemos afirmar que esse debate ainda está presente na psicologia social brasileira, ainda que na atualidade ele se apresente de uma forma menos explícita do que nos anos 60 ou 70 do século passado. Atualmente este debate se reveste de novos discursos, mas podemos perceber que ele se centra nas duas concepções metateóricas da psicologia social. A primeira dessas concepções tem como ponto de partida o lugar central ocupado pelo indivíduo e seus processos intrapsíquicos na explicação dos fenômenos sociais. Essa concepção, denominada na atualidade de psicologia social psicológica, coloca a psicologia social como um ramo da psicologia geral. A segunda, denominada de psicologia social sociológica, tem suas origens no pensamento psicossocial presente na sociologia, e preconiza como objeto de estudo da psicologia social os fenômenos sociais entendidos no seu sentido mais amplo. O presente grupo de trabalho se fundamenta no reconhecimento de que esta interpretação dicotomizada é simplista e não reflete bem as idiossincrasias do desenvolvimento da psicologia social no Brasil, pois as diferenças entre as duas interpretações possuem muitos outros

matizes, o que torna a interpretação desta distinção menos precisa do que em outros países. Reconhecemos que no Brasil, este debate se reveste de algumas características bastante peculiares, pois se entre nós predomina uma concepção de psicologia social fortemente engajada com os movimentos sociais, o que a aproximaria de uma psicologia social sociológica, esta, no plano explicativo, privilegia os aspectos da mente individual e da subjetividade, o que a coloca mais próxima das perspectivas psicológicas da psicologia social. Muitos debates entre estas duas perspectivas resvalaram para uma dimensão metodológica, revelando uma falsa dicotomia entre as metodologias quantitativas em oposição às metodologias qualitativas. Este debate pode ser mais bem mapeado se forem consideradas as duas posições mais extremadas: os defensores de uma psicologia social engajada fariam a utilização apenas das metodologias qualitativas, pois estas não implicariam em um “assujeitamento” dos atores sociais, dos discursos e narrativas que os constituem. No outro extremo, estariam aqueles que defendem exclusivamente a metodologia quantitativa e consideram as pesquisas qualitativas como frouxas metodologicamente e sem validade (Bauer & Gaskell, 2004). Foi este o contexto que presidiu a formação e o desenvolvimento do presente grupo de trabalho, no penúltimo encontro da ANPEPP, embora a idéia de criação do mesmo tenha tomado forma a partir de 2004, com a publicação do livro “Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas” organizado por Marcus Eugênio O. Lima e Marcos Emanuel Pereira, no qual a maioria dos membros teve um capítulo publicado e tenha ganhado impulso com a publicação, no ano seguinte, do livro “A psicolo-

gia política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas”, organizado por Ana Raquel R. Torres, Marcus Eugênio de O. Lima e Joseli Bastos da Costa, onde diversos membros do grupo tiveram um capítulo publicado. Estas duas obras demonstram, em primeiro lugar, quão imprescindível é a diversidade teórico-metodológica para a psicologia social e, em segundo lugar, a capacidade organizativa dos membros do grupo. Este trabalho de organização do grupo toma forma na participação conjunta em eventos de grande porte, e se materializa, no ano seguinte, com propostas de mesas redondas para o V Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, realizado em Maceió e em intervenções de alguns membros do grupo no IX Congresso Espanhol de Sociologia, realizado em Barcelona em 2007. A preparação conjunta de livros, artigos e apresentações em eventos tornaram possível a criação de uma rede de pesquisa com o envolvimento de laboratórios e grupos de pesquisa (Laboratório de estudos dos Processos Psicológicos e Sociais (LEPPS/UFBa); Grupo de pesquisa em Processos Grupais (GPPG/UCG); Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPPC/UFPB); Laboratório de Interação (LabInt/UFPE), Laboratório sobre Gênero, relações conjugais e parentalidade (UNB), Laboratório sobre normas sociais, estereótipos, preconceito e relações racializadas (UFS) entre outros) professores, alunos de pós-graduação e de graduação. Na última reunião da ANPEPP, realizada em Natal, RN, o grupo se reuniu para ultimar os preparativos para a elaboração e publicação de um Manual de Psicologia Social. O manual, composto por 11 capítulos, apresenta uma análise das principais teorias da psicologia social, discute algumas das suas temáticas centrais e apresenta evi-

dências empíricas do que tem sido produzido no Brasil sobre os temas abordados nos diversos capítulos. Organizado em três partes, a inicial, onde são abordados temas como as origens e a história da psicologia social e suas principais metodologias de pesquisa, a parte II, na qual é discutido o conhecimento e a construção da realidade social, incluindo quatro capítulos nos quais são analisados temas como a cognição social, as representações sociais e a psicologia discursiva e a terceira e última parte do livro, constituída por cinco capítulos, onde são discutidos tópicos como as relações e processos sociais, enfocando temas como a socialização, os valores, as relações intergrupais, as relações de gênero, os preconceitos e a violência social. O XII Encontro representou a consolidação do grupo e foi marcado pela entrada de novos membros, o que evidencia, desde logo, a preocupação de muitos psicólogos sociais com esta linha de integração entre as diversas perspectivas. Os debates ocorridos durante o encontro, particularmente a respeito do que caracterizaria uma psicologia social brasileira, permitiram a introdução de questões relacionadas com a dimensão mais ampla da nacionalidade e prepararam o terreno e foram decisivos na definição da presente proposta do grupo. Durante o último encontro da ANPEPP foi estabelecido um calendário de eventos onde os membros do grupo deveriam se reunir com a finalidade de trocar idéias e apresentar o resultado de investigações conjuntas. No VI Congresso Norte Nordeste de Psicologia, realizado em Belém, os participantes do grupo contribuíram com a preparação de três mesas redondas. Uma dedicada ao estudo dos preconceitos, composta pelas professoras Ana Raquel Rosas Torres e Dalila França e pelo professor Marcos

Emanoel Pereira; uma segunda, dedicada à discussão do grupo enquanto objeto de análise da psicologia social, composta pelos professores Leoncio Camino, José Luis Álvaro e Ana Raquel R. Torres, e uma terceira, dedicada ao estudo do preconceito contra homossexuais, constituída pelos professores Raimundo C. Gouveia, Leôncio Camino e Marcus Eugênio de Oliveira Lima. As discussões teóricas entre os membros do grupo se aprofundaram durante a realização do I Simpósio Iberoamericano sobre Estereótipos, Preconceitos e Exclusão Social, realizado em Salvador, em 2009, e no II Simpósio Iberoamericano sobre Estereótipos, Prejuicios y Exclusión Social, realizado em Madrid, Espanha, dois meses depois. Estes dois encontros permitiram ampliar a esfera de atuação do GT e permitiram o estreitamento de laços e a cooperação entre pesquisadores portugueses e espanhóis e os membros do GT. Por meio do PROCAD UNB-UFS, a professora Ana Lúcia Galinkin recebeu uma orientanda dos professores Dalila França e Marcus Eugênio Lima, da UFS, na disciplina Psicologia do Gênero, que oferece no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações - PPG-PSTP UnB. Para fevereiro de 2010, já está confirmada a participação dos professores Cícero Pereira, Leoncio Camino, José Luis Álvaro, Marcos Emanoel Pereria e da professora Ana Raquel R. Torres na mesa intitulada Preconceito, Legitimação e Exclusão Social, que ocorrerá no VII Simpósio Nacional Investigação em Psicologia (Universidade do Minho - Portugal).

2. Objetivos e propostas de trabalho

A proposta de trabalho para o XIII Simpósio da ANPEPP deste GT refere-se ao projeto de pesquisa que reúne dois

grandes temas que têm sido estudado, a partir de diferentes perspectivas, pelos membros deste GT, a saber: a identidade social ligada especificamente às nações e o nacionalismo. A delimitação teórica deste projeto foi desenvolvida nos últimos dois anos, desde o simpósio anterior. Embora a parte metodológica já esteja planejada, falta finalizar os instrumentos, o quê será feito durante o XIII Simpósio. A seguir, discutiremos os marcos teóricos que nortearam o planejamento desta proposta e apresentaremos as atividades que serão desenvolvidas no XIII Encontro da ANPEPP.

1. Marcos Teóricos: Eric Hobsbawm (2004), usando vários dicionários de países diferentes, demonstra o quão complexa é a tarefa de definir “nação”, pois se trata de um termo com muitos significados. Esse autor então opta pelo sentido político do termo, e com ele vamos definir provisoriamente nação como o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva constitui um Estado vinculado a um território, ou em alguns casos demandando um território. Antes de 1884 a palavra “nação” significava apenas o agregado dos habitantes de uma província, de um país ou reino. Na atualidade passa a significar “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum e também o território constituído por esse Estado e pelos seus habitantes individuais, considerado como um todo” (Hobsbawm, 2004, p. 19). Já Anderson (1991) define nação como uma comunidade política imaginada como soberana e limitada. Imaginada porque, nas palavras de Anderson, os membros dessa comunidade podem nunca conhecer muitos dos outros membros, ouvi-los ou encontrá-los, ainda que, na mente de cada um, exista uma imagem dessa comunidade. Essa definição é bastante próxima da oferecida por Brown (2000)

para grupo social. Para ele, um grupo existe quando dois ou mais indivíduos se autodefinem como seus membros e sua existência é reconhecida por pelo menos um “outro”. Esse “outro” para Brown, poderia ser uma pessoa ou outro grupo. Importante ressaltar que esse tipo de definição traz para a psicologia social a possibilidade de investigar não apenas pequenos grupos que interagem face-a-face, mas também as grandes categorias sociais, como por exemplo, uma nação. Na psicologia social, um dos pioneiros no estudo sistemático da identidade social e suas relações com as grandes categorias sociais foi Henri Tajfel, que juntamente com John Turner, propôs a Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979). De forma resumida, essa teoria se desenvolve a partir da noção de identidade social, definida como a consciência que o sujeito possui de pertencer a uma categoria ou grupo social concreto junto com o significado emocional dessa pertença. Postula-se que os indivíduos são motivados a conseguir uma identidade social positiva que contribua em sua própria auto-estima e para tanto, estabelecem comparações sociais nas quais procuram diferenciar-se positivamente dos outros grupos. De acordo com essa teoria, os processos psicológicos que acontecem com e no indivíduo se dariam a partir do jogo das relações de poder entre os grupos que formam uma determinada sociedade num determinado momento histórico. Importante ressaltar que o pioneirismo de Tajfel também está no fato que ele foi um dos primeiros a introduzir a noção das grandes categorias sociais na psicologia social, como por exemplo, “raça”, nação, gênero etc. Para ele, a análise da identificação com essas grandes categorias sociais é que deveria se tornar central nos estudos sobre preconceito e dis-

criminação. Dois fenômenos são considerados intimamente ligados com a identificação com uma nação: nacionalismo e patriotismo. Se o nacionalismo pode ser considerado como uma patologia da modernidade, geralmente responsável pelo extermínio ou exclusão social de muitos grupos; o patriotismo é o sentimento de conotação positiva de amar sua pátria. Ou seja, é a identificação de alguém com sua nação. O interjogo desses dois conceitos permite vislumbrar um importante debate na psicologia social envolvendo, por um lado, Summer (1906) no seu trabalho clássico sobre o etnocentrismo e Tajfel (1981) na sua teoria da identidade social; a idéia, por um lado, de que o amor ao endogrupo (grupo de pertencimento) implica necessariamente o desamor ou mesmo o ódio ao exogrupo (grupo do outro); e por outro, a afirmação de que uma coisa não implica sempre na outra, podemos amar nosso grupo e não odiar o grupo do outro (Brewer, 1999). Viki e Calitri (2008) demonstram a dissociação entre patriotismo e nacionalismo em um estudo na Inglaterra, no qual observam que uma maior adesão a afirmações nacionalistas (e.g., “os ingleses estão sempre certos”, é errado criticar o Reino Unido”, “pessoas que não apreciam e respeitam sinceramente sua cultura deveriam viver em outro lugar”, etc.) implica em mais inhumanização ou preconceito contra os norte-americanos (“outros”) e que uma maior aceitação de afirmações patrióticas (e.g., “ser britânico é uma dimensão muito importante de quem eu sou”, “eu amo o Reino Unido”, “eu não tenho vergonha de ser britânico”, etc.) implicou em menos preconceito ou menor inhumanização dos “outros”. As relações entre nacionalismo e patriotismo são de interesse nesse projeto porque representam uma diferença fundamen-

tal entre os três países que serão estudados. A Espanha há muitos anos enfrenta os conflitos nacionalistas tanto do País Basco como da Catalunha. Portugal, um país que há pouco tempo atrás era tipicamente de emigração e que mais recentemente se tornou de imigração, sendo destino de muitos cidadãos das ex-colônias e que vive problemas com o racismo e a discriminação desses grupos. Por fim, no Brasil, o nacionalismo não se faz tão presente como nesses países. Por outro lado, temos a hipótese que, em termos de patriotismo, não devem existir grandes diferenças entre esses três países. Assim, diante dessas diferenças, a primeira questão que pretendemos investigar é: quais as conseqüências dessas diferenças relacionadas ao nacionalismo e ao patriotismo para a identificação dos cidadãos com suas respectivas nações. O segundo aspecto que nos interessa nesta proposta refere-se às representações sociais que os cidadãos de cada país pesquisado têm a respeito da sua nação e da formação étnico-racial do seu povo. Especificamente, planejamos investigar quais são os conteúdos representacionais construídos em cada país a respeito da formação do seu povo. Por exemplo, no Brasil, pesquisas iniciais mostram a ambigüidade relacionada à maneira como os brasileiros pensam a matriz formadora do povo brasileiro. Assim, embora afirmem que o povo brasileiro foi formado originalmente pela mestiçagem entre o português, o negro e o índio, temos dificuldades de ver que as benesses que hoje a nação brasileira vivencia estão relacionadas tanto com o trabalho do escrevo negro como com a expropriação das terras indígenas. Para nós, a idéia da democracia racial, onde o processo de formação do povo brasileiro se deu pelo encontro pacífico entre três povos ainda é bastante presente. Assim,

pretendemos investigar os conteúdos representacionais desse tema tanto em Portugal como na Espanha. No entanto, pretendemos ir além da mera descrição desses conteúdos. Seguindo as idéias de Willem Doise sobre os princípios organizadores das representações sociais, partimos do pressuposto que mais do que crenças consensuais, as representações são os princípios, resultantes de posições sociais diferentes ou opostas, que organizam as diferenças dos posicionamentos individuais em relação a pontos de referência comuns (Doise, 1986). Com base nessa definição, Doise e cols. (1993) desenvolveram uma abordagem teórico-metodológica, denominada de Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais, para a análise dos diversos fenômenos sociais. Esse modelo viabiliza o desenvolvimento de pesquisas que integram os conceitos de representações sociais, Minorias Ativas e Identidades Sociais para a compreensão psicossocial desses fenômenos, como propuseram Camino (1996) e Vala (1996). A fim de fundamentar sua proposta metodológica, Doise e cols. (1993) especificam três aspectos que devem ser analisados no estudo dessas representações: 1) a organização do campo representacional, 2) os princípios organizadores das diferenças individuais e 3) sua ancoragem social no sistema de significado simbólico. Assim, a nossa proposta investiga como esses conteúdos representacionais se relacionam com os diferentes níveis de identificação com a nação e de patriotismo e nacionalismo existentes. Por fim, o terceiro aspecto que planejamos investigar refere-se ao caráter complexo das identidades (Roccas & Brewer, 2002). Dessa forma, tentando superar o essencialismo de algumas perspectivas teóricas e, ao mesmo tempo, integrar a análise psicossocial às

das ciências sociais, procuraremos analisar aquilo que a literatura em psicologia social chama de “nested identities” ou seja as identidades múltiplas ou fusionais que fazem com que uma pessoa possa se sentir ao mesmo tempo ou em momentos específicos brasileira, portuguesa, Espanhola nordestina, sergipana, gaúcha, paulistana, sulista, goiana, baiana, belenense, nortista, mulher, homem, homossexual, negra, branca. O propósito é analisar em que medida as pessoas se sentem assim e qual o impacto desse sentimento nas suas crenças, valores, modos de vida, no preconceito e no suporte à políticas discriminatórias contra várias minorias sociais. Assim, de uma forma mais específica, propomos os seguintes objetivos: a) Analisar o conteúdo e os princípios organizadores dos sentimentos e representações nacionalistas e patrióticas; b) Analisar possíveis preditores do nacionalismo e do patriotismo, tais como os valores sociais e representações sobre a vida social; c) Analisar o papel que o nacionalismo e o patriotismo desempenha no preconceito e na discriminação das minorias sociais. **2. Atividades para o XIII Encontro da ANPEPP:** Com base nas idéias até aqui discutidas, os participantes deste trabalho serão distribuídos da seguinte forma: As atividades que serão desenvolvidas no XIII Encontro dizem respeito ao planejamento dos instrumentos de medidas que serão utilizados. Cada membro do grupo já fez circular, via email, propostas de instrumentos, faltando, portanto, uma discussão mais detalhada para a finalização da proposta.

3. Participantes

1. Ana Raquel R Torres – PUC-GO / UFPB (Coordenador)

2. Leoncio Camino – UFPB (Vice-Coordenador)
3. Elza Maria Techio – UFS
4. Alice Ramos – Universidade de Lisboa
5. Ana Lúcia Galinkin – UnB
6. Jorge Vala – Universidade de Lisboa
7. Cícero Pereira – ICS-UL / PUC-GO
8. José Luis Álvaro Estramiana – Universidade Complutense de Madrid
9. Dalila Xavier de França – UFS
10. Eliana C. Ismael – UFPE
11. Helmuth R. Krüger – UERJ / PUC-Petrópolis
12. Luis Antonio Monteiro Campos – UNESA
13. Marcos Emanuel Pereira – UFBA
14. Marcus Eugênio O. Lima – UFS
15. Pedro de Oliveira Filho – UFPE
16. Raimundo Gouveia – UFPE
17. Roberto Mendoza – UFPB

GT 52 – Psicopatologia e psicanálise

1. Histórico

Este grupo surgiu, há quase dez anos, a partir dos laços de trabalho tecidos por diversos professores/pesquisadores em torno de um interesse comum: discutir questões que a psicopatologia coloca à clínica do ponto de vista da psicanálise. Entretanto, para além da dimensão científico-acadêmica de tal proposta, é o objetivo de contribuir para as discussões em torno da saúde mental em nosso país, com a especificidade de nossa formação e experiência, que justifica sua inserção no espaço ofertado pela ANPEPP. Nesse percurso, este GT vem congregando pesquisadores voltados para a produção do conhecimento em psicopatologia e psicanálise e para a reflexão sobre suas incidências na formação de profissionais da área clínica em psicologia. Ancorados na experiên-

cia do ensino, da pesquisa, da extensão e em dados da experiência clínica seus membros desenvolvem um debate continuado que é alvo de divulgação em congressos científicos da área e em publicações especializadas. Engajados no ensino, na graduação e pós-graduação, e na transmissão, em universidades de diversas regiões do país, seus membros encontram-se comprometidos com as questões cruciais para a pós-graduação em psicologia no Brasil. Sendo assim, em cada um dos Simpósios anteriores elegeu temas de trabalhos pertinentes com a temática proposta pela ANPEPP, desenvolvendo um debate vinculado à realidade social brasileira buscando, na medida de suas possibilidades, contribuir para o avanço do conhecimento e da aplicação da psicologia. Assim, desde 2000, este GT se reúne sistematicamente em Simpósios da ANPEPP privilegiando assuntos relevantes tanto no que tange a clínica quanto no que concerne à formação e a pesquisa em pós-graduação. Nesse sentido, o tema da angústia inaugurou, no âmbito do VIII Simpósio da ANPEPP, uma série de outros sugeridos pela atualidade da clínica dentro do cenário sócio-político brasileiro. Em seguida, no IX Simpósio da ANPEPP, em 2002, a partir dos desdobramentos do debate sobre o tema da reunião anterior, este GT discutiu o uso dos psicofármacos na abordagem do psicopatológico, buscando avançar em aspectos pertinentes à realidade brasileira. No X Simpósio, debruçou-se sobre as perspectivas e os desafios do ensino e da pesquisa em psicopatologia e psicanálise. Instigados pelo tema geral ‘Formação: Ensino e Pesquisa na Pós-Graduação em Psicologia’, este GT se reuniu no XI Simpósio para debater o tema ‘Formação universitária e formação analítica: especificidades e relações possíveis’. Para o XII Simpósio,

partindo do tema geral “Conhecimento em Psicologia no Brasil: expansão e avaliação”, a reflexão deste Grupo elaborou-se em torno das “Contribuições da psicopatologia e da psicanálise sobre a expansão do conhecimento e a avaliação em psicologia”. O fruto desses debates apresenta-se sob a forma de produção bibliográfica, participações em mesas redondas e simpósios em outros encontros científicos da área, assim como na organização de bancas de doutorado e de mestrado. Nesse sentido, a composição desse GT reflete a efetiva colaboração entre seus membros no contexto do ensino e pesquisa em nosso país. Privilegiamos o engajamento dos pesquisadores em uma produção no contexto da pós-graduação em Psicologia, respeitando os laços de trabalho tecidos a partir da inserção de seus membros no seio da comunidade científica em nossa área. Ao longo de sua história, esse GT registra mudanças em sua composição, em função de contingências na trajetória de profissionais nele engajados. Sendo assim, nos últimos anos seus membros trabalharam norteados pelo objetivo de efetivar a consolidação desse Grupo de Trabalho.

2. Objetivos e propostas de trabalhos

O tema do XIII Simpósio suscita uma reflexão crítica importante em torno da pesquisa em psicologia tomando como eixos a formação, a produção e a intervenção que, de certo modo, correspondem ao tripé ensino, pesquisa e extensão, conseqüentemente, à visibilidade da atividade de pesquisa pela produção. Se, por um lado, esse tripé constitui a essência da atividade acadêmica, ele é, igualmente, o que assegura a continuidade da construção da psicanálise. Desde o XI Simpósio, a preocupação de nos-

so Grupo de Trabalho tem sido discutir a expansão do conhecimento da Psicanálise e sua contribuição para a Psicologia no Brasil. Ao mesmo tempo, interessamos discutir o lugar e a função da psicanálise na realidade social, sustentados em pesquisas e práticas clínicas visando à formação de profissionais reflexivos, críticos e engajados em contribuições efetivas ao tratamento do mal estar do sujeito contemporâneo. O cenário social contemporâneo, com suas patologias singulares e as novas formas de configurações familiares tem nos levado a criar dispositivos de escuta e de intervenção que fogem aos padrões clássicos da psicanálise. A produção desse GT, publicada na Coletânea sobre A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano, reflete essa preocupação. Sendo assim, a proposta do Grupo de Trabalho “Psicopatologia e Psicanálise” para o XIII Simpósio é debater, a partir das contribuições teórico-clínico-metodológicas de cada um de seus membros, o tema “Pesquisa Clínica e Intervenção”. **Ana Maria Rudge**, na intervenção intitulada “Pesquisa clínica em psicanálise versus pesquisa na academia”, parte da premissa de que a pesquisa em psicanálise na universidade coloca questões importantes. A partir disso, pergunta: se o campo da descoberta em psicanálise é o da própria clínica psicanalítica, como a pesquisa na universidade pode ter seu lugar definido e sua importância assegurada? Quando se aborda questões sociais com o instrumental teórico psicanalítico, é apenas por analogia com o que foi estabelecido na clínica que se procede. A proposta é refletir sobre a epistemologia da psicanálise e esclarecer, respeitando a especificidade deste campo de saber, o papel ocupado pela pesquisa psicanalítica na academia. **Ilka Franco Ferrari**, na contribuição intitulada “Pesquisa,

psicanálise e metodologia clássica”, traz a proposta de discutir a pesquisa em psicanálise e a articulação possível entre ela e a metodologia clássica. Sua reflexão está embasada na experiência em coordenação e orientação de pesquisas, assim como na participação em bancas para avaliação de projetos com metodologia de “pesquisa de campo”, incluindo coleta de dados e até análise de dados estatísticos lidos à luz da psicanálise. Nesse contexto, destaca a modalidade de pesquisa intervenção que, a seu ver, recupera fôlego na atualidade. Observa que o momento da elaboração de um Projeto de pesquisa supõe sempre manejo delicado, principalmente porque se evidencia, em casos de pesquisa de campo, a obrigatoriedade de encaminhá-lo a um Comitê de Ética. Lembra a resolução 196/96, que orienta esses Comitês, enfatizando o lugar central da metodologia em tal avaliação, a despeito do dever ético de se avaliar toda a construção do Projeto. Ressalta que o psicanalista, professor da UFMG, Jefferson Machado Pinto acredita na função da universidade como sendo a de legitimar a vocação científica da psicanálise. Sublinha que, durante muito tempo, intrigou-se com esta frase e, em suas reflexões, começou a atentar para o fato de que há certos termos/conceitos da metodologia clássica que se equiparam a termos/conceitos, psicanalíticos. Pretende, ao colocar esse tema em discussão, conhecer o que pensam os colegas do GT sobre o assunto e buscar uma articulação entre nossas práticas que consideram a realidade social em que estão inseridas. Ainda no contexto do tema “Pesquisa clínica e intervenção”, **Francisco Martins**, a partir do título “A metáfora na pesquisa clínica e na intervenção”, privilegia a reflexão sobre o lugar da metáfora na intervenção, e a investi-

gação dessa dimensão da linguagem. Sublinha que a metáfora é inerente à atividade clínica, tanto dos pacientes quanto dos pesquisadores e terapeutas. A partir da linguagem ordinária e da psicanálise, específica, sua investigação incide sobre as produções sintomáticas dos pacientes em relação com as metáforas produzidas. A metáfora é aí avaliada e estudada como meio e suporte para a expressão sintomática e direção de significação. Trata-se, igualmente, de investigar a metáfora em seu aspecto de linguagem objeto ou acerca da maneira em que atua modificando e encontrando resoluções junto aos pacientes. **Henrique Figueiredo Carneiro**, cuja proposta de intervenção intitula-se “O sofrimento psíquico na pesquisa em psicanálise: uma forma de intervenção”, parte de considerações sobre o estatuto da pesquisa em psicanálise para abordar um projeto específico de pesquisa-intervenção. Segundo ele, a pesquisa em psicanálise se justifica, essencialmente, pelo sofrimento psíquico e implica uma dupla função: a função constituinte do problema circunscrito às causas e efeitos subjetivos, invariavelmente, e à função interventiva, entendida como uma impossibilidade de neutralidade no espaço da transferência de trabalho constituída no ato da pesquisa. Com isso, pensa que, se a pesquisa sobre o sofrimento psíquico trabalha com o dispositivo da linguagem e do inconsciente, o que muda na extensão é o corte do que podemos chamar de suporte lógico. A lógica do suporte no dispositivo clínico seria o tempo da intervenção, posta em função a partir do que Lacan nomeia os quatro conceitos fundamentais da psicanálise: inconsciente, repetição, transferência e pulsão, articulados à clínica do real. Já a lógica do dispositivo constituído na pesquisa em extensão, por se

caracterizar essencialmente como uma intervenção realizada no laço social em nome da pesquisa acadêmica, científica etc, caracteriza um corte no discurso. Funciona em nome de uma pressuposição pautada na metapsicologia psicanalítica. Com isso, as formas de intervenção na pesquisa em psicanálise são efeitos do e no laço social. Com essa argumentação, esse pesquisador pretende ilustrar como se estabelece essa dimensão interventiva na experiência de pesquisa com adolescentes, especificamente com um projeto realizado em torno do tema 'Violência, culpa e ato: causas e efeitos subjetivos', desenvolvido em uma localidade da zona metropolitana de Fortaleza. O objetivo é o de discutir as implicações das intervenções realizadas no dispositivo social dos adolescentes quando estes constroem um sentido para a violência enquanto irrupções do real, no plano do restabelecimento de um discurso outro, causado pela intervenção realizada pelos agentes da pesquisa. **Susane Vasconcelos Zanotti**, com a contribuição "Pesquisa clínica e intervenção no hospital geral", trará dados sobre as pesquisas que desenvolve, na articulação entre a universidade e o hospital, envolvendo supervisão de alunos do curso de psicologia nas atividades de estágio, pesquisa e extensão e, também, como tutora e membro da comissão da Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes. Esses trabalhos agregam pesquisa clínica e intervenção e são realizados no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, de Maceió. Trata-se do projeto de extensão universitária "A escuta clínica no Programa de Cirurgia Bariátrica do HUPAA" e da pesquisa no Ambulatório de Genética, com apoio do Programa de Pesquisa no SUS (PPSUS), "Atenção in-

tegrada em saúde a pacientes com ambiguidade genital em hospital terciário do SUS em Alagoas". Em ambos, objetiva-se inserir um instrumento - a fala - em situações clínicas como a obesidade mórbida e a ambiguidade genital, nas quais apresenta-se para o sujeito o real impossível de suportar. Nessa prática em pesquisa clínica e intervenção em hospital geral a aposta tem sido no sujeito do inconsciente, fundamentada pela psicopatologia e psicanálise. A discussão que propõe é sobre as significações de 'clínica', 'tempo' e 'tratamento', enfocando as possibilidades e dificuldades do discurso psicanalítico em contextos caracterizados pela primazia do discurso médico. **Glacy Gonzales Gorski** tem como proposta refletir sobre os resultados de uma pesquisa-intervenção, a partir da contribuição intitulada "Aplicações da Psicanálise em Instituições de Saúde Mental". A referida pesquisa relaciona-se a sua experiência na coordenação do programa de formação continuada e contextualizada para os trabalhadores em saúde mental do Estado da Paraíba, inserido no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde Universidade Federal de Campina Grande. No contexto desse programa foram realizados cursos sobre psicopatologia e psicanálise tendo como eixo a construção dos casos clínicos e como ponto de ancoragem o aporte ético - político da clínica psicanalítica de orientação lacanianiana, o que possibilita a emergência do sujeito em sua singularidade. Por intermédio de conversações clínicas, instrumento importante à pesquisa-intervenção, foi possível avaliar os efeitos dos Cursos de Formação Continuada e Contextualizada, assim como aprofundar os estudos sobre a psicose hoje. **Angélica Bastos**, cuja contribuição recebe o título de "Pesquisa e trata-

mento psicanalítico da anorexia”, dará ênfase a questões clínicas relativas à anorexia. A anorexia figura entre os sintomas contemporâneos e constitui uma questão clínica para o psicanalista que trabalha nos serviços públicos de saúde e na clínica privada. Sintoma situado por Freud tanto na melancolia quanto na histeria, seu tratamento requer o diagnóstico diferencial estrutural. A pesquisa desenvolvida tomou por objeto a anorexia nas neuroses e, seguindo as pontuações de Jacques Lacan, circunscreveu, em um primeiro tempo, a anorexia como estratégia de separação, que recorre ao objeto ‘nada’. Em um segundo tempo, abordou sua incidência nas jovens mulheres e adolescentes, e buscou a função do sintoma anoréxico no âmbito da sexuação em geral e da feminilidade em particular. Desse percurso de pesquisa, sublinha, extraíram-se indicações para a intervenção do psicanalista. **Edilene Freire Queiroz** intitula “A clínica da adoção: pesquisa e intervenção” sua contribuição, que se inicia com a afirmação: é possível dizer que o analista deve estar onde o sofrimento se encontra. Seu ponto de partida é a aposta na construção de uma clínica da adoção capaz de dar conta das especificidades dos discursos dos pais sobre essa forma de perfilhar. O desejo de ter um filho, comumente associado ao desejo de engravidar, se personaliza hoje em uma prática desvinculada do real do corpo. Prática assegurada pelos recursos jurídicos e, portanto, simbólicos de nomear uma criança como pertencente a um grupo familiar distinto daquele que o procriou, de inseri-lo numa linhagem, numa ordem discursiva. A imagem lírica da adoção não cabe mais quando se sabe que nem toda criança é adotável e nem todo homem ou mulher é capaz de ser pai e mãe. Tra-

balhar com os riscos e complexidades da adoção é o que define a clínica da adoção. Trata-se de uma prática que aproxima a psicanálise do direito, razão pela qual esta pesquisadora investe na realização do “1º. Congresso Franco-brasileiro sobre Psicanálise, Filiação e Sociedade” cujo tema será: Adoção; da criança à filiação. O propósito de tal evento é agregar diferentes profissionais com diferentes linhas teóricas para discutir a adoção. O real da herança genética, do laço biológico, dá aos pais o sentimento narcísico de segurança quanto ao lugar de pai/mãe. Já sua ausência no processo de filiação traz conseqüências e tende a voltar como fantasma que assombra, quando não significado. As leis sobre a adoção sempre assumiram o papel de compensação dessa ausência ao consolidar os fundamentos legais da adoção, mas é preciso escutar os pais no desejo de ter um filho e identificar o significante adoção em suas consonâncias e dissonâncias, tarefa que o SOFIA (Serviço de Orientação à Filiação Adotiva) vem fazendo. Tendo como norte o tema da “Pesquisa Clínica e Intervenção”, cada uma dessas contribuições articula-se à pesquisas realizadas ou em andamento, coordenadas pelos professores-pesquisadores membros deste GT. Caberá a **Vera Lopes Besset** coordenar os debates deste Grupo de Trabalho na reunião que pretende realizar no âmbito do XIII Simpósio, de modo a estimular um intercâmbio profícuo e as iniciativas de produção conjunta no seio do Grupo, considerando-se a inserção do mesmo na pós-graduação brasileira.

3. Participantes

1. Vera Lopes Besset – UFRJ (Coordenadora)

2. Ana Maria Rudge – PUC-RJ
3. Angélica Bastos – UFRJ.
4. Edilene Freire Queiroz – UNICAP.
5. Francisco Moacir de Melo Catunda Martins – UnB
6. Glacy Gonzales Gorski – Universidade Federal de Campina Grande
7. Henrique Figueiredo Carneiro – UNIFOR
8. Ilka Franco Ferrari – PUC-MG.
9. Susane Vasconcelos Zanotti – Universidade Federal de Alagoas.

GT 53 – Relações interpessoais e competência social

1. Histórico

O GT – Relações interpessoais e Competência Social – teve sua primeira participação na ANPEPP no IX Simpósio realizado, em 2002, mantendo participação no X Simpósio (2004), no XI (2006) e no XII (2008). Isso não obstante, a maior parte dos atuais integrantes já realizava, há vários anos, diversas formas de intercâmbio científico, não somente em congressos mas, também, em cursos e reuniões de trabalho. Esse intercâmbio foi se consolidando a partir dos Simpósios da ANPEPP, que viabilizaram o compartilhamento de um conjunto de preocupações conceituais, empíricas e metodológicas para o desenvolvimento de pesquisas e a formação de pesquisadores na temática das relações interpessoais e competência social. Essas preocupações geraram projetos de pesquisa e uma produção científica cada vez mais freqüente envolvendo os membros do grupo e atraindo novos integrantes, como se apresenta adiante na seção 4. No IX Simpósio em 2002 (o primeiro deste GT), o foco das discussões recaiu sobre dois eixos: (1) os vários instrumentos e procedimentos, que estavam em desenvolvimento para avalia-

ção de comportamentos sociais (Roteiro de avaliação do senso de auto-eficácia, Escala Infantil Peers-Harris, Inventário Multimídia de Habilidades Sociais para crianças, Inventário de Estilos Parentais de Risco, Escala de observação sistemática do comportamento em situações de desempenho de papéis); (2) os procedimentos e programas de promoção do repertório de comportamentos sociais de crianças e adultos (Metodologia Vivencial para o Treinamento de Habilidades Sociais em sala de aula, Programa de desenvolvimento de habilidades pró-sociais). Foram ainda discutidas várias questões teórico-metodológicas pertinentes a esses dois eixos de produção de conhecimento na área, encaminhando-se como produto um livro, publicado em 2003, que reuniu as contribuições dos participantes do grupo. No X Simpósio, em 2004, o grupo se manteve com os participantes anteriores e inclusão de novos, e a proposta geral foi de análise de questões metodológicas pertinentes à sua avaliação e intervenção sobre problemas de comportamento e competência social já então com uma agenda de trabalho comum para os participantes que incluiu: (a) a preparação de um novo livro, reunindo as contribuições dos participantes do Simpósio, que refletisse a metodologia de pesquisa que vem sendo utilizada nos estudos relativos às habilidades sociais e os dados obtidos nesses estudos; (b) uma revisão sistemática sobre os estudos realizados no Brasil, focalizando a temática das habilidades sociais, que deveria ser incluído como um dos capítulos do livro; (c) atividades coletivas em termos de apresentações em congressos, sob a forma de sessões coordenadas e simpósios; (d) validação de dois instrumentos de medida de habilidades sociais de crianças: adaptação transcultural do SSRS

- um instrumento do tipo questionário lápis-papel - com análise de variáveis associadas em amostras brasileiras; e finalização do IMHSC-Del-Prete, um instrumento multimídia produzido no Brasil, também com estudo de variáveis associadas; (e) finalização e publicação de estudo transcultural (Brasil, México e Espanha) realizado com a participação de vários dos membros do grupo. A agenda de 2004 foi cumprida em quase a sua totalidade com as apresentações dos produtos em 2006, no XI Simpósio, quando houve também a entrada de novos participantes. Nesse encontro, o grupo começou a focalizar questões mais específicas em termos conceituais, metodológicos e éticos pertinentes ao campo das habilidades sociais. Foi efetuada uma análise dos estudos sobre Habilidades Sociais publicados em periódicos brasileiros indexados até 2004 e questões referentes a instrumentos e procedimentos de avaliação, a resultados de investigações sobre o repertório de habilidades sociais em sua relação com diferentes variáveis e à apresentação e avaliação de programas de promoção das habilidades sociais de crianças e adultos. A agenda de trabalho para o biênio 2006-2008 incluiu diversas atividades de pesquisa com trocas institucionais dos membros e a produção de um livro na temática das habilidades sociais em crianças e adultos. O livro foi publicado ainda em 2006, adotando-se uma estratégia de avaliação por pares que resultou em um trabalho conjunto, com leitura crítica de cada capítulo por diferentes autores e revisão final pelos organizadores. Além das várias oportunidades de intercâmbio via bancas de qualificação ou defesa de estudos de pós-graduação, cursos ministrados por alguns membros em instituições de outros membros (por exemplo, os cur-

sos de Habilidades Sociais ministrados na UCG em Goiânia e na Universidade Evangélica do Paraná) e comunicações acadêmicas trocadas via grupo de discussão online (<http://br.groups.yahoo.com/group/GT-1oanpepp>). Ao longo do período de funcionamento deste GT foram realizados vários eventos (mini-congressos, congressos, seminários, **ver Item 4b**) que constituíram importantes momentos de troca do GT e de exposição dos produtos acadêmicos em andamento ou recentemente finalizados. Grande parte desses produtos se transformou em publicações da área e, portanto, em subsídios para a formação de novos pesquisadores (mestres e doutores) no campo das relações interpessoais e competência social. As bancas de dissertações e teses (ver item 4a) foram também momentos importantes de intercâmbio do grupo. A visibilidade do grupo e de seus produtos pode também ser aferida na página web http://www.rihs.ufscar.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=37, onde se encontram descritos os projetos, orientações, publicações etc., dos membros do GT, organizados em núcleos institucionais e inter-institucionais, bem como a divulgação sistemática, nas demais páginas do web-site www.rihs.ufscar.br, dos eventos e produções do grupo. O grupo mantém também um fórum de discussão no âmbito do Yahoo Grupos (<http://br.groups.yahoo.com/group/gt-anpepp-2010/>) para maior agilidade da comunicação e intercâmbio científico. No Simpósio de 2010, o presente GT estará representado por 12 pesquisadores de 10 (nove) Instituições de Ensino Superior de 06 (seis) Estados brasileiros. Esses participantes estão vinculados a sete diferentes programas de Pós-Graduação strictu sensu, em Psicologia, Saúde ou Educação, onde

realizam e orientam pesquisas na temática específica do grupo e/ou em temas bastante relacionados. Alguns membros não estão ainda em programas de pós-graduação *strictu sensu*, mas se encontram vinculados a programas de pós-graduação *latu sensu* e/ou inseridos em grupo de pesquisa do CNPq. (o grupo não contará no próximo encontro com três outros membros que vêm também produzindo e participando das discussões).

2. Objetivos e propostas de trabalho

Para este XII Simpósio da ANPEPP, considerando o tema geral da Comissão Organizadora (Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção), os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** do GT Relações Interpessoais e Competência Social foram definidos em termos de: 1) Discutir e propor metas gerais do GT para o próximo biênio bem como perspectivas em médio e longo prazo para o futuro da produção de conhecimentos e formação de pesquisadores na temática do GT; 2) Identificar e organizar alternativas de projeto comum a todos os membros do GT e de projetos para subgrupos institucionais e interinstitucionais dos membros GT visando metas comuns ao GT; 3) Discutir, com base nos projetos de pesquisa em andamento pelos membros do GT: questões conceituais, metodológicas e empíricas articuladas e articuláveis às metas de curto, médio e longo prazo para o GT; 4) Resolver questões pontuais sobre projetos integrados de pesquisa em andamento, conduzidos pelos membros do GT, visando maior articulação entre esses projetos; 5) Elaborar uma agenda para o próximo biênio (2009-2010), com definição de subgrupos para atividades específicas e um cronograma de produção acadêmica

de interesse para a área, especialmente em termos de projetos e artigos a serem produzidos e conduzidos em parcerias internas ao grupo; 6) Discutir formas de ampliar o envolvimento dos orientandos de pós-graduação nas atividades do GT; 7) Definição de critérios de inclusão ou exclusão dos membros do GT. Os principais **produtos esperados** para este Simpósio incluem: 1) Texto explicitando uma perspectiva de produção de conhecimentos do GT para os próximos anos, incluindo, se possível, um projeto comum do GT para os próximos anos; 2) Definição de projetos com articulações entre pelo menos três membros do grupo; 3) Agenda de trabalho para os próximos anos, incluindo eventos do GT e participação conjunta em eventos; 4) Definição de estratégias de funcionamento para o GT nos Simpósios da ANPEPP e no período entre Simpósios.

3. Participantes

1. Zilda Aparecida Pereira Del Prette – Universidade Federal de São Carlos / UFSCar / FFCLRP (Coordenadora)
2. Almir Del Prette – UFSCar (Coordenador)
3. Alessandra Turini Bolsoni-Silva – UNESP-Bauru
4. Eliane Gerk – UERJ
5. Eliane Mary de Oliveira Falcone – UERJ
6. Marina de Bittencourt Bandeira – UFSJ
7. Maria Julia Ferreira Xavier Ribeiro – UNITAU
8. Margarete Mattesco Rocha – UEL-PR / UEM-PR
9. Paula Inês Cunha Gomide – FEPAR / PUC-PR
10. Sheila Giardini Murta – UnB
11. Sonia Regina Loureiro – USP-Ribeirão Preto / FMRP / FFCLRP-

USP

12. Ana Carolina Braz – UFSCar
13. Bárbara Carvalho Ferreira – UFSCar
14. Carina Luiza Manólio – UFSCar
15. Celia Caldeira Fonseca Kestenberg – UFSCar
16. Daniele Carolina Lopes – UFSCar
17. Denise Dascanio – UFSCar
18. Lucas Guimarães Cardoso de Sá – UFSCar
19. Maria Luiza Pontes França Freitas – UFSCar
20. Talita Pereira Dias – UFSCar

GT 54 - Representações sociais

1. Histórico

Desde sua criação em 1990, o Grupo de Trabalho (GT) “Representações Sociais” vem cumprindo um papel singular na difusão e no desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais no país e na América Latina. De um lado os pesquisadores do campo das RS construíram uma verdadeira “em rede” de pesquisas, eventos e publicações, cujo início coincide com o período de surgimento do GT na ANPEPP. Mais exatamente pode-se falar de um “sistema de redes”, uma vez que os pesquisadores brasileiros, com esforços coordenados a partir das reuniões do GT, sempre estiveram articulados à rede internacional de RS, organizadora da Conferência Internacional sobre Representações Sociais que acontece bi anualmente. Neste sentido os vínculos de produção e difusão de conhecimentos são duradouros com a Maison des Sciences de l’Homme-Paris, MSH-Mediterrâneo, a Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, o Laboratório de Psicologia Social de Provence, o Laboratório de Psicologia Social da London School of Economics, para citar somente os mais antigos. No Brasil, po-

de-se tomar como marcos históricos os livros “Psicologia. O conhecimento no Cotidiano” (1993), “O núcleo central das representações” (1996) e “Estudos interdisciplinares de representação social” (1998) e, por fim, a realização da 1ª Jornada Internacional de Representações Sociais, em Natal, 1998. Estes primeiros livros, bem como a própria concepção das Jornadas Internacionais e, posteriormente, das Conferências Brasileiras foram gestados com a participação do trabalho do GT. Após as primeiras etapas as realizações coletivas são bastante significativas: vários eventos periódicos específicos de representações, participações concatenadas em congressos tradicionais da psicologia (Reuniões Anuais da SBP, CONPSI etc), as JIRS, participação na organização e em comunicações nas Conferências Internacionais (particularmente a partir de 1994, com a CIRS no Rio de Janeiro). Porém, para além de ventos e publicações a atuação coletiva do GT é marcada por uma dupla intencionalidade: de um lado, difundir a TRS; de outro, instalar ou consolidar espaços e estruturas de produção de conhecimento. Assim, o coletivo atuou na criação e consolidação de linhas de pesquisa específicas em programas de pós-graduação tradicionais e emergentes em universidades reconhecidas, tanto no campo da psicologia como da educação (particularmente da psicologia da educação), da saúde coletiva, da enfermagem e outros (PUC-RJ, PUC-SP, PUC-Go, UFES, UFMT, UnB, UFPB, UFRJ, UFRN, UFRS, UFSC, USP dentre outras). O GT “Representações Sociais” teve um papel central na expansão do campo da TRS. Primeiramente, posto que se configurou como instância de debate epistêmico, mais que institucional, operando de modo constante uma avaliação do processo de difusão e o avanço científi-

co da teoria enquanto tal; neste sentido pode-se dizer que o GT pautava a agenda de eventos e publicações que visavam a dar o lastro acadêmico dos trabalhos de pesquisa e pós-graduação. Em segundo, o GT cumpriu uma função ímpar de delinear os desafios epistemológicos de uma “nova teoria se instalando no âmbito das ciências humanas e sociais”, debatendo a construção e consolidação conceitual da teoria e avaliando criticamente seu arcabouço metodológico. É inegável que, praticamente todos os eventos de destaque do campo específico, nestas quase duas décadas, contaram com a ação articulada de dois ou mais membros do GT. Pode-se dizer que o grupo desempenhou um papel central no enraizamento da teoria no cenário científico da psicologia brasileira e de suas contribuições nas áreas afins. Deste modo, para além da institucionalização de projetos, linhas de pesquisa, eventos e programas e centros, o GT, como instância crítica, contribuiu para configurar uma intencionalidade do coletivo funcionando em termos de “rede”, cujas principais realizações foram: a) difusão da teoria; b) desenvolvimento crescente de rigor metodológico nos estudos de RS; c) o estabelecimento de interfaces operantes com as áreas afins, particularmente a educação e a saúde. A existência de dois grupos em torno do tema das RS é um indicador bastante válido, adicionado aos outros já apontados acima, do impacto da ação do GT em sua história junto à ANPEPP. Recentemente uma parte do GT decidiu desmembrar-se para fundar outro GT, apontando a diversidade de desafios e prioridades no campo. Atualmente são desenvolvidos vários projetos comuns de pesquisa, dentre os quais podemos destacar o conjunto de estudos desencadeados pelo **“Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais**

e Subjetividade-Educação”, mantido com o apoio da Maison des Sciences de l’ Homme-Paris e pela Fundação Carlos Chagas, coordenado por Clarilza Prado. Também merece destaque o “Projeto de Cooperação Internacional sobre o Envelhecimento” desenvolvido por pesquisadores do Brasil e Portugal, com participação de vários membros do GT. Destaca-se ainda um conjunto de projetos, em torno da formação, da prática e da identidade docente. Trata-se, sem dúvida, de um momento de amadurecimento de algumas tendências de trabalho de pesquisa e pós-graduação que buscam a integração orgânica da teoria nas áreas afins. O GT vem se direcionando particularmente a “parcerias” com programas de pós-graduação de disciplinas vizinhas à psicologia, especialmente nos campos da Saúde e da Educação, que têm possibilitado um avanço significativo da abordagem das representações sociais, tanto no intuito de avançar conceitualmente, quanto no adensamento empírico.

2. Objetivos e proposta de trabalho

Os desafios para a pesquisa e a pós-graduação no campo das representações sociais se transformaram ao longo das reuniões da ANPEPP nas duas últimas décadas. A separação em dois grupos indica ao menos duas perspectivas distintas e complementares. O olhar do GT “representações Sociais”, em sua tradição histórica se dirige no presente a um conjunto de tarefas cujo pleito maior pode ser apresentado como a ANCORAGEM da teoria nos campos da Psicologia Social, da Educação e da Saúde. Esta intencionalidade vem se desenhando nas duas últimas reuniões e ganhando contornos mais nítidos na reunião de Natal (2007). Como intencionalidade o GT

procura inscrever suas estratégias e ações a partir de uma dada leitura epistêmica do campo. Um primeiro aspecto desta leitura é a constatação de como a TRS, uma “teoria do pensamento social”, ocupa um espaço no cenário das explicações possíveis, plausíveis e aplicáveis dos processos psicossociais (nas esferas acadêmicas, política, econômica, cultural etc.), bem como das ações dos coletivos (em suas dimensões grupal e intergrupal). Um segundo aspecto é que muitos de seus postulados teóricos já se encontram validados, demonstrados ou estabelecidos, ou seja, já não se faz tão premente o esforço de consolidação teórica. Agrega-se aqui o reconhecimento de que se trata de uma teoria que visa explicar e intervir sobre a mudança social, sobre a dinâmica cotidiana da formação e transformação dos saberes. Por fim, um último aspecto desta leitura refere-se ao grande e incontestável impacto dos estudos de RS nas áreas com forte dimensão de aplicação e intervenção, como nos campos da saúde e educação. Um dos exemplos mais nítidos é a quantidade de estudos sobre as representações sociais associadas à sexualidade, às DST e ao HIV/AIDS, tanto no campo da adesão aos tratamentos, quanto da prevenção, em revistas qualificadas das áreas de enfermagem, saúde coletiva, medicina, etc. Estas considerações iniciais nos permitem propor como tarefa principal para o GT, nos próximos anos, a consolidação das interfaces conceituais, metodológicas e práticas. Três são os eixos agora propostos para esta tarefa. I) **Representações Sociais e o Campo da Educação**: Historicamente o estudo de Gilly (1982) sobre as representações recíprocas professor-aluno parece inaugurar um campo de estudo no qual, além de se reconhecer a influência da cultura no pensamento de cada ator social envolvi-

do na escola, emprega as RS como fenômeno que permite através do estudo do pensamento, chegar à compreensão das condutas, ou seja, das práticas sociais. A criação do **Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade-Educação**, se coaduna com o objetivo do GT de articular o debate nacional sobre a contribuição da TRS na formação de professores e na transformação das práticas escolares. Busca-se contribuir para consolidar, através do conjunto de pesquisas em realização, o papel orgânico da teoria no desenvolvimento do campo, ou seja, o GT busca se confrontar à posição da TRS como teoria suplementar no campo da educação, criando bases empíricas e conceituais para avaliar sua contribuição no campo. A proposta de produção do GT em torno da relação representações sociais e educação se encontra primeiramente delineada no contexto das atividades do Centro Internancional de Estudo em Representação Social e Educação- CIERS-Ed. Vários membros do GT estão diretamente envolvidos em uma ou mais das atividades previstas: Clarilza Prado de Sousa, Angela Arruda, Edson A. de Souza Filho, Antonia Oliveira Silva, Clélia Nascimento-Schulze, Daniela Freire Andrade e Pedro Humberto F. Campos. A maioria dos pesquisadores dedicou-se à preparação do livro organizado por Clarilza P. de Sousa intitulado Representações sociais sobre o trabalho docente. Outras atividades previstas neste eixo: A) Edson S. Filho, juntamente com Daniela Freire Andrade participarão do Gt **Interfaces teórica metodológicas nos estudos de representações sociais que reúne trabalhos desenvolvidos no contexto do CIERS-Ed.** a serem apresentados na VI Jornada Internacional de Representações Sociais (JIRS -Buenos Aires, no-

vembro 2009). B) Os encaminhamentos das atividades subsequentes tomarão o estudo sobre as representações sociais do trabalho docente como eixo articulador das ações investigativas e buscarão explorar as categorias teóricas das representações sociais tais como ancoragem e objetivação para fins de maior aprofundamento dos dados processados até o momento. A palestra proferida por Pedro Humberto F. Campos sobre A análise da ancoragem nos estudos de representações sociais em Educação, por ocasião do VI Seminário Internacional e 6ª. reunião técnica dos grupos de pesquisa associados ao CIERS-ed, indica os esforços nesta direção. Tais iniciativas delineiam os próximos trabalhos que, ao destacar a dupla condição de criança e de aluno na relação com o professor circunscrevem possibilidades de análise sobre a identidade docente pela via da alteridade. C) Outra proposição complementar refere-se à articulação dos resultados obtidos com noções tais como alteridade e identidade já iniciadas conforme a publicação organizada por Prado; Pardal e Villas Bôas (2009). D) Nesta mesma direção inclui-se o programa de mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da UNITAU, recém-aprovado pela CAPES e coordenado por Edna Chamon. A linha de pesquisa em “Desenvolvimento Humano, Identidade e Formação” estuda as representações sociais construídas acerca da formação e suas relações com o conceito de identidade. Associado a esta linha de pesquisa está o projeto “Identidade e Formação Docentes”, financiado pela CNPq dentro de edital Universal. II) Representações Sociais e o Campo da Psicologia Social: A TRS foi originada no campo da Psicologia Social que deu base ao surgimento da rede internacional de pesquisadores em

RS. Com o crescimento da abordagem, a articulação entre ela própria e outras correntes teóricas presentes no campo da psicologia social tem sido objeto de inúmeros estudos. Particularmente alguns “temas” ou “teorias” como a “Identidade Social”, as “atitudes”, “atribuições causais”, “valores e normas sociais”, “influência social”, dentre outros foram objeto, em maior ou menor grau de tentativas de integração teórica. Contudo, somente em algumas poucas exceções estas articulações foram estudadas de modo mais sistemático, como o caso das “atitudes”, dos “valores sociais” (particularmente no estudo das RS dos Direitos Humanos) e do conceito de Ideologia. O lugar da TRS no campo da psicologia social continua sendo palco mais de explorações iniciais ou de declarações de interesse do que de um programa de consolidação teórico-conceitual. Especialmente este quadro cria situações embaraçosas nas quais algumas noções parecem muito próximas sem que se possa chegar a uma integração satisfatória, tais como a noção de “pertença” (membership) e “implicação”; ou “zona muda”, “estereótipo” e preconceito, como exemplos. Assim, o GT se propõe a um programa de discussões e pesquisas que vise a integrar ou articular noções/conceitos/teorias do campo que se encontram precariamente anexas à TRS. Uma importante linha de trabalho foi desenvolvida durante seis anos no projeto “Imaginários e Representações Sociais do Brasil e da Escola” (2001-2006), como parte do grupo de trabalho Imaginários Latinoamericanos do LEPS-MSH, com financiamento da FAPESP, FCC, e apoio da FUJB-UFRJ, cujo resultado mais contundente foi o livro organizado por Angela Arruda e Martha de Alba (UAM), “Espacios imaginários y representaciones sociales” (Barcelona,

2007). Teses e dissertações oriundas do projeto comporão uma outra coletânea que está pronta e deve ser publicada no próximo ano. Vários artigos foram e estão sendo publicados com o material da pesquisa, assim como conferências e simpósios em conferências internacionais sobre RS se apoiaram nele. III) Representações Sociais e o Campo da Saúde: A produção do GT em torno da relação entre representações sociais e saúde no biênio anterior apresentou-se mais focalizada na questão do envelhecimento. Duas iniciativas integradas se destacaram: a solidificação da relação com o Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade de Évora, e o início do “Projeto de Cooperação Internacional sobre o Envelhecimento” desenvolvido por pesquisadores do Brasil e Portugal, com participação dos membros deste eixo que compõem o GT, a saber: Antonia Silva Paredes Moreira, Angela Arruda, Brígido Vizeu Camargo, Clélia Maria Nascimento-Schulze e Edson A. de Souza Filho. Para o atual biênio, sem deixar de consolidar as contribuições sobre representações sociais, envelhecimento e saúde; sobretudo com os primeiros resultados das pesquisas que envolvem o referido projeto de cooperação, os membros deste grupo de trabalho integrados neste eixo estarão envolvidos com a implantação de uma rede internacional ou centro internacional (ainda não está decidido se seria uma rede ou centro) de pesquisas sobre RS da saúde. Esta rede ou centro será composto de pesquisadores em RS que produzem trabalhos científicos sobre RS e saúde, e o foco das novas pesquisas serão os seguintes: aids, envelhecimento, práticas de saúde, história dos serviços de saúde e tecnologias, economia da saúde e popularização dos conhecimentos científicos sobre

saúde. Os membros do GT mencionados, juntamente com colegas portugueses e brasileiros, da psicologia e de outras áreas ligadas à saúde, realizarão pesquisas que avancem a compreensão das relações entre o fenômeno das representações sociais e as práticas de educação, prevenção e cuidados com a saúde. Três destes colegas poderão em momento posterior ser convidados deste GT: Luiz Fernando Rangel Tura (Brasil), Jorge Jesuino e Manuel José Lopes (Portugal). Para o biênio 2010-2012, este eixo prevê três tipos de atividade: a) trabalho conjunto entre os membros do eixo e do GT como participação em bancas de trabalhos de pós-graduação e apresentações conjuntas em congressos científicos; b) Análise de dados e publicação conjunta de resultados de pesquisas relativas ao “Projeto de Cooperação Internacional sobre o Envelhecimento”; e c) Participação na elaboração de projetos de pesquisa que constarão da implantação da Rede Internacional ou Centro Internacional de Pesquisas sobre RS da Saúde, sobretudo quanto aos tópicos da aids, envelhecimento e popularização dos conhecimentos sobre saúde e sobre o envelhecimento.

3. Participantes

1. Pedro Humberto Faria Campos – UCGO (Coordenador)
2. Alcina Maria Testa Braz da Silva – USO
3. Angela Arruda – UFRJ
4. Antonia Oliveira Silva – UFPB
5. Brígido Vizeu Camargo – UFSC
6. Clarilza Prado – PUC/SP
7. Clélia M. Nascimento-Schulze – UFSC
8. Daniela B. S. Freire Andrade – UFMT
9. Edna Maria Q. de Oliveira Chamon – UNITAU

10. Edson A. de Souza Filho – UFRJ
11. Silvana Carneiro Maciel – UFPB
12. Pedrinho A. Guareschi – UFGRS

GT 55 – Saúde comunitária

1. Histórico

O GT de Saúde Comunitária surge em decorrência de uma trajetória de muitos psicólogos com formação social, que acreditam que a Saúde é um bem de todos e seu cuidado consiste em uma responsabilidade compartilhada de cientistas e comunidade. Vários membros deste grupo vêm trabalhando faz anos em ações e produções conjuntas que visam promover a Saúde no âmbito da Comunidade. Quatro membros do atual grupo procedem do GT de Psicologia Comunitária, mas no decorrer de sua trajetória foram identificando-se com projetos vinculados a área da Saúde e Bem-estar, especialmente de jovens e população adulta. São eles: Rosalina da Silva, Sheila Câmara, Anamélia Franco e Jorge C. Sarriera. Todos eles trabalham ou tem trabalhado com equipes interdisciplinares no âmbito da Saúde Coletiva, mas suas bases formativas se inserem na Psicologia Social Comunitária, marcando o lugar da Psicologia e seu papel numa concepção de Saúde onde a comunidade é a protagonista e co-responsável. Quatro membros do grupo (Enrique Saforcada, Susana Rudolf, Marta Martínez e Martín de Lellis), são pesquisadores docentes de países do Mercosul, que já participaram na ANPEPP anterior no GT de Psicologia Comunitária e que há quatro anos atrás, junto com os professores Sheila Câmara e Jorge Sarriera, iniciaram a promover os Congressos Multidisciplinares de Saúde Comunitária do Mercosul, em Buenos Aires, Montevideo, Assunção e em Gramado-RS(2009).. A proposta de inclu-

são de colegas de outros países latino-americanos no GT faz parte da política de internacionalização da ANPEPP, marcando um espaço comum de discussão e planejamento de ações que facilitem o acesso aos recursos das agências de fomento e o aprimoramento dos cursos de pós-graduação e da pesquisa na América Latina. Sete membros são novos no grupo, porém já com marcante trajetória na área da Saúde e Trabalho Comunitário, com maturidade científica e experiência profissional, que virão contribuir marcadamente no avanço nos estudos, pesquisas e promoções que o GT pretende desenvolver. O GT de Saúde Comunitária vem preencher uma lacuna com relação aos demais GTs da ANPEPP onde enfoques de temáticas específicas, ou grupos vulneráveis, ou contextos institucionais, delimitam o que para nós tem que ser extensivo a todo cidadão, entendendo a Saúde Comunitária protagonizada pela própria Comunidade, como a seguir explicitamos: Uma nova forma de olhar o contexto da saúde vem se fortalecendo nos últimos anos através de conhecimentos e práticas em saúde das populações em geral, diferentes daquelas procedentes do contexto acadêmico. Denominamos Saúde Comunitária o entendimento da saúde a partir de saberes populares integrativos e holísticos, na contramão dos enfoques dissociados da academia tradicional. No entanto alguns setores da Saúde Coletiva e especialmente da Psicologia Social e Comunitária, no seu trabalho junto populações carentes, menos dominados pelo paradigma médico-assistencial, tem conseguido maior abertura e escuta das comunidades para reconhecer a grande importância que os saberes populares têm para essas populações como formas de resiliência e sobrevivência em condições extremas. Como características do

novo paradigma em Saúde Comunitária destacamos o ator principal do processo, a Comunidade, e como coadjuvantes a Equipe Técnica, sendo a comunidade a co-responsável pelas decisões sobre ações em saúde, projetos e programas. Focaliza-se estrategicamente na Saúde Positiva, Epidemiologia Positiva, Psicologia Positiva, sendo o centro de estudo a Saúde (Promoção) e não na Doença (Prevenção). O fato da comunidade ser o ator principal nos programas e políticas de saúde relaciona-se diretamente com o poder, a ética e a racionalidade científica. A comunidade dona da sua saúde e possuidora do poder de decisão sobre a mesma, será muito mais saudável e terá mais longevidade que quando ela se sente alienada, como já atestam estudos recentes em varias áreas das ciências, especialmente da Psicologia.

2. Objetivos e propostas de trabalho

- Reunir esforços na promoção da saúde e no desenvolvimento de pesquisas e atividades que visem solucionar ou mitigar os problemas que afetam o bem-estar das comunidades; - Incrementar a capacidade de pesquisa e desenvolvimento, tanto tecnológico como de recursos humanos, e as possibilidades de fortalecimento das ações que desenvolvem na atualidade ou aquelas que no futuro sejam implementadas junto com as comunidades; - Aprofundar na construção do paradigma de Saúde Comunitária e no Desenvolvimento de estratégias que fortaleçam a participação comunitária; - Incrementar o intercâmbio de todos os membros do GT através do desenvolvimento de ações conjuntas e do avanço na investigação da Saúde Comunitária. **Metas previstas:** a) Proposição conjunta de programas e projetos de interesse mútuo; b) Definição de estratégias fi-

nanceiras para os programas propostos conjuntamente; c) Designação respectiva das pessoas responsáveis de explorar as áreas identificadas anteriormente; d) Apresentação conjunta de trabalhos em congressos, jornadas ou oficinas, assim como a apresentação de trabalhos para sua publicação em livros ou em periódicos científicos ou de divulgação cultural; e) Intercâmbio de material bibliográfico e técnico; f) Organização de congressos, conferências, oficinas, seminários e cursos, sobre temáticas que possam interessar às partes.

3. Participantes

1. Jorge Castellá Sarriera – UFRGS-RS (Coordenador)
2. Anamélia Lins e Silva Franco – UC-SA-Bahia
3. Cléria Maria Lôbo Bittar Pucci Bueno – UNIFRAN-SP
4. Enrique Saforcada – Universidad de Buenos Aires – UBA-ARG
5. Lélío Moura Lourenço – UFJF-MG
6. Maria Angela Mattar Yunes – FURG-RS
7. Maria Lúcia Magalhães Bosi – UFRJ
8. Marta Raquel Martínez Cáceres – UCA / UNA-Paraguai
9. Martín de Lellis – UBA-ARG
10. Mônica de Andrade Morraye – UNIFRAN-SP
11. Rosalina Carvalho da Silva – UNIFRAN-SP
12. Sheila Gonçalves Câmara – PPGSC – ULBRA-RS
13. Susana Rudolf – URU-Uruguai
14. Telmo Mota Ronzani – UFJF-MG
15. Verônica Morais Ximenes – UFC

GT 56 – Subjetividade contemporânea

1. Histórico

O GT Subjetividade Contemporânea teve início por ocasião do VII Simpósio da ANPEPP, ocorrido em 1998 em Gramado. O referido Simpósio ofereceu a oportunidade de intensificar e consolidar um trabalho conjunto de um grupo de professores e pesquisadores que já possuíam anteriormente atividades em parceria. Caracterizou-se, desde o início, como um grupo que procurou fazer uma discussão transdisciplinar, em função do próprio tema: a subjetividade contemporânea. Atualmente o grupo está assim constituído: Suely Rolnik (coordenadora), Virginia Kastrup, Peter Pál Pelbart, Eduardo Passos, Silvia Tedesco, Cristina Rauter, João Leite, Lílina da Escóssia Melo, Elizabeth Araújo Lima, Luis Eduardo Aragon, Flávia Liberman, Maria Cristina G. Vicentin e Laura Pozzana de Barros. As duas últimas integrantes participam como membros do grupo pela primeira vez. Estarão ausentes neste encontro parceiros envolvidos com outros compromissos anteriormente agendados para a mesma data, mas que retornarão no próximo Simpósio. O GT reúne neste momento 13 pesquisadores ligados a 6 programas de pós-graduação, de 6 universidades, em 4 estados brasileiros.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O objetivo do GT é o de estabelecer um diálogo de trabalho entre diferentes iniciativas de pesquisa em torno do tema: subjetividade contemporânea e os desafios metodológicos da pesquisa-intervenção. Os integrantes do GT têm apresentado uma produção significativa voltada para a análise crítica e a invenção de dispositivos de ação que respondam aos desafios que se apresentam neste campo hoje, o que implica abordagens complexas e investimentos transdisci-

plinares (psicologia, filosofia, ciência, arte e política; e, dentro das ciências da saúde, psicologia cognitiva, psicologia social, psicologia clínica, terapia ocupacional e saúde coletiva). Os trabalhos a serem apresentados neste encontro da ANPEPP orientam-se pela metodologia da pesquisa-intervenção, apresentando cartografias concretas que se organizam em três eixos: 1. Subjetivação, Práticas Clínicas e Saúde Coletiva: a) dispositivo grupal de problematização da experiência do medicar-se no CAPS (Eduardo Passos); b) estudo dos usos da noção de subjetividade e noções correlatas na literatura, nos documentos governamentais e nas práticas de promoção da saúde (João Leite); c) problematização da abordagem clínica junto ao “autista” por meio de uma analítica das linhas de subjetivação e das dificuldades vividas no entre dos autistas com suas famílias, escola, sistema médico e a abordagem multiprofissional. (Luis Eduardo Aragon); d) a problematização das práticas clínicas voltadas ao uso de substâncias psicoativas e suas relações com o biopoder e a biopolítica (Silvia Tedesco); e) Estudo de espaços e práticas coletivas na rede de atenção e gestão do SUS, definindo-os como dispositivos de produção de saúde e de subjetividade (Lílina da Escóssia). 2. Subjetivação, violência, biopoder e práticas jurídicas: a) A questão do mau (mal) e da violência (Cristina Rauter); b) Práticas de justiça restaurativa nos sistemas de justiça e de socioeducação juvenil (Maria Cristina G. Vicentin); c) biopolítica, biopoder, subjetivação e dessubjetivação (Peter Pál Pelbart). 3. Subjetivação, corpo e práticas estéticas: a) cartografia de práticas estéticas que fazem atravessarem-se arte, clínica, produção de saúde, subjetividade, corpo e vida coletiva (Elizabeth Lima); b) exame de estratégias

no campo da arte que podem funcionar como dispositivos de alteração das relações entre videntes e não videntes e análise dos programas de acessibilidade para cegos em museus de arte (Virginia Kastrup); c) investigação de oficina de movimento e expressão com deficientes visuais (Laura Barros); d) Cartografias femininas: corpendo um dispositivo com mulheres da Zona Noroeste - Baixada Santista (Flavia Liberman); e) O retorno do recalco colonial: práticas de ativação da potência poético-política (Suely Rolnik). Quanto à metodologia de trabalho do GT no XIII Simpósio da ANPEPP, decidimos manter a mesma dos encontros anteriores, por ter se revelado produtiva. Enfocaremos os pontos problemáticos das diferentes pesquisas, mais do que seus resultados já consolidados. Para tal, propusemos que cada integrante do GT formule sua problemática em cinco laudas a serem encaminhadas ao grupo com a antecedência de 30 dias do início do Simpósio. Em cada uma das sessões do GT três ou quatro expositores apresentarão suas respectivas problemáticas. Para cada sessão serão definidos um coordenador do debate e um relator. Na última sessão será realizada a avaliação do trabalho desenvolvido no encontro, bem como a definição dos encaminhamentos para atividades conjuntas no futuro. Os resultados dos debates serão publicados na forma de uma coletânea de artigos, conforme foi feito no encontro anterior (Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos. Curitiba: CRV, no prelo). Espera-se que essa dinâmica, focada mais nos problemas do que nas soluções, favoreça, mais uma vez, a fecundidade do trabalho em grupo. Além disso, a organização dos trabalhos por eixos temáticos prevê trocas entre os pesquisadores e seus respecti-

vos grupos de pesquisa por meio de rede virtual e a participação em eventos a serem propostos e organizados conjuntamente. Mantendo e ampliando os resultados que o grupo já vem apresentando, pretende-se trabalhar na elaboração de artigo conjuntos; cooperar na qualificação de novos pesquisadores na área; e promover redes que integrem diferentes universidades e grupos de pesquisa, e que articulem pesquisa e intervenção nas áreas de investigação que têm sido trabalhadas pelos pesquisadores deste grupo.

3. Participantes

1. Suely Rolnik – PUC-SP (Coordenadora)
2. Virginia Kastrup – UFRJ
3. Peter Pál Pelbart – PUC/SP
4. Eduardo Henrique Passos – UFF
5. Silvia Tedesco – UFF
6. Cristina Rauter – UFF
7. João Leite Neto – PUC-Minas
8. Liliana da Escóssia Melo – UFS
9. Elizabeth Araújo Lima – USP
10. Flávia Liberman – UNIFESP
11. Luis Eduardo Aragon – PUC/SP
12. Maria Cristina Gonçalves Vicentin – PUC-SP
13. Laura Pozzana de Barros – UFRJ

GT 57 - Subjetividade, conhecimento e práticas sociais

1. Histórico

O GT “Subjetividade, conhecimento e práticas sociais” foi criado em maio de 1998, por ocasião do VII Simpósio Nacional de Pesquisa e Intercâmbio Científico, ocorrido em Gramado/RS. A iniciativa de constituir o GT coube a professoras ligadas ao PpgPsi da UFRGS que, em contato com colegas do PpgPsi da UFSC, buscaram identificar interes-

ses que permitissem constituir uma rede com representação nacional de pesquisadores em Psicologia. Emergia assim um GT que, ao longo dos últimos Simpósios, vem fortalecendo o intercâmbio e consolidando parcerias. Já em 1999 o GT organizou uma Edição Temática da Revista de Ciências Humanas, intitulada “Psicologia social” (http://cfh.ufsc.br-revista/edicoes_tematicas.htm) com artigos dos membros do Grupo de Trabalho. Motivos variados impediram alguns dos integrantes de participar do VIII Simpósio, realizado em Serra Negra, o que de certa forma gerou a necessidade de reestruturar o grupo e sua proposta. Esse delineamento foi feito no IX Simpósio, em Águas de Lindóia/SP. O trabalho ali compartilhado e, principalmente, a intensidade dos encontros, reafirmaram os múltiplos fios que compõem, na diversidade, uma rede comprometida com vários aspectos, dos quais se destacam: a questão da subjetividade; a questão das diferenças; o compromisso com questões sociais e políticas; as reflexões sobre as dimensões éticas, políticas e estéticas da pesquisa em Psicologia. Esse elenco de temáticas inter-relacionadas foi tratado nos encontros subsequentes, em Vitória e Florianópolis. Nesses momentos foi possível multiplicar os fios que nos entrecruzam e ao mesmo tempo estabelecer possibilidades para o próprio GT. Um dos frutos desse trabalho coletivo foi a organização de um número temático da revista Psicologia & Sociedade – ABRAPSO, 2004, intitulado “Práticas Avaliativas e Produção de Conhecimento” (<http://www.scielo.br/psoc>). Outro fruto consiste no livro “Práticas Psi: Inventando a vida”, organizado por Esther M. Arantes, Maria Lívia do Nascimento e Tânia Mara Galli Fonseca. Os autores dos diferentes capítulos são os membros do GT. O livro foi lan-

çado pela editora EDUFF, em 2007. Em 2008, no Simpósio realizado em Natal, reafirmamos o nosso compromisso com a produção de uma Psicologia atenta às diferenças e aos mecanismos sociais de sua negação. Interessou-nos, sobretudo, a produção e divulgação de estratégias de potencialização da vida e, nesse sentido, guiadas pela possibilidade do devir, provocando a produção coletiva de reflexões metodológicas consoantes com esses fundamentos. Nesse sentido, em 2008, o GT comparece com mais um trabalho coletivo, publicando textos na Revista Informática na Educação. Teoria & Prática (www.pgie.ufrgs.br/revista) e textos na revista Psicologia Clínica vol. 20.2, cuja temática versou sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Da mesma forma, torna-se importante destacar os intercâmbios entre pares do GT com relação a participações em bancas, ocasiões frutíferas também para conversações e encontros acadêmicos relacionados à pesquisa.

2. Objetivos e propostas de trabalho

O principal objetivo de nosso encontro será a discussão de verbetes para o Abecedário da pesquisa que se encontra em organização, bem como os agenciamentos financeiros possíveis tendo em vista constituir um suporte para a publicação da obra em 2010. Dessa vez receberemos 2 membros novos como efetivos do GT e 3 convidadas, o que enseja a ampliação de nossa rede associativa para outras regiões do País, assim como a inclusão de novos temas e referenciais para a discussão de nossas agendas de pesquisa. Tal como tem sido praticado em outros Simpósios, objetiva-se a preparação de participações conjuntas em publicações científicas, Congressos e Encontros da área e a articulação com

colegas de outros GT's com vistas a fazer consistir o processo associativo já desencadeado com base em afinidades teórico-metodológicas e que facilitem a proliferação de uma agenda coletiva de trabalho expandida. Da mesma forma, pretende-se examinar as possibilidades de termos de cooperação - subsidiados e fomentados pela Capes - entre Programas de Pós-graduação aos quais pertencem os membros de nosso GT. Estando o nosso objetivo principal relacionado a fazer avançar a já iniciada organização de um Abecedário de Pesquisa, abaixo relacionamos algumas das referências da proposta da obra, ainda que as mesmas venham sofrer alterações: Título: ABECEDÁRIO DA PESQUISA (título ainda não completo). Organizadoras: Tania M. Galli Fonseca, Maria Lívia do Nascimento e Cleci Maraschin. Prazos: envio dos textos de verbetes: março de 2010. A proposta: Porque um abecedário? E que tipo de abecedário? Inspirado no Abecedário de Deleuze, este livro deve criar um abecedário a partir de palavras propostas pelo processo de pesquisar. O alfabeto, como sabemos, compõe-se de letras. Aprendemos a ler e escrever combinando-as para formar palavras, depois frases. As mesmas letras não se encontram em toda a parte, em todas as palavras, mas cada um possui sua peculiar posição na enunciação desejada. Temos, assim, letras como elementos, relações entre estes e as singularidades produzidas pela agregação relacional dos elementos. Pelo "brainstorming" que as organizadoras produziram em 2009, com base nas sugestões colhidas durante o último Simpósio Anpepp realizado em Natal, vimos ser insuficiente uma letra abarcar os sentidos disparados. Por isso pensamos numa gagueira, a,a,a ... uma vez que as letras se repetiriam, duas, três

ou mais vezes segundo a sua correspondência com os sentidos-conceitos que nos aprouvesse demarcar. Cada letra, poderá repetir-se para fazer proliferar uma série de sentidos que lhe são correlatos e possíveis no escopo do pesquisar. Série feita de multiplicidades. Cada autor desenvolveria três verbetes, e ao final, todos os verbetes ressoariam uns nos outros. Os autores terão liberdade para utilizar seus referenciais e estilo de escrita, afirmando, contudo, a pesquisa como invenção/criação. O Abecedário da Pesquisa deve afirmar um modo especial de fazer pesquisa, deve constituir-se como obra de um coletivo, sendo produto do encontro com uma pequena multidão de amigos e colegas do território nacional e internacional. Escolhemos palavras emergentes dos atos de pesquisar, traduzidas em verbos no infinitivo, a serem conjugados nos "usos" e na pragmática da pesquisa científica. Verbos que traduzam o plano de ações ainda por vir, situados no plano de uma indeterminação e de uma impessoalidade constituída de multiplicidades virtuais. Uma espécie de um caso nos modos de pesquisar, de escrever, de amar o que não se sabe, de constituir o leitor essencial, o "último leitor" do mundo, que o reinventa pela implicação, que o explica sem separar-se de si, que o experimenta através da enação e do colocar-se em atividade através de uma cognição que indissocia objetivação e subjetivação. Um caso de pesquisa que é constituído não como problema a resolver, mas como o próprio problema que gera novas problematizações e novas perguntas. Amar, buscar, implicar, traduzidos em ações de um combate contra o pensamento sedentário e representacional. Abrir a ciência para os domínios dos dramas, juntar-lhe afectos, perceptos e conceitos. Reunir o homem despeda-

çado pela racionalização que prevalece nas ciências humanas. Constituir uma estética e uma ética que se ligam à vida e ao compromisso de expandi-la através de gestos de autoria que menos do que falarem de um sujeito personalógico e de um Eu identitário e compacto, posiciona o pesquisador como portador e executante de uma função-autor, pela qual se constitui o leitor, aquele outro que, pelas afecções, sensibilidades e contágios, também se torna produtor de sentidos.

3. Participantes

1. Esther Maria de Magalhães Arantes – PUC-Rio / UERJ (Coordenação)
2. Andréa Vieira Zanella – UFSC
3. Cleci Maraschin – UFRGS
4. Lília Ferreira Lobo – UFF
5. Margarete Axt – UFRGS
6. Maria Elizabeth Barros e Barros – UFES
7. Maria Juracy Filgueiras Tonelli – UFSC
8. Maria Livia do Nascimento – UFF
9. Tânia Mara Galli Fonseca – UFRGS
10. Flavia Cristina Silveira Lemos – UFPA
11. Kléber Prado Filho – UFSC
12. Fernanda Spaniel Amador – UNISC
13. Gislei Lazzarotto – UFRGS
14. Karla Galvão Adrião – UFPE

GT 58 – Subjetividade, ensino e aprendizagem

1. Histórico

A questão da subjetividade vem sendo discutida com muita ênfase nas últimas décadas, quando se percebeu que diversas situações humanas vividas pela sociedade contemporânea podem ser compreendidas quando analisadas

a partir da subjetividade. Ela permeia o modo de estar no mundo e o trabalho humano em geral, afetando, no caso de alunos e professores, seus processos de aprender e de ensinar. Em uma sala de aula, alunos e professor, além de compartilharem um espaço físico, compartilham-se como pessoas, ou seja, interagem como sujeitos, constituindo-se mutuamente em sua subjetividade. Desde o início da trajetória escolar, eles carregam para a escola não só a cultura de seus grupos de pertencimento, mas a imersão de suas culturas em algo bastante profundo: as suas singularidades. Assim, professores e alunos inserem-se em seus processos de ensino e aprendizagem perfazendo suas trajetórias de vida, continuando suas constituições enquanto pessoas nas novas e importantes experiências em um espaço social específico. Sem dúvida, serão marcados por muitas experiências que irão constituindo suas subjetividades. Entretanto, por nossas experiências em pesquisas e atuação em escolas, podemos afirmar que os aspectos subjetivos de alunos e professores, suas emoções e, fundamentalmente, os sentidos que produzem nos processos de aprendizagem e de ensino têm sido pouco considerados. Em geral, a concepção prevalecente é a de que oferecendo informações, conteúdos, ou trabalhando apenas a racionalidade haverá mudanças significativas em seus processos de aprender e de ensinar. Essa pode ser uma das razões pelas quais tantos programas pedagógicos implantados nas escolas, mostram-se ineficazes uma vez que não têm produzido ações transformadoras em sala de aula. (Placco & Silva, 2000). Temos nos convencido de que um importante alerta sobre o peso dos aspectos anteriormente citados pode ser trazido a partir dos estudos e pesquisas que se abrem para a conside-

ração e compreensão da subjetividade humana nos processos de aprender e de ensinar. A teoria da subjetividade de González Rey (1997, 2003, 2004, 2006) , tem nos permitido avançar nessa reflexão e nela estão propostas categorias que ajudam na compreensão da pessoa em sua singularidade, no contexto das múltiplas experiências nos diferentes espaços de sua vida social, o que nos possibilita adentrar de forma simultânea nos contextos, nas histórias de alunos e professores, criando condições para que se realize um trabalho psicológico e pedagógico que signifique avanços nos desenvolvimentos desses sujeitos. Com base nessas possibilidades, nós pesquisadores deste GT nos reunimos para oportunizar a incorporação de conhecimentos sobre os aspectos subjetivos nos processos de ensino e aprendizagem, seja no campo da pesquisa visando o intercâmbio científico e acadêmico entre pesquisadores do Brasil e do Exterior, seja na realização de trabalhos conjuntos, seja na divulgação da pesquisa na área da Psicologia e da Educação, seja no desenvolvimento de programas de formação de psicólogos educacionais e educadores, possibilitando assim, a produção de novos conhecimentos e intervenções que contribuam para a qualificação desses profissionais, e conseqüentemente para melhoria de suas atuações nos processos de ensino e aprendizagem. O GT é composto por 17 (dezessete) participantes (doutores/docentes/pesquisadores) que atuam em 13 (treze) diferentes instituições de ensino superior, localizadas em 7 (sete) Estados brasileiros e no Distrito Federal, expressando representatividade e diversidade de instituições acadêmicas e regiões do Brasil, em consonância com as recomendações da ANPEPP. Os integrantes do GT que propomos vêm

trabalhando em parceria em pesquisas, publicações e apresentações de trabalhos em congressos, visando avanços de estudos sobre o tema Subjetividade, Ensino e Aprendizagem. Essas atividades serão apresentadas no item 4 deste formulário.

2. Objetivos e proposta de trabalho

- Discutir e definir diferentes procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa sobre a temática do grupo de trabalho.
- Promover intercâmbio de pesquisas sobre Subjetividade, Ensino e Aprendizagem entre universidades e centros de pesquisas do Brasil e do Exterior.
- Incentivar a formação de pesquisadores em Psicologia e Educação que tenham interesse em desenvolver linhas de pesquisa sobre o tema Subjetividade, Ensino e Aprendizagem.
- Incentivar a participação conjunta de alunos dos cursos de pós-graduação stricto-sensu e pós graduação lato-sensu em grupos de pesquisa com a temática Subjetividade, Ensino e Aprendizagem.
- Promover a divulgação de trabalhos científicos sobre Subjetividade, Ensino e Aprendizagem produzidos no Brasil e no Exterior, através da participação em Congressos, seminários, simpósios e reuniões de interesse da pesquisa e da pós-graduação em Psicologia.
- Colaborar com outras universidades e sociedades científicas nacionais e internacionais evidenciando a realidade brasileira em relação à pesquisa e à pós-graduação em psicologia.
- Delinear pesquisas e publicações conjuntas.
- Publicar artigos em periódicos científicos relevantes da área da Psicologia.
- Participar de eventos científicos apresentando trabalhos desenvolvidos pelo GT.
- Ampliar o número de participantes do GT procurando diversificar sua origem local e institucional.
- Dis-

ponibilizar na internet material bibliográfico produzido individualmente ou pelo GT permitindo seu acesso à pesquisadores, professores e alunos. - Delinear pesquisas e publicações conjuntas

3. Participantes

1. Beatriz Judith Lima Scoz – UNIFIEO-SP (Coordenadora)
2. Fernando Luiz González Rey – UNICEUB-DF
3. Albertina Mitjáns Martínez – UnB-DF
4. Alexandra Ayach Anache – UFMS-MS
5. Ana Angélica Albano – UNICAMP-SP
6. Ana Valéria Fortes – UFP-PI
7. Cristina Madeira Coelho – UnB-DF
8. Eliane Santos Souza – UFB-BA
9. Eloísa Quadros Fagali – Instituto Sedes Sapientiae-SP
10. Geisa Nunes de Souza Mozzer – UFG-GO
11. Maria Carmen Villela Rosa Tacca – UnB-DF
12. Maria de Fátima Bruno de Faria – UnB-DF
13. Maria Eleusa Alves Montenegro – CNPq-DF
14. Sebastião Rogério Gois Moreira – UNIPAC-MG
15. Valéria Deusdará Mori – UNICEUB-DF
16. Vannuzia Leal Andrade Peres – UCG-GO

GT 59 – Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade

1. Histórico

O Grupo de Trabalho “Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade” iniciou suas atividades no

XI Simpósio realizado em Florianópolis (2006). A formação do GT decorre das preocupações com fenômenos e problemas do trabalho e dos processos organizativos que se apresentam na contemporaneidade no contexto de uma sociedade de capitalismo periférico. A temática do grupo torna-se especialmente relevante a partir das últimas décadas do século XX com a chamada “crise estrutural do capitalismo”, evidenciada através de sucessivas crises econômicas, anunciadas pela mídia, com especial destaque para os desdobramentos da crise financeira em curso desde o segundo semestre de 2008. Dentro deste contexto macro-social se inserem os diferentes e multifacetados objetos de estudo dos pesquisadores que compõem este GT. Estes objetos de pesquisa têm sido construídos pelo olhar de uma tradição crítica da psicologia social, a qual acolhe diversas perspectivas teórico-metodológicas. As preocupações acima têm orientado pesquisas sobre um amplo leque de temas no campo dos estudos sobre trabalho e processos organizativos, tais como: desemprego e processos de exclusão social; autogestão e cooperativismo; subjetividade e saúde; cotidiano, trajetórias e memórias do trabalho. A unidade temática “trabalho e processos organizativos” abre possibilidades para investigar situações que se apresentam em empresas privadas, públicas, autogestionárias e em organizações comunitárias; o trabalho no mercado formal e informal; o trabalho urbano e rural; o trabalho nos setores primário, secundário e terciário; segmentos sócio-profissionais e etários, a divisão por sexo e gênero etc... Vários membros desse GT fazem parte de um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, desde 2003, sob o mesmo nome. Entretanto, o intercâmbio entre pesquisadores do GT dá-se antes dessa época

e em espaços extra-acadêmicos. Alguns componentes desse grupo tiveram suas trajetórias acadêmicas forjadas pelo diálogo estreito com representantes do movimento social e com os formuladores e implementadores de políticas públicas nas áreas de Trabalho/Emprego e de Saúde do Trabalhador. No espaço acadêmico o diálogo ocorre por meio da participação em congressos nacionais e internacionais de diferentes associações científicas (como ABRAPSO, SIP e SBPOT⁵), eventos regionais, bancas (concursos, teses e dissertações), publicações conjuntas e editoria de periódico científico. Essas atividades possibilitam discutir as pesquisas em andamento e/ou concluídas, bem como a feitura de publicações conjuntas. Entre estas, cabe destacar a publicação em 2007 do livro “Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais” (Editora UFC/Edufscar), organizado por Izabel Cristina Borsoi e Rosemeire A. Scopinho, o qual conta com capítulos das organizadoras, de Maria Chalfin Coutinho e com apresentação de Leny Sato. Outra forma de colaboração entre os integrantes do GT ocorre através do periódico *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, editado por Fábio de Oliveira e Leny Sato, que tem a participação de outros integrantes deste GT como membros do corpo editorial, autores e/ou avaliadores de artigos. Refletindo a atividade coletiva do GT, principalmente a ocorrida no XI Simpósio da ANPEPP, tem-se a edição especial do periódico da ABRAPSO, *Psicologia & Sociedade - Trabalho e Constituição do Sujeito na Contemporaneidade* (V. 19, Edição Especial 1, 2007). Maria Chalfin Coutinho e Suza-

na da Rosa Tolfó foram as editoras desse número especial, no qual foram publicados os oito papers elaborados pelos participantes do GT que foram aprimorados no debate no XI Simpósio. *Psicologia & Sociedade* trata-se de periódico *Qualis A*, com de ampla circulação no meio acadêmico e profissional brasileiro. Outra publicação que congrega a produção do GT encontra-se em fase de finalização e deverá ser lançada durante o XIII Simpósio. Trata-se de número especial dos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (v.12, n.2, 2009) que terá como editores Fábio de Oliveira, Izabel Cristina Borsoi e Leny Sato. Serão publicados artigos que foram objeto de debate no XII Simpósio da ANPEPP, ocorrido em Natal (RN). No biênio 2008-2010 as professoras Regina Heloisa Maciel, da UNIFOR e Márcia Hespanhol Bernardo da PUC de Campinas foram integradas ao GT e a coordenação do GT foi exercida por Leny Sato e Maria Chalfin Coutinho. Em 17 de setembro de 2009 o GT promoveu o Encontro “Juventude e trabalho na contemporaneidade”, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). A proposta do evento foi de criar um espaço aberto e horizontal de discussão entre profissionais, pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação utilizando uma dinâmica de “sala redonda”. Avisos sobre o evento foram amplamente distribuídos, inclusive pelo site da USP. Sete membros do GT prepararam pequenos textos no estilo de resumos expandidos que foram distribuídos anteriormente para todos os inscritos. As atividades do dia foram divididas em duas partes, com debate de três textos de manhã e quatro à tarde. Após uma breve apresentação dos textos (10-15 minutos cada) a discussão foi aberta para os presentes na sala com a orientação de entrar no debate e evitar o

5. ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social; SIP – Sociedade Interamericana de Psicologia e SBPOT – Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho.

tradicional pergunta e resposta. Pessoas se inscreveram para falar, incluindo os membros do GT sem distinção de posição. Como resultado, aproximadamente 67% do tempo foi dedicado à discussão e somente 33% para as apresentações. Estiveram presentes quase 100 pessoas de diversos estados do Brasil: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Na avaliação feita no final do dia, muitos dos presentes comentaram da importância de ter espaços mais abertos de discussão e quebrar a separação de “mesa” e “auditório”. Para os membros do GT o evento serviu não somente para aprofundar as questões sobre a juventude e trabalho, mas também de oferecer uma importante re-conexão com uma comunidade mais ampla de profissionais, professores e alunos. Outras atividades de intercâmbio estão abaixo identificadas.

2. Objetivos e propostas de trabalho:

Objetivo geral do GT: Pretende-se dar continuidade aos estudos sobre a vida cotidiana, tendo como referência o trabalho e os processos organizativos que potencializam e os que constroem as formas de viver, bem como as estratégias individuais e/ou coletivas de enfrentamento dos problemas com os quais os trabalhadores se defrontam. Tal objetivo, considerando o atual contexto e os temas de interesses dos membros do GT, desdobra-se em **seis** linhas de pesquisa a) diferentes formas de inserção no trabalho, desemprego e processos de exclusão social; b) autogestão e cooperativismo; c) identidades, subjetividades e produção de sentidos no trabalho; d) cotidiano e processos organizativos; e) trajetórias, carreiras e memórias do trabalho; f) trabalho, subjetividade e saúde. **Objetivos específicos do GT para**

o XIII Simpósio da ANPEPP: - discutir achados de pesquisas atualmente em desenvolvimento pelos participantes do GT, em seus aspectos temático e teórico-metodológico; - construir uma agenda de novos temas, problemas e métodos de investigação que as pesquisas ora em desenvolvimento pelos membros do GT têm apontado, com vista ao estreitamento do intercâmbio científico; - discutir as dimensões ética e política das pesquisas em desenvolvimento; - construir uma agenda de atividades do GT para o próximo biênio, de modo a elencar eventos e projetos de pesquisa que possam congrega os integrantes do GT; - discutir, especificamente, questões relativas ao tema do XIII Simpósio: “Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção”. **Propostas de trabalho para o XIII Simpósio da ANPEPP:** As atividades a serem realizadas durante as reuniões do GT no XIII Simpósio serão norteadas pela discussão dos papers elaborados pelos participantes do GT, com base nas pesquisas desenvolvidas. Alguns deles darão continuidade às contribuições discutidas no Encontro “Juventude e trabalho na contemporaneidade”. Os papers serão socializados a todos os membros do GT antes do Simpósio, de modo a garantir a leitura prévia dos mesmos. Tal encaminhamento visa proporcionar o aprimoramento dos textos com vistas a sua publicação e a identificação de quais novos temas e/ou problemas de pesquisa se insinuam como relevantes. Planeja-se a organização destes papers na forma de artigos que, após o simpósio de 2010, serão aprimorados e encaminhados para publicação em um número especial de periódico qualificado a ser definido. Ainda durante o simpósio, pretende-se que os diversos integrantes do GT participem de diferentes fóruns, mantendo nas reuniões do GT um es-

paço para socialização dos temas debatidos nos fóruns. Planeja-se definir um novo eixo temático, dentro do tema geral de “Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade”, como norteador das atividades durante o biênio 2010-2012. Quanto às atividades voltadas à organização do GT, serão discutidas e planejadas as ações para o próximo biênio (publicações, participação e organização de eventos científicos, reuniões científicas do GT) e será realizado um balanço das atividades desenvolvidas no XIII Simpósio da ANPEPP.

3. Participantes

1. Leny Sato – USP-SP (Coordenadora)
2. Maria Chalfin Coutinho – UFSC (Coordenadora)
3. Álvaro Roberto Crespo Merlo – UFRGS
4. Fábio de Oliveira – PUC-SP
5. Izabel Cristina F. Borsoi – UFES
6. Marcelo Afonso Ribeiro – USP-SP
7. Márcia Hespanhol Bernardo – PUC-Campinas
8. Peter Spink – FGV
9. Regina Heloisa Maciel – UNIFOR
10. Rosemeire Aparecida Scopinho – UFSCar
11. Suzana da Rosa Tolfo – UFSC
12. Vera Lúcia Navarro – USP-Ribeirão Preto
13. Dulce Helena Penna Soares – UFSC
14. Tereza Gláucia Rocha Matos – UNIFOR

GT 6o – Trabalho e saúde

1. Histórico

Este GT, criado em 2006, conta com um núcleo de pesquisadores que vem desenvolvendo diversas atividades acadêmicas conjuntas como participação em congressos, bancas e publicações.

A história do grupo é recente, embora exista um núcleo de pesquisadores que desenvolvam pesquisas na área de saúde no trabalho há pelo menos 15 anos. Esse núcleo vem participando da ANPEPP desde 2002, com publicações conjuntas nos livros *Cultura e Saúde nas Organizações*, Artmed, 2004, e *Cultura e Estresse no Trabalho*, 2008, Casa do Psicólogo. Essa experiência possibilitou a criação do GT em 2006 e sua consolidação ao longo destes anos, integrando a este núcleo já articulado, outros pesquisadores com interesses e experiências nesse campo de investigação. Nesse contexto, os componentes deste GT têm várias publicações individuais e coletivas no campo da saúde no trabalho, e particularmente compartilham dos diversos pressupostos epistemológicos que guiam os estudos da inter-relação trabalho e saúde. O grupo mantém sua proposta inicial de desenvolver estudos neste campo, com base no diálogo entre as abordagens da Psicodinâmica do Trabalho, da Ergonomia da Atividade e da Sociologia Clínica. Este diálogo tem permitido construir um modo particular de apreensão do objeto, consolidar o uso de teorias críticas, e ampliar as perspectivas de interpretação dos contextos de trabalho e dos seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores. A discussão do GT nos XI e XII Simpósios, além, de gerar produtos em forma de publicação, permitiu a criação e/ou manutenção de redes entre os pesquisadores dos diferentes estados brasileiros, contribuindo com os programas de pós-graduação na formação acadêmica de alunos em nível de mestrado e doutorado. Estas redes também favoreceram a construção dos conhecimentos com base na diversidade de pesquisas empíricas, realizada nas diferentes abordagens. Em relação aos produtos do grupo, vale destacar, ao longo destes três

anos, três publicações. Como resultado do XI Simpósio, realizado em 2006, o grupo publicou: *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho*, 2007, Editora Paralelo 15 e *Trabalho e Saúde: O Sujeito entre Emancipação e Servidão*, 2008, Editora Juruá. Como produto do XII simpósio, o GT organizou o livro *Ensaio Trabalho, Violência e Sofrimento Ético*, que está submetido à publicação em edital de fomento da Finatec/UnB. Para este XIII Simpósio, o GT pretende estreitar as relações entre os pesquisadores envolvidos, consolidar e forjar seu percurso de produção conjunta, de experiência em pesquisa e em atuação na pós-graduação. Deste modo, busca contribuir para a construção de uma Psicologia Crítica do Trabalho, debatendo questões essenciais para a saúde do trabalhador, por meio da articulação conceitual de diferentes abordagens.

2. Objetivos e propostas de trabalho

A reunião de nosso grupo na ANPEPP terá como objetivos: (a) construir coletivamente propósitos e metas para produzir conhecimento no campo da saúde no trabalho; (b) aprofundar o debate teórico-metodológico acerca do estudo das relações entre trabalho e saúde, considerando as abordagens da Psicodinâmica do Trabalho, da Ergonomia da Atividade e da Sociologia Clínica; (c) discutir projetos de pesquisas, tendo em vista fomentar as orientações na pós-graduação; d) planejar uma publicação conjunta. Especificamente, o GT durante o XII Simpósio terá como tarefa central discutir a estrutura do livro a ser publicado. O livro terá como eixo temático: **Relações de dominação e modos de resistência no contexto trabalho-saúde**. Será organizado em textos/capítulos, escritos individualmente e/

ou coletivamente pelos membros do grupo. Também participarão três professores convidados a alunos de pós-graduação, que não são membros do GT. O título, um breve resumo dos textos/capítulos e os respectivos responsáveis, encontram-se descritos no quadro abaixo. A apresentação encontra-se em ordem alfabética dos autores, uma vez, que a organização final, será definida no Simpósio, bem como a reorganização, a inclusão, substituição e/ou exclusão de textos. Essa publicação deverá ter por objetivo articular as diferentes abordagens no estudo da inter-relação trabalho e saúde, tendo como eixo central questões epistemológicas, conceituais e metodológicas. Busca construir conhecimentos compartilhados que forneçam alternativas críticas ao olhar analítico hegemônico no campo da saúde no trabalho. É uma tentativa de superação do viés causalista e assistencialista, que caracteriza a produção científica e as práticas profissionais neste campo. Tal viés, invariavelmente pressupõe uma base conceitual focada no trabalhador como uma variável de ajuste e fator de produtividade. Um dos eixos de reflexão coletiva consiste em considerar como o trabalho repercute nos modos de subjetivação e, por sua vez, na saúde dos trabalhadores, considerando os problemas e desafios da modernidade. Pretende-se, ainda, promover uma discussão sobre as dimensões política, social, teórico-conceitual, técnico-assistencial da saúde no trabalho e da questão da exclusão/inclusão. Neste contexto, a publicação visa debater as os efeitos das relações de dominação em diferentes contextos de trabalho e os modos de resistência dos trabalhadores para assegurar sua saúde. **Os trabalhos no grupo serão conduzidos da seguinte forma: Elaboração de texto** – Os textos deverão ser produzidos previamente. Os autores apresentarão um texto preliminar (entre 20 e 25 páginas,

espaço 1,5, new times 12) e enviar para todos os membros do grupo dois meses antes da XIII reunião, ou seja, 05/04. Análise e avaliação: Os textos encaminhados serão submetidos à avaliação de um dos membros do GT, previamente indicados, conforme o quadro abaixo. Cada avaliador apresentará em 15 minutos seus comentários. Em seguida, o texto será discutido por todos, sendo elencadas as alterações que os autores deverão fazer, visando à versão final da publicação. Discussão dos trabalhos: Como mencionado, todos os textos serão discutidos e em seguida, o grupo tomará decisões sobre o alinhamento do eixo temático, estrutura da publicação e autoria dos capítulos e da obra. Nesta ocasião, também serão definidos o encaminhamento das próximas etapas, os encontros dos membros em congressos e seminários, o cronograma, e a avaliação do grupo em termos de coordenação, funcionamento e perspectivas futuras. Sugestões para a publicação: Pretende-se encaminhar a publicação, de preferência, para um periódico científico em forma de número especial como principal produto do Simpósio. No grupo serão discutidas as estratégias para alcance dessa meta. Preparação da publicação: Esta etapa consiste em continuar as discussões do eixo temático por meio de encontros presenciais entre os membros e correio eletrônico, visando planejar e organizar a publicação, bem como, fortalecer a identidade teórica do grupo. Estas tarefas serão realizadas ao longo de dois anos. Perspectivas: Definir objetivos e temas para a continuidade do trabalho do GT; focar os próximos produtos em pesquisa empírica em nível nacional; discutir as especificidades da formação em nível de pós-graduação no campo da psicologia do trabalho e saúde; envolver mais orientandos da pós-graduação em projetos de pesquisa em comum; e planejar outras parcerias nacionais e internacionais.

3. Participantes

1. Ana Magnólia Mendes – UNB (Coordenadora)
2. Cleverson Pereira de Almeida – MACKENZI
3. Janine Kieling Monteiro – UNISINOS
4. José Newton Garcia Araújo – PUC-MG
5. Leda Gonçalves Freitas – UCB
6. Magali Costa Guimarães – INESC-Unaí
7. Maria das Graças Moulin – UFES
8. Maria Inês Assunção – USP
9. Marcus Vinícius Soares Siqueira – UNB
10. Mário César Ferreira – UNB
11. Rosângela Maria de Almeida Camarano Leal – UFSJ
12. Rosângela Dutra de Moraes – UFAM
13. Soraya Rodrigues Martins – UFSC
14. Suzana Canez da Cruz Lima – UNB
15. Emílio Peres Facas – UNB
16. Tânia Figueira – UNB
17. Carla Sabrina Antloga Xavier – UNB

GT 61 – Família e comunidade

1. Histórico

Originalmente, no II Simpósio da ANPEPP, em 1989, foi proposto o Grupo de Trabalho “Estrutura e dinâmica da Família: Pesquisa e Intervenção”, onde se reuniram as pesquisadoras que introduziram o ensino e pesquisa de Família na Universidade: Júlia Ferro Bucher, Terezinha Feres Carneiro, Mathilde Neder, Rosa Maria de Macedo (coordenadora). Face às contribuições teóricas variadas, ao incremento e à sofisticação de metodologias adequadas, o interesse de outros pesquisadores desse GT ampliou-se de tal forma que o volume da produção em pesquisa e o aprofundamento no ensino levaram a uma nova caracterização do Grupo de Trabalho, o qual, em 1994, passou a se chamar “Casamento e Famí-

lia: Teoria, Pesquisa, Terapia Familiar e de Casal”. Com a crescente ampliação do número de pesquisadores e, conseqüentemente, da gama de temas de interesse, foi desencadeada uma subdivisão desse GT em dois grupos, que a partir do VI Simpósio da ANPEPP, em 1996 tem se apresentado como dois grupos distintos, embora inter-relacionados: “Família e Comunidade” e “Relações Amorosas: Casal”. A partir de então, Família e Comunidade tem – se apresentado com esse título em todos os Simpósios, com exceção de 2002.

2. Objetivos e propostas de trabalho

Geral: - Produzir conhecimento sobre a área (Família e Comunidade) adequado à demanda e ao contexto brasileiros, e condizentes às necessidades de transformações vividas pela família em conseqüência dos movimentos e mudanças da sociedade atual. **Objetivos Específicos:** - Subsidiar intervenções nos níveis preventivos e terapêuticos, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias, tanto em seu cotidiano, como em situações de crise ou de risco. - Fornecer dados que orientem o processo de formação acadêmica na área, tanto em nível de produção científica como de prática profissional junto às famílias. Estratégias: Reunir pesquisadores que trabalham com o mesmo foco temático: Família e Comunidade, para discutir linhas teóricas, procedimentos metodológicos, estratégias de pesquisa, compartilhar resultados, bibliografia, enfim, todas as informações de interesse comum. Procedimento: Cada pesquisador apresenta sua linha de pesquisa e os projetos envolvidos, em andamento, bem como, trabalhos recém terminados. A partir das apresentações procede-se às discussões, levantando novas questões a serem investigadas,

dificuldades encontradas, estratégias desenvolvidas, buscando-se atualizar as informações para o levantamento do estado da arte no assunto. Outra questão a ser discutida é o andamento de pesquisas e publicações.

3. Participantes

1. Rosa Maria Stefanini de Macedo – PUC-SP (Coordenadora)
2. Ceneide Maria de Oliveira Cerveny – PUC-SP
3. Liana Fortunato Costa – UNB
4. Ida Kublikowski – PUC-SP
5. Carmen Leontina Ojeda Moré – UFSC
6. Adriana Leônidas – UNITAU-Taubaté
7. Luziane A. Avellar – UFES-Vitória
8. Elaine Rabinovich – PUC-Bahia
9. Tania Maria Campos de Almeida – UCB-Brasília
10. Maria Aparecida Penso – UCB-Brasília
11. Maria Luiza Pugliesi Munhoz – UNIFIEO-Osasco
12. Sheila Regina de Camargo Martins – UEM-Paraná

Mesa Redonda

Pesquisa e intervenção em Psicologia Social: a procura da articulação possível entre desenvolvimento teórico e relevância social

Jorge Vala
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Esta comunicação visa contribuir para a reflexão mais geral sobre a articulação virtuosa entre formação, pesquisa e intervenção. Mais especificamente,

analisaremos esta questão partindo dos problemas e das contribuições da psicologia social. No quadro de uma proposta de Moscovici, começaremos por apresentar as nossas opções sobre os paradigmas meta-teóricos da psicologia social (a psicologia social triádica, em oposição à taxonómica e diferencial). Da mesma forma, argumentamos em favor da análise sistemática e empírica dos fenómenos sociais e do papel da saliência dos contextos sociais para a teorização sobre as dinâmicas sociais. Seguidamente, exporemos um certo número de pressupostos teórico-metodológicos de uma psicologia social dos fenómenos sociais e da intervenção social. A partir destes dois tipos de posicionamentos e no seguimento de Kurt Lewin, descreveremos a Psicologia Social como um projecto orientado para a compreensão da mudança social, teoricamente fundamentado e metodologicamente multifacetado (Lewin, Moscovici, Tajfel). Sinalizaremos os riscos que atravessa hoje a psicologia social, quando perdeu como horizonte o impacto social (como acontece com qualquer domínio do conhecimento científico quando se afasta desse mesmo horizonte). De seguida, apresentamos sumariamente algumas temáticas sociais onde a psicologia social pode ser particularmente relevante. Destacamos a gestão das sociedades diversas, nomeadamente em contextos migratórios. Tendo presente preocupações também pedagógicas, concluímos com uma proposta sobre a articulação de modelos teóricos com vista à gestão da diversidade cultural. Enquanto a literatura tem oposto modelos baseados na categorização a modelos baseados nas ideologias e representações sociais, procuramos mostrar que a articulação destes modelos é importante do ponto de vista teórico e da mudança social.

Assim, partindo do modelo de Berry sobre as estratégias de relação cultural, um dos modelos fortes no campo do papel das ideologias nas relações entre grupos, analisamos a forma como este modelo pode ser articulado com os modelos baseados na categorização social (diferenciação intergrupual mútua; recategorização inclusiva; identidade dual; descategorização; categorizações cruzadas). A nossa proposta final é a de que a articulação virtuosa entre formação, pesquisa e intervenção deve assentar no papel central da pesquisa.

Pesquisar, formar, intervir⁶

Virginia Kastrup
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFRJ

Falar em pesquisa em psicologia é falar em diversidade teórica e metodológica. A diversidade é uma característica da nossa área. Não é nossa fraqueza, mas a nossa força. Não é um problema de dispersão, mas uma questão de multiplicidade. Multiplicidade de temas, de abordagens teóricas, de estratégias metodológicas, de interfaces com outras disciplinas e também de campos de atuação. Falo em campos de atuação e não em campos de aplicação usando aqui uma das traduções para o português do conceito de enaction de Francisco Varela, que significa fazer existir. Varela criou este conceito nos anos 90 para nomear uma abordagem construtivista da cognição, na qual conhecer é fazer existir um mundo e o próprio sujeito do conhecimento. Parto deste conceito de enação/atuação para indicar a direção deste texto, que tem como objetivo desenvolver

6. Texto apresentado na mesa-redonda: Pesquisa em Psicologia: Formação, Produção e Intervenção no XIII Simpósio da ANPEPP, em Fortaleza, junho 2010

duas idéias que considero indissociáveis. A primeira é que a prática de pesquisa é um processo de produção do pesquisador. A segunda é que a produção de conhecimento é um processo de produção de mundo. Meu objetivo é articular e apontar a indissociabilidade desses dois efeitos das práticas de produção de conhecimento. O primeiro toca no problema da formação e o segundo no problema da intervenção. As práticas de produção de conhecimento produzem efeitos nas subjetividades, aí incluída a do próprio pesquisador, e também na sociedade. Procurarei sublinhar que as práticas concretas de investigação científica e a experiência do pesquisador, que acontecem nos quadros de políticas acadêmicas e de avaliação dos Programas de pós-graduação respondem pela formação do aprendiz de pesquisador. Neste sentido, a temporalidade acelerada característica da contemporaneidade e as multitarefas presentes em nosso dia a dia trabalham muitas vezes contra a inovação científica. As práticas científicas moldam as competências específicas do métier científico, a política cognitiva e, enfim, o ethos do pesquisador. Procurarei também demonstrar que, mesmo levando em conta diferenças internas que são próprias do campo da psicologia, toda pesquisa tem uma dimensão de intervenção, no sentido em que o conhecimento que ela produz não apenas representa a realidade, mas concorre para sua produção. Por este caminho, trago uma discussão sobre a inserção social dos Programas de Pós-graduação em Psicologia e sobre a importância da produção de tecnologias sociais por meio de metodologias participativas e inclusivas.

O aprendiz de pesquisador

Temos hoje nos cursos de graduação em psicologia, sobretudo nas universi-

dades públicas, dois tipos de formação. Por um lado, há o aluno que segue o curso regularmente, ou seja, cursa disciplinas, faz suas horas de estágio e cumpre outros requisitos curriculares. Por outro, temos o aluno que faz a iniciação científica. São duas formações totalmente diferentes, cujos resultados são incomparáveis. O primeiro tem uma formação básica em psicologia, enquanto o aluno que fez a iniciação científica vive o dia a dia da pesquisa, com suas aventuras, dificuldades e desafios. Aprende a estudar, mas também a discutir idéias, definir metodologias, apresentar trabalhos em eventos, desenvolver a escrita, escrever projetos e artigos científicos, viajar para congressos, entender a política de editais e outros apoios financeiros e muitas outras coisas menos evidentes. Assim, este aluno vive concretamente o processo de construção do conhecimento em todas as suas dimensões, percebendo a presença e a participação de seus diferentes vetores: teóricos, tecnológicos, financeiros, políticos, etc. Isto significa que ele passa a conhecer o avesso da psicologia que se estuda nos manuais, participando de seu processo de produção e freqüentando os bastidores onde são preparados os produtos da ciência. Nenhum manual de metodologia de pesquisa, por melhor que seja, é capaz de substituir a prática e a participação nos grupos de pesquisa, que são locais onde idéias, problemas e propostas conceituais e metodológicas são experimentados e gestados antes de serem lançados no mundo. Considero que o aluno que teve a oportunidade de participar de um bom processo de produção do conhecimento e compartilhar as crises, dificuldades e alegrias que cercam o ambiente da pesquisa, fez a sua “iniciação” no meio científico e acadêmico. Em resumo, devemos saudar a política de estímulo à iniciação

científica do governo federal e das FAPs estaduais e todo o investimento que vem sendo feito nessa direção. O aluno iniciado chega à pós-graduação muito melhor preparado para desenvolver sua dissertação de mestrado do que o aluno que não passou pela iniciação científica. Ele teve a formação do espírito científico de que fala Bachelard. Foi Thomas Kuhn (1987) quem chamou a atenção para a dimensão coletiva de formação desse espírito. Para ele, tratava-se, sobretudo, da iniciação de aprendizes num certo paradigma, nos procedimentos regulares da chamada ciência normal. Mas nós podemos perguntar se haveria uma formação para a problematização dos paradigmas vigentes, na direção do avanço e da inovação científica. Este me parece um problema importante quando o tema em debate é a pesquisa em psicologia em seus três níveis: produção, formação e intervenção. No livro *A invenção da ciência moderna*, Isabelle Stengers (2002) resgata a idéia de Kuhn, ressaltando que a invenção da ciência é, de modo indissociável, a invenção do próprio cientista. Podemos dizer então que a prática científica produz, num movimento de co-engendramento, a ciência e o cientista, a pesquisa e o pesquisador. Podemos avançar ainda mais e dizer ainda que nesse processo de formação, o aprendiz de pesquisador desenvolve não apenas competências teóricas e metodológicas específicas, mas uma certa política cognitiva, que consiste numa determinada relação com conhecimento, com o mundo e consigo mesmo (Kastrup, Tedesco e Passos, 2008). No caso do aprendiz de pesquisador, a formação pode ser orientada na direção de duas políticas cognitivas distintas. A primeira lida com o conhecimento como tarefa e sua ênfase é a solução de problemas. A segunda trata com o conhecimento como sendo,

antes de tudo, um processo de posição de problemas e de inovação. Na primeira o aluno é treinado a aplicar métodos e teorias a certos objetos ou domínios de investigação. Na segunda ele é estimulado a compartilhar com seus orientadores e pares um campo problemático e a experimentar a criação metodológica e conceitual. A segunda tem mais claramente o compromisso de fazer avançar um certo campo de conhecimento. Por este motivo, tal política cognitiva requer a produção do interesse do aluno, da implicação com o campo e do engajamento com a atividade criadora do pensamento. É certo que ambas as formações têm seu lugar no campo da psicologia e na pós-graduação e nem sempre elas são excludentes. Independente de uma política cognitiva voltada para a tarefa ou para a inovação e de um trabalho mais ou menos implicado, os pós-graduandos devem publicar, ou seja, trabalhar no sentido da publicização ou da coletivização do conhecimento desenvolvido nas pesquisas de suas teses e dissertações. No caso das universidades públicas e também dos alunos bolsistas, trata-se de devolver ao domínio público o investimento que recebem ou receberiam deste mesmo domínio público. A devolução deve vir na forma de artigos, livros e capítulos que fazem circular para um circuito mais amplo o resultado de suas investigações, permitindo que ele seja compartilhado. Todos aprendem que hoje em dia fazer um curso de pós-graduação é bem mais do que escrever uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado e com esta orientação, amplia-se o alcance do conhecimento produzido nos Programas. É preciso reconhecer que a política de produção bibliográfica tem concorrido para uma maior visibilidade e circulação do conhecimento produzido nos cursos de

mestrado e doutorado, que muitas vezes é de excelente qualidade, e que antes ficava guardado nas estantes. Ainda em relação à questão da formação para a atividade de pesquisa, na graduação e na pós-graduação, me parece que mais importante que o aprendizado de qualquer competência ou habilidade específica é a experiência da ciência de fazer e o engajamento nas redes de produção de conhecimento. É trabalhando no cotidiano da pesquisa que o aprendiz se dá conta que a psicologia não é um campo transcendente onde “eles”, “os autores” pensam, publicam e estabelecem a verdade dos fatos, mas que nós todos somos, virtualmente, autores e construtores de um campo, ele mesmo sempre em processo de invenção e reinvenção.

Modulações da temporalidade: a produção de conhecimento em tempos de produtivismo

Ao longo dos últimos dez anos, fomos vivendo uma mudança gradual na temporalidade da vida acadêmica. Um dos aspectos que mais contribuiu para a transformação notável da configuração, da atmosfera e, sobretudo, do ritmo que marca a vida cotidiana dos Programas de Pós-graduação nos dias atuais é que não podemos apenas nos ocupar da formação, aí compreendido ministrar disciplinas e orientar alunos, mas temos que dar conta da nossa própria produção bibliográfica. Como afirmei acima a propósito dos estudantes, a exigência de produção bibliográfica gerou um movimento interessante na universidade, na medida em que publicar nossos textos é coletivizar os resultados de uma pesquisa, difundir idéias, propagar abordagens teóricas e metodológicas originais. É também revelar problemas emergentes, que exigem a ampliação das investigações e dos esforços para sua solução. Mas hoje não há

apenas um valor conferido à produção escrita, ou mesmo uma política de estímulo à publicação. Trata-se atualmente de um imperativo. É preciso produzir, e produzir num certo ritmo, um determinado número de artigos por ano, em determinados periódicos considerados qualificados, ou em livros com certos atributos, atendendo a certos percentuais, escrever alguns textos em co-autoria com orientandos, etc, etc. Tudo deve perfazer um número determinado, que tem aumentado nos últimos anos. Por outro lado, como revisores e pareceristas de periódicos, temos recebido, cada vez mais, um grande número de artigos que parecem inacabados, com conclusões pouco amadurecidas e resultados desmembrados em mais de um texto, deixando escapar a noção de conjunto da investigação. Recebemos também muitos artigos sem relevância e sem qualquer contribuição inovadora. Publica-se por publicar, porque é preciso bater uma meta, porque é um imperativo, mesmo que não se tenha nada de relevante a dizer. É nítido que o produtivismo ronda os programas de pós-graduação e conspira contra a qualidade e a criação. Nos últimos anos ocorreram outras mudanças na configuração da vida acadêmica em geral e dos Programas de Pós-Graduação em particular. Cabe destacar aqui o surgimento dos grupos de pesquisa, que são redes de integração da pós-graduação com a graduação, e que possuem amplitudes variáveis, podendo ser locais, nacionais ou internacionais e incluir pesquisadores colaboradores ou associados de outras instituições, brasileiras ou estrangeiras. Pesquisadores, professores, graduandos e pós-graduandos reúnem-se em torno de uma temática comum, compartilhando um campo de problemas que se distribuem e se articulam em diferentes níveis. Fazem parte deste tipo

de grupo-rede pessoas e coisas, elementos materiais e imateriais. Além das pessoas, destacam-se aqui listas de emails, páginas na internet, bibliotecas virtuais, Portal Capes, power-points e outros dispositivos tecnológicos. Lembrando Bruno Latour (1991) podemos dizer, sem exagero, que sem tais dispositivos esses grupos-rede não existiriam. O surgimento dos grupos de pesquisa é correlato ao desaparecimento, ou da significativa redução, na última década, dos chamados grupos de estudo, que tanto marcaram o ambiente e a atmosfera da universidade pública e que foram muito presentes, principalmente no Rio de Janeiro, nos anos 70, 80 e início dos anos 90. Diferente do grupo de pesquisa, o grupo de estudo era, na época, composto de um grupo de alunos que se reunia geralmente em torno de um único professor e simplesmente estudava, lendo em voz alta livros inteiros. Lembramos desta atmosfera com uma certa nostalgia. Que privilégio ler um livro inteiro e participar de longas discussões que às vezes se estendiam por todo um semestre e entravam muitas vezes pelas férias adentro... Estudava-se muito, mas num tempo solto, propício ao pensamento, à habitação de um território conceitual e ao amadurecimento das idéias. A atmosfera e a temporalidade lenta característica dos grupos de estudo acabavam por produzir filiações teóricas algumas vezes muito definidas e principalmente o gosto pelo estudo. Era certamente um dispositivo privilegiado para a formação de futuros professores. Os grupos de estudo não tinham como objetivo a escrita e muito menos a produção bibliográfica. Era um outro tipo de relação com o conhecimento e uma longa preparação para a atividade de ensino. Como não havia produção bibliografia (ao menos não necessariamente) estudava-se mui-

to, mas não seria apropriado dizer que ali se fazia pesquisa. Aliás, a figura de referência era o professor-intelectual. Na época quase não se falava em pesquisa nem em pesquisador.

As multitarefas e o problema da inovação

Talvez a mais marcante dentre as mudanças na universidade hoje, e na pós-graduação em particular, seja aquela da experiência do tempo. Vivemos correndo, pressionados por um sentimento de dívida crônica, sempre preocupados com muitas reuniões onde devemos estar presentes, mil emails não respondidos, correndo atrás do atendimento aos prazos sempre exíguos e solicitando a prorrogação de outros tantos. Trabalhando sem parar e sempre nos sentindo em atraso. Os finais de semana dedicados ao descanso e às férias de mais de uma semana são quase um luxo. Além do sentimento de que o tempo disponível é insuficiente, somos acordados às vezes durante a noite com a brusca lembrança de uma tarefa a cumprir, do email que esquecemos de enviar, da bolsa do aluno que deveríamos ter renovado, da dead line daquele parecer e outras coisas do gênero. Mais uma vez a sensação é de débito. Quase num sobressalto, pensamos naquele edital tentador, do qual recebemos a notícia durante a semana em nossa caixa de mensagens. Ficamos de ler com calma depois, mas nos afogamos em tantas outras tarefas. Já não sabemos se o prazo era ontem ou hoje. É preciso verificar. Não resistimos e ligamos o computador. A noite foi definitivamente interrompida. Nossa atenção vive num estado de alerta permanente frente a uma agenda lotada de mil compromissos. Não podemos faltar a eles nem por motivo de doença. Deixemos o dentista, o médico e mesmo

aquela cirurgia para fazer nas próximas férias. Agora não dá para parar. Muito menos para passar por uma crise teórica ou metodológica. Ainda em relação ao funcionamento da atenção, experimentamos a dispersão no mar das multitarefas. A dispersão consiste num repetido deslocamento do foco da atenção, que impossibilita a espessura temporal, ou seja, a concentração e a consistência da experiência. Um exemplo é a pessoa que passa a noite inteira zapeando os canais da TV com o controle remoto. Este funcionamento caracteriza, por certo, a subjetividade contemporânea, mas o que procuro sublinhar aqui é que na vida da pós-graduação ela assume a forma de uma rotina insalubre, que conspira contra o pensamento, a problematização e a inovação. Os processos inventivos exigem concentração e um tempo lento, incluindo, como já apontei em outra ocasião (Kastrup, 2005) até mesmo um funcionamento distraído da atenção. Dispersão e distração são fenômenos distintos. Diferente da dispersão, em que a atenção zapeia de um foco a outro, a distração é um funcionamento onde a atenção vagueia, experimenta uma errância, fugindo do foco da tarefa para a qual é solicitado prestar atenção e indo na direção de um campo mais amplo, habitado por pensamentos fora de lugar, percepções sem finalidade, reminiscências vagas, objetos desfocados e idéias fluidas, que advêm do mundo interior ou exterior (Kastrup, 2005). É preciso lembrar que não podemos restringir a atenção ao ato de prestar atenção e isto fica bem claro quando investigamos seu funcionamento durante o processo de criação. Esse funcionamento menos focado e caracterizado por uma temporalidade mais lenta e mesmo por uma certa dose de imprevisibilidade tem um papel fundamental na cognição inventiva do

pesquisador. Em resumo, a criação requer um ritmo atencional, como aquele da respiração, alternado a focalização e distensão. As pesquisas envolvidas mais diretamente com a inovação teórica, metodológica ou tecnológica podem portar e mesmo exigir um ritmo próprio, no sentido em que a inovação é quase sempre precedida, em algum nível, por uma crise, uma problematização das ferramentas e dispositivos do que Kuhn chamou de ciência normal. Dito de outra maneira, a inovação é sempre precedida de uma problematização das soluções existentes, sejam elas teóricas, metodológicas ou tecnológicas. Isso pode escapar ao planejamento e consumir mais tempo do que o previsto nos cronogramas dos projetos e nas agendas da pós-graduação. Cabe ainda destacar que, em contraste com a correria cotidiana, onde a produção científica em tempos de produtivismo tem que correr contra o tempo, e configurando um cenário paradoxal, constatamos a lentificação das avaliações de artigos e a burocratização dos comitês de ética, que muitas vezes impõem uma longa espera à publicação e circulação dos dados da pesquisa. O que desejo apontar é que há hoje no contexto das pós-graduações uma multitemporalidade, onde diferentes velocidades muitas vezes se chocam, dificultando que sejam atingidos objetivos fundamentais, como a qualidade da produção e a inovação científica. Ainda no campo da multitemporalidade, outro problema que merece destaque diz respeito aos diferentes ritmos das pesquisas desenvolvidas no campo da psicologia que, como sabemos e enfatizamos de saída, compõem uma multiplicidade. Certas pesquisas ocorrem num tempo de curta duração e outras são, por natureza, mais lentas. Emmanuel Tourinho sugere que a base de produção científica em Psicologia pode

ser distribuída num “continuum que vai da situação típica da pesquisa básica em laboratório aos programas mais bem sucedidos de integração da investigação com a intervenção social e institucional (Tourinho, 2008, p. 362). Esta diversidade nas bases de produção científica afeta diretamente o ritmo da produção, tendo claro impacto sobre seu volume e divulgação (Tourinho e Bastos, 2008). Certas pesquisas, por sua própria natureza, são marcadas por uma temporalidade mais lenta, como aquelas que visam o acompanhamento de processos de produção de subjetividades, como é o caso de processos de ensino-aprendizagem em escolas, de organização e formação em comunidades, processos clínicos em hospitais e na rede de saúde mental e processos artísticos e culturais com grupos sociais específicos. Algumas dessas pesquisas, por serem desenvolvidas em territórios que possuem uma dinâmica própria, que foge ao controle do pesquisador e que pode ser o próprio tema da pesquisa, são sujeitas a atravessamentos diversos. Greves ou crises institucionais, sempre imprevisíveis, desorganizam os cronogramas e colocam em risco o cumprimento de prazos das agendas dos Programas de Pós-graduação. Não é raro que tais atravessamentos imponham uma velocidade dos trabalhos que se revela incompatível com o que é exigido em termos de ritmo e de volume da produção.

Os quatro níveis da intervenção

Apontamos em outra ocasião que há quatro níveis distintos de intervenção: nos sujeitos da pesquisa, no pesquisador e na equipe, no problema da pesquisa e na área ou sub-área da psicologia onde a pesquisa se insere (Kastrup, 2007). Num primeiro nível, a pesquisa intervém nos participantes da pesquisa. Tomo como

exemplo o experimento de Rosenthal, realizado na década de 60, onde estudantes de psicologia realizam um estudo de aprendizagem com ratos em labirinto. O experimento consiste em dizer aos estudantes que alguns desses ratos pertencem a uma linhagem especial, resultando do cruzamento de ratos que se saíram especialmente bem em labirintos, sendo superiores aos “normais”. É dito também que um outro grupo é constituído de ratos medíocres, sendo fruto do cruzamento de animais que haviam apresentado mau desempenho naquele tipo de tarefa. É dito a eles que se espera encontrar naquele experimento evidências de bom e mau desempenho, respectivamente, e a cada estudante é destinado trabalhar com ratos de um dos grupos. Na realidade, eram ratos sem qualquer qualificação ou desqualificação especial, mas o resultado do experimento é que os supostos ratos brilhantes obtiveram bom desempenho e os supostos ratos medíocres apresentaram resultados mais fracos. Vinciane Despret (2004) comenta que Rosenthal procurava evidências de pequenos gestos ou signos que afetam os sujeitos experimentais. É certo que o dispositivo experimental é construído para mostrar que vieses existem, a fim de erradicá-los. Mas, como aponta Despret, o problema persiste. Não se trata da presença de erros intencionais ou facilmente detectáveis, mas de sutilezas no modo de tocar e segurar os animais, com mais delicadeza ou cuidado, dando a eles maior ou menor incentivo. Trata-se de signos que também já haviam sido identificados no caso de Clever Hans, o cavalo que sabia contar, que se tornou célebre e atraiu a atenção dos psicólogos alemães na virada do século XIX para o século XX. Em ambos os casos, observa-se a presença de intervenção nos participantes da pes-

quisa. Com esses exemplos, busco apontar que esta ocorre independente de se falar explicitamente em intervenção, como no caso de uma pesquisa-intervenção com sujeitos humanos. Por isso optei por não trazer exemplos de pesquisas realizadas em comunidades, instituições e grupos sociais específicos, que poderiam dar a idéia que a intervenção só ocorre em certos contextos de pesquisa, com estrito conhecimento e controle do pesquisador. Num segundo nível, há a intervenção que a pesquisa produz no pesquisador e na equipe (pesquisadores, colaboradores, alunos, estagiários, etc). Tomemos um extrato do diário de campo de uma estagiária de um projeto de oficina de leitura realizada com crianças pobres da comunidade de São Domingos, em Niterói. Tratava-se de um território marcado pela violência e pelo tráfico de drogas e o trabalho reunia a atividade de intervenção social e uma pesquisa sobre o mecanismo de produção de subjetividades acionado durante a experiência coletiva com a literatura.

“Uma tarde, na hora da oficina, como nenhuma das crianças havia chegado – e também não tinham ido na semana anterior – duas estagiárias foram até o casarão 27, onde moravam as crianças, para saber o que estava acontecendo. Era a primeira vez que entrávamos lá. No portão, a mãe de uma delas as recebeu, indicando o caminho. No fundo da casa estava uma menina que disse, meio sem graça, que não poderia ir à oficina porque tinha que ficar tomando conta dos irmãos. No andar de cima ficava a casa-quarto da família de duas outras crianças que também freqüentavam a oficina. Lá estavam elas com um bebê no colo, arrumando o espaço e limpando, com muito pouca água, um pinico sujo. Toda aquela atmosfera era densa e parecia que a casa podia cair a qualquer

momento, tamanha a precariedade daquele casarão onde se alojavam dezenas de famílias. Após a conversa, as estagiárias foram saindo. No portão cruzaram com um rapaz que entrava de bicicleta. O rapaz, agitado e de olhos arregalados, foi recebido por uma menina que falou para ele ir com calma. Naquele instante ele tirou da cintura uma pistola, como quem, buscando alívio, tira os sapatos apertados ao entrar em casa. Uma das estagiárias viu a cena, gelou, e, de volta à sala de leitura, contou a cena presenciada para os demais. O cenário já era violento, mas a presença daquela arma imprimiu uma gravidade espiritual inesquecível. Mais uma vez aquela vida nos contava sobre ela mesma. Como se pode notar, a política de transposição de limites não era uma regra direcionada apenas às crianças que freqüentavam a oficina. Era um modo de funcionamento que também produzia nossas subjetividades e transformava nossa relação com a rede social, com o livro e conosco. Eram seis estagiários e uma professora. Ninguém saiu imune. Pode-se dizer que a oficina de leitura fez uma intervenção numa comunidade que a todos incluía, e tal intervenção, de modo circular com a prática, ensinou e produziu subjetividade não só nas crianças, mas em todos os envolvidos, mesclando realidades que costumam ser pouco permeáveis e fazendo com que se criassem vínculos de confiança guardados até hoje. Tratava-se, pois, de um ensinamento compartilhado, com raízes no concreto da experiência. Subjetividades e mundos foram produzidos a partir da literatura e de toda matéria que se fazia presente. A violência era certamente um tema forte. Não desapareceu, não foi julgada, nem encarcerada, mas manejou e foi manejada. Com tudo o que moveu, a oficina não poderia deixar de reverberar nos nossos

posicionamentos frente a essa questão, que se faz tão premente no contemporâneo”.

Laura Pozzana (estagiária)
Rio de Janeiro, 2004.

Num terceiro nível existe a intervenção na própria pesquisa, na colocação dos problemas e no rumo da investigação. Por exemplo, quando pensamos no funcionamento cognitivo de pessoas cegas, a primeira idéia que surge é a de deficiência e de falta. No entanto, uma pesquisa de campo com pessoas cegas e com baixa visão que realizamos no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, nos levou repetidas vezes a rever esta colocação do problema. Cito algumas situações. Certo dia, observando o trabalho na oficina de cerâmica, presenciamos uma cena curiosa. Uma peça que havia sido iniciada na aula anterior por um dos participantes cegos havia desaparecido. A professora notou que a peça não estava na prateleira onde ele normalmente colocava. Ela perguntou onde ele havia deixado da última vez, mas ele não estava certo de tê-la guardado no local de costume. Mesmo seguindo suas orientações, a professora não conseguiu encontrá-la. Outras pessoas se mobilizaram, mas ninguém conseguiu. Num certo momento, o cego aprendiz de ceramista se levantou da cadeira e resolveu empreender sua própria busca. Depois de apalpar diversas peças espalhadas pelas muitas prateleiras da oficina, retornou todo sorridente com a peça na mão e disse: Eu conheço o meu trabalho (P10). Rimos juntos da situação inusitada, que embaralhou momentaneamente os limites entre o ver e o não ver, entre a deficiência e a eficiência. Para nós, videntes, situações como esta provocam a suspensão de juízos anteriores e de um suposto saber sobre a cegueira, evidenciando também

o quanto aprendemos convivendo, observando e escutando as pessoas cegas. Uma outra situação ocorreu durante uma entrevista, quando um homem de baixa visão fez a seguinte colocação: Quando cheguei aqui no Benjamin Constant é que fiquei sabendo que eu era deficiente visual. Até então eu pensava que tinha um problema no nervo ótico. Qual o sentido que tal formulação comportava? A palavra deficiente não traz consigo uma condição de inferioridade e uma indesejável idéia de uma identidade cega? Não foi por esta conotação que se deu sua substituição pela expressão pessoa portadora de deficiência, mais tarde substituída por pessoa portadora de necessidades especiais? O homem falava de sua descoberta de que era deficiente visual num sentido que parecia positivo. Seria isto mesmo? Não era evidente que ter um diagnóstico de deficiente visual fosse melhor do que ter um problema no nervo ótico. Enfim, o de problema no nervo ótico era um diagnóstico oftalmológico e parecia isento de conotações pejorativas. Mas o homem considerava realmente positiva a denominação de deficiente visual. Era um homem falante, que não relatava experiências de fracasso e não revelava dúvida sobre sua capacidade de conviver bem com a sua condição de cego. Tenho a mente aguçada. Às vezes penso que não vou conseguir fazer alguma coisa, mas quando vejo eu já fiz. Minha mente vai na minha frente. Além disso, era casado, parecia ter o apoio afetivo da mulher e da família e participava com empenho das aulas de cerâmica e de outras oficinas. Com a análise cuidadosa da entrevista, foi possível concluir que a expressão deficiente visual não era o mais importante e não funcionava para ele como um rótulo identitário. Como deficiente visual, teve acesso no Instituto

Benjamin Constant a uma nova rede de pessoas e atividades, inclusive a da oficina de cerâmica, que abriu a possibilidade para receber uma série de cuidados e informações, inclusive sobre dispositivos técnicos – relógios que falam as horas e binóculos especiais, dentre outros – que o ajudam hoje a levar sua vida. Enfim, ser deficiente ampliou sua rede de vínculos e expandiu seu território existencial. O que o homem relatava era o desprendimento de um território fechado, fruto de um problema oftalmológico progressivo e incurável, que se viu inesperadamente aberto através do acesso a uma rede heterogênea de pessoas e coisas, de utensílios e cuidados, e consequentemente de novas possibilidades de existência e de transposição de limites existenciais. Outro dia, durante uma entrevista, ouvimos uma história curiosa de um homem que havia perdido gradativamente a visão e estava quase totalmente cego. Ela evidencia bem o quanto a abertura de novos vínculos com o mundo pode significar uma reinvenção existencial para algumas pessoas que se tornam deficientes visuais. O homem narrou que naquela manhã havia saído para fazer um exame de sangue e levou consigo um livro em braille para ler enquanto esperava ser atendido. Estou na fila, 6 horas da manhã. Ai o pessoal ficou cochichando. Aqueles cochichos, bate-papozinhos, né? ‘Ele é cego’, ‘este rapaz é cego’, ‘é leitura de cego’, achando uma coisa de outro mundo. Ai eu comecei a fazer um ar de riso, não estou nem ai. Eu tô só lendo o meu livrinho, porque eu tenho que ler pra sexta-feira, pra dar aula pras crianças, pro pessoal, né? Eu tenho que estar bem afiado. Eu tenho que praticar bastante nesse livro. Ai eu fico imaginando: será que é tão duro pensar que esse aqui é um livro de quem sabe ler? Porque eles deviam imaginar isso, né?

Ao invés de ‘ah, este é um livro de cego!’, deviam pensar: esse é um livro de quem sabe ler[...] Se pegar um livro escrito em japonês, que é só uns garranchos assim, uns pontos, pouca gente sabe ler. Mas não é um livro de quem sabe ler? O homem se pergunta por que tanto espanto em ver uma pessoa na fila lendo um livro que, afinal, é uma cena normal na vida cotidiana. Aos poucos conhecemos melhor sua história, o que mais uma vez nos levou a problematizar, a limitar, a colocar o problema da cegueira como apenas uma questão de falta e de deficiência. Tratava-se de um homem que havia trabalhado como cozinheiro ao longo de toda sua vida. Imigrante nordestino, não havia tido oportunidade de freqüentar a escola em sua cidade natal, nem no Rio de Janeiro, onde trabalhava duro num restaurante. Quando seu problema visual se agravou, ele foi aposentado. Freqüentando o Instituto Benjamin Constant, teve oportunidade, aos quase cinquenta anos de idade, de ser alfabetizado em braille. Hoje ensina numa oficina de braille para crianças e adultos. Ele afirma: Quando nós vamos perdendo a visão, no meu caso, eu cheguei aqui desesperado porque eu pensei que tinha se acabado o mundo. Mas mentira, porque nasceu um outro mundo. Eu sou muito mais feliz hoje do que quando eu enxergava normal [. . .] O estudo me fez perceber que não é só da visão que nós vive. Então, o assunto é esse. Eu aprendi muito depois que comecei a vir aqui. E continua: Todo tipo de doença devia ter uma casa igual ao Instituto [. . .] Porque no Instituto não se trata da visão, se trata da mente. Quantas pessoas chegam aqui cegas? Quantas pessoas chegam aqui com vista e sai cego, e sai sorrindo? E sai feliz? Pode fazer uma pesquisa aí. Porque chega enxergando e sai daqui cego, e sorrindo, feliz. É diferente. Abre outros

horizontes, outras vidas, outros meios de viver, outras maneiras de viver. Isso não tem dúvida. Volta e meia eu escuto 'Saí de lá cego'. Mas tu saiu com outra visão, com palestras, com outra vida, vivendo independente. É isso que você tem feito. Ninguém sai 'ah, porque eu tô cego'. Pouca gente, pouca gente. Não tem como. Enfim ele comenta acerca do preconceito dos videntes para com as pessoas cegas: Acontece que eles não sabem da capacidade de fazer as coisas que eu tenho, sem eles. Às vezes eu brinco com um colega. Eu fico triste quando a pessoa diz que enxerga e não coloca linha numa agulha. Eu boto. Mas é porque eu aprendi. Eu vim pra escola pra aprender. Eu vim pra escola pra aprender, por exemplo, a fazer costura, a pregar botão... Na minha camisa, se soltar algum botão, eu coloco. Um quarto nível de intervenção ocorre no domínio de investigação ou numa certa sub-área da psicologia e diz respeito aos efeitos gerados pelo texto da pesquisa. A maioria dos manuais de metodologia de pesquisa não faz referência ao problema da escrita dos textos, limitando-se a abordar os problemas de coleta, análise e discussão de dados. Todavia, como pesquisadores, sabemos que a preparação dos textos é um momento crucial de um trabalho de pesquisa. Afinal, é através dos textos que o conhecimento produzido será tornado público e poderá vir a ser conhecido. Um bom texto não tem seu valor apenas pelas informações que transmite, mas pela capacidade de afetar os leitores e propagar as idéias que ele veicula. É importante atentar para o fato de que existe uma política de escrita. Nesta medida, é relevante a adoção de procedimentos de escrita que dêem visibilidade ao processo de construção do conhecimento, envolvendo o pesquisador e outras vozes num texto polifônico.

A política da escrita deve incluir as contradições, os conflitos, os enigmas e os problemas que restam em aberto. Não é necessário que as conclusões constituam todos fechados e homogêneos, nem é desejável que estas sejam meras confirmações de modelos teóricos pré-existent. As aberturas de um trabalho de pesquisa favorecem sua continuidade, que podem ser seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. Em síntese, a expansão do campo problemático de uma pesquisa ocorre por suas conclusões, mas também por suas inconclusões. E é através dos textos que um novo problema ou uma nova abordagem dos problemas pode se propagar e produzir efeitos de intervenção num campo de pesquisa, transformando um estado de coisas. Em resumo, creio que podemos afirmar que toda pesquisa é, em certa medida, intervenção (Passos, Kastrup, Escóssia, 2009). Como tem sido apontado por diversos outros pesquisadores da nossa área, isto significa que há uma relação entre a produção teórica e a produção social (Rodrigues e Souza, 1987, p. 31) e que há uma intervenção micropolítica que ocorre no seio da experiência da pesquisa, entendida aqui como uma realidade social (Rocha e Aguiar, 2003).

A inteligência coletiva e o desenvolvimento de tecnologias sociais

Nos últimos anos foi incluído na ficha de avaliação dos Programas de Pós-graduação o quesito inserção social. Espera-se que o quesito inserção social possa dar um importante panorama da relação entre a universidade e a sociedade e também uma medida do envolvimento da pós-graduação com as demandas da realidade brasileira, bem como da

articulação entre a produção de conhecimento e a produção de realidade. É louvável que além da produção bibliográfica seja valorizada a inserção social dos Programas, onde se incluem as chamadas tecnologias sociais. Tecnologias sociais são produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social⁷. Isto significa que o conceito de tecnologias sociais traz consigo a idéia de participação coletiva tanto no processo de seu desenvolvimento quanto de sua implementação. As tecnologias sociais são geradas numa espécie de inteligência coletiva que envolve o conhecimento popular e o conhecimento científico, reunindo atores diversos como a universidade, movimentos populares, representantes de associações, gestores de políticas públicas, agências financiadoras, e muitos outros. Um exemplo de tecnologia social é o soro caseiro, que hoje é parte fundamental nas políticas públicas de atenção à saúde da criança. Um outro exemplo é o programa DOSVOX, criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ para o uso de computadores por pessoas cegas. O projeto surge de uma conjugação de uma demanda social, bem como da sensibilidade e da determinação de um grupo de pesquisadores coordenados pelo **Prof. José Antonio Borges**. A história vale ser contada: Em 1993, numa turma de Informática da UFRJ, a presença de um estudante cego mostrou as imensas dificuldades da interação dos indivíduos deficientes visuais com a sociedade. Do ponto de vista do professor, que teria que lidar com aquele aluno durante o curso, o que mais interessava era fazer com que ele pudesse interagir com a turma de forma eficiente. A idéia era, encontran-

do uma solução para a turma, permitir aos novos alunos cegos que também fossem beneficiados. É importante notar que o aluno em questão fazia uso intensivo da técnica de escrita Braille e do gravador, mantendo boa relação com seus colegas por uma postura bem-humorada e sendo estudioso. Entretanto, todos os aspectos interativos, tanto com colegas quanto com professores, eram realizados quase exclusivamente de forma oral. A situação do nosso aluno não era uma exceção. A educação dos cegos no mundo sempre foi um tema muito difícil, o que historicamente levou à sua segregação educacional em institutos especializados. Sendo um aluno de informática, havia a necessidade constante do uso do computador. Naquela época, já existiam soluções no exterior que viabilizavam esse tipo de operação, mas eram caríssimas e de difícil aquisição no Brasil. Em particular, algumas empresas empregavam cegos na área de programação, utilizando um tipo de terminal que podia exibir em síntese de voz o que aparecia na tela, e essa possibilidade de trabalho era o que havia atraído nosso aluno para o curso de informática. Mas não tínhamos nenhuma dessas ferramentas em disponibilidade. Dessa forma, nosso aluno tinha que contar com a ajuda de outras pessoas para ler o que estava escrito na tela. A adoção de soluções implicava a necessidade de desenvolver tecnologias específicas⁸. O DOSVOX consistiu no desenvolvimento de um programa utilizável num computador PC e que é capaz de transformar texto escrito em áudio por meio de um sintetizador de voz que fala português. É um programa gratuito e hoje tem um grande papel no ensino e no trabalho das pessoas com deficiência visual, permitindo inclusive o acesso à internet. Em

7. www.fbb.org.br

8. www.tecnologiasocial.org.br

muitos sentidos, e por sua imensa disseminação, tem tido um importante papel na vida desse grupo de pessoas, multiplicando suas conexões com o mundo e ampliando significativamente seu território existencial. O conceito de tecnologias sociais estende o conceito tradicional de tecnologia, até então restrito ao desenvolvimento de conhecimento aplicado ao setor produtivo, seja ele industrial ou empresarial (Tourinho e Bastos, 2010). Nesse sentido ampliado, são tecnologias sociais produtos, métodos, processos ou técnicas que sejam capazes de trazer benefícios e transformação social. É preciso que atendam a um padrão tecnológico e possam ser re-aplicadas, podendo e mesmo devendo ser transformadas quando de sua nova implementação. Em resumo, para que um produto, método, processo ou técnica seja definido como tecnologia social deve possuir um padrão tecnológico reconhecido, tornando-se referência política e sendo recomendado por especialistas, movimentos sociais e grupos e usuários. Deve também ter desdobramentos no campo social, ganhando escala e se propagando de modo inventivo para além do contexto em que ela foi criada. Num sentido mais fraco as tecnologias sociais são conhecimentos de ponta gerados no meio acadêmico para serem aplicadas em setores sociais específicos. Num sentido mais forte elas são produtos concretos de uma inteligência coletiva. Não se trata apenas de transferência de conhecimento, mas de um processo coletivo de produção. Guardando esse sentido mais forte, a tecnologia social pode nascer de uma demanda de um grupo ou concorrer para produzir essa própria demanda. Pode também encontrar sua origem no saber popular ou técnico, ou seja, não acadêmico, e ser desenvolvido ou dissemina-

do, ganhando o estatuto de tecnologia social pela colaboração da universidade e das políticas públicas. Em outras situações, é a universidade, por meio de suas atividades e de seus grupos de pesquisa, que vai buscar, para o desenvolvimento de seus projetos, a cooperação de grupos sociais específicos que serão, nesta medida, parceiros e co-autores do conhecimento produzido. A psicologia tem trabalhado nesta direção ao utilizar metodologias de pesquisa participativa, como a pesquisa-ação e a pesquisa-intervenção. Tais pesquisas têm como princípio a colaboração efetiva dos sujeitos da pesquisa. Cito uma fala de Eduardo Passos (2009): “Um sentido de inserção social da produção da pós-graduação em psicologia diz respeito, então, à inclusão ou à participação no processo de produção de conhecimento. A pesquisa é participativa quando inclui o ponto de vista dos diferentes atores envolvidos naquilo que se pretende pesquisar, garantindo o protagonismo dos sujeitos implicados na pesquisa. Conduzir uma pesquisa participativa é tomar a produção de conhecimento não como ação de um sujeito **sobre** um objeto, do pesquisador sobre o campo, mas estabelecer outra relação entre sujeito e objeto que se faz na ação de produzir com ou co-produzir. No lugar de tomar o par pesquisador/pesquisado como realidades previamente dadas, considerar a relação de co-produção ou co-emergência entre eles: a pesquisa participativa desmancha os lugares estanques e separados de quem conhece e de quem é conhecido. A direção participativa da pesquisa potencializa saberes até então excluídos, além de afirmar a dimensão coletiva da produção de conhecimento” (Campos, Furtado, Passos, e Benevides, 2008). O pesquisar com é, ao mesmo tempo, uma metodo-

logia e uma política da pesquisa que consiste em não fazer dos participantes meros objetos da pesquisa (Moraes, 2008; inédito). A construção coletiva do conhecimento revela-se aí com toda a sua força. Há uma aposta no conhecimento situado e contextualizado e que se fundamenta nas narrativas e nas vozes daqueles que participam da pesquisa. Assim, numa perspectiva construtivista, os trabalhos de pesquisa são feitos com o outro e não sobre o outro. Parte-se dos impasses e das questões que afetam o grupo pesquisado com a finalidade de elaborar conjuntamente estratégias de ação que sejam relevantes para aqueles sujeitos. Neste sentido, o outro que visamos conhecer é co-autor do conhecimento produzido. Trata-se de uma metodologia que faz proliferar as diferenças, as singularidades, os múltiplos e heterogêneos modos de existir. Com este tipo de metodologia e política de pesquisa afirmamos a inseparabilidade entre produção de conhecimento e produção da realidade subjetiva e social, sempre cuidando de avaliar, de maneira permanente, as tecnologias sociais que são produzidas e seus efeitos para além do mundo acadêmico. Pois esses efeitos concorrem para a produção da realidade que vivemos.

Referências bibliográficas

- Campos, R. O., Furtado, J. P., Passos, E., Benevides, R. (2008) Pesquisa avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narratividade. Campinas: Hucitec.
- Despret, V. (2004) *The Body We Care For: Figures of Anthro-zoo-genesis. Body & Society*. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 10(2-3): 111-134.
- Kastrup, V. (2005) A aprendizagem da atenção na cognição inventiva *Psicologia e Sociedade*, v.16, n.3, pp.7-16.
- Kastrup, V. (2008) "O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção". Em Lúcia Rabello de Castro e Vera Besset (Orgs). *Pesquisa-intervenção na infância e adolescência*. Rio de Janeiro: Nau editora.
- Kastrup, V., Tedesco, S. e Passos, E. (2008) *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina.
- Kuhn, T. (1987) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Latour, B. (1991) *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Ed.34 Letras, 1994.
- Moraes, M. (inédito) *Pesquisar com o outro: política ontológica e deficiência visual*.
- Moraes, M. (2008) *A contribuição da antropologia simétrica à pesquisa e intervenção em psicologia social: uma oficina de expressão corporal com jovens deficientes visuais*. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. spe. Available from <http://www.scielo.br/>
- Passos, E., Kastrup, V. e Escóssia, L. (2009) *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E. (2009) *Comunicação na mesa redonda Inserção Social e Produção nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia no VI CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA CONPSI - Belém, 06 a 09/05/2009*.
- Rocha, M. L. e Aguiar, K. F. (2003)

Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 4, pp.64-73.

Rodrigues, H. B. C. e Souza, V. L. B. (1987) A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: V. R. Kamkhagi e O. Saidon (orgs). *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, pp. 27-46.

Stengers. I. (2002) *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34.

Tourinho, E. Z. (2008) Editorial. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(3), 361-364.

Tourinho, E. Z. e Bastos, A. V. B. (2008) *Desafios da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil*. Trabalho elaborado para apresentação na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. Uberlândia, outubro de 2008.

Pesquisa na Psicologia: reflexões sobre a formação⁹

Oswaldo H. Yamamoto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

As atividades de ensino e pesquisa, indissociáveis, mais do que por definição constitucional de 1988, são consensualmente aceitas no meio acadêmico como duas das funções institucionais básicas e permanentes da universidade. Na confluência delas situa-se o objetivo deste

texto, a formação do pesquisador. Dentre as muitas possibilidades de abordagem desse tema, optamos por estruturar o texto em duas seções, orientadas por dois conjuntos de indagações: (a) onde e como; e (b) em que e para que estamos formando os pesquisadores da área da Psicologia. O nosso intuito - desnecessário dizer - é tão-somente fornecer subsídios para o debate a partir da organização de algumas informações disponíveis e sistematização de outras.

1. A formação em pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia

1.1. A pesquisa nos cursos de graduação em Psicologia

Há formação em pesquisa no nível da graduação? Embora seja um lugar-comum o entendimento de que a formação em pesquisa tem lugar privilegiado no nível da pós-graduação, julgamos necessário abordar os dois níveis de ensino. Para isso, a nossa primeira tarefa é desenhar o cenário no qual, eventualmente, se desenvolve a iniciação do estudante de Psicologia nas atividades de pesquisa. De acordo com o Censo do Ensino Superior de 2008, existiam 416 cursos de graduação presenciais de Psicologia no país. Se tomarmos como referência que, na época em que foi conduzido o primeiro estudo em escala nacional sobre a profissão, duas décadas antes, o número de agências formadoras era de 81 (GOMIDE, 1988), fica evidente o enorme crescimento dos cursos desse nível verificado nestes anos. Tal explosão situa-se no contexto da expansão do ensino superior que tem início com a chamada 'reforma universitária consentida' de 1968, utilizando a expressão de Florestan Fernandes (1974), e acelerada nos governos Cardoso e Lula da Silva. Essa

9. O presente texto constitui-se em uma versão da intervenção na mesa-redonda 'Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção', no XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, em Fortaleza, junho de 2010.

monumental expansão é decorrente da legislação que faculta (e facilita) a estruturação da rede privada de ensino superior e que representa, hoje, 89% do sistema¹⁰. De forma análoga ao sistema de ensino superior no país, o crescimento na área da Psicologia é resultado, sobretudo, da participação da rede privada de ensino. Os dados da Psicologia são próximos do quadro geral: 83% dos 416 cursos de Psicologia são vinculados à rede privada. Se considerarmos que dos 81 cursos de graduação em Psicologia registrados no período do primeiro estudo nacional, 56 pertenciam à rede privada (69,1%) de ensino, é notável a escalada dessa rede no sistema de ensino superior do país na área da Psicologia nesse período (GOMIDE, 1988). Dos 416 cursos existentes em 2008, 219 (53%) estão sob a responsabilidade de universidades e, destas, apenas 15% são públicas (federais, estaduais e municipais). A importância de traçar esse quadro, ainda que bastante genérico, é associar a formação do psicólogo a instituições de ensino que, por definição, minimamente, são produtoras de conhecimento, isto é, as universidades. A constatação obrigatória a partir do quadro até aqui delineado - que necessita ser confrontada com dados referentes ao desempenho dos estudantes e das instituições - é que apenas uma minoria das instituições de ensino superior (IES) que ofertam o ensino graduado de Psicologia é constituída pelas

universidades públicas, responsáveis pela maior parte da pesquisa e da produção científica brasileira. Retomaremos este ponto mais adiante, uma vez que é praticamente impossível prosseguir nesta linha de argumentação sem a consideração do sistema de pós-graduação na área da Psicologia, objeto de atenção na próxima seção. Por esta razão, mudaremos o foco da nossa atenção para os dispositivos legais que condicionam a formação do psicólogo, especificamente, no tocante à pesquisa. O documento-base é a Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (BRASIL, 2004). A formação para a pesquisa já comparece no seu Art. 3º, que define a meta central do curso de graduação em Psicologia como a formação do Psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia. E o primeiro dos princípios e compromissos que devem fundamentar a formação, de acordo com as Diretrizes, é a construção do conhecimento científico em Psicologia. Dentre competências previstas, figura a identificação, a definição e a formulação de questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculadas às decisões de ordem metodológica no que tange à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa. O texto ainda define as habilidades que devem ser desenvolvidas pelos cursos de graduação em Psicologia: levantar informação bibliográfica nas diversas fontes disponíveis, ler e interpretar comunicações científicas, e utilizar os diversos métodos de investigação científica. Finalmente, para os nossos propósitos, basta a observação de que, dentre as ênfases possíveis sugeridas, figura a 'Psicologia e processos de investigação científica'. Se parece evidente que o texto legal

10. De acordo com o Censo Universitário de 2006, existiam no Brasil 2.270 instituições de ensino superior reconhecidas, 178 delas universidades, 199 centros universitários e 1.973 estabelecimentos de outra natureza (faculdades isoladas ou integradas, centros tecnológicos etc.). Do total, 2.022 instituições pertenciam à rede privada de ensino. A literatura registra inúmeras análises sobre o desenvolvimento do ensino superior brasileiro, com focos e angulações diversas de análise. Dentre elas, destacamos Cunha (2004); Martins (2000; 2009); Nunes (2007) e Severino (2008).

expressa a expectativa de que a formação em pesquisa seja propiciada ou, ao menos, iniciada no nível da graduação, as avaliações disponíveis acerca dos resultados do ensino promovidas pelas agências formadoras não são animadoras. Primi (2009), tomando como base os resultados do ENADE¹¹ de 2006, conclui que há uma proporção abaixo da esperada de estudantes com as competências ligadas à pesquisa. Abbad e Mourão (2010), em estudo nacional sobre as competências do psicólogo brasileiro, concluem que há baixo domínio de competências ligadas à capacidade de geração de novos conhecimentos, ou seja, aquelas especificamente vinculadas às atividades de pesquisa. O quadro de precariedade da formação em pesquisa no nível da graduação não é um fato novo, nem tampouco decorrência do atual texto legal. Mattos (1988), analisando a realidade da formação graduada em Psicologia ainda regida pelo Currículo Mínimo (Parecer 403/62 do Conselho Federal de Educação), afirmava: “A formação científica que se fornece aos alunos nos cursos de graduação é mínima, praticamente restrita a alguns exercícios de laboratórios nas disciplinas de Psicologia Experimental, e algumas informações sobre lógica e estatística nas disciplinas de Metodologia (estas, quando há)” (p. 100). Portanto, a despeito da preocupação com a formação para a pesquisa expressa no texto das Diretrizes, parece pouco razoável, a julgar pela realidade do ensino da área, sustentar a ex-

11. O ENADE, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, administrado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é composto por um questionário socioeconômico com 114 questões e a prova propriamente dita, contendo 40 questões (10 de formação geral e 30 de formação específica, sendo 4 delas, discursivas). Na versão de 2006, a prova foi aplicada em uma amostra de 23.613 estudantes de 294 cursos de Psicologia do Brasil.

pectativa de que o nível de graduação em Psicologia em cursos que têm prioritariamente a marca da profissionalização (do psicólogo) e conduzida, como vimos anteriormente, em instituições que não mantêm corriqueiramente atividades de pesquisa (ou não têm tradição alguma de pesquisa), possa cumprir o papel de formar o pesquisador¹². Uma interpretação alternativa mais próxima da realidade, partindo da constatação de que a missão que as agências formadoras têm abraçado é a formação de profissionais de Psicologia que, como regra, não desenvolvem atividades de pesquisa em sentido estrito na sua prática, é a de que os cursos de graduação devam propiciar uma formação científica suficiente para uma leitura crítica da literatura científica, como condição para um desempenho profissional mais qualificado¹³. Para a minoria que seguirá a carreira de pesquisador, esta introdução fornecida pelos cursos de graduação poderá ser articulada com os programas de iniciação científica. O envolvimento nas atividades de pesquisa pela via dos programas de iniciação científica (IC) é, de fato, a introdução à formação do pesquisador, como é destacada pela literatura¹⁴. Mais do que a concessão de bolsas individualmente ao pesquisador, é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientí-

12. Dentre os estudos sobre a situação do ensino superior privado (exclusivamente ou não), destacamos os textos de Cunha (2004) e de Martins (1988, 2000 e 2009).

13. O que Primi (2009) denomina, muito apropriadamente, de ‘consumo crítico’ do conhecimento.

14. Destaco, na vasta literatura a respeito, duas coletâneas: a primeira delas, sobre a formação em Psicologia produzida pela Anpepp (Bonfim, 1996), que conta com uma seção dedicada à iniciação científica (sob a responsabilidade de Livia M. Simão); a segunda, organizada por Julieta Calazans (1999), reunindo um conjunto de estudos de diferentes áreas do conhecimento sobre o assunto.

fica (PIBIC), desenvolvido em associação com as IES, que representou o salto de qualidade na questão da introdução do graduando nas atividades de pesquisa. De acordo com o CNPq, o PIBIC visa, dentre outros objetivos, “despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação” (CNPq, 2010). Por colocar o estudante precocemente em contato com as atividades de pesquisa, a IC é definida pela agência como um instrumento de formação de recursos humanos qualificados. A IC, pois, pode ser considerada a introdução mais eficiente dos estudantes de graduação nas atividades científicas e, por conseguinte, como um primeiro passo efetivo para a formação do pesquisador. A referência à ‘formação de recursos humanos qualificados’ por parte do CNPq associa-se imediatamente à pós-graduação: um segundo objetivo especificado é a redução do tempo médio de titulação de mestres e doutores. Por essa razão, embora o tema deste texto seja a formação do pesquisador, é importante registrar uma reflexão feita pelo Grupo de Trabalho “Papel da Iniciação Científica para a formação em pesquisa na Pós-Graduação”, no V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, de 1994, de que é nossa responsabilidade cuidarmos do aprimoramento da formação científica dos estudantes de graduação independente do seu ingresso na pós-graduação (LEITE, 1996).

1.2. A pós-graduação como o epicentro da pesquisa na universidade

Luiz A. Cunha (1979), ao analisar o desenvolvimento da pesquisa no campo educacional, afirma que o enorme contingente representado por estudantes e docentes da pós-graduação teria levado ao esvaziamento das antigas instituições responsáveis pela pesquisa educacio-

nal, deslocando o epicentro da pesquisa para o interior da instituição universitária e, mais precisamente, para a pós-graduação. Embora não seja uma regra absoluta, a análise de Cunha pode ser estendida aos demais campos do conhecimento e, seguramente, à Psicologia. O sistema de pós-graduação no Brasil, previsto no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1930, é instituído apenas em 1965, com o Parecer nº 977 do Conselho Federal de Educação¹⁵. Os primeiros cursos de pós-graduação em Psicologia datam desse período, com a criação, em 1966, do Curso de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ao longo destes quarenta anos, também a expansão do nível de pós-graduação foi expressiva: existem hoje, no sistema, 64 Programas recomendados pela CAPES, sendo 41 deles com o nível de Doutorado¹⁶. E, embora a expansão da pós-graduação seja próxima ao do sistema de ensino superior, a participação relativa das redes pública e privada é inversa: dos 64 Programas, apenas 18 pertencem à rede privada. Pode-se afirmar com segurança que a atividade de pesquisa (como condição para a produção científica) é a prioridade do sistema de pós-graduação. A mudança de ênfase do eixo formação de docentes/ensino para a pesquisa é definida no III Plano Nacional de Pós-Graduação (III PNPG – 1986-1989), por sua vez, articulado com o I Plano Nacional de Desenvolvi-

15. Da vasta literatura sobre a pós-graduação brasileira, sugerimos Castro e Gracelli (1985); Barros (1988); Velloso e Velho (2001) e Weber (2003) - além da Revista Brasileira de Pós-Graduação (ISSN 1806-8405), editada pela CAPES e disponibilizada no seu sítio eletrônico (www.capes.gov.br).

16. O Sistema Nacional de Pós-Graduação conta, em março de 2010, com 2.895 programas distribuídos pelas nove Grandes Áreas do Conhecimento, 1.510 com o nível de Doutorado.

mento (I PND) da Nova República. De acordo com Kuenzer e Moraes (2005), traduzindo o ‘espírito da época’, o I PND focalizava a busca da autonomia nacional e, à pós-graduação, caberia o papel de formar cientistas para que o país atingisse ‘plena capacitação científica e tecnológica’ (p. 1343). A centralidade das atividades de pesquisa e a decorrente produção de conhecimento consolidava-se com o ajuste do sistema de avaliação no biênio 1996/1997, vigorando até hoje. Mesmo a sinalização de revalorização das atividades formativas no triênio que se iniciou em 2007, com a sua equivalência com a produção científica¹⁷, não significa um retorno à ênfase na formação de docentes, visto que alguns dos itens que compõem o referido quesito dizem respeito à formação de pesquisadores e à produção científica do pós-graduando¹⁸. O Plano Nacional de Pós-Graduação em vigor (2005-2010) também não sinaliza nada diverso no tocante à ênfase na produção de conhecimento¹⁹. Na realidade, há uma retomada de um aspecto que já comparecia no III PNPG, de articulação com o setor produtivo. É possível interpretar que a preocupação com a formação de pesquisadores é dividida com a de aperfeiçoamento de recursos huma-

nos para ‘além da academia’, utilizando a denominação da CAPES para um seminário sobre o mestrado profissional. As definições mais gerais do sistema de pós-graduação não poderiam deixar de rebater na Psicologia: Macedo e Menandro (1998) já afirmavam, em 1998, que a produção científica era o item com maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas da área. No Relatório da Avaliação Continuada de 2009, Tourinho e Bastos (2010) afirmam que “a primazia da formação em pesquisa está consolidada e é expressa, por exemplo, em disciplinas sobre métodos e em seminários de apresentação de trabalhos, com participação, inclusive, de pesquisadores visitantes. Essas atividades estão associadas à supervisão sistemática de pesquisa em andamento que resulta em trabalhos de conclusão ou mesmo em trabalhos complementares na forma de artigos e de capítulos de livros” (p. 4). De fato, todos os 60 programas de pós-graduação que apresentaram relatórios à CAPES em 2009 (dados referentes ao ano de 2008) informam que têm disciplinas específicas de instrumentação em pesquisa nos seus elencos de disciplinas. Apenas seis deles não relatam disciplinas obrigatórias específicas. Cinco, contudo, são programas fortemente orientados para as atividades de pesquisa (e.g., Psicologia Experimental, Neurociências), com parte expressiva das disciplinas voltadas para o treinamento em pesquisa (em laboratório ou em campo). Quinze programas têm, no seu elenco, mais de uma disciplina obrigatória instrumental relacionada à formação em pesquisa, podendo esse número chegar a três ou mais. As disciplinas de cunho metodológico podem ser agrupadas em três categorias: (1) disciplinas metodológicas gerais (Metodologia de Pesquisa, Métodos de Pesquisa em Psicologia), 41 pro-

17. As Fichas de Avaliação atuais comportam cinco quesitos, sendo que os quesitos 3 (‘Corpo discente, Teses e Dissertações’) e 4 (‘Produção Intelectual’), com igual peso, respondem por 70% do total da pontuação dos programas.

18. De fato, o item 3.3 do Quesito 3, com peso equivalente a 30% do total do quesito, diz respeito à qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes-autores da graduação e pós-graduação, aferida pelas publicações e outros indicadores definidos pela área.

19. Está atualmente em processo de construção na CAPES o Plano Nacional de Pós-Graduação 2010-2020, sob a responsabilidade de uma comissão presidida pelo Professor Francisco César de Sá Barreto, que também coordenou os trabalhos do PNPG 2005-2010.

gramas; (2) disciplinas metodológicas específicas para a subárea da Psicologia, 13 programas; e (3) disciplinas centradas no ensino de Estatística, 4 programas. E, confirmando a avaliação de Tourinho e Bastos (2010), além dessas disciplinas, uma grande parcela dos programas relaciona disciplinas obrigatórias voltadas para a prática da pesquisa ou discussão de projetos, com denominações tais como 'Seminários de Pesquisa'; 'Questões de Pesquisa'; 'Práticas de Pesquisa'; 'Pesquisa Orientada'; 'Seminários de Pesquisa e Análise de Dados'; 'Seminários e Prática de Pesquisa em Psicologia'; dentre outros. Para além das disciplinas obrigatórias, há ainda um imenso leque de disciplinas optativas sobre aspectos específicos (e.g., análise de discurso, análise fatorial, análise multinível, métodos multivariados, modelagem por equações estruturais), sem fazer menção àquelas disciplinas voltadas à discussão epistemológica e, evidentemente, as temáticas de fundamentação teórica, que se encontram no campo da formação do pesquisador²⁰. A onipresença de disciplinas de caráter instrumental relacionadas às atividades de pesquisa não tem nada de extraordinário. Pelo contrário, é perfeitamente compreensível tanto pela natureza da pós-graduação brasileira, sobretudo, em tempos de centralidade da produção de conhecimento, quanto pela orientação que a CAPES, por meio das Coordenações de Área e pelas suas instâncias internas (como é o caso do Conselho Técnico Científico) recomenda e valoriza a existência de disciplinas dessa natureza nas propostas de cursos novos. Apenas para registro, se conce-

20. Um subconjunto interessante de disciplinas é relatado por alguns programas: aquelas voltadas para o treino em redação de trabalhos científicos ('Comunicação Científica'; 'Redação e Divulgação de Pesquisa em Psicologia'; 'Produção Científica em Psicologia').

bermos que o objetivo primário do nível de pós-graduação é a formação do docente-pesquisador, a primeira parte da diáde é contemplada, como regra, apenas pelo estágio de docência na graduação, ratificando a tese da primazia da formação do pesquisador.

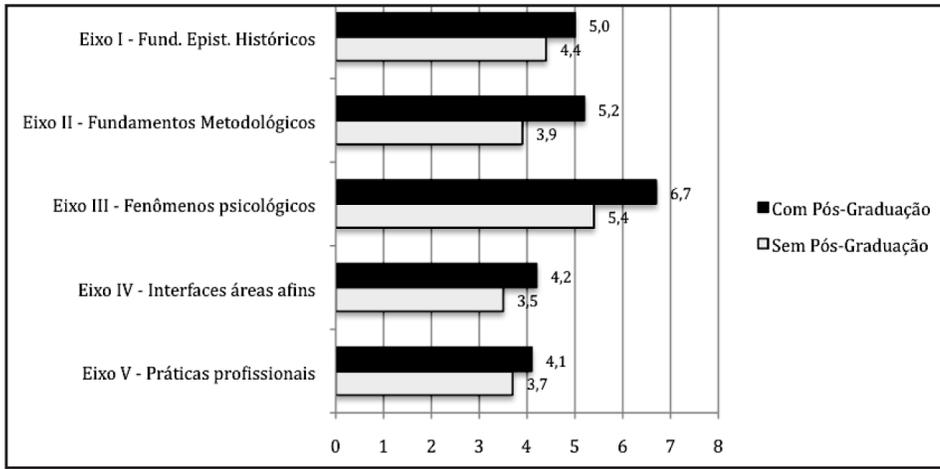
1.3. A relação graduação-pós-graduação e o impacto na formação em pesquisa

Um último aspecto relativo às características da formação em pesquisa nos dois níveis de ensino que deve ser destacado diz respeito ao impacto da pós-graduação na formação graduada em pesquisa. No elenco das atividades que conectam a pós-graduação à graduação - ao lado da regência de aulas por parte de docentes vinculados à pós-graduação e dos pós-graduandos, nos estágios-docência, a orientação de graduandos na iniciação científica etc. -, deve ser destacada a participação de discentes da graduação nos grupos de pesquisa e, conseqüentemente, nos projetos desenvolvidos no nível da pós-graduação. A participação nas atividades de pesquisa facultada ao aluno da graduação o acesso a instalações e equipamentos diretamente ligados à estrutura da pós-graduação e, eventualmente, a possibilidade de auxílio para participação em eventos. A partir dessa modalidade de atividades, é possível dar início à cooperação entre docentes e discentes dos vários níveis, na forma de co-autorias, para a apresentação de trabalhos em eventos e, mesmo, publicações conjuntas. Apesar de relatos de que a pós-graduação cria uma nova hierarquia dentro das IES, pelo acesso diferencial aos recursos externos e participação em atividades consideradas mais 'nobres', como a orientação de pós-graduandos, parece difícil questionar que a existência de um programa de pós-gra-

duação impacta positivamente o ensino de graduação. Os resultados do ENADE 2006 ratificam esta suposição. Os dados apresentados por Bastos (2007) mostram que no eixo estruturante referente às competências relacionadas às ativida-

des de pesquisa (Eixo II - Fundamentos Metodológicos), o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação de IES que mantêm o nível de pós-graduação é superior na comparação com aqueles que não oferecem esse nível (Figura 1).

Figura 1.
Desempenho no ENADE 2006 das IES com e sem pós, por eixosestruturantes de formação.



Fonte: Baseado em Bastos, 2007.

Primi (2009) apresenta dados que demonstram que o envolvimento em atividades de pesquisa relacionadas à Iniciação Científica está diretamente associado à existência do nível de pós-graduação. Dos 9.066 estudantes que informaram que estão envolvidos em projetos de pesquisa vinculados à Iniciação Científica, 88% (8.005) são alunos de cursos de graduação em IES que mantêm cursos de pós-graduação. Inversamente, 87% (10.554) dos 12.077 estudantes que informam que não desenvolvem atividades de pesquisa pertencem a IES que não ofertam o nível de pós-graduação. Uma decorrência previsível assinalada por Primi é que a experiência em atividades de pesquisa em cursos de IES com pós-graduação influencia positivamente o desenvolvimento das competências ligadas à pesquisa. Partindo, pois, da constatação de que a existência

do nível de pós-graduação impacta positivamente a graduação, no nosso caso específico, o desenvolvimento das competências associadas às atividades de pesquisa, resta a inquietante questão do descompasso existente entre as IES que mantêm programas de pós-graduação e aqueles que não desenvolvem esse nível de ensino. Tomando como referência o ENADE de 2006, participaram estudantes de 373 cursos de Psicologia do Brasil. Considerando o mesmo ano de 2006, estavam recomendados e em funcionamento, 55 programas de pós-graduação na área. Mas, esse dado ainda é enganoso: a pós-graduação brasileira apresenta, como uma de suas marcas, e diferentemente dos cursos de graduação, a oferta de diversos programas em uma mesma unidade, seja ela instituto, centro acadêmico ou departamento. Desta forma, verificaremos de os 55 programas da área

são ofertados por apenas 35 IES²¹, o que diminui ainda mais o hiato entre as duas modalidades de instituições de ensino superior. A conclusão não poderia ser outra: quando tratamos da relação graduação-pós-graduação a partir da perspectiva desta última, estamos deixando de lado a maior parte dos estudantes de graduação em Psicologia do país. Em ordem de grandeza, dos 21.143 estudantes que participaram do ENADE 2006, aproximadamente 88% deles (18.559) desenvolvem seus estudos em instituições que não mantêm o nível de pós-graduação na área. Ou seja, apenas uma pequena parcela (12%) dos estudantes das instituições que mantêm programas de pós-graduação usufruem totalmente das vantagens da articulação entre os níveis. Os demais, por extensão do nosso raciocínio, têm uma introdução muito precária em pesquisa no nível da graduação, restando, eventualmente, a formação

pós-graduada como alternativa.

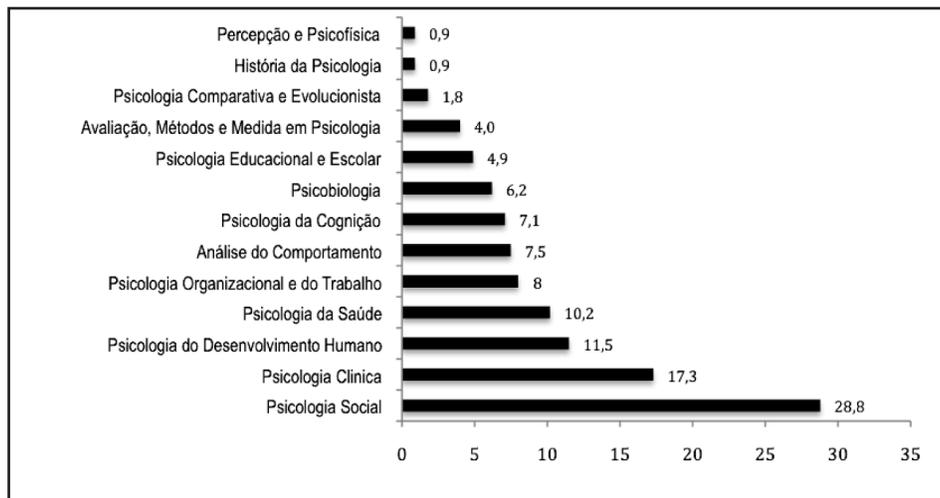
2. Conteúdos da pesquisa e destinos dos pós-graduandos

Tratamos, até aqui, da centralidade da pesquisa e da produção de conhecimento que, articulada com um sistema de avaliação focalizado nestes aspectos, tornaram a pós-graduação o lócus privilegiado da formação do pesquisador. Tal centralidade se expressa, além da presença de disciplinas na organização curricular, nas atividades de pesquisa nas quais, como regra, docentes e discentes se envolvem. Uma vez que a formação do pesquisador não se dá no vácuo, uma breve incursão nas linhas de pesquisa pode fornecer informações complementares para discutir as direções nas quais se move a sua formação pós-graduada. Examinemos inicialmente a distribuição das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação por subárea em 2008 (Figura 2).

21. Considerando-se as unidades da UNESP e da USP localizados em municípios diferentes como IES diferentes.

Figura 2.

Distribuição percentual das Linhas de Pesquisa agrupadas por subárea.



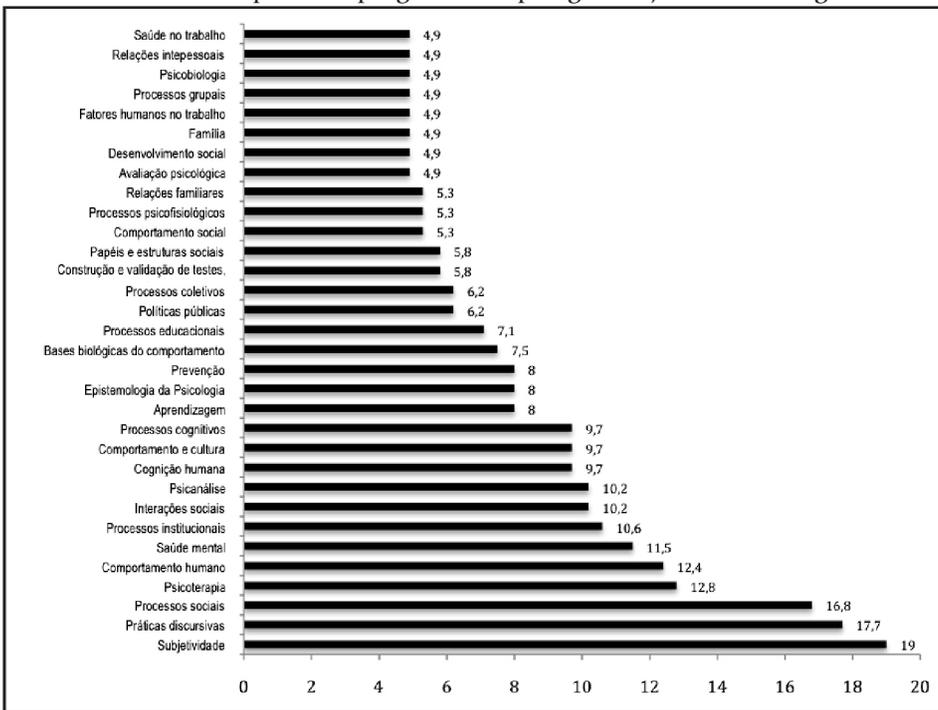
Fonte: Figura baseada em trabalho realizado por Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e colaboradora, especialmente para o Seminário Horizontes da Pós-Graduação, Bento Gonçalves, RS, novembro de 2008.

Embora a relação não seja direta, há, evidentemente, uma estreita conexão entre as subáreas dos programas e as linhas de pesquisa. Todavia, isso não invalida a análise acerca das ênfases temáticas nas quais os pós-graduandos estão sendo formados. O que nos parece relevante assinalar em um exame superficial desses dados é uma tendência das linhas para campos aplicados da Psicologia. Mais pontualmente, a previsível predominância de linhas de pesquisa em Psicologia Social, dada a forte presença da subárea entre os programas, a baixa frequência de uma das áreas apli-

cadadas mais tradicionais e relevantes, a Psicologia Escolar e Educacional, e uma surpreendente presença da Psicologia Comparativa e Evolucionista suplantando subáreas mais tradicionais. A distribuição das linhas de pesquisa nos fornece um quadro geral das direções nas quais se movimenta a área. Contudo, uma vez que a noção de linha de pesquisa é fluida (BORGES-ANDRADE, 2003a; 2003b; FENSTERSEIFER, 2003; MENANDRO, 2003), a focalização dos temas presentes nas linhas permite precisar mais os interesses de pesquisa da área (Figura 3).

Figura 3.

Distribuição percentual dos temas/especialidades mais presentes nas Linhas de Pesquisa dos programas de pós-graduação em Psicologia.



Fonte: Figura baseada em trabalho realizado por Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e colaboradora, especialmente para o Seminário Horizontes da Pós-Graduação, Bento Gonçalves, RS, novembro de 2008.

Esse conjunto de dados nos fornece um interessante quadro para pensarmos em que estamos formando. Não é nossa

intenção estabelecer qualquer espécie de qualificação desses temas, mas tão-somente propor uma reflexão acerca das

ênfases dos nossos programas de pós-graduação na formação do pesquisador, enfim, se esse rol corresponde às prioridades de investigação da área da Psicologia. Enfim, se critérios de relevância científica e social estão sendo considerados na proposição e condução destas pesquisas, e na produção de conhecimento delas decorrente, pois esse é o terreno no qual estão se forjando os pesquisadores. Finalmente, cabe tocar na questão do destino dos egressos. Já afirmamos o caráter profissionalizando dos cursos de graduação em Psicologia. A questão agora é se essa tendência permanece ou não após os estudos pós-graduados. Faltam dados mais precisos sobre o destino dos egressos da Psicologia. Retornemos aos dados dos programas. Focalizando o relatório do triênio 2004-2006, 20 dos 58 programas então existentes e em pleno funcionamento incluíam, entre os objetivos expressos, os temas da formação/aperfeiçoamento de profissionais ou a atuação do profissional/intervenção e oito outros programas mencionaram formação/aperfeiçoamento profissional ao relatar a inserção social. Não é improvável que essa questão tenha ocupado maior espaço nos relatórios exatamente devido à inclusão do quesito 'Inserção social' por parte da CAPES na avaliação trienal de 2007. Mas, certamente, seria muito simplista imaginar, sem desmerecer o peso da avaliação da agência, que metade dos programas mencionasse a formação de profissionais, sobretudo nos seus objetivos, somente em resposta à CAPES. Esta suposição é corroborada por um dado surpreendente: dois terços dos mestres e um terço dos doutores, egressos do Sistema Nacional de Pós-Graduação, encaminha-se para destinos outros que o ensino superior (RIBEIRO, 2005). Tomando os dados referentes à década de 1990, a Psicologia²²

22. Estudo conduzido por Silke Weber (2003) com Fortaleza - CE

segue a mesma direção, embora haja uma maior presença dos egressos do mestrado (47,4 % nas IES e 2,0% em instituições de pesquisa) e do doutorado (66,9% e 2,9%, respectivamente) em atividades do campo acadêmico (WEBER, 2003). Ou seja, prioritariamente, apenas os doutores se encaminham para a carreira para a qual são preparados, ou seja, docência de ensino superior e pesquisa. No caso dos mestres, 11,7% declaravam estar vinculados à administração e serviços públicos, 16% a empresas e 21,9% a escritórios e consultórios privados. No caso dos doutores, 17,3% informaram estar vinculados à administração e serviços públicos, 5% a empresas e 7,9% a escritórios e consultórios. Inquiridos sobre as motivações para a realização de estudos pós-graduados, aproximadamente 70% dos egressos respondessem que sua intenção era aprimorar o trabalho acadêmico/docência e 68%, de ampliar oportunidades de trabalho (trata-se, certamente, de uma resposta sobreposta à anterior). No entanto, uma informação é inquietante: 32,2% responderam que os seus objetivos não eram seguir a carreira docente e 35,4% de seguir a carreira de pesquisador²³. Embora seja improvável que os dados permaneçam exatamente desta forma, parece inegável que uma parte considerável dos egressos da pós-graduação segue um destino não acadêmico. A formação do pesquisador, privilegiada no ensino pós-graduado, pode estar servindo, em grande medida, para as mesmas finalidades da formação em pesquisa precariamente fornecida na graduação, ou seja, utilizando a expressão de Primi (2009), o 'consumo crítico' do conhecimento.

uma amostra de seis dos 42 cursos então existentes na área da Psicologia.

23. As respostas eram dadas em duas categorias: 'muito' e 'pouco/nada' (WEBER, 2003).

3. Considerações (e indagações) finais

Ao longo destas linhas, procuramos traçar um quadro (ainda que bastante limitado) da formação em pesquisa na área da Psicologia, enfocando mais precisamente o lugar em que se processa e algumas características dessa formação, finalizando com dados referentes ao destino dos pesquisadores que formamos. O quadro que foi delineado dá conta de uma iniciação (em geral) precária do estudante nos cursos de graduação para uma grande maioria de estudantes que vai se dirigir para a prática como profissional da Psicologia, no limite, 'consumindo criticamente' o conhecimento; e uma introdução mais qualificada para aqueles que seguem para os estudos pós-graduados, nos quais receberá a formação de pesquisador (embora apenas uma parcela destes siga a carreira acadêmica). Se essa síntese é procedente, talvez seja necessário que a área enfrente mais decididamente alguns desafios. Inicialmente, o de fornecer uma introdução em pesquisa competente sobretudo durante a graduação, incluindo as instituições que não mantêm o nível de pós-graduação, viabilizando uma formação que possibilite uma intervenção profissional mais qualificada. A situação do ensino de pesquisa nas IES que mantêm o nível de pós-graduação é mais simples; há, mesmo, algumas propostas e experiências que podem servir de inspiração para o sistema²⁴. A dificuldade maior reside naquele imenso contingente de estudantes de IES do sistema privado que não têm tradição de pesquisa e que não mantêm cursos de pós-graduação. Talvez uma alternativa - que está longe de equacionar a questão, pois não toca nas suas

24. Estamos nos referindo, por exemplo, à estrutura curricular do curso de graduação em Psicologia da UFSCar (SP) ou do bacharelado voltado para a pesquisa da USP/RP (SP).

determinações fundamentais, mas que pode estar ao nosso alcance - é estender a noção de solidariedade e inserção social dos programas de pós-graduação na direção da qualificação do nível da graduação²⁵. No ensino pós-graduado, um desafio é avaliar essa situação de egressos (em grande número) que não se destinam à academia. Se não for a opção pela oferta de mestrados profissionais, tema sempre polêmico²⁶, certamente é imperiosa a discussão sobre a adequação do ensino pós-graduado, sobretudo no nível de mestrado, para um contingente de egressos que não se destina à carreira de pesquisador. Finalmente, uma indagação com relação à formação do pesquisador na pós-graduação. É expectativa do sistema que qualifique tecnicamente os estudantes para que se tornem pesquisadores autônomos ao concluírem seu doutorado. Todavia, para além do domínio da técnica, do desenvolvimento de uma postura investigativa rigorosa, é possível afirmar que os programas de pós-graduação estão atentos para a tarefa de formar pesquisadores responsáveis (social e cientificamente) com relação à natureza do conhecimento que produzem e preocupados com as questões relativas à política científica do país?

Referências Bibliográficas

ABBAD, G. S.; MOURÃO, L. Competências profissionais e

25. Essa é uma questão certamente polêmica: a relação entre instituições mantidas com recursos públicos com aquelas estritamente voltadas para o lucro, confrontada com a nossa responsabilidade com o público que será afetado pela ação dos psicólogos, eventualmente, formados com baixa qualificação profissional.

26. O fascículo 4 da Revista Brasileira de Pós-Graduação foi dedicado ao Mestrado Profissional. Acessível na íntegra em <http://www2.capes.gov.br/rbpg/index.php/numeros-publicados/volume-2-no4>.

estratégias de qualificação e requalificação. In: BASTOS, A. V. B.; GODIM, S. (Orgs.), **O psicólogo e o seu trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010 (prelo).

BARROS, E. M. C. **Política de Pós-Graduação: um estudo da participação da comunidade científica**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1988.

BASTOS, A. V. B. **Problematizando a relação graduação/pós-graduação**. Apresentação feita em Seminário comemorativo de 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-RS. Porto Alegre, 2007.

BOMFIM, E. M. (Org.). **Formações em Psicologia: pós-graduação e graduação** (Coletâneas da ANPEPP, vol. 8). Belo Horizonte: ANPEPP/UFMG, 1996.

BORGES-ANDRADE, J. E. Em busca do conceito de linha de pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 157-170, 2003a.

BORGES-ANDRADE, J. E. Linha de pesquisa: de remendos a remates. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 7, n. 2, p. 183-183, 2003b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de maio de 2004, Seção 1, p. 16-17.

CALAZANS, J. (Org.). **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico**. São Paulo: Cortez, 1999.

CASTRO, C. M.; GRACELLI, A. O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 7 (suplemento), p. 188-201, jul. 1985.

CONSELHO NACIONAL DE

Fortaleza - CE

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/programas/pibic/index.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2010.

CUNHA, L. A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Seminários sobre a produção científica em Educação**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, MEC-CAPES, 1979.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 795-817, 2004.

FERNANDES, F. Os dilemas da reforma universitária consentida. **Debate e Crítica**. São Paulo, n. 2, p. 1-42, jan./jun. 1974.

FENSTERSEIFER, J. E. Comentários sobre em busca do conceito de linha de pesquisa e outras reflexões sobre o tema. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 7, n. 2, p. 171-176, 2003.

GOMIDE, P. I. C. A formação acadêmica: onde residem as deficiências? In: CFP (Org.). **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988, pp. 69-85.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 93, pp. 1341-1362, 2005.

LEITE, S. A. S. Desafios para a pesquisa sobre iniciação científica. In:

BOMFIM, E. M. (Org.). **Formações em Psicologia: pós-graduação e graduação** (Coletâneas da ANPEPP, vol. 8). Belo Horizonte: ANPEPP/UFMG, 1996, pp. 117-127.

MACEDO, L. de; MENANDRO, P. R. M. Considerações sobre os indicadores de produção no processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Psicologia. **Infocapes**, vol. 6, n. 3, p. 34-38, 1998.

MARTINS, C. B. **Ensino pago: um retrato sem retoques**. São Paulo: Cortez, 1988.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MATTOS, M. A. Produção e formação científica em Psicologia. In: CFP (Org.). **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988, pp. 100-122.

MENANDRO, P. R. M. Linha de pesquisa: possibilidades de definição e tipos de utilização do conceito. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 7, n. 2, p. 177-182, 2003.

NUNES, E. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. especial, p. 103-147, 2007.

PRIMI, R. **Resultados do ENADE e as Relações entre Graduação e Pós-Graduação em Psicologia**. Apresentação feita no 6º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2009.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional

na política atual da CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, vol. 2, n. 4, p. 8-15, 2005.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educação em Revista**, n. 31, p. 73-89, 2008.

TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. **Relatório da Avaliação Continuada 2009**. Brasília: CAPES, 2009.

VELLOSO, J.; VELHO, L. **Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação**. Brasília: CAPES, 2001.

WEBER, S. Psicologia: mestres e doutores titulados entre 1990 e 1999. In: VELLOSO, J. (Org.), **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país** (volume 2). Brasília: CAPES, 2003, pp. 221-243.

Fórum de Ética

Ética em pesquisa com seres humanos: dignidade e liberdade²⁷

Yves de La Taille
Instituto de Psicologia da Universidade
de São Paulo – USP

As linhas que se seguem são frutos tanto de minha experiência em Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos quanto de minha prática de pesquisa e reflexão em Psicologia Moral. Começamos pela minha experiência em Comitês. Participei durante alguns anos do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres

27. Texto (com pequenas modificações) já publicado no livro *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*, organizado por Iara Coelho Zito Guerriero, Maria Luisa Sandoval Schimdt e Fábio Zicker (São Paulo, Editora Hucitec, 2008).

Humanos da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo e, atualmente, sou membro do Comitê do Instituto de Psicologia da mesma universidade. São, ao todo, oito anos de trabalho nessa nova área de atividade acadêmica. O primeiro depoimento que posso dar é simples: raros são os casos nos quais os projetos submetidos apresentam problemas éticos. Acontece, é verdade, algumas situações mais delicadas, para as quais chamamos os pesquisadores para maiores explicações e avaliações. Mas tal não é a regra, é a exceção. Não quero dizer com esse depoimento que os comitês não têm real utilidade, pois, basta um caso eticamente problemático para justificar a sua existência. Mas o fato é que, felizmente, na maioria das vezes, os projetos não apresentam real problema ou até mesmo não apresentam problema algum. O fenômeno se deve tanto aos devidos cuidados corretamente tomados pelos autores dos projetos quanto ao fato de muitas pesquisas, notadamente na área da Psicologia, serem totalmente anódinas do ponto de vista do risco possível de ferir, física ou psicologicamente, os sujeitos de pesquisa (entrevistas, questionários, observações, pequenas tarefas sensório-motoras, etc.). Em compensação, dois temas outros recorrentemente voltam à baila. É o meu segundo depoimento: não raramente se discute se o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos deve, ou não, julgar o mérito científico dos projetos a ele submetido, e não raramente também se encontram problemas na elaboração dos Termos de Consentimento Esclarecido e até mesmo na própria exigência de eles deverem ser lidos e assinados previamente pelos sujeitos de pesquisa. Falemos um pouco mais de cada tema. A maioria dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

é formada de professores e esses costumam, por hábito profissional, detectar possíveis problemas teóricos e/ou metodológicos dos projetos que avaliam. Mas uma vez detectados tais problemas, o que fazer no contexto de um Comitê de Ética? Alguns membros afirmam que o Comitê deve apontar os possíveis erros e pedir aos pesquisadores que refaçam seu projeto. Outros replicam que a tarefa do Comitê se restringe a proteger os sujeitos de pesquisa de possíveis interferências no seu bem-estar físico e psicológico e, que, logo, fugiria à sua vocação avaliar o mérito acadêmico do trabalho dos colegas. Esse último argumento é contestado por alguns que alegam que a dimensão ética da pesquisa é indissociável do valor científico da mesma. Talvez, respondem seus oponentes, mas se avaliarem o mérito científico dos projetos, os Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos tornar-se-ão instâncias todo poderosas, chamando para si atribuições que cabem às Comissões de Pesquisa, às Agências de Fomento e às bancas julgadoras de dissertações e teses. Como resolver esse debate? As dúvidas que rondam o emprego do Termo de Consentimento são de outra ordem. Elas frequentemente recaem sobre a clareza do texto submetido aos sujeitos de pesquisa: será sempre possível 'traduzir' uma linguagem técnica em outra facilmente compreensível para leigos? Deixo aos linguistas resolverem a questão. Mas há duas outras que procurarei equacionar. A primeira é a conhecida possível interferência que tal termo pode ter sobre os resultados da pesquisa. Tal interferência é, às vezes, claramente presente. Por exemplo, os clássicos experimentos de Milgram a respeito da tendência dos seres humanos a obedecerem a figuras de autoridade teriam sido irrealizáveis se os sujeitos tivessem sido avisados do

papel ingênuo que deveriam desempenhar. Mesma coisa pode ser dita das observações que pesquisadores da área de Etologia Humana fazem de pessoas que, em hipótese alguma, devem saber que estão sendo observadas. Reencontramos também sistematicamente o problema na área de Psicologia Clínica, pois, como o afirmam os especialistas, dizer aos pacientes que as sessões poderão ser objeto de publicação científica interfere no próprio andamento do trabalho analítico podendo, notadamente, desvirtuá-lo e, logo, prejudicar quem foi buscar ajuda psicológica. Como decidir, então, se será, ou não, ou quando será, ou não, submetido ao sujeito de pesquisa o referido Termo. A segunda questão incide sobre a viabilidade de certas pesquisas, notadamente aquelas realizadas com crianças e adolescentes: nesse caso, por serem menores de idade, são os seus pais (ou tutores) que devem assinar o Termo de Consentimento. Porém, na prática, verifica-se que, frequentemente, pais demoram em retornar o Termo, seja porque esqueceram de assiná-lo, seja porque seus filhos esqueceram de entregá-los, seja ainda porque ele foi, em algum momento, perdido. Cabe a pergunta: quando uma pesquisa emprega método evidentemente anódino, a exigência da assinatura de um Termo de Consentimento não será apenas um ato 'burocrático', que mais pode atrapalhar que ajudar, e não ato genuinamente ético? Eis as questões recorrentes, que, como o disse, observei na minha participação em dois Comitês de Ética em Pesquisa, e que vou procurar equacionar agora, com a ajuda de alguns conhecimentos da área de Psicologia Moral.

Dignidade e Liberdade

Uma das tendências do mundo atual é elaborar um número cada vez maior de

regras, notadamente no campo da ética. Há regra para tudo, notadamente sob a forma de leis e decretos estatais. Um bom exemplo desta 'fúria normatizadora' encontra-se na lei, recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que proíbe o emprego do celular nas escolas durante as aulas. Vale perguntar-se a que nível deverá ter caído o senso ético de pais e alunos para que uma lei dessas seja necessária para coibir interferências negativas no ato de estudar e no respeito que se deve ter pelo conforto e tranqüilidade alheios. Ora, um fenômeno bem conhecido acaba por ser observado: mais se fazem leis, menos as pessoas refletem sobre as razões de ser dessas leis, mais elas ficam infantilizadas e, logo, mais e mais leis se tornam necessárias, acompanhadas de inúmeras formas de controle. Mesmo perigo encontra-se no campo da ética na pesquisa, seja com seres humanos, seja com animais: normatizar casos e mais casos, criarem-se regras cada vez mais específicas e transformar o código de ética num cipoal de leis, de aplicação até que clara, mas de legitimidade obscura. Por essa razão, antes de se elaborarem regras – e até mesmo ao invés de fazê-lo – faz-se necessário pensar nos princípios que inspiram a ética na pesquisa. Vejo dois, que valem para todos os temas que podemos encontrar na atividade de pesquisa com seres humanos, e que, portanto, também valem para analisarmos os problemas acima citados a respeito da avaliação do mérito acadêmico e a figura do Termo de Consentimento. Os dois princípios que elejo são: 1) a dignidade inerente à pessoa humana, e, 2) a liberdade. Há outros, mas creio que esses dois são incontornáveis. O princípio da dignidade do ser humano confere a este o direito à integridade física e psicológica e ao respeito

moral por parte de outrem. Respeitar a dignidade alheia é imperativo moral. O princípio da liberdade do ser humano confere a esse o direito de não ser coagido por outrem, e também lhe confere do dever de não coagir as demais pessoas. Isto posto, devemos nos perguntar se esses princípios são absolutos ou relativos. Se forem absolutos, não será eticamente aceita nenhuma exceção. Se forem relativos, algumas exceções poderão ser legítimas. O princípio da dignidade é absoluto. Com efeito, não se concebe razão pela qual seria legítimo desrespeitar alguém ou atingi-lo na sua integridade física (ferimentos, por exemplo) e psíquica (humilhação, por exemplo). Mas, é preciso notar que nem todos pensam assim. Todo mundo já deve ter ouvido comentários do tipo: 'direitos humanos devem ser apenas para seres humanos'. Quem profere tal sentença costuma afirmar que certas pessoas, por terem cometido crimes, perderam sua 'humanidade' e, portanto, podem muito bem ser massacrados, desrespeitados, torturados, colocados em celas imundas, etc. Outras pessoas pensam que um tratamento cruel é legítimo para todo e qualquer 'inimigo' (em caso de guerra, por exemplo). Foi provavelmente esse raciocínio que inspirou soldados americanos a humilharem prisioneiros iraquianos. No entanto, tais argumentos que prevêem exceções ao respeito à dignidade do ser humano não encontram base alguma na ética, e, podem, portanto, ser descartados, notadamente em nome da Declaração dos Direitos Humanos. Outras pessoas ainda lembram, com razão, que, no intuito de proteger as pessoas, a polícia às vezes não tem outra opção senão ferir e até matar pessoas perigosas. É verdade. Todavia, esse caso, vizinho da legítima defesa, não configura uma real exceção, pois não foi negado o princípio da digni-

dade. Tanto é verdade que, uma vez presa a pessoa perigosa, a ética manda que seja tratada de forma digna. É por essa razão, aliás, que uma polícia que mais mata que prende e que troca as enquetes por tortura, por mais eficaz que ela possa ser, fere a ética. Falta analisar os casos em que o desrespeito da dignidade seria supostamente em benefício da própria pessoa desrespeitada. Pais que batem nos filhos ou os submetem a humilhações às vezes empregam esse argumento: 'é para o bem dele'. Mas mesmo sem questionar a suposta 'eficácia' pedagógica de tal procedimento na educação dos filhos, o bater deve ser radicalmente condenado porque indubitavelmente fere a dignidade da vítima. Quanto ao princípio da liberdade, ele é relativo. Note-se que, diferentemente do princípio da dignidade, a liberdade somente faz sentido se seguida de um conteúdo: fala-se em liberdade de... (mas não se fala em dignidade de). Devemos, portanto, sempre pensar no conteúdo da liberdade. É claro que a liberdade de dispor de seu destino, a liberdade de ir e vir, a liberdade de opinião, a liberdade de decidir se relacionar sexualmente, etc. são formas eticamente legítimas do exercício da liberdade. Em compensação, não temos a liberdade de matar outrem, de humilhá-lo, de obrigá-lo a manter relações sexuais, etc. Logo, cada caso deve ser examinado²⁸. Passemos agora à relação entre

²⁸. Não deixa de ser moralmente suspeito o argumento de certos publicitários segundo o qual não deve haver lei alguma que regule as propagandas veiculadas na mídia, pois tal regulação feriria a 'liberdade de expressão'. A liberdade de expressão não é princípio absoluto, do contrário permitir-se-ia que, impunemente, certos grupos publicassem, nos jornais, libelos racistas ou revisionistas. Estou consciente de que os limites entre o que pode ser expresso e o que não poderia sê-lo são difíceis de serem traçados, mas tal dificuldade não implica que fiquemos, sem maiores análises, na afirmação do caráter absoluto

os dois princípios rapidamente apresentados e as questões de ética na pesquisa com seres humanos. Por precaução intelectual, vou me restringir às pesquisas em psicologia, uma vez que tal é minha área de atuação²⁹. O princípio da dignidade aplica-se: 1) ao método empregado e, 2) à questão do sigilo. Por intermédio do método, o pesquisador vai de alguma forma interferir na vida dos seus sujeitos de pesquisa. A única exceção é o método de observação em ambiente natural, contanto, é claro, que o sujeito observado desconheça o fato. Logo, é preciso que a interferência devida ao método empregado não fira a dignidade do sujeito de pesquisa. Mas, pode haver riscos de que tal interferência atinja a integridade do sujeito? Às vezes há, é claro. Logo volto a esses riscos quando retomar a discussão sobre o papel dos Comitês de Ética com relação ao mérito acadêmico. A questão do sigilo por meio do qual a identidade dos sujeitos de pesquisa deve ser preservada também se inspira no princípio da dignidade. Em muitos casos, notadamente nas pesquisas clínicas, fazer a publicidade dos nomes dos participantes equivaleria a humilhá-los ou a colocá-los sob alguma forma de ameaça. O princípio da liberdade aplica-se: 1) ao querer participar, ou não, como sujeito de uma pesquisa (portanto, nela entrar e dela sair a qualquer momento). É em nome desse princípio que foi criado o Termo de Consentimento Esclarecido. Com ele, o sujeito não somente sabe que está participando de uma pesquisa como é informado do que ele vai ter que fazer e dos possíveis riscos inerentes à sua participação. Podemos, agora, voltar a nos-

da liberdade de expressão.

29. No Comitê de Ética da Escola de Educação Física, eu dava apenas pareceres sobre pesquisas relacionadas a aspectos psicológicos da prática do esporte.

sas questões polêmicas, começando pela avaliação do mérito acadêmico.

Avaliação do mérito acadêmico das pesquisas por parte dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Como toda atividade humana, a pesquisa contém variadas dimensões éticas. Por exemplo, quando da divulgação de uma investigação, temos a questão do plágio, obviamente moralmente condenável. Ainda no âmbito da divulgação, discute-se a co-autoria aluno/orientador: deve ser ela automática, tendo o orientador sempre o direito de co-assinar o trabalho de seus orientandos, ou deve ser ela legitimada apenas quando o orientador tiver de fato participado da redação do artigo? Questão ética também se encontra em relação aos financiamentos, em geral feitos com dinheiro público: esse dinheiro deve ser gasto apenas ou prioritariamente com pesquisas que incidem sobre problemas reais da sociedade, ou pode ser ele também empregado nas chamadas pesquisas básicas que costumam ter como primeira motivação a curiosidade científica por determinados fenômenos do mundo físico e social? E temos, naturalmente, a dimensão ética da proteção da integridade e bem-estar dos sujeitos de pesquisa. Todo o problema reside em saber se os Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos devem cobrir todo o leque de temas éticos presentes nas atividades de pesquisa, ou se somente devem cuidar de alguns. Ora, a resposta parece-me clara: o papel primeiro e único dos Comitês é zelar pelo respeito à dignidade e liberdade dos sujeitos de pesquisa. E isto, por duas razões (sem falar das resoluções da Conep). A primeira: há outras instâncias para cuidar de outros aspectos éticos. Questões de plágio, por exemplo, vão para as instâncias administrati-

vas, como os Conselhos e Congregações. A segunda: se um Comitê quiser para si a legitimidade de julgar todas as questões éticas, além de certamente seus membros não terem competência para tanto, tal 'tribunal' corre o sério risco de tornar-se despótico e, logo, injusto. Tornar-se-ia uma espécie de 'Santa Inquisição'. Decorre do que acabo de escrever que não cabe aos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos avaliarem o mérito científico das pesquisas. Eles não têm legitimidade para tanto, e há outras instâncias dedicadas a isso (comissões de pesquisa, agências de fomento, etc.). Há, todavia, duas exceções. Falemos da primeira: quando há riscos – que devem ser mínimos – de ferir o princípio da dignidade do ser humano. Aprofundemos a questão. Evidentemente, não existe 'risco zero'. Todo e qualquer método pode ser prejudicial para o sujeito da pesquisa, pois um mero questionário pode, por exemplo, desencadear angústias imprevisíveis em quem o responde. Quiséssemos o 'risco zero', não faríamos pesquisa. Todavia, há métodos que, mais do que outros, apresentam claramente riscos. Para serem eticamente toleráveis, tais riscos devem ser mínimos em dois sentidos da palavra: o possível dano deve ser pequeno e a probabilidade de acontecer também deve ser pequena (a idéia de risco implica aquela de probabilidade, do contrário não seria risco, mas sim consequência inevitável). Mas alguém poderá ponderar aqui que, se houver risco previsível, por menor que seja, a pesquisa deve ser abandonada. Creio que é justamente para responder a essa ponderação que devemos pensar no mérito acadêmico. Imaginemos, por exemplo, que uma investigação, que visa criar condições de apoio psicológico a pessoas que vão passar por uma cirurgia, implique, para ser realizada, que sejam entrevistadas pessoas que vão, num prazo de uma semana ou duas, submeter-se

a uma operação desse tipo. Existe o risco de tal método trazer desconforto psicológico aos futuros pacientes, já fragilizados pela perspectiva hospitalar? De fato, existe tal risco. Porém, os ganhos que tal pesquisa promete são ponderáveis, pois será um benefício para o bem-estar das pessoas em geral receberem apoio cientificamente operacionalizado na hora de momentos de medo e angústia. Logo, nossa hipotética pesquisa parece merecer crédito. Porém tal crédito depende evidentemente dos possíveis ganhos que ela promete trazer aos seres humanos e também, é claro, do valor científico do método. Se, apesar das 'boas intenções' dos pesquisadores, o método carecer de precisão e embasamento científicos, a pesquisa deve ser vetada pelo Comitê de Ética. E tal veto depende da avaliação do mérito científico da pesquisa, que, nesse caso e em outros parecidos – que são, note-se, muito raros – se justifica. Acrescento que, nesses casos, os sujeitos de pesquisa devem ser claramente avisados dos possíveis riscos que incorrerão ao participar da investigação. Não se pode decidir por outrem os riscos pelos quais ele vai passar. Fazer o contrário feriria tanto o princípio da dignidade quanto aquele da liberdade. A segunda exceção, que justifica a avaliação do mérito científico por parte dos Comitês está justamente relacionada ao princípio da liberdade e à exigência, ou não, do termo de consentimento.

Termo de consentimento esclarecido

As razões básicas de ser do Termo de Consentimento são quatro: 1) o sujeito saber que está participando de uma pesquisa, 2) saber se corre algum risco previsível, 3) ter a liberdade de consentir, ou não, em participar e 4) saber que o pesquisador se compromete em guardar sigilo sobre sua identidade. Como já tratamos dos riscos e do sigilo, faltamos falar da liberdade. Vimos que em alguns casos, a 'ingenuidade' do sujeito é pré-requisito para o bom andamento da investigação. Se tomarmos o princípio da liberdade como absoluto, toda

e qualquer pesquisa que implica essa ingenuidade deve ser vetada. Porém, como também o vimos, a liberdade nem sempre é princípio de valor absoluto. Todo o problema reside em decidir se, nesses casos, é legítimo deixar o sujeito de pesquisa sem saber dos reais objetivos desta. Se for legítimo, o Termo deverá ser redigido de forma lacunar, ou até nem ser apresentado (os sujeitos de Milgram, por exemplo, não podiam saber que participavam de uma pesquisa). Pessoalmente, penso que se o método da pesquisa respeita o princípio da dignidade, se ele apresenta riscos improváveis e se tem mérito científico, a pesquisa é eticamente legítima e o Termo pode ser lacunar ou até inexistente. Eis, portanto, a segunda exceção na qual o Comitê deve debruçar-se sobre o mérito acadêmico do projeto a ele submetido. Quanto ao princípio da liberdade, acrescentaria que, após a pesquisa realizada, o sujeito deve ser avisado do papel ingênuo que desempenhou e perguntado se ele aceita, ou não, que os dados que ele forneceu à sua revelia sejam empregados para o estudo. Eu proponho o mesmo raciocínio para pesquisas clínicas cujos efeitos terapêuticos podem ser desvirtuados pelo fato de o paciente saber que, para além da análise, o que ele diz e faz será objeto de avaliação acadêmica. Nesses casos, é inviável pedir que ele assine um Termo de Consentimento antes do início da análise/pesquisa. Todavia, no final do processo, o sujeito deverá dar o seu consentimento para que seus dados tornem-se objeto de avaliação científica. Falta analisar os casos em que a exigência do Termo de Consentimento prejudica a realização da pesquisa, não porque a desvirtue, mas porque é muito difícil obtê-lo (por exemplo, em pesquisas com crianças e adolescentes cujos pais nem lembram em assinar o referido Termo). Nesses casos, vale evidentemente tudo o que foi escrito a respeito dos riscos: se eles claramente existem, não há como dispensar a apresentação do Termo de Consentimento. Porém, se não for o caso, deve-se, mesmo assim, somente fazer a pesquisa com sujeitos que assina-

ram o referido termo ou cujos responsáveis legais o fizeram? Não, pois legitimizar tal exigência equivaleria a privilegiar a regra em relação ao princípio, equivaleria, portanto, a inverter a ordem lógica da ética. Não vamos esquecer que exigir dos pesquisadores que peçam a seus sujeitos assinarem um Termo de Consentimento Esclarecido corresponde a uma regra, e que esta é inspirada pelo princípio da liberdade. Tal regra é eticamente boa porque o princípio também o é. Porém, não vamos tampouco esquecer que se é verdade que o valor de uma regra depende daquele do princípio que inspirou sua elaboração, a recíproca não é verdadeira. Logo, não respeitar uma regra não implica necessariamente não respeitar o princípio que a legitima. Assim sendo, nos casos em que conseguir a assinatura do Termo de Consentimento for complicado, basta garantir o princípio: deixar aos sujeitos, seja lá de que idade forem, toda a liberdade possível para aceitarem participar da pesquisa. Não é necessário um 'papel' para que tal aconteça, pois pode se fazê-lo verbalmente. Aliás, note-se que, pelo menos em Psicologia, até onde sei, sempre se agiu assim, nem que seja porque dados fornecidos por sujeitos coagidos não são cientificamente válidos. E penso que, com ou sem Termo, a maioria dos pesquisadores respeita o princípio da liberdade. Volto a meu primeiro depoimento: a quase totalidade dos projetos que tive a oportunidade de julgar não apresenta problemas éticos e não creio que foi preciso criar Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos para que essa fosse a realidade. Mas, cuidado: os Comitês apenas analisam o que os pesquisadores dizem que vão fazer, mas não o que realmente fazem na sua prática de pesquisa. Dito de outra forma, os Comitês avaliam o caráter ético do projeto, mas não a ética do pesquisador. Ora, uma coisa é certa: se um pesquisador ativer-se à obediência mecânica a regras, é alta a probabilidade de ele, na prática, desrespeitar, até que inconscientemente, os princípios. Logo, é preciso tomar cuidado, como assinalado acima, para que os Comitês de Ética

em Pesquisa com Seres Humanos não se tornem mais uma instância rígida e tecnocrata que somente sabe elaborar regras e mais regras, pois se tal acontecer, será um desserviço à Ética, e não o contrário, como se pretende.

Marcos na reflexão da ANPEPP sobre a ética em pesquisa com seres humanos

Selma Leitão

UFPE – Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva
Membro da Comissão de Ética da ANPEPP

O presente texto sumaria alguns marcos relativos a ações e discussões sobre Ética na Pesquisa com Seres Humanos até então realizadas no âmbito da ANPEPP (e cujos registros são disponibilizados na web). Duas razões principais levaram à produção deste texto. Primeiramente, a constatação de que a cada edição do Fórum de Ética realizado em simpósios da ANPEPP para ele acorrem pesquisadores que dele participam pela primeira vez. Julgou-se pertinente, portanto, fornecer a estes uma visão, mesmo que sucinta – e, portanto, inevitavelmente incompleta – do que vem sendo realizado na ANPEPP relativamente a esta questão. A segunda razão que motivou a produção do texto foi a consideração de que, no contexto de um novo Fórum, seria interessante oferecer, mesmo aos participantes mais familiarizados com o tema, um sumário do curso das ações e discussões já havidas e algumas tensões que as permeiam.

1. Breves notas históricas

1.1 Elaboração da Resolução CFP 016/2000

Um primeiro marco merecedor de destaque diz respeito à elaboração da Re-

solução CFP 016/2000 que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.³⁰ A referida resolução surgiu em resposta à solicitação encaminhada ao Conselho Federal de Psicologia, pela ANPEPP, no sentido de que se produzisse uma resolução referente à ética em pesquisa que pudesse contemplar, de modo mais direto, questões, problemas e especificidades relativas à atividade de pesquisa na área de Psicologia. Uma vez elaborada, e após obter posicionamento favorável do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB)³¹, o CFP aprovou a resolução CFP 016/2000 a qual, a partir de então, foi instituída como referência para pesquisa com seres humanos em Psicologia até a sua revogação (ver 1.4 abaixo).

1.2 Consulta a pesquisadores da Psicologia sobre as Resoluções CNS 196/96 e CFP 016/2000

A consulta em pauta foi produzida e executada pelas Profas. Heloisa Szymanski (PUC-SP) e Zeidi Trindade (UFES), como atividade preparatória para o Fórum sobre Ética em Pesquisa realizado no XI Simpósio da ANPEPP, cuja coordenação esteve sob responsabilidade das referidas professoras. A consulta foi realizada através de questionário elaborado especificamente para este fim e teve como objetivo básico diagnosticar os principais problemas enfrentados por pesquisadores da Psicologia em face da Resolução CNS 196/1996. Os resultados desta consulta foram apresentados e discutidos no Fórum sobre Ética do XI Simpósio sendo aquela consulta avaliada como esforço marcante na reflexão sobre o tema. Através dela foi possível

30. <http://www.ufrgs.br/bioetica/res16cfp.htm>

31. Integram a FENPB: SBP, ANPEPP, CFP, CONEP e FENAPSI.

'dar voz' e sistematizar queixas que há muito circulavam, informalmente, entre os pesquisadores.³²

1.3 Criação da Comissão de Ética da ANPEPP

A Comissão de Ética da ANPEPP foi criada a partir da necessidade de implementar orientações geradas na plenária do Fórum de Ética do XI Simpósio da ANPEPP, cujo ponto principal de discussão foram as respostas dadas à consulta acima referida. As sugestões encaminhadas à diretoria da ANPEPP, naquele momento, condensaram-se nos seguintes pontos:³³ - Buscar consultoria jurídica que esclarecesse quanto à competência legal do Conselho Federal de Psicologia para legislar sobre a atividade de pesquisa, principalmente no âmbito das universidades. - Criar, junto ao CFP e ao Fórum de Entidades (FENPB), comissão qualificada que pudesse elaborar normas éticas para a pesquisa em Psicologia, compatíveis com as especificidades da área e, em sendo possível, articuladas com as Humanidades. - Encaminhar ao CFP solicitação de suspensão da Resolução CFP 016/200, até que novas normas fossem estabelecidas. - Encaminhar aos editores de periódicos da área o pedido de suspensão da exigência de comprovação da aprovação da pesquisa por Comitês de Ética, sendo tais aspectos considerados, na oportunidade, de responsabilidade do autor da publicação. Competências e objetivos então definidos para a Comissão diziam respeito à coordenação e promoção de ações e discussões sobre a ética na pesquisa com seres humanos, no âmbito da ANPEPP e demais organizações e instituições com as quais esta se relaciona. Tais ações e

32. <http://www.anpepp.org.br/index-eticaPesq.htm>

33. <http://www.anpepp.org.br/forumdeetica.htm>

discussões situar-se-iam tanto no plano da reflexão sobre impactos da Resolução CNS 196/96 sobre a atividade de pesquisa, como no plano, mais geral, da reflexão sobre a ética na pesquisa. À Comissão de Ética não caberia, por outro lado, realizar ações e/ou exercer funções atribuídas a Comitês de Ética em Pesquisa nem agir como mediadora em dificuldades, problemas e conflitos de interesse que pesquisadores da área viessem porventura a enfrentar em função de questionamentos, por parte de diferentes segmentos da sociedade, a aspectos éticos de suas pesquisas. Isto não excluiria, entretanto, a disposição da Comissão para discutir e opinar sobre problemas daquela ordem podendo eventualmente vir a público para fazê-lo. A atuação da primeira Comissão estendeu-se de 2006 a 2008 tendo encerrado suas atividades³⁴ com indicação à ANPEPP de que: a Comissão de Ética tivesse continuidade, de que sua composição fosse renovada a cada gestão da diretoria/ANPEPP e de que, na renovação dos seus membros, no mínimo um dos participantes da Comissão anterior fosse mantido. Este procedimento, considerou-se, favoreceria tanto a preservação da história da Comissão, ao longo das diferentes gestões, como, também, a própria continuidade dos esforços e ações realizadas por diferentes Comissões. Tais sugestões foram discutidas e aprovadas em plenária do Fórum de Ética realizado no XII Simpósio da ANPEPP³⁵.

1.4. Revogação da Resolução CFP 016/2000

Partindo de sugestões encaminhadas no Fórum de Ética do XI Simpósio da

34. <http://www.anpepp.org.br/index-eticaPesq.htm>

35. <http://www.anpepp.org.br/XIISimpósio/index.htm>

ANPEPP (ver item 1.3 acima), uma das prioridades estabelecidas para o trabalho da Comissão de Ética 2006-2008 foi a revisão da Resolução CFP 016/2000. Após detalhada análise e discussão da referida Resolução, a Comissão decidiu-se por encaminhar à diretoria da ANPEPP proposta no sentido de sua revogação. Dois argumentos básicos estiveram na base desta decisão. Considerou-se, na ocasião, que, embora reconhecida como pertinente no momento histórico em que foi produzida, a Resolução CFP 016/2000, ratificava procedimentos e perspectivas contidos na Resolução CNS 196/1996 que têm sido amplamente questionados e criticados por pesquisadores da Psicologia (ver, por ex., resultados da consulta referida no item 2.1.1 abaixo). Considerou-se igualmente que resoluções oriundas de Conselhos Federal e/ou Regionais de Psicologia nenhuma aplicação teriam à atividade de pesquisa em Psicologia realizada por pesquisadores não registrados em CRPs e por pesquisadores não psicólogos – em ambos os casos, não sujeitos à regulação e fiscalização por Conselhos que regulamentam a profissão de psicólogo. Este e outros argumentos que ancoraram tal proposta foram explicitados no documento inicialmente apresentado à diretoria da ANPEPP³⁶ e, através de seu Presidente, disponibilizado aos representantes dos programas para discussão. Encerrado o prazo de discussão do documento da Comissão pelos programas, o mesmo foi aprovado por ampla maioria de votos.

2. Algumas tensões observáveis

2.1 Avaliação de princípios X avaliação de normas

Uma primeira observação que se impõe quando se consideram ações e discussões até então realizadas, é que estas focalizam, em sua maioria, questões relacionadas aos (persistentes) desconfortos dos pesquisadores no lidar com a Resolução CNS 196/96 no cotidiano de suas pesquisas. A partir desta observação uma primeira tensão pode ser considerada. Por um lado, uma aparente ausência de conflito de interesses entre a comunidade dos pesquisadores e princípios éticos básicos que norteiam a Resolução CNS 196/96; por outro, uma insatisfação persistente em relação aos modos como aqueles princípios se ‘operacionalizam’ na Resolução CNS 196/96. Insatisfações apontadas parecerem pertencer a três planos distintos, claramente identificáveis.

2.1.1 Funcionamento dos CEPs. Insatisfações neste plano abarcam, de forma recorrente, questões como: interferência no cronograma das pesquisas; extrapolção de competências (sobretudo ingerências discutíveis em aspectos metodológicos dos projetos); dificuldades dos CEPs no julgamento de projetos das áreas de Ciências Humanas e Sociais; burocratismo, acréscimo de exigências às muitas já previstas na Resolução CNS 196/96; legalismo/literalismo na leitura e interpretação da Resolução. Compreensivelmente, a frequência com que insatisfações desta ordem são explicitadas parece variar substancialmente em função de como é avaliado o funcionamento do CEP da instituição a qual cada pesquisador pertence.

2.1.2 Teor da Resolução CNS 196/96. Insatisfações identificadas neste plano referem-se acima de tudo ao seu caráter uniformizador e universalista. Ou seja: a Resolução estabelece um único modelo de regulamentação de aspectos éticos na pesquisa com seres humanos e regulamenta que este seja aplicado a toda e

36. Contribuições para a discussão das Resoluções CNS nº. 196/96 e CFP Nº 016/2000.

qualquer pesquisa que envolva seres humanos. A Resolução CNS 196/96 tem se manifestado particularmente insensível às especificidades (teórico-metodológicas, temáticas) da pesquisa nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, parecendo não haver ali qualquer distinção entre a pesquisa EM seres humanos (freqüente na pesquisa biomédica) e a pesquisa COM seres humanos (típica nas Ciências Humanas e Sociais), distinção esta fortemente enfatizada na Antropologia. Dificuldades desta natureza parecem remeter, em última instância, ao modelo de pesquisa e à concepção de ciência que inspiram a Resolução CNS 196/96, nem sempre adequados e justificáveis quando se considera o conjunto múltiplo e diversificado de áreas de conhecimento e perspectivas de produção de conhecimento que permeiam a pesquisa que envolve seres humanos. O modelo em questão parece ser o da pesquisa aplicada, experimental, laboratorial, voltada para investigação de problemas que freqüentemente envolvem riscos claramente identificáveis e cuja realização pode gerar benefícios diretos ao participante. Do atrelamento a este modelo de pesquisa parecem decorrer, por exemplo, recomendações/exigências relativas à explicitação de hipóteses e detalhamento prévio de procedimentos; exigência de informação ampla e detalhada de objetivos e procedimentos de pesquisa aos participantes; proposição de modelo único de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), via assinatura de documento escrito; concepção (fortemente calcada no modelo da pesquisa biomédica) de 'risco' como algo inerente e de benefício direto ao participantes como necessário a toda e qualquer pesquisa.

2.1.3 Aspectos políticos envolvidos na Resolução CNS 196/96. Menos freqüente (aparentemente) nas discussões entre pesquisadores da Psicologia, mas fortemente presente em outras áreas (Antropologia, por exemplo) é a consideração de que colocar a regulamentação da pesquisa nas áreas de Ciências Humanas e

Sociais sob a égide de uma Resolução inspirada no modelo da pesquisa médica, implica, na prática, uma gestão médica desses campos de pesquisa.

2.2 Questionamento X legitimação da Resolução CNS 196/96

Se a tensão antes apontada parecia residir num plano mais ideativo, um segundo ponto de tensão pode ser observado no plano das ações. Neste caso, coexistem entre pesquisadores da Psicologia movimentos, que se pode considerar antagônicos, de 'legitimação' e de 'deslegitimação' da Resolução CNS 196/96. Entre os primeiros estariam incluídos, por exemplo: [a] a exigência de comprovação de submissão de pesquisas ao CEP como requisito tanto para publicação de trabalhos à elas relacionados, como para qualificação de projetos de mestrado e/ou doutorado e para obtenção de auxílios financeiros e [b] a demanda de normatização específica para a pesquisa em Psicologia (ver 1.3 acima). Movimentos de 'deslegitimação', por outro lado, seriam encontrados em práticas como: [a] submissão projetos ao CEP, mas resguardando-se o direito de executá-lo, ou não, em caso de não aprovação; [b] relativização da decisão de submeter ou não um projeto em função de demandas da pesquisa (prazos, etc.) e características específicas do projeto (vistas como mais ou menos 'problemáticas' em CEPs considerados 'legalistas'); decisão de não submeter projeto a CEPs. Finalmente, e a título de conclusão, uma última tensão pode ainda ser apontada entre a necessidade constada de se passar do diagnóstico de insatisfações e problemas dos pesquisadores para ações mais propositivas, e a percepção da existência de poucos canais para que isto seja efetivamente feito. Entre as propostas mais freqüentemente men-

cionadas, destacam-se: - necessidade de que instrumentos e procedimentos de regulamentação da ética na pesquisa com seres humanos, ora vigentes, sejam submetidos a uma cuidadosa avaliação crítica; - que este esforço avaliativo se dê com a efetiva participação de pesquisadores-representantes das diferentes áreas de conhecimento em que pesquisas envolvendo seres humanos são conduzidas no Brasil; - que pesquisadores dos variados campos do conhecimento tenham ativa e efetiva participação em discussões e ações, no âmbito nacional, que visem à regulamentação de aspectos éticos na pesquisa com seres humano. Tais propostas parecem, entretanto, caminhar em sentido contrário ao esforço de aprovação do Projeto de Lei 2473/03 (de autoria do deputado Colbert Martins, PPS-BA) que confere à Resolução CNS 196/96 o estatuto de lei. Segundo nota divulgada no Jornal da Ciência de 16 de abril de 2010, este projeto, aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, no último dia 26 de março, que deverá agora ser apreciado pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania e posteriormente votado em Plenário da Câmara.³⁷

Ética na pesquisa em Psicologia: princípios de valor, aplicações e contradições normativas

Livia de Oliveira Borges
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O presente texto foi elaborado para contribuir com os debates no Fórum de Ética a tomar lugar no XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia, promovido pela Associação

Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. A elaboração do texto se vale de análise interpretativa de documentos, confrontando com a experiência em pesquisa da autora e de referências bibliográficas. Em síntese, o texto situa a questão da ética na pesquisa diante do quadro normativo existente no país, desenvolve análise dos documentos normativos e levanta algumas alternativas de ação tendo em vista o aperfeiçoamento do quadro normativo.

Os debates, as dúvidas e as divergências entre pesquisadores sobre princípios éticos e morais que norteiam o planejamento e o desenvolvimento de suas atividades, bem como as críticas de setores da sociedade a procedimentos adotados no campo científico não são novidades. No Brasil, esses debates vêm crescendo paulatinamente na proporção que cresce também a comunidade científica/acadêmica. Muito mais tarde que os países mais desenvolvidos, no Brasil, só a partir da década de 1990, começaram-se a despertar que a ética e a moralidade na pesquisa não podia ficar por conta exclusivamente da consciência ética e moral de cada pesquisador individualmente. Tal tomada de consciência concretizou-se na edição da Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que normatiza a realização de pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil (Bücher-Maluschke, 2006). Tal fato representa um avanço no sentido de estabelecer um controle social sobre as atividades de pesquisa, o que é plenamente legitimidade pela própria história do desenvolvimento científico. Tal resolução, como uma primeira tentativa de normatização, entretanto tem gerado também muitas polêmicas. No meio acadêmico da Psicologia (a exemplo de outros ambientes acadêmicos) não tem sido diferente. Como todo debate motiva e influencia as atividades reflexivas das pessoas, já se observam que têm se concretizado na forma de publicações sobre o assunto (por exemplo, Bücher-Maluschke, 2006; Monteiro, 2007; Silvia & Grubits, 2006), embora não com a frequência e volume deman-

37. <http://www.jornaldaciencia.org.br/imprimir.jsp?id=60305>

dado pela importância do assunto. Quiza o tamanho da comunidade científica e a sobrecarga dos pesquisadores são aspectos que contribuem para impedir o avolumar-se de publicações sobre o assunto. Mas, enquanto floresce na produção bibliográfica, tal debate tem feito parte do cotidiano de psicólogos/pesquisadores. Ele tem sido acalorado, rebastecido e se renovado continuamente por diversas ocorrências (encontros e desencontros) no relacionamento dos pesquisadores (especialmente professores e alunos de pós-graduação) com os diversos comitês de ética em pesquisa (CEPs) e com editores das revistas científicas no país, bem como pelo trâmite no Congresso Nacional do Projeto de Lei Nº 2.473/2003 (http://www.ghente.org/doc_juridicos/pl2473.htm), de autoria do deputado federal baiano Colbert Martins que, em síntese, propõe a transformação da citada resolução do CNS em lei. Tal transformação implica que o seu descumprimento adquire o sentido de crime. Assim, o projeto de lei prevê, por exemplo, no seu Artigo 35, pena de detenção ao pesquisador, no caso de expor a vida dos participantes a risco direto ou indireto, e pena de reclusão (mais severa entre as penas privativas de liberdade), pela realização de pesquisa sem aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³⁸. De tal trâmite, os fatos novos são: a aprovação do projeto de lei na Comissão de Seguridade Social e Família em 26 de novembro de 2009 e a audiência pública ocorrida sobre tal projeto de lei, em 13 de abril do corrente ano (<http://www.camara.gov.br/sileg/.../618636.htm>). Essa audiência pública foi promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, concretizando a sugestão da deputada Cida Diogo (PT-RJ), relatora do projeto, o qual se encontra no momento na última comissão citada. Depois desta comissão deverá

tramitar na Comissão de Constituição e Justiça para, em seguida, ir finalmente ao plenário da Câmara Federal (http://saude.gov.br/...o8_abr_audiencia.htm). Portanto, o debate está sendo aquecido pela vida concreta dos pesquisadores em suas atividades de trabalho. Os resultados da audiência pública referida são relatados no Jornal da Ciência de 16 de abril do corrente ano. Tal relato contém o seguinte trecho: PL 2.473/2003, que regulamenta estudos clínicos com seres humanos, é discutido em audiência pública na Câmara dos Deputados e deve ser revisto. O Projeto de Lei 2.473/2003, que regulamenta a realização de pesquisas com seres humanos, foi debatido na terça-feira (13/4) em audiência pública na Câmara. Segundo a relatora do projeto, deputada Cida Diogo (PT-RJ), o texto deverá ser revisto e seguir o trâmite com um substitutivo. Para a deputada, o PL original, proposto por Colbert Martins (PPS-BA), é muito detalhista e, por isso, deve ser simplificado para poder ser aplicado em longo prazo e não engessar as pesquisas. Além disso, a petista defende a retirada de punições do texto. Martins acredita que as pesquisas que envolvam seres humanos só devem ser admissíveis quando oferecerem possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar. No texto entregue à Câmara em 2003, o deputado define conceitos, regulamenta a atividade e chega a tipificar crimes, sem prejuízo a sanções previstas no Código Penal e em leis especiais. 'Nós temos condições de construir uma alternativa que concilie os dois projetos, para que o país possa avançar', disse Cida Diogo durante a audiência. (Jornal da Ciência, 664, de 16 de abril de 2010. <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=70323>). Exposto esses resultados da audiência pública fica cla-

38. Além do próprio projeto de lei, sugere-se que se leia também o Jornal da Ciência de 12 de abril de 2010 (<http://www.jornaldaciencia.org.br>)

ro as possibilidades de negociação no sentido de o Projeto Lei poder ainda sofrer ajustes de maneira a atender a compreensão de ética dos vários segmentos que realizam pesquisas com seres humanos. Embora não tenhamos muito tempo para agir e tentar contribuirmos no assunto, é salutar vislumbrar que há possibilidades das normas éticas terem em conta as especificidades da Psicologia. Fica claro também que as divergências em torno do referido Projeto de Lei extrapolam o ambiente acadêmico/científico e atinge o ambiente sociopolítico brasileiro, pois que o trecho aqui transcrito mostra que não só pesquisadores, mas políticos compreendem que o referido projeto põe em contradição princípios éticos como a proteção da integridade dos participantes de pesquisa e o desenvolvimento técnico e científico do país. Não que tais princípios sejam antagônicos em sua natureza, mas porque as normas propostas os tornam parcialmente contraditórios, sendo importante ressaltar que a maior parte de tais normas já em estão em aplicação no meio acadêmico e científico mesmo sem ainda ter força de lei por meio da Resolução do CNS já referida. Deste modo, o país já conta com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). A deputada, citada pelo Jornal da Ciência, sinaliza que o Projeto de Lei é excessivamente detalhado. O que, então, veremos, à proporção que desenvolvemos nossa análise é que tal detalhamento compromete a possibilidade de generalizar a aplicação de tais normas a todas as pesquisas que envolvem seres humanos e que os pesquisadores têm vivenciado tal aplicação da norma como uma burocratização da atividade científica. Portanto, é viável nos debruçarmos sobre o assunto e levantarmos algumas indagações: Que sistema ético fundamenta a resolução que serviu

de ponto de partida a todo esse debate? Que incômodos dos pesquisadores/psicólogos têm sustentado tal debate? Que querem os psicólogos/pesquisadores de suas atividades? São contrários a quaisquer éticas? São contra a uma ética específica? Reagem a quaisquer controles por parte da sociedade? Estão contra as normas? Estão simplesmente reagindo ao novo? Tendo em vista indagações como essas, o presente texto foi redigido, então, com o objetivo de apresentar reflexões que possam contribuir para clarear as contradições existentes entre os princípios éticos defendidos pelos pesquisadores/psicólogos em relação à aplicação da Resolução CNS 196/96, bem como em relação ao conteúdo do Projeto Lei 2.473/2003, na tentativa da apreensão dos significados de tais contradições no desenvolvimento da pesquisa em Psicologia. As reflexões que serão aqui apresentadas resultaram exclusivamente da análise de alguns documentos sobre o assunto (o Projeto de Lei, a Resolução, algumas notícias, etc.) e seu confronto com a minha experiência cotidiana como professora-pesquisadora, convivendo com os colegas no meio acadêmico e com alguma literatura especializada na área. Várias dessas reflexões consistem muito mais em indagar e pôr em dúvida do que em formular uma opinião substanciada. Portanto, constitui-se apenas em ponto de vista da autora e, não em trabalho desenvolvido de acordo com os métodos e técnicas científicas. O texto tem sentido no contexto do XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia, prevendo as discussões a tomarem lugar no Fórum de Ética em Pesquisa.

A ética e as normas morais

Partindo, então, da primeira indagação levantada – Que sistema ético funda-

menta a resolução que serviu de ponto de partida a todo esse debate? – é preciso lembrar que a Resolução CNS 196/96 inicia-se, no seu preâmbulo, evocando os documentos internacionais e nacionais que fundamentaram a sua elaboração. A mesma evocação aparece na justificativa do Projeto de Lei 2.473/2003. No preâmbulo da resolução, estão também explícito quais seriam os princípios éticos que lhe serve de norte, no seguinte trecho: Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. (Resolução CNS 196/96, Preâmbulo). Ficam assim explícitos alguns princípios éticos. Assinalamos, entretanto, aqui que a expressão “entre outros” pode ser interpretada como indicador de que a referida resolução está partindo do suposto de que não é necessário deixar claro o sistema completo de princípios éticos norteadores. Em parte, tal opção é aceitável, se considerarmos que o objetivo da resolução é a proteção dos sujeitos participantes de pesquisa e não a atividade de pesquisa como um todo. De qualquer forma, compete indagar: Seriam esses quatro princípios éticos mencionados para os psicólogos/pesquisadores fundamentais? Para se ter clareza sobre isso, antes seria preciso se ter clareza do que seria uma ética. Tal discussão foge, entretanto, ao escopo desse texto, bem como a minha competência. Por isso recorri a quem recentemente, com base em revisão e reflexão sólida, publicou sobre o assunto e usou uma definição singela e clara: La Taille (2006) afirma que os princípios éticos devem permitir as pessoas responderem: ‘que vida eu quero viver?’ (p. 36). A ética define o que seja uma

vida boa. Permite distinguir o bem e o mal. Aplicando-se essa definição à atividade de pesquisa³⁹, uma ética em pesquisa deveria consistir num conjunto de princípios de valor que permitisse responder: que pesquisa quero realizar? Deveria permitir identificar o que é uma boa pesquisa. Dizer, então, que a pesquisa deve assegurar aos participantes (sujeitos de pesquisa) autonomia, não maleficência, beneficência e justiça estão em conformidade com o que concebemos que uma pesquisa deve ser ou deve representar? A resposta pode ser que seguramente estão em conformidade. Para a maioria dos psicólogos/pesquisadores o acesso ao próprio objeto de pesquisa não é nada simples. E, por isso, a relação empática com os participantes é uma questão ao mesmo tempo de valor e de técnica. Para estabelecer tão relação é necessário valorizar não só princípios já citados, mas que os participantes se sintam bem, livres para opinar e que a relação com o pesquisador não os ameace nas suas relações cotidianas. Portanto, além de autônomos para se decidir se participam ou não, os participantes precisam sentir seguros para exercer sua autenticidade. O compromisso com os princípios da não maleficência, da beneficência e da justiça representa norteadores importantes para evitar atrocidades realizadas na contemporaneidade contra as pessoas em nome da ciência e do progresso. Atrocidades que são registradas na história da ciência e que aqueles que se ocupam em temas referentes à ética sempre estão voltando a elas (por exemplo, Menegon 2006; Monteiro 2007; Padilha, Ramos, Borenstein & Martins, 2005) nos dispensando de fazer o mesmo aqui. O princípio de proteção a autonomia do participante, por sua vez, tenta evitar que o mesmo se submeta a

39. Veja também sobre o conceito de ética em Rios (2006)

atrocidades, violências, abusos e outras práticas, admitindo que o relacionamento com o pesquisador é também uma relação de poder, na qual eventualmente o participante possa ser coagido a se submeter a tais atos. Esses princípios, por sua vez, se relacionam a uma série de outros princípios (valores éticos) que para os psicólogos/pesquisadores são igualmente importantes, alguns deles em decorrência do próprio objeto de pesquisa da Psicologia, que aqui vamos definir sinteticamente como: os aspectos psicológicos da vida das pessoas. Os psicólogos também acreditam que para garantir os princípios já citados é preciso ter em vista princípios como o compromisso com a qualidade do que fazem, com o acolhimento dos outros (em seus sentimentos, afetos e cognições), etc. obviamente não vamos seguir levantando numerosos princípios, mas queremos deixar claro que os princípios mencionados na Resolução CNS 196/96 devem estar em consonância com uma constelação de outros princípios éticos e que, em boa parte das pesquisas realizadas no campo da Psicologia, as atitudes e as condutas do pesquisador frente aos participantes representa a concretização de seus princípios éticos e, simultaneamente, uma técnica adotada na tentativa de construir o acesso ao seu objeto de estudo. Acesso esse, digamos de passagem, bastante polemizado nas discussões epistemológicas no campo da Psicologia. Esses aspectos não põem, portanto, a Resolução CNS 196/96, em contradição com as definições éticas dos psicólogos, pois os princípios de valor evocados ali não contradizem, em tese, os demais princípios de valor dos psicólogos e se deve reconhecer que aqueles documentos devem se centrar no que é necessário para garantir a proteção dos participantes da pesquisa. Mas é preciso assinalar que o Projeto de Lei 2.473/2003

não faz menção em seu texto a tais princípios éticos no corpo do texto que propõe para a lei. Naquele documento tais princípios só vão aparecer na justificativa de apresentação da lei. A justificativa, entretanto, se entende que só está ali, enquanto um projeto. Depois da lei aprovada o que tenderá servir comumente de parâmetros para avaliar a adequação do planejamento e desenvolvimento das pesquisas e/ou para a tomada de decisões nos CEPs (e/ou perante o Poder Judiciário) será o corpo do texto da lei e não as intenções para o qual foi elaborada. A citada resolução e o projeto de lei se detêm, então, a normatizar como tais princípios deveriam ser posto em prática. Nesse sentido, é pertinente indagar se de fato estão abordando uma ética. La Talle (2006), o mesmo autor que nos brindou com aquela definição do que seja uma ética, diferencia o plano ético do moral. E afirma que a moral deve orientar as pessoas a responder “como devo agir?” Assim, diferentemente da ética, a moral nos deve oferecer normas de condutas. E é nesse plano que tais documentos se desenvolvem, portanto têm mais um caráter moralizador do que ético. Esse fato, entretanto, não diminui a importância da normatização moral, pois não existe uma ética isolada da noção de obrigatoriedade social. O senso de dever é necessário para um convívio social salutar. Os dois planos – ético e moral – se relacionam dialeticamente e um afeta o significado do outro. O plano ético fundamenta o plano moral. O plano moral permite que o plano ético se concretize. Para que as pessoas possam incorporar o plano moral em profundidade precisam ser capazes de refletir como ele se relaciona com o plano ético. Cumprir com uma moralidade simplesmente porque está normatizada, estabelecida socialmente ou por normas formais, é um empobrecimento do senso

crítico e esvaziamento da própria autonomia. É preciso saber identificar os princípios éticos que estão por trás da norma moral, e cumprir com a moralidade porque se tomou como seus os princípios éticos de sua sustentação (La Taille, 2007; Rios, 2006). Pode-se esperar que o pesquisador sem uma consciência ética (que valorize sua própria autonomia) seja capaz de proteger a autonomia do outro, a autonomia do sujeito participante da pesquisa? Se a norma moral sobre pesquisa envolvendo seres humanos que não explicita a ética que a fundamenta norteará os CEPs adequadamente? Deve, entretanto, ficar claro, de antemão, que as polêmicas que se desenvolvem e persistem no meio acadêmico, motivadas pela a resolução e pelo projeto de lei citados, não focaliza centralmente em aceitar a necessidade de uma ética ou não ou em divergir eticamente ou não. Focalizam-se, em realidade, primordialmente sobre que conjunto de normas morais seria coerente com o sistema ético mais predominantemente assumido pelos psicólogos/pesquisadores. Os dois documentos, na segunda seção dedicada aos objetivos e fundamentos, passam então a apresentar conceitos básicos que nortearam o âmbito de aplicação dos mesmos. Assim, definem “Pesquisa” como a “classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável” (Projeto Lei 2473/2003, artigo 2º, item I). Ora, tal conceito na atualidade representa não só na Psicologia, mas nas ciências humanas apenas uma das visões epistemológicas de ciência e, não toda a atividade científica e de pesquisa. Em outras palavras, nem todas as pesquisas que envolvem seres humanos a que os documentos se destinam se enquadram em tal definição. Portanto, a definição põe em dúvida o próprio âmbito das normas. Destina-se mesmo a todas as pesquisas

com seres humanos ou a apenas a uma modalidade de pesquisa com seres humanos? Se recorremos, então, a justificativa do Projeto Lei, constatamos então que o seu autor começa argumentando sobre o crescimento das pesquisas clínicas no Brasil. Pesquisas clínicas representam o conjunto total de pesquisa com os seres humanos? Independente de o autor ter consciência que essa nomenclatura não é suficientemente abrangente, o uso da expressão permite a interpretação de que pode se supor que as características das chamadas pesquisas clínicas podem ser generalizadas para as demais pesquisas com seres humanos. Seguindo na justificativa, o autor desenvolve sua argumentação, passando a exemplificar com pesquisas referentes ao uso e/ou criação de medicamentos. Adiante afirma que muitos outros exemplos poderiam ser citados. Mas o fato é que deixa novamente a dúvida de qual o âmbito de aplicação das normas. Tanto a definição da pesquisa quanto a justificativa do Projeto de Lei, apesar de sua legitimidade e adequação, levam a nos questionar se os documentos não apresentam uma sobre-generalização, quando se referem à pesquisa com seres humanos. O objeto não seria apenas as pesquisas que abrangem aspectos biológicos, com método experimental? Tal restrição de alcance não seria estranha, considerando o órgão de onde partiu a iniciativa de criar normas morais para o desenvolvimento de pesquisas. Voltando para o texto que seria o corpo da lei a ser instituída, observamos que adiante tenta descreve mais detidamente como deve ser as pesquisas com seres humanos. Vejamos, então, parte do seu Artigo 5º: **Art. 5º** A pesquisa em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências: I - ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possi-

bilidades concretas de responder a incertezas; II - estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos; A leitura desse trecho conduz novamente a perguntar: quando da elaboração de tal projeto em que tipo de pesquisa se estava pensando? Pesquisas, por exemplo, sobre valores, crenças e opiniões das pessoas, ou, pesquisas sobre condutas de amizades entre adolescentes ou pesquisas sobre o exercício da liderança em instituições estariam contempladas aí? Poderia partir de experimentação prévia com animais? Ainda sobre o âmbito de aplicação das normas, consideramos importante assinalar que o Projeto Lei 2.473/2003, no seu Artigo 27, exige que a CONEP submeta ao Conselho Nacional de Saúde, suas propostas de normas gerais aplicadas às pesquisas com seres humanos, bem como seu plano e relatório de trabalho anual. Compete, então, indagar: por que um órgão que avalia a aplicação de normas morais em pesquisa com seres humanos, que em tese pode abarcar, por exemplo, uma pesquisa sobre o engajamento de pessoas de baixa instrução em partidos políticos, sobre as crenças das pessoas sobre as religiões, sobre a discriminação racial, sobre comportamentos de consumo, sobre as formas adotadas pelas famílias para gerenciarem a economia doméstica, sobre práticas sociais de adoção de filhos, etc. deve se submeter ao Conselho Nacional de Saúde? Por que o Conselho Nacional de Saúde deveria se preocupar com todas as pesquisas que envolvem seres humanos? Em síntese, com esses aspectos analisados nos dois documentos esperamos ter identificado adequadamente os pontos dos documentos que estão relacionados às dúvidas quanto ao âmbito de aplicação das normas, reconhecendo haver contradição entre identificar o conjunto de nor-

mas como destinado à pesquisa com seres humanos e os conteúdos do detalhamento das normas. As experiências dos psicólogos/pesquisadores, é que tal contradição tem tido desdobramentos na nossa convivência com os CEPs. Um deles é o fato de se exigir que pesquisas que não são experimentais sejam descritas como se fossem. Tal realidade conduz pesquisadores a tratarem tais normas com mero formalismo. Na Psicologia, são frequentes as pesquisas classificadas como exploratórias em decorrência do estado de desenvolvimento científico de determinados assuntos ou em decorrência de se desenvolver novos olhares para temas tradicionais. Pesquisas exploratórias têm também um lugar importante na ciência, não é por acaso que quem se dedica a estudar, refletir e publicar sobre metodologia da ciência costuma identificar e descrever tal tipo de pesquisa. E há quem destaque o potencial inovador desse tipo de pesquisa. Nele na maioria das vezes tecnicamente não é adequado formular hipóteses, haja vista que não há uma teoria sólida que lhe ofereça sustentação. No entanto, a Resolução CNS 196/96, no seu item VI.2, letra a, exige que as hipóteses sejam apresentadas. O Projeto de Lei 2.473/2003, mantém o referido item da Resolução do CNS, no seu Artigo 14, inciso II, letra a. Os que reconheciam a obrigatoriedade (dever moral) de submeter os projetos aos CEPs, eram também obrigados a explicitar as hipóteses e, por consequência, escreviam hipótese que mais parecem opiniões de senso comum. Hipóteses essas que não repetiam na hora de encaminhar as publicações ou submeter os projetos a outras instâncias distintas dos CEPs. Esse tipo de desdobramento foi descrito por Padilha, Ramos, Berenstein e Martins (2005) no campo das pesquisas da enfermagem, designando o processo como banalização da ética

que termina por deixar de lado questões que são mais relevantes do ponto de vista ético em função de reduzir ética ao cumprimento do que é estabelecido pela resolução que temos aqui nos referido. A crítica de Padilha et al., termina implicitamente por denunciar que pesquisadores têm repetido procedimentos morais sem se indagar sobre os princípios éticos que estão por trás e que os justificariam. Um segundo desdobramento é o fato de que há quem entenda que como a Resolução 196/96, tendo a autoria do CNS, só se aplica a pesquisa que podem ser incluídas no campo da saúde e não submetem os projetos aos CEPs, de forma que os pesquisadores se percebem vivendo situações não equitativas, principalmente quando psicólogos/pesquisadores se comparam com os pesquisadores de outros campos das ciências humanas e sociais aplicadas. Em decorrência do fato de na Psicologia haver áreas clínicas e/ou de saúde e experimentais, os psicólogos/pesquisadores com mais frequência se sentem no dever moral de submeter suas pesquisas aos CEPs. Fato que problematiza o aspecto da equidade. Um terceiro desdobramento da falta de clareza do âmbito de aplicação é tornar difícil uma posição clara por parte dos editores de revistas científicas, pois muito poucas publicam exclusivamente pesquisas clínicas, de saúde e/ou com método experimental. Além disso, muito de o que os psicólogos/pesquisadores publicam tanto se enquadram na linha editorial de revistas da Psicologia, quanto de outros campos de interface. Se nossas revistas exigem a comprovação de aprovação dos CEPs, porque na Psicologia há pesquisas clínicas, de saúde e experimentais, há psicólogos/pesquisadores que passaram a decidir a que revista submeter seus artigos conforme a exigência ou não da referida comprovação. Essa realidade pode

ganhar o sentido de esvaziamento de nossas revistas e/ou, senão, de retardamento do seu desenvolvimento/crescimento. Nossas revistas são hoje bem estruturadas e bem avaliadas como resultado de anos de dedicação dos editores, do empenho das nossas entidades científicas e instituições de fomento em pesquisa e da comunidade acadêmica como um todo. Mas, apesar de todas essas considerações, é preciso registrar, reiterando o que já se assinalou anteriormente sobre não haver divergências quanto ao sistema ético, que no nosso meio predomina também o reconhecimento do mérito da referida resolução em institucionalizar o controle social da ética em pesquisa e barrar a instrumentalização de brasileiros em pesquisas que não seriam aprovadas em países que já têm uma tradição consolidada em exercer tal controle social (Calvetti, Figuera & Muller, 2008; Monteiro, 2007). E mais que isso, há uma tendência entre os psicólogos/pesquisadores em reconhecer a necessidade do controle social para garantir que os princípios éticos sejam concretizados nas atividades. Reconhece-se a pesquisa como uma prática social como qualquer outra. Esse problema de definição do âmbito tem, ainda, relação com outras contradições vivenciadas pelos psicólogos/pesquisadores diante das normas em vigor. Assim, voltando ao Artigo 5º, do qual copiamos uma parte anteriormente, é preciso assinalar que, no seu item VII exige-se, então, que a pesquisa deve “contar com o consentimento livre e esclarecido (TCLE) do sujeito da pesquisa e/ou seu representante legal”. Qualquer leitor do Projeto Lei irá compreender que tal exigência normativa tem por intenção preservar a autonomia do participante. Intenção, por sinal, legitimada pelos nossos princípios éticos. Mas será que esse procedimento atinge seu objetivo em

quaisquer tipos de pesquisa com seres humanos? Em boa parte das pesquisas sim. Naquelas com medicamentos, exemplificadas na Justificativa do autor do Projeto de Lei, seguramente é um procedimento adequado. Mas seria igualmente adequado se vamos, por exemplo, entrevistar adolescentes sobre o uso ilegal de drogas? Ou será que quem defende tais normas morais, acreditam que pesquisas sobre tal assunto não devem ser realizadas? Isso não se constituiria em negação da uma realidade vivida muito próximo a cada um de nós? A maioria dos pesquisadores assume como um princípio norteador procurar acercar-se o máximo possível da realidade tal como ela é, muito embora não possa produzir verdades absolutas (o que seria contraditório com a noção da dialética científica de permanente autossuperação e uma relação permanente entre refutar-inovar). Mesmo considerando as divergências contemporâneas no plano epistêmico sobre o acesso à realidade, a busca da aproximação à mesma segue assumida pela maioria dos pesquisadores. Ressalvas feitas, há de se considerar que pesquisas como essas têm, por exemplo, o potencial de contribuir para delimitação de políticas públicas no combate ao uso de drogas ilícitas, bem como para desenvolver técnicas adequadas a reabilitação desses adolescentes. Para apresentar mais exemplos e evitar ficar aqui com o viés do tema que envolve condutas consideradas ilegais, indagamos também se o TCLE seria adequado, se vamos entrevistar trabalhadores sobre as relações de trabalho no ambiente das organizações? Em campo como esses da Psicologia do Trabalho e das Organizações tradicionalmente os psicólogos/pesquisadores por seus compromissos éticos de proteger os participantes adotam o procedimento de não identificar os participantes. A não identi-

ficação e a assinatura do TCLE nestes casos são contraditórios. Membros de CEPs têm argumentado que para superar essa contradição, basta que o TCLE esteja separado do questionário que o indivíduo responderá. A prática em pesquisa tem, no entanto, nos revelado que aqueles no contexto do emprego não se sentem seguros de expor seus pontos de vista, se assinam o TCLE, pois que entendem que estão se identificando. É pouco provável que em situação de mercado de trabalho tão competitivo como se vive atualmente, que as pessoas nutram tal entendimento. Exemplificando mais detidamente para tornar o argumento mais compreensível, relato, por exemplo, que numa pesquisa em que petroleiros eram sujeitos-participantes, o comitê de ética não dispensou o TCLE, sob o argumento de que os petroleiros da pesquisa tinham estabilidade no emprego. Entretanto, a não identificação era valorizada por aqueles petroleiros, porque independente da estabilidade legal, sentiam-se ameaçados por outras especificidades da gestão que lhes podia aplicar outros tipos de penalidades como transferências indesejadas, mudanças nas tarefas, na organização dos dias de trabalho e de folga, etc. Além de que aquela categoria ocupacional tinha uma história em que a despeito da estabilidade legal do emprego, colegas tinham passado pelo constrangimento da demissão e demoraram a recuperar o emprego tendo que enfrentar desgastante processo judicial. Aquele CEP, provavelmente pouco conhecedor das relações de trabalho exigiu o TCLE. A pesquisa foi realizada sem aprovação do CEP, mas os seus resultados nunca foram encaminhados a qualquer revista científica. Foi publicado exclusivamente na forma de livro (Borges & Barbosa, 2006). Porém o papel transformador da pesquisa é reconhecido, pois que diante dos resultados da pesquisa a nego-

ciação trabalhista entre empresa e sindicato conduziu a mudança concreta nas condições de trabalho. Tal pesquisa não poderia ter sido realizada se o que estivesse vigorando não fosse uma Resolução do CNS, mas uma lei. Recentemente, participando de banca de doutorado em programa destacado no país pela sua alta avaliação, li no capítulo do método que certamente a amostra não foi maior em decorrência da necessidade do participante assinar o TCLE. A tese versava sobre violência no trabalho como uma estratégia de gestão (Amazarray, 2010). Mas posso assegurar que o caso dessa tese não é isolado. A mesma situação se repete em quase todas as pesquisas em que o emprego é o contexto ou o objeto de estudo. Apenas não cabe aqui sair listando numerosos exemplos. Me detenho, aqui um pouco mais na área de Psicologia do Trabalho e das Organizações, porque corresponde a meu campo de pesquisa e, conseqüentemente, me sinto mais à vontade para tecer exemplos. De qualquer forma, seguir com outros exemplos não me convém sob o risco de expor indesejavelmente meus colegas. No entanto, são numerosos os campos em que contradições como essas são vividas. É preciso entender que em exemplos como esses o psicólogo/pesquisador precisa contar com a adesão à pesquisa do participante de forma autônoma, autêntica e da maneira mais espontânea possível, tanto pelo compromisso com tais princípios éticos, mas também porque sem essas atitudes dos participantes não se contará com resultados de consistência aceitável. Por isso a proteção do participante por meio da não identificação é uma necessidade ética e técnica ao mesmo tempo. O TCLE vem nesses casos, então, funcionar como um impeditivo ético e técnico. Faltou, certamente, nesses casos uma reflexão mais ética e menos moral sobre o papel

do TCLE. Retomando o que se comentou no início desse texto, é importante lembrar que nos termos do Projeto de Lei a exigência do TCLE é mais marcante, à medida que a falta de sua aplicação será classificada de crime, correspondendo a ele a pena de reclusão. Assim, o Projeto Lei promoverá uma aplicação de uma moralidade que se cindiu da ética que a sustenta. Levará a uma aplicação do TCLE porque é crime não aplicar, mas não porque o TCLE protege a autonomia do sujeito. Em outras palavras, abandona-se a finalidade do bem e preserva-se o procedimento cujo sentido era construir o caminho que levava àquela finalidade. Toda a argumentação apresentada deve ser compreendida, então, no sentido de expor que a exigência do TCLE nem sempre conduz a concretização na prática do princípio de autonomia do participante de pesquisas, nem sempre o protege. Além dos desdobramentos dessa contradição, já expostas pelos exemplos utilizados, há outros semelhantes ao desdobramento da contradição referente ao âmbito de aplicação da norma. Assim sublinhamos aqui que o Artigo 9º no Projeto de Lei 2.473/2003, dedica-se a discriminar tudo que deve ser especificado no TCLE. No seu VII inciso, exige então que se informe “as formas de ressarcimento decorrentes da participação na pesquisa.” Aqui há de se considerar que em boa parte das pesquisas cuja participação dos sujeitos consiste no mero preenchimento de questionário ou em conceder entrevista, registrar tal conteúdo no TCLE passa a ser uma mera formalidade. Ora, se a norma estabelece a obrigatoriedade de ressarcimento de despesas do participante e a indenização de danos, isto ocorrerá independente do que está escrito no TCLE. Esse desdobramento configura, portanto, o excesso de detalhamento do Projeto de Lei 2.473/2003, reproduzindo a Resolu-

ção CNS 196/96, que foi assinalado pelo Jornal da Ciência. Monteiro (2007) em sua análise aos TCLEs aplicados em Psicologia Hospitalar, defendem que precisam ser aperfeiçoados, pois “Os pesquisadores têm dificuldade em elaborar um Termo de Consentimento simples e que, ao mesmo tempo contemple todas as informações pertinentes a sua finalidade.” (p. 88). O entendimento aqui é que o excesso de detalhamento de como deve ser o TCLE da Resolução do CNS contribui para a prolixidade dos mesmos. Na mesma linha de excessivo detalhamento, assinala-se que o Artigo 14 do referido Projeto de Lei lista todos os documentos que devem compor o protocolo de pesquisa, bem como detalha tudo que a descrição da pesquisa deve abranger. Isso inclui, por exemplo, o orçamento financeiro detalhado da pesquisa. Ora, não só em Psicologia, mas em ciências humanas e entre os alunos de pós-graduação parte das pesquisas são realizadas com recursos (reprografia, papel, computador, material de expediente em geral) dos próprios pesquisadores ou com parte do material de expediente do próprio departamento do professor-pesquisador. A exigência padronizada do orçamento, fazem pesquisadores repetirem orçamentos totalmente artificiais, às vezes até copiado de outros projetos. Na mesma linha exige-se um termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos da lei. Lei exige cumprimento incondicional. Tal termo é absolutamente redundante. Todo esse excesso de detalhamento tende a ser significado pelos psicólogos/pesquisadores como uma burocratização da ciência, que os põem a vivenciar um conflito entre desenvolver-se como pesquisador, aprofundando-se crescentemente sobre seu objeto de estudo e inovando na pesquisa, ou, se tornar um “expert” em preparação

de processos. O Projeto de Lei certamente desconhece a realidade de trabalho dos pesquisadores. São em sua maior parte professores universitários e não contam com auxiliares administrativos para prepararem tais protocolos de pesquisa. Seus auxiliares são, quase na totalidade, estudantes de iniciação científica e de pós-graduação que ali estão para aprenderem os métodos e técnicas de pesquisa, bem como os quadros teóricos referentes a seus objetos de estudo e, não, aspirando adquirir habilidades burocráticas. É fácil adicionalmente entender que essa contradição – pesquisador inovador e competente versus expert em processos burocráticos – se agudiza como um conflito nas vivências cotidianas do pesquisador, principalmente aqueles inseridos nos programas de pós-graduação, porque estão diante da pressão para que produzam mais em pesquisa, publiquem e elevem seus programas a uma projeção internacional. Não estou aqui criticando tais pressões, as quais de fato são merecedoras de maior reflexão, mas não no escopo do presente texto. Tal pressão tem no mínimo a legitimidade de exigir a adequada aplicação dos recursos públicos aplicados nos programas de pós-graduação e está relacionada com políticas de ciência e tecnologia do país. Desta forma, o que se deseja registrar é que a burocratização da ciência contradiz os interesses nacionais de avanço em ciência e tecnologia. Monteiro (2007) afirma que é “necessário que o pesquisador não perceba o fluxo de avaliações dos projetos pelos CEP, somente como uma burocracia.” (p. 89). Essa afirmação é corroborada pela análise de Padilha et al. (2005) na enfermagem, em que a atitude de banalização da ética pelos pesquisadores, posta em tal contexto de pressões contraditórias pode ser compreendida como uma forma de reagir, procurando meios viáveis de sobrevivên-

cia acadêmica. Um desdobramento da burocratização da ética é alimentar o descrédito em relação a qualquer possibilidade de controle social sobre as condutas em seus aspectos éticos e morais na produção da ciência e da tecnologia, como é o caso da linha de argumentação de Silveira e Hüning (s/d) que entendem que os comitês de ética são instâncias burocráticas condenadas necessariamente à lentidão e ineficiência. Defendem então: “A constituição de uma democracia ética nas universidades e na sociedade brasileira passa pela dissolução dos comitês de ética e pela responsabilização de cada uma das pessoas que fazem Parte do processo de pesquisa: somos nós os responsáveis pelas nossas ações e pelas ações de nossos colegas.” (Silveira e Hüning, s/d). Embora interprete como equivocada essa linha de argumentação, retrocedendo aos anos 1980; compreendo que ela é alimentada e ganhará cada vez mais força, se as práticas sociais dos comitês seguem se perdendo no detalhamento normativo e tornando cada detalhe um valor em si, cristalizado independente da ética que lhe fundamenta. É preciso encontrar um caminho em que se possa harmonizar o cuidado e reflexão ética e moral com o estímulo ao progresso técnico-científico. A proteção da autonomia e dos direitos do sujeito participante como valor ético não deve ser excludente ao valor igualmente ético da inovação e do progresso científico. A tendência a torna tais princípios excludentes certamente tenha por trás a pressa de aderir ao novo, traço cultural sem nenhuma dúvida forte na nossa contemporaneidade. Retornando, então, ao exemplo anteriormente mencionado da pesquisa com os petroleiros, assinalamos outro problema que é a competência dos CEPs para examinar projeto em um amplo leque de diversidade quanto aos temas e aos métodos empregados. O Artigo

17, do Projeto de Lei versa exatamente sobre a composição dos CEPs, exigindo que tenham no mínimo oito membros, dos quais um seja profissional de saúde e um, da área de ciências exatas. O artigo provavelmente confunde profissão e área de conhecimento. Mais estranhamente, legislando sobre pesquisa com seres humanos exige a participação de pesquisadores de saúde e de ciências exatas e não de pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais. Além disso, em seu parágrafo primeiro afirma a obrigatoriedade do caráter multi e transdisciplinar dos CEPs. Aqui se pergunta pela necessidade de se detalhar tanto a composição dos CEPs, porque impede de se propor CEPs mais especializados. Se uma universidade conta com uma área de ponta com relevante volume de pesquisa, nessa área não poderia ter um CEP dedicado só à ela? Não poderia ter um CEP dedicado à pesquisa em saúde, outro às ciências humanas ou ainda só à Psicologia, etc.? Por fim, menciono aqui o problema dos grupos de participantes considerados vulneráveis, especialmente crianças e adolescentes em que o Projeto de Lei a exemplo da Resolução do CNS leva a se exigir que os pais ou responsáveis desses participantes assinem o TCLE. Se esses sujeitos são abordados na escola, qual o impedimento da escola ter a opção de assumir a autorização, principalmente quando as pesquisas consistem apenas em aplicação de questionários, testes ou entrevistas. Será que os professores no cotidiano da escola não assumem muito mais pelos seus alunos? Tal procedimento na pesquisa não desvaloriza o papel do professor e dos dirigentes das escolas?

Sinalizando caminhos por uma ética na pesquisas em Psicologia

Tudo isto exposto, mesmo que faltando a sistematização que é de costume em

ambiente acadêmico, mas com o nível de profundidade permitida pelas condições de disponibilidade em nos ocupar com essa temática, que extrapola a nossas atribuições de professores-pesquisadores e nos põe em contato diretamente com questões de política científica, espero que tenha ficado claro a existência das seguintes contradições decorrentes da normatização ética e moral em construção no país: - O Projeto de Lei analisado, bem como a Resolução do CNS guardam contradições referentes ao âmbito de aplicação das normas: para todas as pesquisas com seres humanos versus para pesquisas clínicas e/ou em saúde com método experimental; - O TCLE dependendo do tema da pesquisa, ora favorece que o princípio de preservação da autonomia do participante, ora o expõe inadequadamente perante relações de poder em que estão implicados; - O excesso de detalhamento e redundância do texto do Projeto de Lei impõe ao pesquisador brasileiro frente às suas condições de trabalho um conflito entre seus papéis de pesquisador e “expert” em elaboração de processos burocráticos; - A burocratização da ciência promovida pelo referido Projeto de Lei se contrapõe a interesses de avanço nacional em ciência e tecnologia. Assim, a análise feita dos documentos conduz a reconhecer alternativas de ação para enfrentar a situação, reconhecendo margens para buscarmos ao menos determinados ajustes. As alternativas que vislumbramos consistem basicamente em optarmos por contribuir na construção de um substitutivo de lei elaborado de maneira a ser adequadamente aplicável a quaisquer pesquisas envolvendo seres humanos ou na direção de restringir tal Projeto de Lei a um âmbito mais específico. Ambas sem dúvida parecem legítimas e têm potencial para equalizar melhor os conflitos que estamos vivendo em referência à ética em

pesquisa atualmente. Entretanto, deliberadamente aderindo à compreensão de que as atividades de pesquisa são práticas sociais que como quaisquer outras, principalmente quando se utiliza recursos públicos, reconheçamos a necessidade de primar pela transparência e nos manter submetidos a avaliação dos pares em seus aspectos éticos e morais. Defendo, então, assumir a primeira opção e adotar as seguintes ações: - Solidarizarmos com a iniciativa da deputada Cida Diogo de elaboração de um substitutivo do Projeto de Lei e prepararmos sugestões objetivas para a construção do substitutivo ao Projeto de Lei; - Defendermos um Projeto de Lei mais focado no plano ético e menos no plano moral; - Propor a simplificação do protocolo de pesquisa, permitindo que os projetos tenham diferentes formatos de acordo com a área do conhecimento, com o objeto de pesquisa, com a abordagem do pesquisador e aos métodos e às técnicas utilizadas, eliminando a solicitação de documentos redundantes e a obrigatoriedade de itens que não fazem sentido para todas as pesquisas; - Simplificar a descrição do TCLE, evitando exigir informações redundantes; - Especificar os casos em que o TCLE é obrigatório e habilitar os CEPs a dispensá-lo sempre que se ponha em contradição em relação à proteção do sujeito participante da pesquisa; - Flexibilizar a composição dos CEPs tendo em vista poder ser organizados, focalizando uma área de conhecimento, o que provavelmente tornará os CEPs mais competentes na matéria dos projetos que avaliam e poderão ter em conta os procedimentos morais que tradicionalmente são aplicados pelos pesquisadores em conformidade com a área de conhecimento; - Retirar o Artigo 35, referente às penalidades. - Constituir comissão para redigir as contribuições para elaboração do substitutivo; - Recomendar a ANPEPP e demais entidades

científicas do campo da Psicologia em contatar a Comissão de Ciência e Tecnologia sinalizando o interesse em colaborar com a proposta de elaboração de um substitutivo ao Projeto Lei 2.473/2003. Por fim, quero registrar aqui a expectativa de que possamos superar em breve essa fase de discussão da ética em pesquisa em seus aspectos burocráticos, que desloca o foco para o plano moral e possamos de fato avançar em direção de uma discussão mais profundamente ética, que ponha em pauta as definições acerca de que ciência e tecnologias queremos construir, que impactos devem ter nas vidas das pessoas e da sociedade, a quem deve servir a ciência e o que definimos como pesquisas relevantes. Isso não significa que abandonemos o plano moral, pois que o plano ético não se concretiza sem estar relacionado harmoniosamente com o plano moral.

Bibliografia

- Amazarray, M. R. (2010). *Violência psicológica e assédio moral no trabalho enquanto expressões de estratégias de gestão*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Borges, L. O. & Barbosa, S. B. (2006). Aspectos psicossociais do trabalho dos petroleiros. Dois estudos empíricos no Rio Grande do Norte. Natal: EDURFN.
- Bücher-Maluschke, J. S.N. F. (2006). Ética e responsabilidade na pesquisa em Psicologia. *Revista Humanidades*, 21(1), 7-10.
- Calvetti, P. U., Figuera, J., & Muller, M. C. (2008). A bioética nas intervenções em psicologia da saúde. *Psic*, 9(1), 115-120.
- Guerreiro, I. C. Z. (2006). *Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde*. Tese do doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- La Taille, Y. (2006). *Moral e ética. Dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Menegon, V. S. M. (2006). *Entre a linguagem do direito e a linguagem do risco. Os consentimentos informados na reprodução humana assistida*. São Paulo: EDUC.
- Monteiro, K. C. C. (2007). O consentimento informado na pesquisa em psicologia hospitalar. *Epistemossomática*, 4(1), 84-92.
- Padilha, M. I. C. S., Ramos, F. R. S., Borenstein, M. S. & Martins, C. R. (2005). A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto contexto - enfermagem*. [online], 14(1), 96-105.
- Ribeiro, Cléa Regina de Oliveira. (2005). *Ética e pesquisa em álcool e drogas: uma abordagem bioética*. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), 1(1), p.0-0. [Recuperado em 29 de abril de 2010 em <http://www.bvs-psi.org.br>]
- Rios, Terezinha Azerêdo. **A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador**. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*. [online]. jun. 2006, vol.12, no.19 [citado 29 Abril 2010], p.80-86. Disponível na World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1677-1168.
- Silva, M. P. C., & Grubits, S. (2006). Reflexões éticas em pesquisas com populações indígenas. *Psicologia: ciência e profissão*, 26(1), 46-57.
- Silveira, R. A. T., & Hüning, S. M. (s/d). *A Tutela Moral dos Comitês de Ética*.



Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3464.2222 • Fortaleza-CE
www.expressoografica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

